

VARE S • CABRAL • ANO • DE • S O O



**Estudos de Política e Teoria Social**

Pós-Graduação em Serviço Social  
Universidade Federal do Rio de Janeiro



**NESTE NÚMERO:**

---

**A QUESTÃO SOCIAL ONTEM E HOJE:**

*Didier Lapeyronnie*

**DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA NO BRASIL:**

*Laura Tavares Soares*

**A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO:**

*Marilda Villela Yamamoto*

**PROCESSOS DE MUDANÇAS, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:**

*Potyara A. Pereira*

**O TRABALHO FEMININO NA INDÚSTRIA: O QUE MUDOU?**

*Hildete Pereira de Melo*

**DESIGUALDADE DE GÊNERO:**

*Suely Kofes*

**TRECHOS DE UM DIÁRIO DE CAMPO: MUNDOS CONTEMPORÂNEOS,  
GÊNERO, DESIGUALDADE:**

*Adriana Piscitelli*

**MULHERES E RELAÇÕES DE PODER**

*Maria das Dores Campos Machado e Sílvia Fernandes*

**AS CLASSES POPULARES E AS FORMAS ALTERNATIVAS DE LIDAR COM A  
SAÚDE:**

*Victor Viñcent Valla*

**OS 'EUROPEUS' DO FUTEBOL BRASILEIRO OU COMO A 'PRÁTICA DE  
CHUTEIRAS' ENFRENTA A AMEAÇA DO MERCADO**

*Simone Lahud*

**A POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NOS TEMPOS MODERNOS**

*Henrique Lins de Barros*

**DA DIVERSIDADE ÀS DESIGUALDADES: A QUESTÃO ÉTICA E OS PROJETOS  
DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DO BRASIL XIX**

*Maria Helena Pereira Toledo Machado*



## Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

É uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social (PPGESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é constituir-se num instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa da área de Serviço Social e Ciências Sociais, procurando colocar em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à nova face da "Questão Social" na sociedade brasileira.

### EDITORES

Myriam Lins de Barros  
Yves Lesbaupin

### COMITÊ EDITORIAL

Carlos Nelson Coutinho  
Cleusa dos Santos  
Eduardo Mourão Vasconcelos  
Erimaldo Matias Nicacio  
Francisco Ary Fernandes de Medeiros  
Janete Luiza Leite Hanan  
Jean-Robert Weisshaupt  
José María Gómez  
José Paulo Netto  
Leilah Landim  
Líliá Guimarães Pougy  
Maria das Dores Campos Machado  
Maria de Fátima C. Marques Gomes  
Maria Helena Rauta Ramos  
Marlise Vinagre Silva  
Nobuco Kameyama  
Suely Souza de Almeida  
Yolanda Aparecida Demetrio Guerra  
Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira

### CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria Martins (ISSS – Coimbra/Portugal)  
Ana Elizabeth Mota (UFPE)  
Danièle Kergöat (GEDISST – CNRS/França)  
Dayse Solari (Univ. República La Uruguay)  
Helena Hirata (GEDISST – CNRS/França)  
Suen Hesse (Universidade de Estocolmo/Suécia)  
Jean Lojkine (EHESS/Paris)  
Leandro Konder (PUC/UFF)  
Margarita Rosas (Universidad La Plata/Argentina)  
Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC/SP)  
Michael Löwy (EHESS/Paris)  
Maria Ozanira Silva e Silva (UFMA)  
Richard Marin (Univ. de Toulouse-le-Mirail)  
Sônia Alvarez (EUA)  
Sulamit Ramon (London School of Economics)  
Vicente de Paula Faleiros (UNB)  
Reinaldo Gonçalves (UFRJ)  
Ivete Siemionato (UFSC)

### ASSESSORIA EDITORIAL

Murilo Peixoto da Mota

Praia Vermelha 8

# Estudos de Política e Teoria Social

Nº 8 • PRIMEIRO SEMESTRE • 2003

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ  
Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social – PPGESS



Solicita-se Permuta/Exchange Desired

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida sem a permissão dos editores.

As posições expressas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

#### **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

FUTURA

#### **REVISÃO**

Milton Pereira

#### **REDAÇÃO, ASSINATURAS, DISTRIBUIÇÃO E VENDAS**

Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

UFRJ – Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação

Av. Pasteur, 250 – fundos

CEP: 22.290-240

Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3873-5438

Fax: (21) 2542-8148

E-mail: latosensu@ess.ufrj.br

## **SUMÁRIO**

### **APRESENTAÇÃO**

A QUESTÃO SOCIAL ONTEM E HOJE Didier Lapeyronnie	12
DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA NO BRASIL Laura Tavares Soares	32
A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO Marilda Villela Iamamoto	56
PROCESSOS DE MUDANÇA, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL Potyara A. Pereira	84
O TRABALHO FEMININO NA INDÚSTRIA: O QUE MUDOU? Hildete Pereira de Melo	94
DESIGUALDADE DE GÊNERO Suely Kofes	136
TRECHOS DE UM DIÁRIO DE CAMPO: MUNDOS CONTEMPORÂNEOS, GÊNERO, DESIGUALDADE Adriana Piscitelli	148
MULHERES E RELAÇÕES DE PODER Maria das Dores Campos Machado e Silvia Fernandes	178
AS CLASSES POPULARES E AS FORMAS ALTERNATIVAS DE LIDAR COM A SAÚDE Victor Vincent Valla	194
OS 'EUROPEUS' DO FUTEBOL BRASILEIRO OU COMO A 'PRÁTICA DE CHUTEIRAS' ENFRENTA A AMEAÇA DO MERCADO Simoni Lahud	210
A POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NOS TEMPOS MODERNOS Henrique Lins de Barros	222
DA DIVERSIDADE ÀS DESIGUALDADES: A QUESTÃO ÉTICA E OS PROJETOS DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DO BRASIL XIX Maria Helena Pereira Toledo Machado	234



# APRESENTAÇÃO

Entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro de 2000 a Escola de Serviço Social da UFRJ, então sob a direção da profa. Suely Souza de Almeida, promoveu o Seminário Internacional "A Questão Social em 500 Anos". Este número especial de *Praia Vermelha* reúne parte dos trabalhos apresentados nas mesas-redondas que trataram de algumas das expressões da "questão social" do Brasil contemporâneo. O caráter multidisciplinar do evento permitiu a reunião de cientistas e assistentes sociais cuja produção acadêmica oferece um quadro de referência analítica ao complexo de fenômenos hoje designado como de *exclusão social*.

Participaram pesquisadores brasileiros inseridos em algumas das principais universidades e centros de pesquisa nacionais, com contribuição intelectual reconhecida, e profissionais de instituições governamentais ou não que elaboram e executam políticas sociais. O Seminário contou, também, com a presença de Didier Lapeyronnie (EHESS/Bordeaux) que abre o evento com a conferência publicada neste número com o título "A questão social ontem e hoje". Seu artigo, como o de Laura Tavares Soares, trazem um panorama mais amplo das questões sociais contemporâneas.

O artigo Laura Tavares Soares "Desigualdade social e pobreza no Brasil no contexto latino-americano: transição ou retrocesso?" faz uma análise da situação social e econômica atual do Brasil e da América Latina, discutindo e contrapondo o conceito de transição ao de retrocesso. Mostra como o primeiro conceito está associado à idéia de "evolução" e de uma determinada concepção de desenvolvimento que vê a América Latina como não tendo atingido ainda os patamares dos países já desenvolvidos. Na análise que faz dos indicadores sociais da América Latina e do Brasil, a autora propõe a noção de retrocesso que implica uma idéia não linear da evolução das condições sociais histórica e estruturalmente presentes

nos países latino-americanos e conclui expondo um quadro social e econômico que aponta, por um lado, para um agravamento da concentração de renda e das condições de trabalho e, por outro, para as melhoras sociais que estiveram, nas últimas décadas, associadas ao investimento público na infra-estrutura social, mas que vem sendo reduzido, colocando num processo de deterioração os indicadores sociais.

Didier Lapeyronnie pretende discutir no artigo as definições para a nova questão social que têm apresentado as categorias populares pelo lado negativo da anomia ou como vítimas do mau funcionamento da estrutura social. Em contraste a estas definições mostra a possibilidade de uma leitura positiva das condutas e dos problemas realizada a partir de observações empíricas da ação dos próprios membros das categorias populares. Reformula a preocupação quanto ao problema de integração presente na Europa para analisá-lo como uma questão de relações sociais e de política. Defende a idéia de como é primordial ligar novamente as políticas sociais à reconstrução da esquerda na Europa e que, na perspectiva geral de democratização da vida social deve-se, também, empreender a defesa das reivindicações de indivíduos, minorias e "excluídos" criando seus espaços de fala.

O artigo de Marilda Villela Iamamoto – "A questão social no capitalismo" apresenta uma análise distinta às respostas contemporâneas à questão social, as quais convergem para os mecanismos reguladores do mercado, para as organizações privadas e para a implementação de programas focalizados e descentralizados de "combate à pobreza e à exclusão social". Na perspectiva apresentada por Marilda Iamamoto a questão social é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais e para enfrentá-la é fundamental a afirmação das políticas sociais universais sob a responsabilidade do Estado, onde prevalecem as necessidades dos trabalhadores. Retoma, por este ângulo de análise, as relações entre questão social e serviço social e a formação profissional e o trabalho do assistente social no contexto contemporâneo.

No artigo "Processos de mudança, questão social e serviço social", Potyara A. Pereira apresenta os desafios das profissões da área social frente às transformações da questão social no mundo contemporâneo. Inicia o texto com uma análise histórica da eclosão da questão social na Europa do século XVIII com o capitalismo industrial. Desenvolve a questão das transformações atuais, definindo o caráter das mudanças estruturais e as políticas contemporâneas. Analisa os impactos sociais das mudanças e



identifica no projeto neoliberal a vigência de políticas restritas e descomprometidas com a garantia e extensão da cidadania numa “guinada” para a direita. Quanto às profissões sociais interventivas, mostra que cabe a elas repensar e não reformular objetos, métodos, técnicas, conceitos e conteúdos de seu conhecimento e ação. É o pensamento crítico e o compromisso com os valores igualitários que devem reger este repensar e contribuir para a explicitação da questão social.

Hildete Pereira de Melo no texto “O trabalho feminino na indústria: o que mudou?” analisa as mudanças da estrutura ocupacional feminina na indústria manufatureira em relação aos avanços tecnológicos. Para isso apresenta dados e analisa a ocupação feminina na indústria de transformação nos anos 1985, 1993 e 1997 a partir das variáveis: sexo, faixa etária, escolaridade, rendimentos, posição na família e na ocupação. Mostra que a reestruturação industrial não significou uma “volta ao lar” das trabalhadoras industriais. Com a apresentação de tabelas, compara a participação diferenciada de homens e mulheres em vários setores industriais. Analisa a presença feminina na indústria por idade e procura identificar as possíveis estratégias femininas quanto aos filhos e ao casamento a partir da posição das operárias na família, mostrando o aumento da taxa de participação das mulheres chefes de família como também a das cônjuges. Conclui mostrando que a entrada significativa de mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada de uma diminuição das desigualdades profissionais entre os sexos uma vez que o emprego feminino continua a se concentrar em alguns setores de atividades e em um pequeno número de profissões, base das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

“Desigualdade de gênero”, de Suely Kofes, propõe enfrentar a questão da desigualdade de gênero apresentando as bases da discussão: a desigualdade como estruturante da organização do social; relação entre diferença, desigualdade e igualdade; a desigualdade manifesta nos sinais percebidos nas relações sociais, nas trocas e nas interações. Desenvolve o tema (desigualdade e gênero) a partir da descrição de uma pesquisa realizada com patroas e empregadas domésticas, tendo como foco as concepções e as ações destas mulheres em suas interações cotidianas. Adriana Piscitelli apresenta as questões da desigualdade e de gênero desenvolvendo discussões a respeito da sua pesquisa sobre turismo sexual. No artigo “Trechos de um diário de campo: mundos contemporâneos, gênero, desigualdades” a autora aborda as discussões acadêmicas sobre os conceitos de poder e

dominação e mostra a discussão e a ausência de consenso atual na literatura feminista em torno da categoria patriarcado, assim como a de gênero. Na pesquisa sobre prostituição em Fortaleza, Adriana aponta o marco extremamente desigual de gênero e classe nas negociações entre as moças locais e os visitantes estrangeiros ou do sul do país e desenvolve a idéia do caráter flutuante de poder nas interações entre as jovens pobres e os homens e entre elas e outros indivíduos de sua rede de relação onde a interação delas com os estrangeiros as valoriza socialmente. Mostra, por outro lado, como esses relacionamentos ampliam os repertórios de feminilidade postos para a juventude feminina pobre de Fortaleza.

“Mulheres e relações de poder nos movimentos religiosos contemporâneos”, artigo de Maria das Dores Campos Machado e de Sílvia Fernandes, retoma a questão de gênero e poder, apresentando análises da pesquisa realizada pelas autoras onde focalizam as relações de poder e os lugares reservados às mulheres em dois movimentos: o carismático, na Igreja Católica e o pentecostal, na tradição evangélica. Colocam como uma nova questão para o debate: a construção de espaços de autoridade por parte das mulheres nas instituições religiosas, uma vez que a literatura sobre a motivação para filiação e participação religiosa não enfoca o investimento de mulheres no exercício de poder. Desenvolvem as temáticas de gênero e liderança, examinando a demarcação de territórios feminino e masculino no catolicismo carismático e na tradição evangélica e apontam a existência de resistência para a ampliação da liderança feminina nos dois espaços religiosos.

Victor Vincent Valla discute no texto “As classes populares e as formas alternativas de lidar com a saúde” a educação popular e a satisfação das necessidades básicas no campo da saúde das classes populares, dados os limites do sistema de saúde público. Apresenta a discussão teórica e metodológica onde se coloca a problemática da saúde alternativa face às concepções biomédicas que prevalecem nos serviços de saúde públicos e procura indicar que a forma alternativa de saúde é restrita às camadas média e alta da população. Mostra como as propostas de saúde alternativa se classificam como apoio social e geram respostas positivas no plano emocional ou comportamental, tanto para quem dá como para quem recebe o apoio, criando efeitos positivos na saúde. Propõe que se examine e se leve em conta a compreensão de saúde/doença e corpo/mente das classes populares, onde a doença e o sofrimento são tratados e atenuados por caminhos distintos da medicina biomédica, sendo fundamental para isso



a participação de mediadores da educação popular, profissionais de saúde e educação.

O tema da “globalização e cultura” é examinado no artigo de Simoni Lahud Guedes intitulado “Os ‘europeus’ do futebol brasileiro ou como a ‘pátria de chuteiras’ enfrenta a ameaça do mercado”. A autora apresenta a discussão da construção da idéia de nação, nacionalidade e povo tomando o futebol brasileiro como um caminho eficiente e rico. Analisa a relação nacionalismo/transnacionalismo como se apresenta nas discussões sobre futebol e como que, após a derrota do Brasil na Copa de 98, o campo simbólico onde se configura valores do nacionalismo é transformado com novas categorias de pensamento. Há, neste momento, a combinação entre o nacionalismo do esporte nacional com estilo próprio e a lógica de mercado transnacional, onde jogadores brasileiros altamente valorizados são recrutados por clubes estrangeiros. Nesta combinação estão presentes o orgulho pelo produto nacional de exportação e a reafirmação da pobreza nacional.

“A popularização da ciência nos tempos modernos”, de Henrique Lins de Barros, traz uma reflexão sobre a ciência e a tecnologia contemporâneas e a importância e necessidade de meios de divulgação científica e de popularização dos avanços científicos uma vez que as noções geradas no seio da ciência ultrapassam o meio dos cientistas e ganham outros espaços, tornando-se elementos essenciais para a compreensão do mundo. No artigo, o autor faz a defesa da idéia de uma “alfabetização científica” normalmente realizada fora dos espaços de educação formal e com a qual se pode realizar o entendimento dos avanços da ciência e da tecnologia a ela atrelada no contexto histórico contemporâneo. A inclusão que se realiza neste processo de alfabetização se contrapõe à imposição de uma linguagem científica inacessível a leigos e que se realiza como a única solução para problemas que a própria ciência criou como o esgotamento de nossas reservas naturais, a poluição e problemas sociais e morais para os quais não encontramos soluções.

Este número de Praia Vermelha finaliza com o artigo de Maria Helena Pereira Toledo Machado intitulado “Da diversidade às desigualdades: a questão étnica e os projetos da integração nacional do Brasil do XIX”. Na análise histórica da constituição da desigualdade étnica mostra que aos processos de reconstrução e recriação de identidades étnicas no contexto escravista se contrapõem forças sociais que procuram desfazer laços de solidariedade e de resistência entre os escravos através de estratégias como

a alforria e a mestiçagem. Para a compreensão das desigualdades étnicas no Brasil a autora apresenta, também, as raízes, no século XIX, dos projetos de integração política nacional que se alternavam com projetos de exclusão de não brancos à cidadania. Maria Helena apresenta os debates sobre a identidade do povo brasileiro, sobre a particularidade do país em sua paisagem e identifica nos textos da época o lugar diferenciado do negro e do índio na formação da nação em um projeto de branqueamento da população brasileira.

## OS EDITORES.



# A QUESTÃO SOCIAL ONTEM E HOJE

Didier LAPEYRONNIE\*

Este artigo pretende discutir as definições habitualmente propostas para a nova questão social, definições estas que apresentam as categorias populares como vítimas do mau funcionamento da estrutura social, enclausuradas na miséria do mundo, ou como produtos do processo de bastardia social que as lança na anomia. A hipótese sustentada neste artigo é a de uma leitura positiva das condutas e dos problemas, feita a partir da ação dos próprios membros das categorias populares, por mais frágil que seja esta ação. Por conseqüência, esta hipótese pretende restaurar a prioridade à política no tratamento da questão social. No século XIX, a questão das classes perigosas foi ultrapassada pelo movimento operário e pela democracia industrial. Então, não se faz necessário interrogarmo-nos hoje sobre as condições políticas da formação de um novo ator social e sobre a necessidade de criar uma verdadeira democracia urbana?

\*\*\*

Com freqüência, os argumentos relativos à questão social, aos bairros problemáticos e às condutas marginais dos jovens fundam-se na idéia de anomia. A unidade da sociedade está fissurada pela crise econômica e pelo dualismo social. Disto segue que grandes conjuntos sociais ficam de fora dos mecanismos de integração, permanecendo à margem da vida social normal. Os indivíduos estão desamparados ou são lançados em um mundo que perdeu suas referências institucionais e morais: o Estado não

se faz mais presente, as famílias foram «exoneradas», e os esquemas mafiosos se generalizam em toda sorte de tráficos. Na ausência de «referências», os indivíduos não conseguem construir personalidades positivas e estáveis. Comportamentos violentos, excessivos e absurdos não cessam de se desenvolver, aumentando ainda mais a desorganização. Assim, é primordial romper tal encadeamento negativo antes de pensar em pôr em prática uma política social e em «restabelecer os laços sociais». É isto que explica o imperativo de segurança, segurança esta que é condição necessária da ordem que permitirá que sejam eficazes as medidas de assistência e de educação às quais a população em questão tem direito.

\*\*\*

Na atualidade, é urgente desenvolver um outro raciocínio, não a partir da crítica ao primeiro, que certamente apresenta aspectos verdadeiros, mas a partir de observações empíricas. Tal raciocínio enraíza-se numa afirmação simples: os problemas definidos como questões de integração social não são conseqüências naturais de uma evolução da sociedade. Eles são, por assim dizer, uma “solução” e são construídos social e simbolicamente. As classes populares são a um só tempo “excluídas” pelos mecanismos sociais e “anuladas” pelos mecanismos políticos e simbólicos; ou, para dizer de uma outra maneira, elas são “extirpadas” das representações que as sociedades fazem de si mesmas. No fundo, aquilo que, à primeira vista, aparece como sendo um problema de integração social, deve ser analisado como uma questão de relações sociais e de política. Na constituição da nova questão social, é o vazio político que é determinante, e não o vazio social. É também por esta razão que parece hoje primordial ligar novamente as políticas sociais à reconstrução da esquerda na Europa.

Até os anos setenta, as políticas sociais baseavam-se em representações e interpretações claras da pobreza e da marginalidade nas sociedades industriais e nacionais. Ambas, como fenômenos relativamente limitados, deveriam ser reabsorvidas pelo progresso econômico e social. Constituam objeto de intervenções e ações que, tanto em seus meios quanto em seus objetivos, eram relativamente bem definidas e estavam fortemente ligadas às significações políticas e à presença da esquerda. Com a elevação do desemprego, o recrudescimento da exclusão, o surgimento de novas formas de comportamento social, a eclosão de tumultos e violência nas cidades, não foi apenas a magnitude dos fenômenos que mudou: as represen-

\* EHESS/Bordeaux

Tradução: Silvana Gonçalves de Paula



tações sociais tradicionais também foram desfeitas e, com elas, os habituais modelos interpretativos políticos que fundamentavam as políticas sociais, bem como as orientações de uma esquerda hoje desorientada, posto que suas categorias clássicas estão em profundo descompasso com a evolução da realidade social.

Frente a comportamentos que não são mais definidos nos compartimentos convencionais da ação social, ou frente a indivíduos e grupos que nestes compartimentos também não mais se encaixam, a esquerda e as políticas sociais nela inspiradas estão enfraquecidas, perderam seus objetivos e, sobretudo, não são mais apoiadas pelo engajamento dos atores encarregados de pôr estes objetivos em prática. Assim, a exclusão e a marginalidade cada vez mais aparecem como sendo fenômenos inevitáveis nas sociedades européias, profundamente dualizadas, o que conduz a uma redefinição da questão social.

1. Muitos observadores têm explicado tal fenômeno segundo as mais diversas formas: o mercado tendo substituído a sociedade, a regulação econômica substituindo os mecanismos sociais de integração. O desenvolvimento econômico, orientado para a conquista de mercados externos, não mais atua favoravelmente, mas sim contra a solidariedade nacional, gerando a exclusão e dividindo a sociedade.

No plano ideológico, o dilaceramento da economia e da sociedade é rapidamente transformado num confronto entre o mercado e a nação, entre o consumo e a cultura, entre o cosmopolitismo e a particularidade, como se a vida social se partisse, e os atores sociais e políticos se revelassem incapazes de associar seu engajamento na modernização com a manutenção das especificidades culturais. A esquerda que se definia como “progressista”, porque capaz de ligar progresso econômico com progresso social, está enfraquecida: as classes populares sentem que o desenvolvimento econômico se realiza melhor sem elas e, o que é pior, realiza-se contra elas. Daí a emergência de uma forte corrente de opinião populista, que é hostil à modernização e, sobretudo, à construção européia, que reivindica a existência de proteções reforçadas e que assume muitas vezes um tom xenófobo. Inversamente, no interior das categorias dominantes, a maior abertura à competição, assim como a penetração dos mecanismos de mercado nas esferas sociais que até então eram protegidas são acompanhadas do triunfo de uma ideologia liberal, que se vale do arrefecimento

das barreiras e que denuncia os entraves ao desenvolvimento consubstanciados pelo comportamento excessivamente tradicional, ou ainda pela política de proteção social e pela burocracia da previdência estatal. Entre esta ideologia modernizadora – que às vezes assume a forma de uma crítica ferrenha às políticas sociais – e as correntes populistas – que constituem freqüentemente o lugar de derivações racistas – a única opção parece ser a referência à integração social, a defesa das especificidades culturais e, sobretudo, da identidade e unidade nacionais, a fim de evitar que uma ruptura muito profunda favoreça o dilaceramento definitivo do tecido social.

O discurso consensual hoje é o discurso da integração. Ele aparece freqüentemente como uma espécie de evidência política e intelectual em todo o continente europeu: na França, sob a forma republicana, e sob a forma da Terceira Via, no Reino Unido. Tendo a competição econômica internacional provocado um aumento muito grande das distâncias sociais, tornou-se necessário reduzir estas distâncias e agregar o conjunto da população não apenas socialmente, mas também politicamente, em torno dos valores fundamentais da sociedade. Com freqüência, a nostalgia dos modelos passados, sobejamente mistificados, conjugada à inquietude e à incompreensão, leva a interpretar as fraturas sociais como uma das patologias da integração social: este é o caso do “modelo” de integração nacional “à francesa” que se percebe ameaçado tanto pela dualização como pela heterogeneidade crescente da população e dos comportamentos, pela extensão do mercado, ou ainda, pela construção européia. Quer assuma uma tonalidade de direita, mais repressiva e moralista, ou de esquerda, mais marcada pelo apelo ao serviço público e ao Estado, a imagem que o mundo político e o mundo intelectual fazem da sociedade é essencialmente conservadora: ela padeceria de uma falha de integração e as populações mais desprovidas são definidas por sua falta de integração. Para alguns, a única solução seria o retorno a uma verdadeira identidade francesa e aos princípios políticos tradicionais da nação. Para outros, a solução deveria ser encontrada no âmbito de uma política de incitação direta e individual ao trabalho e ao emprego, principalmente num período de grande crescimento como o que atualmente atravessamos.

Esta imagem, que é cada vez mais dominante, tem duas conseqüências sociais importantes. A primeira é que, implícita ou explicitamente, ela se reporta a um preceito central: aqueles que estão de fora não mais pertencem à sociedade, ou, pelo menos, sua contribuição para a vida social é des-



prezível em termos econômicos e culturais. Eles são definidos pela distância em relação à norma central da integração, seja em termos de valores (eles têm comportamentos dissonantes ou são não-integráveis), seja em termos de participação social (eles estão excluídos e não têm mais possibilidade de ser integrados, porque inúteis). A segunda consequência é, evidentemente, a redução desta população à condição de patologia social: ela é atravessada pelas contradições da sociedade ou é vítima das lacunas da integração social. São contingentes populacionais encarcerados na crise, na miséria, em situações sobre as quais não têm mais controle. Não apenas a solução de seus problemas não mais lhes pertence, como também eles são incapazes de agir e são confinados a uma situação privada de sentido: num caso eles se comportam de maneira “imoral”; no outro, expressam um sofrimento sintomático. Quando muito, eles podem expressar uma miséria que os outros podem interpretar e amenizar.

Esta representação não deixa de lembrar aquela que predominou no século XIX. Para os intelectuais daquele período, o desenvolvimento das classes perigosas era essencialmente a consequência da ruptura dos mecanismos tradicionais de integração social. Segundo eles, a segregação urbana, que aumentava continuamente a partir de 1850, havia separado as classes médias das classes populares, abandonando estas últimas à sua própria sorte. As condições deploráveis de vida, aliadas ao isolamento social, teriam provocado uma espécie de “degeneração” do mundo popular, degeneração esta que se traduzia em violência, situações de tumulto e criminalidade. Se a sociedade deixasse que tais fenômenos se desenvolvessem, ela correria o risco de rupturas graves e de um verdadeiro desmoronamento. Para tais intelectuais, as ações tradicionais se revelavam insuficientes e, às vezes, nocivas. A solução proposta era, então, o reforço da integração social através do restabelecimento dos vínculos com as classes populares, de uma moralização que permitisse distinguir os bons pobres dos maus, a fim de retirar os primeiros da influência negativa dos segundos e, por fim, de uma ajuda maior, acompanhada, contudo, de uma contrapartida que correspondesse ao engajamento individual dos necessitados no processo de integração.

Foi necessário esperar até o fim do século para que o olhar sobre as classes perigosas se transformasse. A busca conservadora da integração através de um misto de caridade, repressão e moralização, com o intuito de conter a pobreza, conheceu a concorrência de uma interpretação mais positiva, sobre a qual se construiu a esquerda: as demandas dos operários não

eram mais vistas como indissociáveis da patologia social ou da imoralidade, mas começavam a ser compreendidas como reivindicações inscritas no conflito social. O que mudou principalmente, então, não foi a situação destes grupos, mas o “prisma social” através do qual eles eram vistos: os operários não eram mais considerados indivíduos irracionais ou tradicionais que resistiriam às mudanças e à modernização. Eles começaram a ser reconhecidos como atores sociais. Tornou-se, assim, possível separar aquilo que emerge das formas de contestação daquilo que é, propriamente falando, um processo de exclusão, fenômeno que, em realidade, parecia bastante mais limitado do que nos períodos precedentes. Tal mudança de perspectiva, induzida, é verdade, pelas lutas operárias, principalmente no Reino Unido, mas também pelo marxismo, inaugurou a via para a criação das previdências estatais no âmbito de uma lógica de integração nacional e de gestão dos conflitos de classe.<sup>1</sup>

Atualmente, esta perspectiva se desfez. A idéia de conflito de classe desapareceu junto com o mundo industrial e operário. Ela foi substituída pelas idéias de dualização e de exclusão. A própria esquerda abandonou seu discurso de luta de classes para manter apenas o discurso de integração. Tal discurso corresponde bem à sensibilidade de uma parte de seu público: a representação de sociedades duais e de populações que padecem de uma falha de integração é a ideologia das classes médias, definidas por status, nível de consumo e participação na vida urbana. Como no século XIX, essas classes não têm, de fato, relações sociais com as classes populares, nem no plano econômico e tampouco em termos de proximidade espacial. Elas fazem das classes populares uma imagem de perigo e violência, ou de miséria e patologia, em razão dos tumultos, das páginas policiais e da mendicância. Assim, elas oscilam entre, de um lado, uma demanda de mais moralização e repressão, associada à vontade de alargar o mercado e o consumo; e, de outro lado, a vontade de reconstruir a integração nacional – por meio de uma ajuda suplementar aos necessitados – ligada à nostalgia de um quadro político nacional livre de elementos exógenos ou estrangeiros.

O discurso conservador da integração triunfou nestas duas formas. Ele encampa muito bem o ponto de vista das classes médias, que se sentem

<sup>1</sup> . Gareth Stedman Jones, *Outcast London. A Study in the Relationship between Classes in Victorian Society*. London. Oxford University Press, 1971.



ameaçadas e estão obcecadas pela manutenção de sua posição. Na França, é isto que explica sua defesa do status-quo em matéria de educação escolar e seu apego às proteções acordadas pelo Estado republicano, assim como aos modelos de instrução tradicionais que garantem a reprodução de seu status e afastam as populações menos favorecidas ou culturalmente mais distantes. Uma parte do mundo intelectual, profundamente identificado com um universalismo que o havia dotado de um privilégio estatutário e burocrático inéditos, contribuiu fortemente para o triunfo desta ideologia. Às vezes, tal ideologia desaba num laicismo intolerante, ou então na atribuição à cultura francesa de um valor universal, a fim de melhor justificar as exclusões e uma política de integração repressiva, como foi visto no caso da expulsão pelas escolas públicas das jovens muçulmanas que usam véus. A força e a importância destas categorias conferem-lhes um poder de agregação descomunal, hipotecando toda a evolução da esquerda e toda possibilidade de arbitragem política em favor das classes populares.

Mas, sobretudo ao cercear os “excluídos” em sua miséria e em sua patologia, o discurso da integração destrói toda possibilidade de construção de uma política representativa: não apenas este discurso impede a escuta do que diz o “excluído”, a consideração de seu ponto de vista, mas, além disso, nega-lhe toda capacidade positiva de ação. Sua experiência não tem sentido e não pode ser expressa com os meios que não são os seus. Ele fica reduzido ao silêncio. É isso que explica uma distância crescente e, cada vez mais, uma nítida hostilidade entre as esquerdas oficiais e governamentais e as categorias populares, assim como o desenvolvimento de fortes tensões entre as classes médias e as classes populares; e, de maneira ainda mais drástica, uma ruptura completa dos mecanismos de representação que não param de engendrar violência. Na França, a perda de fôlego da política urbana, principalmente depois das revoltas de Vaulx en Verlin em outubro de 1990, é uma consequência direta disto: as populações locais desconfiam das intervenções públicas, que lhes parecem cair do alto, e ficam muito reticentes em participar de discussões cujas circunstâncias controlam e nas quais não são verdadeiramente ouvidas.

É, pois, urgente para a esquerda européia pôr termo à ideologia da integração, que não pode senão dar início a uma política repressiva. Como no final do século XIX, sua recomposição passa por uma rejeição explícita deste discurso, associada à construção de uma percepção alternativa da nossa sociedade e de seus problemas, não mais em termos de falha de inte-

gração, mas em termos de conflitos sociais e de democratização. A dificuldade hoje é compreender que a linguagem das lutas sociais e das reivindicações não é mais aquela linguagem objetiva do mundo industrial (igualdade, justiça); ela é muito individualizada e muito subjetiva (dignidade, respeito à pessoa). Três temas parecem centrais e devem constituir os pontos de apoio para uma reorientação: fazer aparecer, por detrás da lógica “objetiva” integração-exclusão, a realidade das relações de classe e as relações de poder; fazer da possibilidade de cada um “viver sua vida” o objetivo primordial de toda política; e colocar no centro da ação a reivindicação pela democracia.

2. Nas sociedades européias ricas, a relação entre os “excluídos” e as classes médias “integradas” é marcada por um verdadeiro processo de “des-socialização”. Quanto mais o mercado substitui os mecanismos tradicionais de distribuição e restituição das posições sociais, mais a vida social parece ser dominada pela abertura e pela competição: cada qual tem a possibilidade de participar, de se envolver na competição em função de seus méritos, suas escolhas e suas capacidades. Nas categorias sociais médias, para os quais a herança social é menos importante do que a competência e o trabalho, o sucesso e o fracasso resultam essencialmente do próprio indivíduo, são personalizados. Aquilo que no mundo industrial e social-democrata era vivido coletivamente, como produto de um contexto sócio-econômico ou como um destino social, hoje é vivido no plano pessoal. O indivíduo se torna responsável por seu futuro, por seus sucessos e por seus insucessos. Se ele não chega ao êxito, ele não tem outras justificativas a não ser ele mesmo: falta de trabalho, estupidez, fraqueza de caráter etc. Certamente, ele permanece submetido a contingências sociais das quais não é responsável. Mas, tais contingências cada vez mais são percebidas como um contexto social em relação ao qual cada um, se quiser, tem a possibilidade de escapar pelo menos parcialmente. Nas sociedades liberais, os problemas sociais tendem, assim, a ser vividos pessoalmente, com frequência sob a forma de patologia psicológica ou, cada vez mais, pelo recurso às drogas.

Num tal universo social, aqueles que fracassam – que são considerados como excluídos ou “não-integrados” – são incessantemente remetidos à sua inaptidão, sua “incapacidade” de adaptação ou integração. Como no



século XIX, à falta de explicações sociais sobre fenômenos como a marginalidade e a pobreza, os problemas não são hoje considerados como resultado de relações de poder. Eles são ao mesmo tempo moralizados e naturalizados.

São moralizados no sentido em que a exclusão é interpretada como produto dos efeitos perversos de uma proteção social que estimulava a não trabalho aqueles que haviam perdido sua “dignidade” e que não haviam assimilado os valores “cívicos”. Assim, nos países anglo-saxões, a noção de *underclass* [subclasse] é freqüentemente empregada em um sentido pejorativo, porque insiste na “falência moral” das populações “excluídas”, vistas como responsáveis por sua situação porque excessivamente submetidas a seus “instintos” e incapazes de “estabilidade”. Logicamente, as “soluções” antevistas são então lutar contra este “pauperismo” moderno por meio da “moralização”: pôr termo ao individualismo e à ociosidade; restaurar o apreço pelo trabalho e pelo esforço; e, sobretudo, promover a solidariedade e os valores familiares. Na França, esta mesma perspectiva conduz ao apelo para a restauração do “senso cívico”, à deploração do abandono das aulas de moral e da educação cívica nas escolas, à denúncia dos danos da televisão, à promoção do retorno ao elitismo republicano, ou ainda, ao fato de se escandalizar com o “pedagogismo modernista”, que teria gangrenado a escola pública. Não haveria uma questão social na França, mas sim, e em primeiro lugar, um problema de internalização das normas e do respeito à ordem pública.

Ainda mais importante é que, quando não são mais interpretados socialmente, os problemas tendem a ser “naturalizados”, quer dizer, explicados por uma incapacidade “cultural” ou “biológica” herdada ou adquirida para se integrar ou para tomar parte na competição. O fracasso escolar ou o consumo de drogas são cada vez mais “medicalizados”, remetidos a uma patologia pessoal. Mais importante, a distância social é transformada em diferença. Se levada às suas últimas conseqüências, esta percepção do problema transforma-se em “racialização” pura e simples dos afastamentos sociais; o excluído ou o marginal é um “imigrante” ou um membro de “minorias étnicas” cuja cultura não é “integrável” em uma sociedade do tipo europeu, e nem ele mesmo poderá se integrar. A solução é, então, favorecer aqueles que são “aptos” e “integráveis” e afastar aqueles que não o são. O apelo às sociedades nacionalmente unificadas e culturalmente integradas supõe que se tome as medidas repressivas necessárias para evitar a acumulação de populações tão diferentes a ponto de estas

sociedades não terem capacidade de absorvê-las. No âmbito desta visão, a separação entre “bons imigrantes” e “maus imigrantes” (clandestinos e sem documentação) permitirá limitar a heterogeneidade da população e reencontrar a força da unidade nacional.

Tais reações frente à exclusão e a percepção dominante do problema em termos morais e naturais explicam-se também pela fragmentação cultural das sociedades e pelas transformações dos mecanismos de dominação: o mercado não apenas desarticulou a sociedade integrada, como também substituiu a produção pelo consumo. Os indivíduos não se identificam mais pelo trabalho ou pela posição social que ele confere, mas pelo nível de consumo que têm. Mais precisamente, eles não se situam mais em virtude de um pertencimento social, mas no interior de trajetórias de mobilidade, avaliando suas chances de ter ou não acesso ao consumo. Deste ponto de vista, a participação nos fluxos dominantes de trocas de bens e de signos tomou o lugar da integração social. O individualismo é uma manifestação disto. Ele assume duas formas complementares e contraditórias.

A primeira constitui um forte instrumentalismo: o indivíduo não existe a não ser pelo consumo, por sua capacidade de apropriar ou de fazer circular bens e signos. É preciso que ele seja “alguém”, quer dizer, que ele obtenha a consideração advinda do dinheiro. A generalização do mercado faz-se acompanhar da dissolução das “subculturas” populares e, conseqüentemente, das referências culturais externas ao universo do consumo. Da mesma forma em que o indivíduo é remetido a si mesmo no caso de fracasso por ausência de referências sociais, aqui ele fica contido no interior da definição de si mesmo: ele não existe e não é considerado, a não ser que ele se conforme aos padrões dominantes. Dito de outra forma, enquanto no universo operário e popular existiam espaços de referências autônomos, definidos social e culturalmente (a família, a comunidade, a solidariedade operária), hoje estes espaços desapareceram e os mecanismos de poder são impostos através das categorias mesmas da construção do *self*; da construção da individualidade e da escolha do grupo de pertencimento. O indivíduo não está mais submetido a normas e à racionalização da produção, ele está submetido a imagens e signos que lhes são impostos pelo consumo e por sua participação na vida social. As populações “excluídas” não têm subculturas autônomas e não podem ser definidas por sua marginalidade. Elas são “integradas” por intermédio de sua submissão às formas de participação dependente na vida social.



A participação do excluído na vida social passa, assim, por colocar-se em conformidade com uma imagem de si mesmo, imagem que lhe é imposta pelas categorias dominantes. De uma certa forma, ele é “integrado” sem “ser visto”, isto é, na condição de não ser “reconhecido” como um ator ou um sujeito individual e social. Sua experiência é dessocializada e descontextualizada, fragmentada para ser recomposta no interior das categorias dominantes. O indivíduo considerado como um excluído é primeiro privado de sua própria experiência. A resistência contra a qual ele esbarra para ser considerado como um ator social e a negação da relação social traduzem-se nele por uma espécie de dissociação interna, uma espécie de cisão pessoal. Ele deve empregar as palavras dos dominantes para falar de si. Assim, a definição da sociedade em termos de integração-exclusão não é neutra. Ela é uma forma de poder e de redução do dominado a uma situação objetiva: ele é um “excluído”, está fora das normas e da sociedade. O processo de reafirmação das normas sociais e de exteriorização dos problemas sociais operado pelas classes médias traduz-se no dominado como uma fissura interna, uma dificuldade às vezes insuperável na reconstrução de “sua” vida.

Os “excluídos” resistem à dissociação interna colocando em primeiro plano um individualismo com forte dimensão moral: cada indivíduo é definido em si mesmo, e não mais por sua integração em um grupo ou em uma cultura nacional. Ele tem o direito de “viver sua vida” e de “ser ele mesmo” e, por conseguinte, de não ser desprezado e de conservar sua própria dignidade. A busca de autenticidade pessoal se faz acompanhar por uma reivindicação indefinida de “reconhecimento” social. Tal reconhecimento não está mais diretamente ligado ao status social proveniente do trabalho, ele cabe ao indivíduo. O indivíduo deve ser reconhecido em si mesmo, independentemente de suas características sociais e é como indivíduo ou como “pessoa humana” que ele tem direito ao respeito e à sua dignidade. O não-reconhecimento que ele sofre é profundamente destrutivo. As reivindicações dos excluídos são inteiramente centradas nesta necessidade de obter reconhecimento de sua identidade e de seu pertencimento à vida social; no fundo, na necessidade de não serem considerados como “excluídos”. O paradoxo de sua situação é que a dependência na qual estão colocados destrói sua identidade, privando-os de reconhecimento. Com frequência é este o aspecto sobre qual insistem os “sem-teto” quando descrevem suas experiências. Para além da miséria econômica, é o sentimento de não existir para os outros ou de ser submisso a suas catego-

rias, (o “pobre coitado”), que é destrutivo e insuportável. Donde a reivindicação por respeito e dignidade é maior que por igualdade e justiça social. Isto é o que traduz o seguinte depoimento de um “sem-teto”, a propósito de um de seus amigos: *“Ele estava continuamente exposto aos olhares dos outros, sem a menor intimidade ou identidade. Por força de não ser escutado/ouvido, ele adquiriu o hábito de se calar e quando porventura ele falava, ele se tornava difícil de ser compreendido ... A verdadeira miséria, dizia ele essencialmente, é a de estar submetido ao olhar, ao pensamento, ao tempo dos outros. Assim, ele acabou por encarnar a perfeita imagem do vagabundo que dele se esperava... Ele não protestava quando se o fotografavam para suscitar comiseração. Quando ele apelava em primeiro lugar por respeito, nivelaram-no ao pobre coitado.*

A reivindicação por reconhecimento, a afirmação da autenticidade e o apelo às categorias morais constituem uma maneira de tentar reapropriar-se de sua própria experiência e de fazer compreender sua própria fala, não como uma fala sintomática, mas como uma fala contestadora e diferente. Dito de outro modo, ela é também uma maneira de desenhar uma percepção alternativa da vida social. As categorias objetivas dos dominantes definem a nova questão social opondo integração à exclusão e o universal ao particular; e funcionam através da separação e do ostracismo. O dominado, ao recusar ser reduzido a uma situação de exclusão, coloca em primeiro plano a necessidade de reconhecimento e, portanto, a prioridade da relação social que dá a cada um o direito de “viver sua vida” e de se desenvolver como um indivíduo completo, cujas particularidades, experiências e falas não sejam um “problema” que deva ser descartado ou tratado, mas sim uma característica da condição humana.<sup>2</sup> Os dominantes falam de suas vidas pessoais como se eles não estivessem em relação com os dominados. O dominado, ao contrário, não pode falar de si sem evocar a relação que mantém com o dominante. Sua experiência é fraturada pelo distanciamento que sofre. Ele deve, portanto, ao mesmo tempo fazer com que tal relação seja reconhecida como uma relação de poder, e contestá-la nesta sua natureza. É, ao situar-se nesta relação e ao protestar contra a dominação que sofre, que ele pode construir-se como uma pessoa verdadeiramente autônoma e reconhecida e, assim, escapar à dissociação inter-

<sup>2</sup> . Carol Gilligan, *In a Different Voice. Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge. Harvard University Press, 1982.



na. A partir de então, a questão central é saber como transformar estas formas individualizadas de resistência à dissociação numa ação contestatária coletiva. Em termos mais diretos: como ligar a experiência individual da dominação a um discurso político?

O operário, mesmo o mais explorado, podia obter o reconhecimento social pelo viés de seu trabalho e de sua contribuição para a criação de riqueza. A sua redução à particularidade ou a uma condição, ele opunha relação de exploração, uma relação na qual ele afirmaria constituir um dos pólos. Ele podia, então, contestar o poder que o submetia apoiando-se nos espaços de autonomia: seu ofício, a solidariedade ou a comunidade operárias. As políticas sociais reforçavam esta autonomia mesmo se ela não interviesse diretamente na relação social de exploração. O indivíduo considerado como marginal e submetido a categorias que lhes são exteriores não pode ser reconhecido por sua contribuição econômica ou cultural. Ele já não tem mais capacidade de se apoiar nos espaços de autonomia. Ele oscila, portanto, entre um “hiperconformismo” – através da busca do consumo e da fixação de seus signos, provas de sua participação social – e a afirmação de uma “identidade”, de uma “interioridade” ou de uma “herança cultural”, em suma, de uma dimensão puramente não-social dele mesmo, que ele reivindica que seja aceita e reconhecida. A dominação que ele sofre não é apenas econômica. Ela é primordialmente cultural e se manifesta na dificuldade que ele experimenta para conciliar sua participação na vida social com a afirmação de sua identidade, isto é, na dificuldade de construir uma personalidade ao mesmo tempo autônoma e reconhecida.

Deste ponto de vista, as políticas sociais tradicionais reforçam tal divisão e, sobretudo, aumentam a heteronomia. Ao definirem seu público a partir de critérios econômicos, elas tendem a comprimi-lo no interior de categorias objetivas e preestabelecidas, categorias cada vez mais distantes da diversidade de experiências individuais, assim como da multiplicidade de situações. Neste sentido, é justo falar de seus propósitos estigmatizantes, desde que se precise que a estigmatização não é o opróbrio lançado sobre uma população que continua a ser ignorada, mas sim a imposição de uma categoria “objetiva” de construção da realidade em total ruptura com a experiência subjetiva. As políticas sociais, definidas essencialmente como uma combinação de assistencialismo – necessário, em virtude de uma situação econômica – com ajuda psicológica – necessária, em virtude das desestruturações sofridas pelos indivíduos –, deixam, em geral,

pouco espaço para a autonomia e o reconhecimento da particularidade individual.

O indivíduo que é considerado como um excluído experimenta o sentimento de que “é impedido de viver”. Para além do não-reconhecimento de sua contribuição para a vida social e cultural, são sua personalidade e sua individualidade que ficam colocadas em risco e se acham atingidas. Sua sensibilidade para com os signos e imagens (notadamente as imagens que são feitas dele mesmo) fica exacerbada e sempre ambivalente. Ele tem que ser visto para ser reconhecido, mas não pode sê-lo se não estiver em conformidade com as categorias que lhe são impostas. Dito de outra forma, ele não pode ser ao mesmo tempo visto e reconhecido. Torna-se, então, difícil para ele sustentar uma unidade forte em sua vida e em suas condutas. Sua experiência se fragmenta. Ela é a experiência de justaposição de momentos da vida desligados uns dos outros, e de divisão e diluição. A única unidade que ele pode encontrar é, pois, não-social (cultural, religiosa, identitária), ou puramente externa, imposta de fora, principalmente pelas políticas sociais. Frequentemente não há, portanto, “escolha” que não seja entre o recolhimento numa particularidade ou a dissolução igualitária no interior das categorias dos dominantes. Por esta razão, as ações dos excluídos estão sempre cindidas entre a reivindicação por igualdade e a defesa da dignidade. A contestação de uma relação de poder e de desigualdade é geralmente alheia ao protesto contra uma imagem imposta, uma dominação cultural.

No fundo, numa sociedade onde as relações de classe atravessam a cultura, o “excluído” é colocado na situação do colonizado: os mecanismos de poder fragmentam sua experiência e remetem-na à sua particularidade ou à sua natureza. Ele pode, então, ser ajudado pelas políticas sociais que visam a torná-lo um cidadão racional, emancipando-o de suas pulsões ou de sua comunidade, e integrando-o numa sociedade já constituída por cidadãos iluminados. Tal processo de “colonização” da experiência pessoal – do “mundo vencido” – por um “social” definido como um meio de regular as condutas e integrar os indivíduos, fazendo-os interiorizar a racionalidade e a moral nacional, acaba por excluir as dimensões “expressivas”, “pulsionais” ou “naturais” das identidades pessoais, dimensões que são, quando muito, privadas e, em sua maior parte, relegadas e negadas. Para construir sua ação, o excluído deve reverter esta relação e associar a contestação de uma relação desigual com o protesto contra a dominação cultural. Ele sempre corre o risco de se fechar no interior de uma “contra-



cultura” alternativa, um gueto, ou então de se situar unicamente no plano da relação de poder e reivindicar uma igualdade individual plena, ao custo de sua particularidade.

Dilacerado entre estas duas exigências, ele tende ou a denunciar as políticas sociais, e demandar seu reforço, ou a rechaçar violentamente o mundo do consumo, recusando-se a ele aceder.

Com frequência, tal cisão leva ao isolamento e a uma espécie de involução das reivindicações, isto é, à justaposição de um discurso particular puramente subjetivo com um discurso político geral, puramente objetivo. Incapaz de ligar os dois lados de sua ação, o “excluído” ou o “minoritário” fecha-se no limite de uma experiência ou de uma identidade que não é passível de comunicação. Apenas o imigrante pode falar da imigração, o homossexual da homossexualidade, o drogado da droga, o excluído da exclusão... Nenhum indivíduo, nenhuma organização tem legitimidade para enunciar o que quer que seja sobre um problema deste tipo. Ninguém pode pretender a uma fala “universal”. Atrás de cada discurso está denunciada a estreiteza dos interesses e do ponto de vista. O que está em germinação aqui é uma forma de multiculturalismo que se abre para uma lógica que é a da pura afirmação da diferença ou da particularidade (tão excludente quanto o discurso dominante). Entre os excluídos, a emergência de tal radicalidade nas identidades é acompanhada por uma rejeição violenta a um discurso político geral e àqueles que tenderem a “falar em seu lugar” para defendê-los, porque esta fala, qualquer que seja sua orientação, reforça a heteronomia dos excluídos e contribui, ela própria, para reduzi-los ao silêncio.

A construção de uma ação e a reapropriação de uma experiência e de uma fala supõem o ato de ultrapassar tal ruptura e, então, ligar a reivindicação do reconhecimento da particularidade com a contestação de uma relação de desigualdade. O excluído ou o minoritário não pode agir a não ser pela combinação da orientação cultural com as relações sociais de poder. Mas, privado de autonomia pelas formas mesmas de dominação, para ele a primeira etapa é, evidentemente, a da construção de um ponto de vista autônomo e de um espaço exterior à dominação cultural, a partir de onde ele poderá contestá-la: somente ele pode expressar uma experiência particular e desenvolver um ponto de vista alternativo. É ao se reapropriar de sua experiência e de uma fala – ambas preexistentes à ação contestatória autônoma – que ele pode se individualizar e retomar o domínio de si mesmo, escapar das escolhas destrutivas. A primeira etapa consiste,

portanto, frequentemente, numa forma de ruptura com a esquerda ou na denúncia das políticas sociais, *i. e.*, num distanciamento dos debates e das orientações que não correspondem às práticas ou que tendem a objetivá-las. O discurso do especialista ou do homem de esquerda é tão mais violentamente rejeitado quanto mais “objetivo” for, pois constitui um recurso no debate político e não uma fala definida na relação e no respeito que pretenderia ajudar a traduzir ou expressar uma experiência.

É por esta razão que a reivindicação por “democracia” torna-se hoje central nas categorias populares. A democracia não é demandada como uma forma de igualdade econômica ou para assegurar a solidariedade, ou tampouco para promover interesses particulares. A democracia significa “reconhecimento” de cada indivíduo particular como um ator político que deve ser respeitado e escutado na sua particularidade. Ela é reivindicada em si mesma, definida cada vez mais nos termos culturais de “igualdade de condições”. Neste sentido, ela significa a reivindicação de uma cultura que permita a cada um “viver sua vida” e “ser quem ele é”. A democracia permite enraizar o protesto moral que apela aos valores universais de dignidade no solo de uma experiência concreta ou de uma identidade particular.

Os movimentos dos jovens que são “resultado da imigração” ou dos “*beurs*”,<sup>3</sup> assim como ultimamente os movimentos dos “sem documentos” são aqui centrais: eles demandam para uma população particular o direito de participar e de ser reconhecida por aquilo que ela é. Os jovens “*beurs*” recusam-se a ser vistos como indivíduos que já não são mais completamente árabes e ainda não são completamente franceses, ou que sejam “mal integrados” porque estão presos entre duas culturas. Eles são o que são, e nesta condição é que afirmam sua participação na sociedade francesa, isto é, a partir de uma identidade construída a partir da experiência particular que têm nesta sociedade. De igual modo, os “sem documentos” afirmam uma particularidade – e, sobretudo, a forte participação na vida social do país em que estão – que não pode ser reduzida à questão de existência ou falta de um estatuto jurídico. Esta lógica reivindicativa é também a de muitas outras minorias. Os surdos, por exemplo, não cessam de reivindicar o reconhecimento de sua linguagem e de sua cultura, bem como seu direito a um verdadeiro estatuto de igualdade simultâneo a um

<sup>3</sup> Termo utilizado na França para denominar os imigrantes árabes e seus descendentes.[INT]



certo tipo de proteção para pôr fim às discriminações. Eles demandam ser aceitos pelo que são e contestam a forma de poder exercida sobre eles, que consiste em defini-los negativamente, por uma falta, e em justificar, assim, as discriminações. De forma mais evidente e dramática, os homossexuais, agrupados na associação Act-Up, conseguiram juntar a exigência de reconhecimento da particularidade de uma experiência tanto com a reivindicação de ter o direito de “viver sua vida” pessoal em plena igualdade, quanto com a contestação das formas de poder que os marginalizam, os ignoram e fazem deles as primeiras vítimas da AIDS. A individualização, ou pura e simplesmente a possibilidade de viver, estão aqui ligadas ao direito ao reconhecimento das minorias ou culturas minoritárias.

Nas sociedades ricas, a passagem da experiência individual de dominação para um discurso político alternativo e geral processa-se pela construção de “identidades contestatórias”, isto é, pela associação da afirmação de uma particularidade à contestação de uma relação de desigualdade. As culturas minoritárias, assim como muitos espaços de identificações religiosas ou sexuais que permitem o enraizamento do protesto moral na particularidade individual cumprem este papel. Assim, a mistura de herança cultural com a experiência de exclusão e com o racismo nos bairros de subúrbio, que resulta na formação de etnicidade, não deve ser compreendida como uma simples construção identitária ou como demanda de um direito à diferença, mas sim como a formação de uma ação social a partir da afirmação de uma particularidade que associa a reivindicação de reconhecimento com a contestação de uma relação de poder. As etnicidades que surgem atualmente constituem uma das formas para os dominados constituírem-se como atores contestatórios, pois que criadores de uma identidade coletiva autônoma.

O trabalho da esquerda deve ser o de ajudar o reconhecimento destas identidades, de cada uma das experiências particulares e de ligá-las à contestação de um poder que despessoaliza. O simples reconhecimento das diferenças, isolado da questão da individualização e das relações de classe, pode perfeitamente tornar-se uma questão das classes médias e se acomodar em relação à exclusão ou à constituição de uma subclasse. Na redefinição da questão social, é necessário, então, manter juntas a reflexão sobre as culturas ou identidades minoritárias e a questão das relações sociais de poder que produzem a “desindividualização”. Deste ponto de vista, o tema multicultural e o do “politicamente correto” não são mais do que uma ideologia de contra-elite, que é tão excludente quanto o republica-

nismo. Inversamente, a atual crispação em relação ao discurso republicano de integração pode apenas levar ao reforço de uma “balkanização”<sup>4</sup> das identidades – que não terão mais lugar –, a uma ruptura definitiva entre a esquerda tradicional e os grupos conduzidos por sua política identitária, e à situação em que os excluídos continuam sentindo que são totalmente ignorados.

A esquerda não pode existir a não ser que se afaste destes discursos normativos e trabalhe no sentido de uma autoprodução da vida social pelos indivíduos; em suma, no sentido de uma ação democrática. Isto supõe que ela ligue o reconhecimento de identidades à luta pela capacidade de cada um se individualizar. A esquerda deve, então, parar de promover uma cidadania e uma equidade “abstratas” e passar a criar espaços nos quais essa cidadania possa enraizar-se em experiências e individualidades concretas. Do mesmo modo, hoje não se trata mais de integrar e socializar os indivíduos para emancipá-los e fazê-los cidadãos, mas, ao contrário, trata-se de criar as condições sociais que permitam a cada pessoa ou a cada grupo ascender à cidadania com sua particularidade e construir “sua” vida com o máximo de autonomia. A esquerda deve encarregar-se da reivindicação democrática de fazer reconhecer e respeitar as diferentes maneiras que homens e mulheres têm para viver sua cidadania e para se autoproduzirem<sup>5</sup>. Ela deve, portanto, ajudar a emergência e a plena expressão de identidades e experiências particulares no âmbito do espaço público, assim como ela deve defender cada indivíduo contra os sistemas de poder que tendem a reduzir a questão a uma circunstância ou a uma natureza. Deste ponto de vista, é necessário fazer com que seja reconhecida a pessoa por detrás do excluído, a pessoa no seu direito não apenas ao respeito e à dignidade, mas também no seu direito às condições sociais que lhe permitam existir como pretende, como um indivíduo em sua totalidade, que também contribui para construir nossa sociedade. A esquerda só pode fazer isto se ajudar no desenvolvimento de ações contestatórias e movimentos sociais, os únicos capazes de lidar com a particularidade das experiências; se reforçar suas autonomias; e se tentar ligar seus protestos com uma perspectiva geral de democratização da vida social. Para tanto, ser-lhe-á necessário inventar uma “fala” de abertura e reconhecimento, uma

<sup>4</sup>. No original : « ... une balkanisation des identités ... » (NT)

<sup>5</sup>. Michael Walzer, *Spheres of Justice. A Defense of Pluralism and Equality*. New York, Basic Books, 1983.



“fala” da relação e da subjetividade e, provavelmente, uma outra relação com o discurso, concebido não mais como um instrumento político de mobilização e objetivação, mas como espaço de comunicação e expressão de experiências, como o movimento das mulheres tem muitas vezes dado o exemplo mais evidente.

\*\*\*

Através desta reivindicação por democracia, são precisamente as normas culturais dominantes que ficam diretamente colocadas em questão e, portanto, a definição de integração. Os dominantes tendem a identificar sua percepção da vida social com as normas de integração. Eles impõem suas idéias, suas categorias e definem as condições de organização da vida social. Estas como que falam por si, parecem naturais, evidentes, objetivas e universais. Tal é a imagem da nova questão social, a da dualização e da exclusão; uma imagem que tem uma parte de verdade, mas que é também construída a partir do ponto de vista dominante: as normas de integração estão incluídas nesta construção e a questão social é analisada no seu interior. Os excluídos e as minorias são caracterizados por sua distância em relação às normas, por sua patologia ou por sua miséria. A esquerda deve trabalhar para reverter tal perspectiva, re-introduzindo o ponto de vista e a fala do “excluído” e do “minoritário”. Seus comportamentos não podem ser interpretados apenas em termos de crise, patologia ou falta. Eles também são compreensíveis como formas de contestação e reivindicação frente aos poderes que “dessocializam” e impõem suas categorias de construção da experiência e de definição de si. Sem uma redefinição positiva das categorias populares, as políticas sociais não serão jamais outra coisa senão uma forma de caridade, exterior, portanto, àqueles que constituem o seu alvo.

Deste ponto de vista, a vida social parece ser menos definida pela dualidade integrado/excluído, e mais como sendo organizada em torno de um conflito sócio-cultural entre concepções opostas de integração social e nacional para enfrentar a questão desta cisão social: de um lado, a prioridade dada à unidade, à homogeneidade e à capacidade de mobilização econômica e nacional (o consumidor, o cidadão, a integração); e, de outro lado, a busca de diversidade e a defesa das minorias e da individualidade como condições da unidade (o indivíduo e o sujeito pessoal) numa cultura democrática da diversidade. A integração e a cultura nacionais não

constituem o quadro no interior do qual organiza-se a vida social; ao contrário, no interior da vida social, elas ensejam conflitos e interpretações opostas.

Toda reflexão sobre problemas e políticas sociais deve ser reticente em relação às categorias da prática corrente. Atualmente, tal reflexão deve se distanciar do discurso dominante que define a nova questão social como um problema de integração – discurso que sempre tem sido o discurso dos conservadores – para fazer aparecerem as relações de classe numa sociedade que não mais se define pela produção, mas pelo consumo e pela cultura. A reconstrução urgente de uma esquerda na Europa passa pelo abandono de seu discurso “mole” da integração, que não é de natureza diferente do discurso mais “duro” da direita, e passa também por empreender a defesa das reivindicações de indivíduos, minorias e “excluídos” na criação de espaços de falas associados a uma perspectiva geral de democratização da vida social. A esquerda definiu a questão social e pautou sua ação na ligação entre lutas de classes, integração nacional e emancipação. Não lhe resta mais do que o tema da integração. Hoje, ela deve abandoná-lo para se recompor em torno de uma nova linguagem e de uma nova definição da questão social, aquela que ligue lutas de classes, democracia e individuação.



# DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA NO BRASIL NO CONTEXTO LATINO- AMERICANO: TRANSIÇÃO OU RETROCESSO?

Laura Tavares Soares<sup>1</sup>

## AMÉRICA LATINA: TRANSIÇÃO OU RETROCESSO?

Neste trabalho colocamos em discussão o conceito de *transição*, contrapondo-o ao de *retrocesso*, diante da situação social e econômica que estamos vivendo na quase totalidade dos países latino-americanos.

O conceito de *transição* que nos é transmitido pela maioria dos organismos internacionais traz consigo uma idéia de “evolução”: estamos deixando para trás coisas que passam a pertencer apenas ao passado e evoluímos em direção a uma situação mais “avançada”, mais “moderna”, onde se supõe uma “melhoria global”. Essa idéia pertence à matriz sociológica da “modernização por difusão”, onde supostamente os chamados países “em desenvolvimento” se aproveitariam dos efeitos da modernização alcançada pelos países “desenvolvidos”. O próprio conceito de “em desenvolvimento” pressupõe que estaríamos evoluindo para algo mais “desenvolvido”.

Em contraposição a essa idéia, propomos aqui a noção de *retrocesso*, que assume como matriz de pensamento aquela que considera nossos países como *periféricos e capitalistas tardios*. Esta situação, determinada historicamente e estruturalmente, dá um marco explicativo para os aspectos aparentemente contraditórios na chamada evolução das condições sociais das diversas populações que habitam o continente latino-americano.

<sup>1</sup> Professora da UFRJ; Doutora em Economia do Setor Público na área de Política Social; Pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ.

Trata-se de uma evolução que absolutamente não é linear e que, nas últimas duas décadas, apresenta fortes traços de retrocesso em dois sentidos. O primeiro é o de que alguns (poucos, mas importantes) avanços sociais obtidos na AL, a partir das políticas de ajuste estrutural adotadas no continente, correm o risco de desaparecer e/ou de sofrer perdas consideráveis do ponto de vista da proteção social que proporcionavam. O segundo diz respeito ao surgimento de um quadro demográfico e epidemiológico que, além de incorporar características que seriam típicas do chamado processo de transição – envelhecimento da população e doenças e agravos considerados dos países desenvolvidos – não só **não** deixa para trás as antigas características e moléstias da nossa população como, pelo contrário, o que se registra cada vez com mais intensidade, é o recrudescimento de antigas endemias; o agravamento de doenças que já estavam sob controle (como a tuberculose); o aumento do número de mortes por causas evitáveis etc., etc. Mais ainda, a população mais pobre, que antes era a que mais padecia das chamadas doenças do “atraso” – as infecto-contagiosas – agora **também** sofre com as altas taxas de prevalência e incidência dos chamados agravos “modernos”: hoje em dia as pessoas pobres também morrem de câncer, de AIDS, de doença cardiovascular, sem falar dos agravos mais agudos que assolam nossas cidades, os acidentes e violências.

Do ponto de vista demográfico, também combinamos o fenômeno do envelhecimento da população – com todas as suas implicações para a saúde e a seguridade social – com a manutenção de um “estoque” de jovens que pressionam por mercado de trabalho; além de um número ainda elevado, em termos absolutos, de crianças que estão nascendo, para a maioria das quais ainda não conseguimos dar condições mínimas de sobrevivência.

Seriam todas essas características “naturais” e “necessárias” a um suposto processo de evolução? Seriam as “dores do crescimento”? Certamente que não. O preço que vem sendo pago por um contingente crescente da população latino-americana em nome de uma modernização importada não é absolutamente necessário. A idéia de *retrocesso* fica ainda mais nítida quando verificamos que o agravamento das condições sociais de milhões de latino-americanos foi causado por políticas deliberadas no campo econômico e institucional: são as chamadas políticas de ajuste estrutural impostas aos países do 3º mundo, e que, no caso da AL, vêm sendo implantadas desde os anos 80. Em tese de



Doutorado defendida em 1995,<sup>3</sup> fica claro que essas políticas de ajuste – denominadas *neoliberais* – ao mesmo tempo em que causam uma superposição de velhas com novas formas de pobreza, impedem que as políticas sociais cumpram com seu papel compensatório, restringindo-as com cortes substanciais de recursos e substituindo-as por programas focalizados e emergenciais.

Numa análise dialética e histórica disto que está se chamando aqui de *retrocesso*, é necessário que se leve em consideração também os avanços, sobretudo aqueles registrados em alguns países – com destaque para o Brasil – no que diz respeito à cobertura da Seguridade Social e ao acesso a uma infra-estrutura de serviços públicos básicos que fez com que inúmeros indicadores sociais apresentassem melhoras, principalmente os relacionados com a saúde. Muitas dessas melhoras, no entanto, são fruto de investimentos públicos passados, cujos efeitos são mais a longo prazo. A ausência ou a drástica redução desses investimentos no presente certamente já está provocando e ainda provocará resultados negativos no futuro.

Por outro lado, a substituição do gasto público social, base de uma Seguridade Social universal, por formas de financiamento baseadas em fundos especiais com recursos externos, que mantêm, de forma precária, programas sociais focalizados e emergenciais, tem provocado na AL o agravamento da exclusão de vastos setores sociais que não têm como pagar pelos serviços básicos. No Peru, por exemplo, em torno de 70% da população carente não têm acesso ao serviço público de saúde, que hoje faz uma “cobrança seletiva”. O frágil direito de cidadania que vinha sendo construído a duras penas em muitos países latino-americanos, foi substituído por “atestados de pobreza” que permitem o acesso a precários e mal financiados serviços públicos.

Longe de apresentar uma “transição” no sentido de uma evolução em direção a um futuro melhor, verificamos, infelizmente, pelo exposto neste trabalho e por estudos acumulados ao longo destes anos, que a AL vem apresentando uma combinação perversa de *avanço para poucos e retrocesso para muitos*.

<sup>3</sup> Ver Soares, Laura Tavares. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*. [Tese de Doutorado] Editora EELAN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998, 1ª reimpressão em 1999.

## O BRASIL NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

O cenário latino-americano é de franco *retrocesso* social quando se analisam os aspectos econômicos, sociais, demográficos e epidemiológicos que constituem um quadro complexo e heterogêneo, com poucos avanços e muitos retrocessos. Este é um quadro incompatível e muito distante daquilo que nos vem sendo prometido como uma *transição* (“necessária”, segundo alguns) em direção à “modernidade” e/ou ao “primeiro mundo”.

Ao término dos anos 90, a situação social na América Latina não apenas não melhora com relação ao período anterior, como em alguns países, com a entrada (no caso do Brasil) e com o aprofundamento dos processos de ajuste (Argentina, México, Peru, entre outros), a situação apresenta fortes evidências de deterioração e retrocesso social.

O aumento da desigualdade torna-se mais disruptivo do ponto de vista social quando, ao mesmo tempo, expande-se a capacidade de consumo dos estratos mais altos da população e se reduz a dos mais baixos, especialmente quando os recursos destes últimos já eram insuficientes para adquirir bens de consumo básicos. O percentual da população em **extrema pobreza** aumenta, revertendo-se a tendência das três décadas do pós-guerra. Este grupo de “extremamente pobres” ou “indigentes”, definidos como aqueles cuja renda familiar não dá para comprar uma cesta básica de alimentos, foi o que mais cresceu entre os pobres, representando a metade dos mesmos.<sup>4</sup>

A situação dos países em termos de insuficiência de renda nos anos 90 tendeu a tornar-se mais similar em termos proporcionais: em vários deles a incidência da pobreza medida nos domicílios tendeu a confluir em torno de 30%. No entanto, por trás dessa maior confluência dos dados proporcionais, encontram-se enormes diferenças em números absolutos de pobres, bem como **diferenças de infra-estrutura social muito significativas, incluindo as redes sociais estatais**. Dessa forma, a pobreza nos anos 90 acentuou-se especialmente nos países de maior tamanho econô-

<sup>4</sup> É o que se chama de “hiato de pobreza” – a distância entre a renda média dos pobres e a linha de pobreza. Ver, a esse respeito, estudo sobre esse tema no Brasil pós-Plano Real em artigo publicado na Revista PRAGA nº.3 intitulado “*Pobreza e Política Social: exclusão nos anos 90*”, Ed. Hucitec, São Paulo, 1997.



mico e populacional, como **Brasil**, Venezuela, Argentina e México. Os pobres urbanos tornaram-se mais numerosos que os pobres rurais. Parcela importante dos estratos médios tornou-se mais vulnerável aos efeitos das políticas de estabilização ou ajuste: ao agravamento da situação dos estratos de renda mais baixa acrescentou-se, como fenômeno digno de destaque, uma deterioração da qualidade de vida dos estratos médios urbanos, gerando uma “nova pobreza”. Houve uma ampliação das diferenças de acesso aos bens e serviços que satisfazem as necessidades básicas vinculadas à habitação e a seus serviços, à educação e à saúde.

As remunerações médias (salários, aposentadorias e pensões), que representam cerca de 70% da renda dos domicílios que se situam em torno da linha de pobreza, não só não acompanharam a expansão do produto em alguns países ao final da década (como a Colômbia e o Chile), como caíram 25% em termos reais, em média, nos demais países onde se processaram ajustes. As quedas de renda por habitante foram acompanhadas, na maioria dos casos, por uma piora na sua distribuição, de modo que reduções de renda inferiores a 25% em média representaram diminuições significativamente maiores nos domicílios vulneráveis que se situavam em torno da linha da pobreza.

A própria Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL<sup>5</sup>), ao apresentar o panorama social dos anos 90, reconhece que a AL é a região do mundo onde a renda se distribui da forma mais inequitativa. A média dos coeficientes de GINI para os nossos países é de 0,56, ou seja, 15 pontos a mais do que os países desenvolvidos ou os do sudeste asiático, e apenas comparável à média africana.

Em uma síntese sobre as mudanças no nível e na distribuição de renda dos domicílios em 13 países latino-americanos<sup>6</sup> encontramos alguns achados muito significativos. O primeiro deles é que, seja qual for o indicador escolhido, **o Brasil assume a liderança enquanto país que possui a pior distribuição de renda**, algumas vezes acompanhado pela Colômbia. Assim, verifica-se que em ambos os países 25% dos domicílios mais pobres se apropriam apenas de 5% da renda, enquanto que os 10% mais ricos ficam com 43%. Na outra ponta está o Uruguai, onde essa distribui-

<sup>5</sup> CEPAL. Panorama Social 1999-2000.

<sup>6</sup> Fonte: CEPAL, com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países, entre os anos de 93 e 96.

ção é mais “equilibrada”: 11,8% para os *quartis* mais pobres e 25% para os mais ricos.

O indicador mais assustador, no entanto, é o percentual de domicílios cuja renda é menor que a renda média (entendida esta como a renda mensal *per capita* média dos domicílios dividida pelo valor da linha de pobreza *per capita*): **todos os países selecionados possuem mais de 70% dos seus domicílios nessa situação!** O Brasil e a Colômbia assumem mais uma vez a liderança, **com 76% (!)**, sendo que o limite inferior, de novo com o Uruguai, não é muito animador: 67% dos domicílios com uma renda domiciliar *per capita* que mal deve alcançar a subsistência.

Na AL a participação dos domicílios **pobres** no total de domicílios passou de 35% em 1980 para 36% em 1997, o que significou um incremento de 68.100 milhões no número de pobres (que aumentou de 135.900 milhões para 204 milhões nesse mesmo período), representando um aumento de 150%. Por outro lado, a **indigência**, fenômeno muito mais grave que a pobreza segundo a CEPAL<sup>7</sup>, manteve-se em 15% do total de domicílios nesse período, acrescentando ao contingente de indigentes 27.400 milhões de pessoas, com um **crescimento de 144% entre 1980 e 1997!**<sup>8</sup> Ao desagregarmos a pobreza e a indigência por áreas urbanas e rurais temos que, em 1995, enquanto 38% dos domicílios urbanos encontravam-se abaixo da **linha de pobreza**, na área rural 56% dos domicílios estavam nessa situação. Abaixo da **linha de indigência** temos 11% dos domicílios urbanos e 34% dos domicílios rurais. A pobreza e a indigência são, portanto, mais severas na área rural. No entanto, em termos absolutos é evidente a supremacia dos centros urbanos, sobretudo os metropolitanos.

Como essa situação de pobreza e indigência não é homogênea entre os países, podemos agrupá-los em alguns graus de pobreza. Quando situamos os **domicílios rurais** abaixo da linha de pobreza, temos que Guatemala e Honduras possuem 66% dos seus domicílios nessa situação; Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru e Venezuela estão na faixa entre 34% e 65%; enquanto Argentina, Costa Rica, Chile e Uruguai possuem até 33% dos seus domicílios rurais em situação de pobreza. Já a **pobreza**

<sup>7</sup> A CEPAL considera como **linha de pobreza** o valor necessário para uma família dar conta de suas necessidades básicas; enquanto que a **linha de indigência** é o valor necessário para adquirir apenas uma cesta básica de alimentos.

<sup>8</sup> Ver CEPAL, *Panorama Económico de América Latina*, 1998.



**urbana** é considerada *baixa* na Argentina e no Uruguai, com menos de 15% dos seus domicílios urbanos abaixo da linha de pobreza; *média* no Chile, Costa Rica e Panamá (de 15% a 30%); *alta* no Brasil, Colômbia, México, Peru e Venezuela (de 31% a 50% – faixa, por sinal, bastante extensa); e  *muito alta* na Bolívia e Honduras (com mais de 50% dos seus domicílios em situação de pobreza).

Aos problemas de distribuição da renda e de indigência, agrega-se uma **nova pobreza**, fruto explícito das novas políticas de ajuste para a AL que vêm provocando taxas de **desemprego** aberto jamais vistas anteriormente nas cidades latino-americanas (em algumas, como São Paulo e a grande Buenos Aires, com taxas próximas a 20%). Na maioria dos países latino-americanos aumenta o **desemprego urbano** no período 1990-97<sup>9</sup>. Na Argentina o percentual de desempregados urbanos dobra, pulando de 7,4% (que já é um patamar elevado) para 14,9%. Seu impacto em termos absolutos tem sido gigantesco: milhões de desempregados concentram-se hoje nas áreas metropolitanas. A distribuição desse desemprego, embora tenha atingido a todos os setores da sociedade, se mantém com taxas elevadas nas famílias de mais baixa renda e nos jovens. Ao contrário do que se afirma de forma corrente, a correlação desemprego-instrução nem sempre ocorre. A mesma CEPAL afirma que esse desemprego, sobretudo nos jovens, vem acompanhado de um incremento da escolaridade, o que gera os já apontados “espaços de frustração” entre a qualificação obtida pelos jovens e as possibilidades de empregos compatíveis.

Paralelamente ao desemprego, o **subemprego** – definido como aquele trabalho com uma remuneração inferior ao valor mínimo estabelecido em cada país – constitui-se num dos problemas mais graves na AL: em 1996 no Peru 48% da população estavam subempregados e na Colômbia 15% em sete áreas metropolitanas.<sup>10</sup> **Estima-se que na AL entre 20% e 40% da população empregada recebam uma renda inferior ao mínimo necessário para cobrir a cesta básica;<sup>11</sup> ou seja, segundo critérios da CEPAL, abaixo da linha de indigência!**

Com relação à estrutura do emprego não agrícola na AL no quinquênio 1990-1995, o **trabalho informal** se afirma como a principal fonte

<sup>9</sup> Ver CEPAL, Panorama Social de 1998.

<sup>10</sup> OIT, Panorama Laboral, 1996.

<sup>11</sup> CEPAL, op.cit., 1998.

geradora de emprego: 84% das novas ocupações criadas nesse período corresponderam a atividades informais. O chamado setor informal<sup>12</sup> que já era responsável por 51,6% das ocupações, aumenta sua participação para 56,1%; enquanto o setor formal vê reduzida sua participação de 48,4% para 43,9%, **reduzindo-se o emprego formal tanto no setor público quanto no privado.**<sup>13</sup>

Com relação ao emprego público, as fortes contrações do gasto fiscal e os processos de privatização de empresas públicas, ocorridos em função dos programas de ajuste estrutural, exerceram um impacto negativo sobre o emprego e sobre as remunerações dos assalariados do setor público. Essas perdas salariais redundaram em um aumento do percentual dos empregados públicos em situação de pobreza: em vários países, marcadamente na Argentina, Brasil, México, Venezuela e Paraguai, o número de afetados pela pobreza no setor público cresceu em maior proporção que o total de ocupados, revelando que os assalariados com renda mais próxima ao valor da linha de pobreza sofreram perdas maiores. Vale lembrar que a CEPAL afirma que essa situação de baixa remuneração e aumento dos percentuais de pobreza que afetam os empregados do Estado limita as próprias possibilidades de “reforma” e “modernização” do setor público.

No chamado “setor informal”, o problema está na sua heterogeneidade: entre os países e dentro deles se constituem estratos cada vez mais diferenciados de trabalhadores – que incluem desde o pessoal de empresas multinacionais e nacionais, de médias, pequenas e microempresas, até os trabalhadores dos setores mais pobres, concentrados em atividades de sobrevivência – o que acentua a inequidade social e sanitária.

A participação das mulheres na economia continua a aumentar, sem que isso signifique um aumento na renda das famílias, persistindo uma marcada discriminação salarial. Por outro lado, isto ocorre num contexto que obriga as famílias a recorrer a estratégias de sobrevivência que implicam em aumento da carga de trabalho doméstico, sem que se produzam avanços paralelos na cobertura dos serviços sociais de apoio para o cuidado das crianças.

<sup>12</sup> Não existe uma única definição do chamado setor informal. Aqui se adota o critério da OIT in: Panorama Laboral, 1996.

<sup>13</sup> Estimativas da OIT, 1996, com base nas informações das pesquisas de domicílios e de outras fontes oficiais.



Outro conjunto de fatores que agrava as condições de emprego, tornando-as cada vez mais precárias, são as chamadas **políticas de “flexibilização”** por parte das empresas, facilitadas pelas reformas das leis trabalhistas em curso na maioria dos países latino-americanos. Estas políticas afetam a estabilidade no emprego, a extensão da jornada de trabalho, o regime de férias, e, sobretudo, as remunerações. Nesse contexto caracterizado pela generalização do trabalho precário, os trabalhadores – em particular os jovens sem capacitação prévia – se vêem obrigados a aceitar situações trabalhistas muito desfavoráveis, podendo inclusive ser despedidos se decidem sindicalizar-se. Neste sentido cabe registrar que o percentual de trabalhadores sindicalizados na AL está caindo (com relação à população ocupada vai de 42% na Argentina, passando por 7,8% no Peru, chegando a 2,9% na Guatemala) o que reduz suas possibilidades de melhora das condições de trabalho. Esses trabalhadores passam a constituir um setor com maiores riscos de sofrer acidentes e doenças ocupacionais.<sup>14</sup>

Outros Indicadores Sociais mais específicos, como os de Saúde, também evidenciam retrocesso.<sup>15</sup> Como exemplo, o baixo tamanho para a idade de origem **nutricional**, que é um reflexo de períodos de alimentação inadequada, em alguns países atinge metade dos pré-escolares e escolares, o que é ainda mais grave, com óbvias implicações para o desenvolvimento físico e intelectual necessário para a escolarização dessas crianças.

O saneamento básico, sabidamente fator determinante na morbimortalidade infantil por doenças transmissíveis, também apresenta indicadores contraditórios, embora na média para a região alguns indicadores sejam mais favoráveis – como o fato de a maioria da população contar com água potável (com conexão domiciliar ou “fácil acesso”). Outros, como o destino dos dejetos e o tratamento das águas servidas, são bem menos favoráveis, além da persistente e marcante diferença urbano–rural. Na AL o aumento desordenado da população metropolitana trouxe um processo de periferização que vem acompanhado de péssimas condições de saneamento para as populações que aí residem.

Nesse sentido, além dessa quantificação e distribuição da pobreza, torna-se relevante avaliar, particularmente nos contextos de ajuste com

<sup>14</sup> OPS, *Situación de Salud en las Américas*, p.88, 1998.

<sup>15</sup> Ver detalhamento em trabalho da autora *“Demografia e Pobreza na América Latina: avanço ou retrocesso?”* apresentado em seminário da CLACSO (*Comisión Latinoamericana de Ciencias Sociales*), Buenos Aires, Argentina, nov.2000.

contenção de investimentos públicos, as **condições de acessibilidade dos pobres aos serviços básicos** de suprimento de água, esgoto sanitário, coleta de lixo, saúde e educação. Estes itens possuem forte peso no orçamento não monetário das famílias de baixa renda, sendo, dessa forma, relevantes para fins de complementação da renda real dos pobres. Os indicadores analisados demonstram as **más condições de acesso a serviços básicos, sobretudo nas periferias das grandes cidades**. Dessa forma, a **pobreza metropolitana fica mais bem qualificada quando se levam em conta as carências de saneamento, habitação, assistência médica e educação, as quais não dependem essencialmente de acréscimos marginais da renda, e sim dos investimentos do setor público**.

No Brasil, a desagregação dos dados segundo **centro e periferia das regiões metropolitanas** não apenas confirma como, de certa forma, agrava as constatações feitas acima: as carências mais agudas também ocorrem nas **periferias das metrópoles**. Destaca-se, no entanto, que, em função das **baixas taxas de investimento público verificadas nos últimos anos, condições inadequadas ou mesmo críticas de acesso aos serviços básicos não são um “privilégio” apenas das regiões metropolitanas menos desenvolvidas**. Os pobres da periferia do Rio de Janeiro são tão mal servidos por abastecimento de água quanto os de Recife, assim como os da periferia de Belo Horizonte amargam condições de acesso ao esgotamento sanitário tão graves quanto os das periferias de Salvador ou Fortaleza.

Também ao desagregar os dados relativos à pobreza como **insuficiência de renda** (sendo pobres aqueles cuja renda está abaixo da linha de pobreza, conforme visto acima), verifica-se que as periferias apresentam, sistematicamente, proporções de pobres mais elevadas que o núcleo, de modo que se pode falar de **periferização da pobreza como padrão de localização dos pobres nas metrópoles**.

Relacionado ao anterior, a **mortalidade infantil** continua sendo um indicador extremamente sensível às condições de vida. Seu comportamento tem permitido também demonstrar o impacto das ações de saúde quando estas são desenvolvidas de forma efetiva e permanente. Segundo estimativa feita para vinte países da AL<sup>16</sup> – representando cerca de 97% da população e 98% dos nascimentos – a mortalidade infantil passou de

<sup>16</sup> Organização Panamericana da Saúde. *Estadísticas de Salud de las Américas. Edición de 1998*. Washington DC: OPS, 1998 (*Publicación Científica 567*).



127 no quinquênio 1950-55 para 40 no período 1990-95, o que ainda representa cerca de 460 mil mortes anuais de crianças menores de um ano na AL. Ao analisar por países, vemos que alguns se situam acima da média, como o Peru (com 55) e o Brasil (com 47); enquanto outros ficam bem abaixo dela, como Cuba (com 10) – perto do Canadá com 7 – e outros bem próximos, como o México com 37 mortes de menores de um ano por mil nascidos vivos.

A saúde do **adolescente e do jovem** passou a constituir-se em objeto de preocupação e intervenção públicas, para além daquelas específicas do setor de saúde. O perfil epidemiológico nesse grupo – alta mortalidade por causas externas, abuso de drogas, delinquência, gravidez e abandono escolar – encontra-se profundamente relacionado com uma complexa causalidade social que envolve a privação econômica extrema, antecedentes familiares de conflitos e problemas comportamentais, gerando a absoluta falta de um ambiente protetor, o que é agravado pela crescente ausência ou retirada do poder público das coletividades extremamente carentes ou “marginalizadas” onde vivem esses adolescentes. Estes têm sido as principais vítimas da **violência, fenômeno social que atingiu proporções epidêmicas nos países da AL**: das mortes causadas por homicídio na região das Américas, 29% foram de adolescentes de 10 a 19 anos de idade. Em dez dos 21 países com mais de um milhão de habitantes, o homicídio ocupa o segundo lugar entre as principais causas de morte do grupo de 15 a 24 anos de idade e é uma das cinco principais causas em 17 desses países. Outro indicador impactante, com efeito direto sobre os serviços de saúde, é a mortalidade materna como uma das principais causas de morte das adolescentes nos países da AL, onde o risco de morrer por causas relacionadas com a gravidez e o parto é cinquenta vezes maior do que no Canadá ou nos EUA.<sup>17</sup>

Um indicador que sintetiza as condições em que vive essa parcela extremamente vulnerável da população latino-americana é o **trabalho de crianças e adolescentes** (menores de 15 e de 15 a 18 anos respectivamente) que coloca em risco ou mesmo impede sua educação e desenvolvimento social, físico e mental, ao mesmo tempo em que reduz ou elimina suas possibilidades de sair da pobreza. As condições de trabalho dessas crian-

<sup>17</sup> “Macro International Demographic and health surveys” 1990-1996. Calverton, Maryland: Macro International, 1990-1996.

ças costumam ser as piores possíveis: jornadas prolongadas e menores remunerações, sem falar nos inúmeros casos de trabalho forçado. As crianças que trabalham agregam aos problemas associados à pobreza – como a desnutrição, a anemia, a fadiga e a maior exposição a epidemias – os riscos adicionais derivados das péssimas condições sanitárias dos seus locais de trabalho.

Segundo dados da OIT para 1996, o trabalho infantil vem aumentando nos países da região: a metade das quinze (15) milhões de crianças que trabalhavam na AL (sem considerar o trabalho doméstico) tinha entre **seis (6) e quatorze (14) anos**, o que representa de 20% a 25% do total de crianças nessa idade. Nesse mesmo ano, em vários países, mais de 10% da população de dez (10) a quatorze (14) anos de idade estavam incorporadas à força de trabalho: Haiti (25%), Guatemala, **Brasil (!)** e República Dominicana (16%), e Bolívia e Nicarágua (14%). Já segundo a CEPAL<sup>18</sup>, com base em pesquisas domiciliares dos respectivos países, a proporção de crianças e adolescentes **entre treze (13) e dezessete (17) anos** de idade que trabalhavam no Brasil em 1995 subia para 29%, superada apenas pelo Paraguai com 31%! Essa proporção sobe assustadoramente para 60% e 66% nesses mesmos países, respectivamente, quando se trata da área rural. O Chile era, em 1994, o país com a menor proporção de trabalho adolescente (4,9% na área urbana e 14% na área rural) dos países listados pela CEPAL.

Ao analisar o perfil desse trabalho, a OIT aponta que na AL a maioria das crianças que trabalham são assalariadas (entre 60% e 70% das crianças que trabalham nas áreas urbanas e entre 45% e 50% nas áreas rurais). O trabalho familiar não remunerado representa entre 40% e 45% e apenas uma pequena proporção de crianças (de 10% a 15%) trabalha por conta própria. No mesmo grupo estudado pela CEPAL de 13 a 17 anos, o percentual da renda total dos domicílios que é aportado por essas crianças e adolescentes gira em torno de 20%, sendo a maior contribuição aquela aportada pelos adolescentes argentinos (27,3% em 1994) e a menor a dos uruguaios (16,2%).<sup>19</sup>

<sup>18</sup> CEPAL, 1998, op.cit..

<sup>19</sup> Id.ibid.



## OS DETERMINANTES ATUAIS DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

O Brasil adotou “tardiamente” o receituário neoliberal das chamadas políticas de *ajuste estrutural* com relação à maioria dos países latino-americanos. Isto trouxe conseqüências importantes de natureza política e social, que provavelmente explicam o estágio em que nos encontramos frente a essas políticas.

As chamadas Políticas de *Ajuste Estrutural*, como propostas e medidas econômicas, bem como estratégias político-institucionais, partem do entendimento do *NEOLIBERALISMO* como um projeto global para a sociedade, com políticas articuladas, que não se limitam a medidas econômicas de efeitos conjunturais e/ou transitórios, trazendo conseqüências sociais graves e permanentes, muitas vezes de difícil volta atrás.

Essas Políticas de Ajuste provocaram, de um lado, um agravamento das condições sociais de crescentes parcelas da população; e, de outro, uma deterioração das Políticas Públicas Sociais. Na realidade, estes são processos que se dão de forma simultânea e que possuem uma retroalimentação.

Os impactos sociais das políticas de ajuste dependem:

- da estruturação anterior das Políticas Públicas (âmbito nacional; grau de universalidade no acesso; forma de financiamento; cobertura etc.);
- das condições sociais encontradas em cada formação social específica (características histórico-estruturais de Desigualdade Social e intensidade das situações de exclusão e pobreza);
- bem como do tipo e da intensidade das políticas de ajuste (ortodoxia das políticas, gradualidade das medidas etc.).

As mudanças provocadas pelo ajuste podem ser conjunturais e estruturais. Suas possibilidades de reversão são inversamente proporcionais à sua capacidade ou poder de destruição.

As propostas de ajuste econômico e estrutural se repetem de modo canônico entre os países, sobretudo os latino-americanos. O Brasil não foge à regra. As políticas de ajuste e *estabilização* econômica estão calcadas na *âncora cambial* – com sobrevalorização cambial; nos juros internos altos; nas medidas de liberalização financeira; na entrada de capitais especulativos de curto prazo; com riscos e desestabilização evidente na balança de

pagamentos do país. A emissão de títulos da dívida pública trouxe, aliada à política de juros, um aumento incontrolável da dívida interna.<sup>20</sup>

Como país retardatário, no entanto, o Brasil já entrou na fase das chamadas “medidas corretivas” do ajuste preconizado pelo *Consenso de Washington*, combinando, assim, as já conhecidas políticas ortodoxas no campo econômico com propostas ditas de “reforma do Estado”, aliadas a programas de “alívio” para a pobreza, tratando de enquadrar-se (ao menos na retórica) no chamado “*Ajuste com Rosto Humano*” proposto por alguns organismos internacionais como o PNUD<sup>21</sup>, ou na “humanização da globalização” conforme declarações de ex-diretor do FMI.<sup>22</sup>

Como sempre, a distância entre os processos reais e a doutrina – esta última travestida de um discurso “preocupado com a pobreza” nesta nova etapa – vai ficando cada vez maior. O ajuste brasileiro assume contornos claramente recessivos. Tal como alhures provoca queda nos salários, redução do emprego, informalidade nos negócios, evasão de impostos e diminuição da base de arrecadação tributária. O chamado ajuste fiscal permanente traz um enorme custo para o setor público, com corte de gastos essenciais e desequilíbrio patrimonial permanente.

A combinação perversa entre a reestruturação recessiva da economia e do setor público; a geração de novas situações de exclusão social; e o agravamento das já precárias condições sociais daquela parcela da população já considerada “em situação de pobreza”,<sup>23</sup> resulta naquilo que chamamos de *custos sociais do ajuste* no Brasil.<sup>24</sup>

## DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA NO BRASIL

Este é um tema evidentemente extenso e complexo, e que continua sendo nosso objeto de investigação. Tempos houve em que estudos sobre

<sup>20</sup> Ver síntese da proposta de Ajuste Econômico na tese de doutorado da autora “*Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*”, Rio de Janeiro: Ed.EEAN/UFRJ, 1998 (2a.ed. 1999).

<sup>21</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

<sup>22</sup> Ver declarações de Michel Camdessus no jornal Folha de São Paulo, em 29 de setembro de 1999.

<sup>23</sup> Segundo fontes oficiais, de 30% a 40% da população, dependendo dos critérios de definição de *linha de pobreza*.

<sup>24</sup> Ver recente livro da autora “*Os Custos Sociais do Ajuste na América Latina*”, São Paulo: Editora Cortez, 2000.



a pobreza no Brasil<sup>25</sup>, afirmavam que a *renda*, de forma isolada, é fator insuficiente para mensurar a pobreza nas suas múltiplas dimensões. Nos estudos que pretendiam dar uma visão mais abrangente e completa da pobreza no Brasil, a tendência era a de incorporar na análise outras variáveis sociais, além da renda; construindo, ou não, indicadores sintéticos. Tendência essa, por sinal, observada também em alguns estudos internacionais que comparam as situações de desigualdade social e pobreza entre países, embora de forma muito abrangente e superficial<sup>26</sup>.

A mensuração da pobreza apenas pela *renda* traz consigo uma visão reducionista da complexa questão social que envolve uma série de outros fatores e variáveis. Podemos citar alguns problemas nessa abordagem.

Fatores, por exemplo, como a redução do tamanho das famílias brasileiras e a incorporação de um número crescente de membros da família no mercado de trabalho, além da crescente participação dos idosos que ainda contam com benefícios previdenciários, contribuindo para o aumento da renda familiar, não têm sido levados em conta nas “mensurações” de uma suposta redução da pobreza mensurada exclusivamente pela renda.

Outro problema refere-se à **definição do valor da linha de pobreza** que separa os *pobres* dos *não-pobres*. **Esta linha de pobreza é o aspecto mais controverso na mensuração da pobreza absoluta.** Cada definição e metodologia produzirão um resultado diverso mais ou menos otimista sobre a evolução da pobreza, além de totalmente artificial e mais uma vez reducionista da realidade.<sup>27</sup>

Estabelecido o valor dessa *linha divisória*, resta saber o que ela efetivamente representa em termos do que se considera hoje no Brasil “*potencial de consumo*” por parte dos pobres. Achar, por exemplo, que com um quarto, meio ou até um salário mínimo, mesmo em “tempos de estabilidade”, o pobre poderá atender suas necessidades básicas no âmbito do “consumo

<sup>25</sup> Ver “Brasil: desigualdades sociais e pobreza nos anos 80 e início dos anos 90”, in Soares, Tavares, op.cit. pp.157-207, 1999.

<sup>26</sup> Podemos citar o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, utilizado por órgão das Nações Unidas, o PNUD, que leva em consideração, além do PIB *per capita*, variáveis como a Escolaridade e a Esperança de vida ao nascer.

<sup>27</sup> Estas diferentes definições e metodologias podem ser vistas in Lessa; Salm.; Soares, Tavares; Dain, “**Pobreza e política social: a exclusão dos anos 90**”, *Revista PRAGA* (São Paulo), Vol 1, Nº 3, 1997:p.78 e in Soares, Tavares, p. 176, 1999.

privado” é, no mínimo, de uma total frieza estatística e de um absoluto distanciamento da realidade.

Os valores estipulados para a linha de pobreza em inúmeros estudos feitos em regiões metropolitanas no Brasil não chegam, em nenhuma delas (nem em São Paulo, que apresenta o maior valor) a 100% do salário mínimo. **Estes valores permitem, na melhor das hipóteses, adquirir uma cesta básica de alimentos.** Isto, segundo a CEPAL,<sup>28</sup> utilizando critérios comparativos entre países latino-americanos, representa o valor da **linha de indigência**, que está **abaixo da linha de pobreza**. Esta incluiria, além do valor da cesta básica, o valor estimado para o atendimento de outras necessidades essenciais, como vestuário, habitação, transporte, educação, medicamentos, entre outros. Estes bens e serviços básicos, com o corte dos investimentos públicos no período pós-ajuste, ficaram, em sua maioria, à mercê do “mercado” – sofrendo uma elevação real de preços – tornando piores, sobretudo para os mais pobres, suas condições de acesso.

Quando utilizamos o critério da renda do ponto de vista da sua **distribuição e concentração**, vemos que o Brasil ocupa uma situação não muito confortável quando comparado a outros países latino-americanos. Em um quadro-síntese sobre as mudanças no nível e na distribuição de renda dos domicílios na América Latina na década de 90,<sup>29</sup> encontramos alguns achados muito significativos. O primeiro deles é que seja qual for o indicador escolhido, o Brasil assume a liderança enquanto país que possui a **pior distribuição de renda**, algumas vezes acompanhada pela Colômbia. Assim, verifica-se que 25% dos domicílios mais pobres se apropriam apenas de 5% da renda, enquanto os 10% mais ricos ficam com 43%. O indicador mais assustador, no entanto, é o percentual de domicílios cuja renda é menor que a renda média (entendida esta como a renda mensal *per capita* média dos domicílios dividida pelo valor da linha de pobreza *per capita*): **todos os países selecionados possuem mais de 70% dos seus domicílios nessa situação!** O Brasil e a Colômbia assumem mais uma vez a liderança, **com 76% (!)**, sendo que o limite inferior,

<sup>28</sup> CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas, que elabora, desde o início dos anos 80, uma série sistemática de estudos sobre a pobreza latino-americana.

<sup>29</sup> Fonte: CEPAL, com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países, entre os anos de 93 e 96.



no Uruguai, não é muito animador: 67% dos domicílios com uma renda domiciliar *per capita* que mal deve alcançar a subsistência.

Se não se pode atribuir a pobreza exclusivamente ao Ajuste, pode-se afirmar que, em sua vigência, as políticas econômicas e sociais não foram (e continuam não sendo) capazes de reverter o quadro de pobreza e exclusão social. Pelo contrário, essas políticas, além de não reduzirem a pobreza, **vêm gerando um sem-número de novas formas de exclusão social, na medida em que agravam e deterioram as condições de emprego e de trabalho** (informalização, diminuição dos salários e corte dos, já reduzidos, direitos sociais), criando um desemprego cuja dimensão supera qualquer outra marca histórica já vista no Brasil.

O **trabalho informal** cresceu 62% na década de 90. O último levantamento oficial a respeito<sup>30</sup> nas seis principais Regiões Metropolitanas do país<sup>31</sup> revela que o número de pessoas ocupadas sem carteira assinada cresceu **62%** entre 1990 e 1999. Em São Paulo, esse crescimento foi de **81%**! Esta tendência tende a agravar-se: entre as 217 mil pessoas que entraram no mercado de trabalho paulista no ano passado, 57% (ou 157.312) estão trabalhando sem carteira assinada. No Brasil praticamente todo o acréscimo de pessoas ocupadas no último ano ocorreu no mercado informal: das 433 mil pessoas que entraram no mercado de trabalho no período, **78%** não assinaram carteira. Levando em consideração apenas as seis principais regiões metropolitanas, o levantamento do IBGE<sup>32</sup> indica que existem 4,4 milhões de pessoas trabalhando sem carteira. Este número é ainda mais assustador quando são incluídos os 3,8 milhões de pessoas que, segundo a mesma pesquisa do IBGE, trabalham “*por conta própria*”. A grande maioria desses “autônomos” também está na informalidade.

Como um importante indicador da **precarização das relações de trabalho**, a informalidade se reflete na proporção daqueles que contribuem com a Previdência Social. A já historicamente baixa proporção de trabalhadores ativos contribuintes – pouco mais da metade – se reduz a menos de 50% a partir de meados dos 90. A proporção de pessoas ocupadas com

<sup>30</sup> Pesquisa Mensal de Emprego - PME/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dez/1999.

<sup>31</sup> São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife.

<sup>32</sup> Id. ibid.

carteira assinada (ou seja, contribuintes da Previdência Social) diminuiu de 56,9% em 1990 para 44,5% em 1999, significando uma queda de 12,6%.<sup>33</sup> Isto traz óbvias implicações para a já instável situação de financiamento da Seguridade Social no Brasil, cujo suposto *déficit* vem sendo justificativa para o corte linear nos benefícios sociais.<sup>34</sup>

Associado à crescente informalização está o **desemprego**, seguramente o custo social mais alto que se está pagando hoje pelo ajuste. A indiscriminada abertura comercial desta década, além de acelerar “o encolhimento relativo” dos empregados no setor formal, provocou enorme destruição de postos de trabalho na indústria – da ordem de 30% a 35% dos existentes em 1989 – o equivalente a pelo menos 1,5 milhões de empregos.<sup>35</sup>

O desemprego medido pelo IBGE<sup>36</sup> no Brasil tem mantido a taxa média de 8%, atingindo, em janeiro deste ano, 7,6%, a segunda maior taxa desde janeiro de 1984 (7,5%). Em algumas regiões metropolitanas, as taxas foram superiores, como em Salvador (Bahia) com 11,3%, e São Paulo com 8,2%.

Enquanto crescem a informalidade e o desemprego, cai o rendimento daqueles que ainda conseguem permanecer trabalhando. Dados do próprio IBGE<sup>37</sup> indicam que a renda média dos trabalhadores brasileiros caiu 8% na década de 90, apresentando uma queda de 5,5% só no ano passado. São Paulo, antigo líder das mais altas taxas de crescimento econômico e renda, passou a liderar a maior redução – 7,6% – dos salários em 1999 entre as seis principais regiões metropolitanas do país. Não por acaso: as maiores quedas foram registradas na indústria (-10,1%). Em segundo lugar estão os trabalhadores por conta própria, com uma redução da sua renda de 9,9%, o que desmistifica o discurso que o governo federal e a mídia vêm tratando de impor no Brasil, de que a “saída” do trabalhador para aumentar sua renda seria trabalhar *por conta própria*. Outro mito derrubado é o de que na informalidade o trabalhador teria menos perdas de salário: em 1999, em São Paulo, não existiu praticamente diferença entre a queda de rendimento entre as pessoas ocupadas com carteira assinada (4,7%) daquelas sem carteira (4,1%).

<sup>33</sup> Id. ibid.

<sup>34</sup> Soares, Laura Tavares. “A Reforma da Previdência Social no Brasil”. Rio de Janeiro: *Cadernos da UFRJ*, 2000.

<sup>35</sup> Lessa,; Salm,; Soares, Tavares; Dain. Op.cit., p.72. 1997.

<sup>36</sup> Ver PME/IBGE, op.cit.

<sup>37</sup> Ver PME/IBGE, op.cit.



Essa tendência à queda no rendimento dos trabalhadores, após um período de recuperação pós-plano Real, é atribuída ao crescimento do desemprego. Segundo “avaliação geral” publicada na imprensa<sup>38</sup> “é melhor ganhar menos que não ganhar nada”.

Para finalizar este ponto, retiramos da mesma imprensa uma comparação muito ilustrativa dos anos 90 *vis à vis* os anos 80, considerados como a “década perdida”: “Os dados relativos ao rendimento médio divulgados pelo IBGE contrastam com os números registrados no auge do Plano Cruzado, por exemplo. Em 1986, os trabalhadores de São Paulo tiveram um aumento de 33% nos rendimentos.”<sup>39</sup>

Outro aspecto que persiste no Brasil é a **desigualdade regional**. Apesar do alegado crescimento do PIB no Nordeste, as disparidades não diminuem.

As crianças que vivem no Nordeste têm um mês a menos de aula do que os estudantes do Sudeste. Se a conta for feita para todo o período do primeiro grau, será um ano de estudo a menos para os nordestinos. Quando crescem, esses alunos que aprendem menos viram adultos que também sofrem com a diferença. Enquanto um trabalhador recebe em média R\$ 4,68 por hora no Sudeste, no Nordeste este valor é menos da metade – R\$ 1,91. Não há como contestar outro grave indicador: nos estados nordestinos ainda morrem 59 bebês em cada mil nascidos vivos, em média, 23 a mais que a média brasileira. Enquanto no Sudeste, 20% das mulheres com idades entre 15 e 49 anos são esterilizadas, no Nordeste esse percentual aumenta para 26%. Apenas 6% das mulheres do Sudeste alegaram razões econômicas. Já no Nordeste, 18% delas recorreram à esterilização por falta de dinheiro para sustentar mais filhos.

Por mais que se comemorem alguns progressos na indústria nordestina, os benefícios ainda estão longe de representar uma redução no fosso que separa o Brasil pobre do desenvolvido. E esses números da desigualdade têm sido levantados em pesquisas como a *Pesquisa de Padrão de Vida* (PPV), que se concentrou nas regiões Nordeste e Sudeste. Da PPV, vieram as constatações sobre números de horas de estudos, valor da hora de trabalho e outros flagrantes das disparidades.

“Seja na renda, na educação, na saúde, nas questões sociais, em todos os aspectos as diferenças entre as duas regiões são enormes. Há alguns pontos posi-

tivos, como o fato de que a população do Nordeste está mais informada sobre suas próprias doenças, mas o quadro geral ainda é de grande desvantagem”, resume a coordenadora da pesquisa, Elisa Caillaux. Foram distribuídos questionários em 5 mil domicílios (alcançando 20 mil pessoas) de todos os estados do Nordeste e do Sudeste, abrangendo uma área equivalente a 70% da população brasileira.

Em entrevista feita em julho do ano passado, o próprio presidente da Sudene então reconhecia a necessidade de **investimentos públicos**, inclusive federais, nas áreas sociais, como a **educação**, decretando a necessidade de urgência na realização destas ações. Apesar de anunciar a existência de “arquipélagos” de prosperidade (regiões economicamente em crescimento que precisariam somente de integração para que a população nordestina pudesse se beneficiar), ele advertia que “Temos de criar outros eixos de desenvolvimento e investir no fator humano, senão os arquipélagos vão produzir mais excluídos”.<sup>40</sup> Afirmava ainda que, apesar de o Nordeste ter uma economia em transformação, precisa de mais investimentos públicos para romper a barreira da desigualdade, reconhecendo que mesmo com melhora econômica ainda há muito que ser feito no social. “... o grande desafio está aqui. Ou seja, nós precisamos humanizar o desenvolvimento econômico. As mudanças são importantes, mas não suficientes. Em 1960 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - medido pela ONU) era de 0,29. Em 1997 [37 anos depois!] passou para 0,60. A concentração de renda se manteve praticamente no mesmo nível, 0,57 em 1960 e 0,59 em 1997. Mas houve uma melhora da expectativa de vida. Passou de 43 para 64 anos, mas ainda não alcançou a brasileira, que é de 67 anos. A saída então são os investimentos públicos...”<sup>41</sup>

Outro órgão governamental, o BNDES, em trabalho desenvolvido em conjunto com o Ministério do Orçamento e Gestão, ao dividir o país em “eixos de desenvolvimento” identificou como problemas, para os eixos que abrangem os estados do Nordeste, além da falta de infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicação, a necessidade de **qualificação profissional e de melhores condições de educação, saúde e moradia**.

No chamado *Mundo do Trabalho*, é importante diferenciar as inevitáveis mudanças (de caráter mais estrutural) no processo produtivo e, por-

<sup>38</sup> Jornal Folha de São Paulo, 29 de fevereiro de 2000.

<sup>39</sup> Idem, 2º. caderno, p.1.

<sup>40</sup> Entrevista feita ao Jornal do Brasil em julho de 1999.

<sup>41</sup> Idem.



tanto, na forma de trabalhar – e as suas conseqüências como algum tipo de desemprego estrutural (desemprego este típico de determinados setores produtivos) – daquelas conseqüências perversas sobre o mundo do trabalho trazidas pelas chamadas *flexibilização e desregulação total* (coerentes com a linha que pensa que tudo deve ser entregue e controlado pelo mercado):

1. Desemprego incompatível com a produtividade e o lucro.
2. Enfraquecimento dos Sindicatos pela própria ameaça de desemprego
3. Perda dos direitos sindicais e trabalhistas conquistados a duras penas pelos trabalhadores.
4. Terceirização da mão-de-obra com conseqüente perda de qualidade e nem sempre redução de custos.

O capitalismo de hoje prescinde do trabalho, particularmente em capitalismos como os nossos, periféricos e dependentes. Trata-se de lucrar com o capital financeiro e não de investir na produção ou na atividade econômica que gera emprego e renda. Estudos recentes na América Latina mostram como os jovens vêm aumentando sua escolaridade e sua qualificação sem encontrar no mercado empregos equivalentes, o que a CEPAL denomina de *espaços crescentes de frustração*.

Ao contrário dos que afirmam que a ausência de qualificação é a causadora do desemprego no Brasil, pode-se comprovar que a dita “reestruturação” da economia brasileira redundou na demissão do trabalhador qualificado, adulto, homem, relativamente mais bem remunerado ainda que com menor escolaridade, resultando na contratação de jovens e mulheres, em ocupações de baixa qualificação. Os salários pagos nos novos “empregos” são inferiores aos que remuneravam os postos de trabalho perdidos, apesar da maior escolaridade dos que assumiram os novos postos *vis-à-vis* àquela dos que ocupavam os postos perdidos.<sup>42</sup>

Esta certamente é uma questão delicada e polêmica. É evidente que se exige crescentemente melhor qualificação para o trabalho – e que no

Brasil esta qualificação está longe do desejável. No entanto, dadas as evidências demonstradas, não podemos responsabilizar a falta de qualificação como a responsável pelas elevadas taxas de desemprego, pela informalidade do trabalho e pela redução dos salários.

Isto significa dizer que não se deve investir mais em qualificação para o trabalho? De forma alguma! O que estamos chamando a atenção é que infelizmente a forma como estão estruturando nossa economia impede que tenhamos capacidade de absorver essa mão-de-obra crescente de forma compatível – em termos de empregos e salários – com a sua qualificação.

Outra questão que precisa ser ainda esclarecida é a diferença entre qualificação para o trabalho e escolaridade (educação), sobretudo no que diz respeito à partilha de responsabilidades entre o Estado e a iniciativa privada – no caso, as empresas que absorvem a mão-de-obra.

As chamadas “*parcerias*”, tão em voga ultimamente, precisam ser bem definidas. É muito fácil falar de “*responsabilidade social*” das empresas quando esta é empreendida a custas de recursos públicos: via subsídios (diretos ou indiretos) e/ou via isenção fiscal. No Brasil tudo isto vem sendo feito em nome do chamado “Custo Brasil” em nome de uma suposta “competitividade”, sem levar em conta os reais fatores impeditivos dessa competitividade e o falso “custo social” das empresas.

Quando se fala de **qualificação da mão-de-obra** num contexto capitalista, é evidente que os agentes privados têm que cumprir seu papel. No entanto, mesmo essa questão quando entregue ao “livre jogo do mercado” provoca iniquidades e **desigualdades**. As grandes empresas, na maioria dos casos, são aquelas que têm capacidade de arcar com a capacitação e qualificação de seus trabalhadores, deixando as médias e pequenas empresas entregues à sua própria sorte. É neste sentido, portanto, que também neste caso o Estado cumpre (ou deveria cumprir) um papel de incentivo com equidade, possibilitando a este último grupo com menos recursos iguais possibilidades de qualificação.

Por outro lado, cabe também ao **Estado**, ao definir uma verdadeira **Política de Emprego**, incentivar a qualificação naquelas áreas consideradas estratégicas para o país e com maior potencial de absorção de mão-de-obra.

<sup>42</sup> Lessa; Salm; Soares, Tavares; Dain. Op.cit., 1997: p.73.



Um outro aspecto a considerar nessa questão são as possibilidades do **emprego público** nesse cenário, associando-o ao necessário incremento e manutenção da qualificação dos funcionários públicos. Cabe lembrar que durante muito tempo o emprego público representou neste país uma real política social redistributiva, absorvendo boa parte da população economicamente ativa das regiões mais deprimidas ou atrasadas do país. É preciso reassumir a idéia de que qualificar e empregar no setor público também significa investimento e desenvolvimento, e não apenas “gasto” no sentido que o neoliberalismo tem nos imposto através de um permanente, linear e injusto ajuste fiscal.

E é exatamente esse tipo de ajuste que tem provocado cortes em **investimentos sociais essenciais**, entre eles em Educação e Saúde, contribuindo em muito para aumentar a **injustiça e a desigualdade** no nosso país. Historicamente, está comprovado que, mesmo no capitalismo, tem sido o **Estado Democrático e de Direito** o único agente capaz de garantir uma **Educação Pública** que permita o acesso igualitário para todos, independentemente da sua condição ou origem social.

Dessa forma, a educação e a elevação da escolaridade da população, entre outros direitos essenciais, devem ser garantidos pelo Estado. Trata-se de aplicar o princípio constitucional (expresso na Constituição de 1988) do **DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO**.

Concluindo, ao analisar a desigualdade social no Brasil no contexto da América Latina, podemos constatar que se de um lado ela está marcada por um agravamento da concentração de renda e das condições de trabalho, de outro, as melhoras sociais estão relacionadas com o investimento público na infra-estrutura social na medida em que possibilite o acesso universal a bens e serviços essenciais. Com a persistência do desmonte do aparato estatal e a sistemática redução de investimento público social, ficam evidentes as tendências de deterioração de indicadores sociais que vinham apresentando alguma evolução favorável em décadas passadas, o que confirma a nossa tese do *retrocesso*.

*Do nosso ponto de vista, são as políticas de ajuste em curso nos países latino-americanos que impedem as mudanças que permitiriam uma verdadei-*

*ra transição a uma sociedade mais justa, onde os resultados econômicos e sociais seriam efetivamente o retrato de um desenvolvimento com igualdade social, fruto de uma distribuição mais igualitária da riqueza e das oportunidades e da garantia universal dos direitos sociais.*



# A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO\*

Marilda Villela Yamamoto\*\*

“Caminhos não há,  
Mas as gramas  
os inventarão.

Aqui se inicia,  
uma viagem clara  
para a encantação.

Fonte, flor em fogo,  
o que nos espera  
por detrás da noite?

Nada vos sovino;  
com a minha incerteza,  
vos ilumino”.

Ferreira Gullar

\*Texto publicado originalmente em *Temporalis* nº 3, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II, jan.-jun. de 2001, p.p.09-32, ISBN 85-85610-20-4. Este texto foi base da conferência de abertura do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – VII ENPESS – com o Prof. Dr. J. Lojkine (EHESP/Paris), realizada na Universidade de Brasília – UNB, no dia 21/11/2000; promovida pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Foi tema também da palestra “O Serviço Social e a questão social”, proferida no Seminário A Questão social em 500 anos, da Escola de Serviço Social da UFRJ, realizada no dia 01/12/2000.

\*\*Prof. Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – atualmente aposentada, e Prof. Visitante da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

## INTRODUÇÃO

O poema de Ferreira Gullar é um alerta aos impasses do presente e um alento que nos anima a manter viva a chama da esperança enraizada nos processos sociais. Manter viva a rebeldia e a afirmação de caminhos que constróem – detrás da noite do presente – “uma viagem clara de encantação”, como diz o poeta. Espero que as nossas (in)certezas partilhadas impulsionem o debate coletivo voltado a compreender e identificar estratégias de enfrentamento à questão social, na defesa dos direitos humanos e sociais, o que nos desafia a todos(as), profissionais e cidadãos(as).

Vive-se um contexto adverso mas decisivo para a profissão e para a sociedade. Momento de acumular forças políticas e fôlego acadêmico ante as investidas conservadoras que naturalizam o ordenamento capitalista – e as desigualdades e contradições que dele emanam –, em um amplo empreendimento político-ideológico, que embaça a construção de iniciativas coletivas na trilha da “viagem da encantação”. De outro lado, os últimos resultados eleitorais no país demonstraram o avanço das forças democrático-populares, atestando a indignação ante as políticas oficiais que vêm aprofundando as desigualdades, a pobreza e a “exclusão social” em suas múltiplas faces e dimensões.

No âmbito acadêmico-profissional, os pesquisadores são convocados a subsidiar, com sua produção intelectual, a elaboração dos currículos plenos no processo de implantação das diretrizes curriculares, cuja construção remonta a 1994. Elas requerem o aprofundamento do debate e o rigor no trato da questão social – em suas múltiplas expressões e formas a serem enfrentadas –, na defesa dos direitos sociais universais e da esfera pública, recriando a sociedade e, nela, a profissão.

A premissa é de que a *análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas* entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, *acerca de concepções e propostas* para a condução das políticas econômicas e sociais.

Sob um ângulo, a *questão social produzida e reproduzida ampliadamente* tem sido vista, na perspectiva sociológica, enquanto “disfunção” ou “ameaça” à ordem e à coesão social. É apresentada como uma “nova questão social”, resultante da “inadaptação dos antigos métodos de gestão do social”, produto da crise do “Estado Providência”. Frequentemente a programação para fazer frente à mesma *tende a ser reduzida a uma gestão mais*



*humanizada e eficaz dos problemas sociais*, na órbita da ordem instituída nos marcos da mundialização do capital sob a égide do grande capital financeiro e das políticas neoliberais. Dessa maneira, as respostas à questão social passam a ser canalizadas para os mecanismos reguladores do mercado e para as organizações privadas, as quais partilham com o Estado a implementação de programas focalizados e descentralizados de “combate à pobreza e à exclusão social”.

Em perspectiva de análise distinta, a questão social *enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas*, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, a *prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública*.

A exposição sobre o tema parte da análise do *significado da questão social* no âmbito mesmo da acumulação capitalista. Em seguida, identifica algumas das *particularidades históricas* que redimensionam a produção/reprodução da questão social na atualidade. Finalmente, trata as *relações entre questão social e Serviço Social* no embate por direitos de cidadania, identificando alguns desafios que se apresentam à formação profissional e ao trabalho do assistente social nesse contexto.

## 2. O SIGNIFICADO DA “QUESTÃO SOCIAL” NO MARCO DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA

A tese a ser desenvolvida considera ser a “questão social” *indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista*.

A expressão “questão social” é estranha ao universo marxista, tendo sido cunhada por volta de 1830 (Castel, 1998; Stein, 2000). Historicamente, foi tratada sob o ângulo do poder, vista como ameaça

que a luta de classes – em especial, o protagonismo da classe operária – representava à ordem instituída. Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista. Nessa tradição intelectual, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais – histórico-econômicas – de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais por meio das quais se expressa. Existe pois uma indissociável relação entre a *produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada*, isto é, a *totalidade das relações entre os homens em uma sociedade historicamente particular*, regulada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.<sup>1</sup> Reter essa dupla e indissociável dimensão da análise – a *existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realiza* – é fundamental. Obscurecer as relações sociais que se expressam nos componentes materiais da riqueza, autonomizando-os enquanto propriedade das coisas, é cair nas armadilhas da mistificação, o que se refrata hoje em muitas análises sobre o trabalho na sociedade burguesa. Aliás, esse foi o embaraço da economia política clássica: os economistas aprisionavam sua análise na ótica do valor de uso – ou da forma técnico-material em que se expressa o trabalho – incapazes de compreender a *forma social da riqueza isto é, a natureza do valor de troca e os fetichismos que a acompanham*.<sup>2</sup> Razão pela qual não captavam o caráter específico do trabalho e da riqueza na sociedade do capital, pois os apresentavam com *riqueza em geral*, destituída de sua historicidade, “como se o valor de troca fosse mero cerimonial”, já anotara Marx.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> “Vimos que o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência humana, quanto processo que, ocorrendo em relações histórico-econômicas de produção específica, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com isso, os portadores desses processos, suas condições materiais de existência e suas relações recíprocas, isto é, sua forma econômica determinada. Pois a totalidade dessas relações, em que os portadores dessa produção se encontram com a Natureza e entre si, em que eles produzem, essa totalidade é exatamente a sociedade, considerada segundo a sua estrutura econômica. Como todos os seus predecessores, o processo de produção capitalista transcorre sob determinadas condições materiais, que no entanto são, ao mesmo tempo, portadoras de relações sociais determinadas nas quais os indivíduos entram no processo de reprodução de sua vida. Aquelas condições, assim como essas relações, são, por um lado, pressupostos e, por outro, resultados e criações do processo de produção capitalista: são por ele produzidos e reproduzidos. (Marx, 1985:272, Livro III.)



A alusão a essa problemática é fundamental, porque a desconsiderando, desfigura-se o debate sobre o trabalho e a questão social na atualidade. Esse procedimento se atualiza hoje entre intelectuais que, em nome da teoria social de Marx, discutem o trabalho enquanto valor de uso – enquanto atividade produtiva útil, em sua substância material –, independente de sua determinação formal, isto é, da historicidade de relações sociais por meio das quais se produz na sociedade burguesa. Relações estas que são inseparáveis da forma valor, cujas implicações são silenciadas nessas análises, o que conduz, por vias não previstas, às armadilhas da reificação: privilegiar os atributos das coisas materiais em detrimento das relações sociais que as qualificam. Ou, em outros termos, reforça “a materialização das relações sociais e a personificação das coisas, esta “religião da vida diária” (Marx, 1985, tomo III).<sup>4</sup> Reiteram-se os mesmos equívocos da economia política clássica e sua lógica, embora em nome da teoria social crítica. A argumentação – e seus sofismas – tende a ser presidida pela lógica formal e evolutiva na abordagem da história, a qual não se impregna na construção da análise. No desencontro entre método e teoria, uma linguagem típica do universo teórico de Marx, confundem-se os leitores desavisados ou não especialistas.<sup>5</sup> Como já alertara Marx, consi-

<sup>2</sup> Cf. Marx: 1985, tomo III, cap. 48.

<sup>3</sup> Referindo-se a Ricardo, Marx acusa-o de conceber o trabalho assalariado e o capital como “formas sociais naturais, não determinadas historicamente, para a produção da riqueza como valor de uso..... Daí que não compreenda o caráter específico da riqueza burguesa, precisamente porque esta se apresenta como forma correspondente da riqueza em geral e portanto economicamente: Ainda que Ricardo tenha partido do valor de troca, as formas econômicas determinadas do intercâmbio não desempenham papel algum em sua economia, uma vez que só fala da distribuição do produto geral do trabalho e da terra entre as três classes como se a riqueza fundada no valor de troca só tratasse de valor de uso e o valor de troca fosse tão somente uma forma cerimonial, que, em Ricardo, desaparece inteiramente, como o dinheiro, enquanto meio de circulação na troca.” (Marx, 1980:272-273, vol. I.)

<sup>4</sup> Um argumento exemplar é aquele que só considera trabalho a atividade que transforma a matéria natural em detrimento das relações sociais que atribuem historicidade ao trabalho e ao trabalhador na sociedade burguesa. As análises tendem a cindir o valor de uso e o valor de troca na compreensão da mercadoria força de trabalho que, ao ser colocada em ação, sob determinadas condições e relações sociais, transforma-se em trabalho.

<sup>5</sup> Cf. o texto do filósofo Lessa, S. “Serviço Social e trabalho: do que se trata?” In: *Temporalis 2*. Brasília, ABEPS, jul-dez. de 2000, pp. 35-58. Considero fundamental dar conta da perspectiva ontológica presente em Marx, que tem no trabalho o elemento determinante na distinção do ser social ante a natureza. Pelo trabalho, o homem afirma-se como um ser dotado de capacidade teleológica na formulação de respostas prático-sociais aos seus carecimentos, capaz de antecipar e formular projetos, direcionando a razão e vontade na consecução de seus objetivos, como sujeito da história. A essência humana, radicalmente histórica, é excentrada em rela-

derar “a atividade produtiva do homem em geral, por meio da qual opera seu metabolismo com a natureza – em sua simples existência natural e independente da sociedade, nada tem de social”, (Marx, 1985:272, livro III). Portanto, pensar o trabalho e a questão social na sociedade capitalista supõe dar conta de sua historicidade, que, na análise do autor de *O Capital*, dispõe de uma dupla e indissociável característica que a *particulariza*.

Em primeiro lugar, nessa sociedade, a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos. O próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador ‘livre’ que vende a sua força de trabalho – ou uma medida determinada de seu tempo de vida – e seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado, com caráter geral.<sup>6</sup> Assim os agentes principais dessa sociedade – o capitalista e o trabalhador assalariado – aparecem como *personificações do capital e do trabalho*, isto é, portadores de determinados caracteres sociais que o processo social de produção imprime aos indivíduos sociais, produtos destas relações, no âmbito das quais afirmam seu protagonismo. A forma específica do valor – a forma mercadoria e seu fetiche – entranham tanto as relações de circulação, quanto aquelas que têm lugar entre os agentes de produção. Ela inverte e subverte o sentido das relações sociais em um amplo processo de mistificação e reificação, submetendo as relações entre os homens à relações entre coisas.

Em segundo lugar, a *mais-valia* é a finalidade direta e o móvel determinante da produção. A tendência a reduzir ao mínimo o preço de custo converte-se na *alavanca* mais poderosa para a intensificação da força produtiva do trabalho social, que aparece como força produtiva do capital. Este

ção ao indivíduo isolado, constituída pelas condições e relações sociais que constroem as formas de sociabilidade. (Cf. Marx, 1975). Entretanto, se esse é um patamar de indiscutível importância no debate, é também insuficiente para dar conta das particularidades históricas do trabalho na sociedade burguesa, sob o risco de cair nas armadilhas da produção em geral, tal como tratada pela economia política, como alertou Marx na Introdução aos *Grundrisse* (1857-1858). Quanto à posição do autor de que o Serviço Social é ideologia e não trabalho, requer um debate específico sobre a *sua* noção de trabalho.

<sup>6</sup> Embora a forma de trabalho assalariado seja decisiva para a configuração de todo o processo e para o modo específico da própria produção “o trabalho assalariado não é determinante. Na determinação do valor se trata do tempo de trabalho em geral, do *quantum* de trabalho de que a sociedade em geral dispõe e cuja absorção relativa pelos distintos produtos determina, até certo ponto, seu peso social relativo.” (Marx, 1985:314, cap. II, Livro III.)



não é uma coisa material, mas “uma relação social de produção, correspondente a uma formação histórica da sociedade que se corporifica numa coisa material e lhe atribui um caráter social específico...é o conjunto dos meios de produção convertido em capital, isto é, monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os produtos e as condições do exercício da força de trabalho autonomizados frente à força viva de trabalho e a que este antagonismo personifica como capital.” (Marx, 1985:754, livro III.)

Como pensar a questão social nessa sociedade? Qual a sua gênese?

O processo de acumulação ou a reprodução ampliada do capital realiza-se historicamente sob um duplo movimento. Quando a composição do capital mantém-se inalterada, o aumento do capital revela-se como ampliação tanto da classe capitalista – mais capitalistas e mais poderosos que competem entre si –, quanto dos trabalhadores assalariados, alargando o poder de mando do capital sobre o trabalho. Entretanto, com o progresso da acumulação, o aumento da produtividade torna-se um de seus produtos e sua alavanca mais poderosa, operando-se uma mudança na *composição técnica e de valor do capital*. Reduz-se proporcionalmente o emprego da força viva de trabalho ante o emprego de meios de produção mais eficientes, impulsionando o aumento da produtividade do trabalho social. A incorporação, por parte dos empresários capitalistas, dos avanços técnicos e científicos no processo de produção (no sentido *lato*, englobando, produção, distribuição, troca e consumo) possibilita aos trabalhadores, sob a órbita do capital, produzirem mais em menos tempo. Reduz-se o *tempo de trabalho socialmente necessário* à produção das mercadorias, ou seja, o seu valor, ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente ou a mais-valia. Em termos da composição de valor, reduz-se relativamente o capital variável – empregado na compra da força de trabalho – e aumenta-se o capital constante, empregado nos meios materiais de produção. A incorporação das conquistas da ciência no processo de produção na sua globalidade – ela mesma uma força produtiva por excelência (Marx, 1980) –, contribui para acelerar a produtividade do trabalho e a rotação do capital, permitindo uma ampliação das taxas de lucratividade. A concentração e centralização de capitais, impulsionadas pelo crédito e pela concorrência, ampliam a escala de produção. Com isso, o *decréscimo relativo de capital variável aparece inversamente como crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido que os meios de sua ocupação*. Assim, o processo de acumulação *produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo*

*capital. É a lei particular de população deste regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz, em volume crescente, os meios de seu excesso relativo. Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores –, via ampliação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho –, articulando os meios de extração da mais-valia absoluta e relativa. Isso faz com que o trabalho excedente dos segmentos ocupados condene à ociosidade socialmente forçada amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar, mais além dos incapacitados para a atividade produtiva.*

Cresce pois *uma superpopulação relativa* para esse padrão de desenvolvimento: não os “inúteis para o mundo”, a que se refere R. Castel (1998), mas *os supérfluos para o capital, acirrando a concorrência entre os trabalhadores – a oferta e procura, com evidente interferência na regulação dos salários (ainda que sejam estes uma função da magnitude da acumulação)*. Dentre essa superpopulação relativa – que à época da revolução industrial inglesa era qualificada de “exército industrial de reserva” – encontram-se os *segmentos intermitentes*, sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa do trabalho nos centros industriais; a *superpopulação latente* na agricultura, fruto da redução de demanda de força de trabalho decorrente do seu processo de industrialização, não acompanhada de igual capacidade de absorção dos trabalhadores nos pólos urbano-industriais. Inclui-se, também, aquela parcela *estagnada* de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com “máximo de tempo de serviço e mínimo de salário”, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora. Esse quadro é complementado com o crescimento do *pauperismo*,<sup>7</sup> segmento formado por contingentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho mas desempregados, crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para o trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes etc.) cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores.

<sup>7</sup>“O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma *condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza*. Ele pertence aos *faux frais* da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média.” (Marx, 1985:209, Livro I.)



Em síntese, o crescimento *da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital*, expressando a lei geral da acumulação capitalista<sup>8</sup>. Esta é modificada em sua realização pelas mais variadas circunstâncias, fruto do aperfeiçoamento dos meios de produção e do desenvolvimento da produtividade do trabalho social mais rápido do que a população trabalhadora produtiva. A lei da acumulação expressa-se, na órbita capitalista, *às avessas*: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital. (Marx, 1985:209). Gera, assim, *uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista*.

A existência do *trabalhador livre* – a separação do indivíduo das condições de seu trabalho, monopolizadas sob a forma capitalista de propriedade –, enquanto condição histórica dessa forma de organização social da produção, torna o indivíduo que trabalha um *pobre virtual*.<sup>9</sup> *Pobre enquanto inteiramente necessitado, excluído de toda a riqueza objetiva, dotado de mera capacidade de trabalho e alijado das condições necessárias à sua realização objetiva na criação de seus meios de sobrevivência*. Como a capacidade de trabalho é mera potência, o indivíduo só pode realizá-la se encontra lugar no mercado de trabalho, quando demandado pelos empresários capitalistas. Assim, a obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores. *O pauperismo como resultado do trabalho – do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social –, é uma especificidade da produção fundada no capital* (Marx, 1980, t. II, p.110). Importa salientar que, nessa concepção, a pobreza não é apenas compreendida como resultado da *distribuição*

<sup>8</sup> “Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista.” (Marx, 1985:209, Livro I.)

*buição de renda*, – mas referida à própria produção. Ou, em outros termos, à *distribuição dos meios de produção*, – e portanto às relações entre as classes –, atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados, tanto na órbita material quanto espiritual (intelectual, cultural e moralmente). Processo esse que é radicalizado com o desmonte das políticas sociais públicas e dos serviços a elas atinentes, destituindo a responsabilidade do Estado na preservação do direito à vida de amplos segmentos sociais, transferida à eventual solidariedade dos cidadãos, isto é, às sobras de seu tempo e de sua renda.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre” que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações*

<sup>9</sup> O conceito de trabalhador livre contém já implícito que o mesmo é um *pauper*: *pobre virtual*. Com respeito às condições econômicas, é mera capacidade de trabalho e, por isto, dotado de necessidades vitais. É um necessitado em todos os sentidos, visto não dispor das condições objetivas para a realização de sua capacidade de trabalho. Quando o capitalista não necessita do sobretalho do indivíduo, ele não pode realizar o trabalho necessário, produzir seus meios de subsistência. Quando não pode obtê-los por meio do intercâmbio mercantil, os obterá por meio de esmolas que sobrem para ele da renda de todas as classes (Marx, 1980, t. 2, p.110). É interessante observar a atualidade dessa interpretação, quando os chamamentos à filantropia do capital e ao trabalho voluntário são uma das tônicas das respostas à questão social na atualidade. Lembra o debate de Marx com Proudhon na *Miséria da Filosofia* (Marx, 1970, p.11) acerca das diferentes escolas de interpretação das relações sociais capitalistas por parte dos intelectuais da burguesia. Dentre elas, destaca a *Escola humanitária*, que salienta “o lado mau das relações de produção atuais. Para tranquilidade de consciência esforça-se por coonestar o mais possível os contrastes reais; deplora sinceramente as penalidades do proletariado e a desenfreada concorrência entre os burgueses; aconselha aos operários que sejam sóbrios, trabalhem bem e tenham poucos filhos; recomenda aos burgueses que moderem seu ardor na esfera da produção....A *Escola filantrópica* é a escola humanitária aperfeiçoada. Nega a necessidade do antagonismo; quer converter a todos os homens em burgueses; quer realizar a teoria desde que se distinga da prática e não contenha antagonismos....Por conseguinte, os filantropos querem conservar as categorias que expressam as relações burguesas, porém sem o antagonismo que constitui a essência dessas categorias e é inseparável delas. Os filantropos acreditam que combatem a sério a prática burguesa, mas são mais burgueses que ninguém.”



de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve simultaneamente uma *luta aberta e surda pela cidadania*. (Ianni, 1992). Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais.

É fato conhecido que, historicamente, a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial, pelo Estado. *Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos.*<sup>10</sup> Esse reconhecimento dá origem a um ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais –, o que, nos países centrais, expressou-se no *Welfare State, Estado Providência* ou *Estado Social*.

Atualmente, a questão social passa a ser objeto de um violento *processo de criminalização* que atinge as classes subalternas (Ianni, 1992 e Guimarães, 1979) Recicla-se a noção de “classes perigosas” – não mais laboriosas –, sujeitas à repressão e extinção. A tendência de *naturalizar* a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em *objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza”* ou em *expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais*. Evoca o passado, quando era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores. Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a questão social no país atualizam a articulação *assistência focalizada/repressão*, com o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação.

<sup>10</sup> A história da regulamentação da jornada de trabalho, estabelecendo os limites de onde começa o tempo de vida do trabalhador para si e para o capital, é fruto de “uma guerra civil prolongada” até a regulamentação pelo Estado da jornada de 8 horas, hoje ainda um ideal cada vez mais longínquo para os grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras em nosso país.

Uma *dupla armadilha* pode envolver a análise da questão social quando suas múltiplas e diferenciadas expressões são desconectadas de sua *gênese comum*, desconsiderando os processos sociais contraditórios – na sua dimensão de totalidade – que as criam e as transformam. Corre-se o risco de cair *na pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades*. *Deriva na ótica de análise dos “problemas sociais”, como problemas do indivíduo isolado, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais*. Por uma artimanha ideológica, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo. A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta na *autonomização de suas múltiplas expressões* – as várias “questões sociais”,<sup>11</sup> – em detrimento da perspectiva de unidade. Impede, assim, de resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas concretas que assume.

*Outra armadilha é aprisionar a análise em um discurso genérico, que redunde em uma visão unívoca e indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais, segmentada da dinâmica conjuntural e da vida dos sujeitos sociais*. A questão social passa a ser esvaziada de suas particularidades, perdendo o movimento e a riqueza da vida ao se desconsiderar suas expressões específicas que desafiam a “pesquisa concreta de situações concretas” (como a violência, o trabalho infantil, a violação dos direitos humanos etc.).

Concluindo, a indicação é de que *se presencia hoje uma renovação da velha questão social*, inscrita na própria natureza das relações sociais capitalistas, *sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produ-*

<sup>11</sup> Essa foi uma das polêmicas com Vicente Faleiros por ocasião dos debates que acompanharam a formulação das diretrizes curriculares. Em recente texto (Faleiros, 2000), o autor reafirma seu ponto de vista e expressa uma leitura, no mínimo curiosa, sobre as diretrizes curriculares. Faleiros deixa a entender que as diretrizes estariam apoiadas na interpretação althusseriana da produção e reprodução das relações sociais e passa a criticá-las com base nessa compreensão. Caso fosse esta a concepção que as informasse, eu também reforçaria o coro no combate ao “marxismo sem sujeito”. Talvez Faleiros tenha se esquecido que a produção e reprodução das relações sociais é central na análise de Marx, tratada no conjunto de sua obra e, em especial, no *Livro I, Capítulo VI, Mérito de O Capital* (Marx, 1974) E até onde sei, o colega não atribuiria a Marx qualquer visão a-histórica, que privilegiaria as “estruturas” em detrimento do sujeito.



*ção/reprodução na sociedade contemporânea, aprofundando suas contradições. Alteram-se as bases históricas que mediatizam sua produção/reprodução na periferia dos centros mundiais, em um contexto de globalização da produção e dos mercados, da política e da cultura, sob a égide do capital financeiro, acompanhadas de lutas surdas e abertas, nitidamente desiguais, que demarcam esse processo na cena contemporânea.*

### 3. A QUESTÃO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA

*Como pensar a produção da questão social na cena contemporânea? Quais as mediações históricas que reconfiguram a questão social na atualidade?*

Na contra-tendência da crise de longa duração, que remonta aos anos 70, verificam-se profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as exigências do mercado oligopolizado em um contexto de mundialização do capital, alterando as relações Estado e sociedade. Internacionalização não mais orquestrada pelo capital industrial, mas pela *financeirização da economia em um novo estágio de acumulação capitalista*.

Importa destacar quatro aspectos centrais que atribuem novas mediações históricas à produção da questão social na cena contemporânea:

1. Como sustenta Salama (1999), *a lógica financeira do regime de acumulação tende a provocar crises que se projetam no mundo gerando recessão. É tributária dessa lógica a volatilidade do crescimento que redundando em maior concentração de renda e aumento da pobreza, expressando um "apartheid social"*. Ampliam-se as desigualdades distribuídas territorialmente, a distância entre as rendas de trabalho e do capital e entre os rendimentos dos trabalhadores qualificados e não qualificados. A abertura abrupta da economia nos países da periferia dos centros mundiais, conforme orientação dos organismos multilaterais, vem redundando em uma ampliação do *déficit* da balança comercial, no fechamento de empresas nacionais, na elevação da taxa de juros e no ingresso maciço de capitais especulativos. As importações substituem parte da produção nacional, em um verdadeiro processo de "substituição das importações". A economia passa a mover-se entre a reestruturação de sua indústria e a destruição de parte do aparato industrial que não resiste à competitividade dos grandes oligopólios e à grande expansão das exportações e importações. Cresce a necessidade de financiamento

externo e, com ele, a dívida interna e externa, os serviços da dívida – os pagamento de juros –, ampliando o *déficit* comercial. As exigências do pagamento dos serviços da dívida, aliadas às elevadas taxas de juros, geram escassez de recursos para investimento e custeio. Favorecem-se os *investimentos especulativos em detrimento da produção*, o que se encontra na raiz da redução dos níveis de emprego, do agravamento da questão social e da regressão das políticas sociais públicas.

2. Na esfera da *produção*, o padrão fordista-taylorista tende a ceder a liderança à "especialização flexível" (Piore e Sabel) ou "acumulação flexível" (Harvey, 1993). A "flexibilidade" sintetiza a orientação desse momento econômico, afetando os processos de trabalho, as formas de gestão da força de trabalho, o mercado de trabalho e os direitos sociais e trabalhistas, os padrões de consumo etc. Atinge visceralmente a luta sindical em um quadro de recessão e desemprego. Estabelece-se uma ampla competitividade no cenário internacional e a qualidade dos produtos é erigida como requisito para enfrentar a concorrência. *A exigência é reduzir custos e ampliar as taxas de lucratividade. Nesta lógica, o rebaixamento dos custos do chamado "fator trabalho" tem peso importante, envolvendo o embate contra a organização e as lutas sindicais, os cortes de salário e direitos conquistados*. A necessidade de redução de custos para o capital revela-se na figura do trabalhador polivalente, em um amplo enxugamento das empresas com a terceirização e a decorrente redução do quadro de pessoal, tanto na esfera privada quanto governamental. A concorrência entre os capitais estimula um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, que revoluciona a produção de bens e serviços. Apoiada na robótica, na microeletrônica, na informática, dentre outros avanços científicos, a reestruturação produtiva afeta radicalmente a produção de bens e serviços, a organização e gestão do trabalho, as condições e relações de trabalho, assim como o conteúdo do próprio trabalho. Verificam-se, em decorrência, mudanças nas formas de organizar a produção e consumir a força de trabalho, envolvendo amplo enxugamento dos postos de trabalho e a precarização das condições de trabalho. Reduz-se assim a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado incorporado nos meios de produção, com elevação da composição técnica e de valor do capital.
3. Complementam esse quadro, radicais mudanças nas relações Estado/sociedade civil, orientadas pela terapêutica neoliberal, traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelo "Consenso de



Washington”. (Baptista, 1994). *Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco do poder, contraditoriamente se conclama, sob inspiração liberal, a necessidade de reduzir a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais, em decorrência da crise fiscal do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro e de honrar os compromissos morais com as dívidas interna e externa.*

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal (Grassi *et alii*, 1994) A proposta é reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos. E o assistente social, que é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos.

4. Tais processos atingem não só a economia e a política, mas afetam *as formas de sociabilidade*. Vive-se a “sociedade de mercado” (Lechner, 1999) e os critérios de racionalidade do mercado – este tido como o eixo regulador da vida social –, invadem diferentes esferas da vida social. Uma lógica pragmática e produtivista erige a competitividade, a rentabilidade, a eficácia e eficiência em critérios para referenciar as análises sobre a vida em sociedade. Forja-se assim uma *mentalidade utilitária* que reforça o individualismo, segundo a qual cada um é chamado a “se virar” no mercado. Ao lado da naturalização da sociedade – “é assim mesmo, não há como mudar” –, ativam-se os apelos morais à solidariedade, na contraface da crescente degradação das condições de vida das grandes maiorias. Esse cenário, de nítido teor conservador, atinge as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias. Estimula um clima de incertezas e desesperanças. A debilitação das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir os riscos,

as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais.

Nesse cenário a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela *evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam*. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas no dia-a-dia contra as mesmas – na sua maioria silenciadas pelos meios de comunicação – no âmbito da trabalho, do acesso a direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero etc. A globalização do capital globaliza também a questão social, atingindo não apenas os países pobres que lideram o *ranking* mundial das desigualdades, mas espraçando-se aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas segundo as características nacionais. A fecundidade do legado analítico de Marx é confirmada – e não desqualificada –, ao se apreender as novas determinações históricas da questão social, complexificada nas suas formas de expressão, ao tempo em que se aprofunda sua *radicalidade, tornando-se transversal às mais variadas dimensões da vida* das classes subalternas. Apreender essas novas mediações é condição mesma de assegurar a fidelidade ao método de Marx – em sua radical historicidade –, desafiando os pesquisadores a decifram os processos sociais reais. Requer um embate contra a vulgata marxista – que informa grande parte da crítica a essa tradição intelectual – ao congelar as categorias analíticas na busca inglória de sua “aplicação” à realidade, no lugar de concebê-las como resultado necessário de um movimento da razão crítica na apreensão do processo histórico na sua multidimensionalidade, reelaborando-o na esfera do pensamento mediante o recurso da abstração, de modo a traduzi-lo enquanto concreto pensado, imprimindo-lhe inteligibilidade.

#### 4. ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

As estratégias para o enfrentamento da questão social têm sido tensionadas por projetos sociais distintos, que presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas e que convivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a mer-



cantilização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social. (Oliveira e Salles, 1998; Bravo, 1996; Pereira, 1998).

O primeiro projeto, de caráter universalista e democrático, informa a concepção da seguridade na Constituição Federativa de 1988. Aposta no avanço da democracia, fundado nos princípios da participação e do controle popular, da universalização dos direitos, garantindo a gratuidade no acesso aos serviços, a integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da equidade. Pensar a defesa dos direitos requer afirmar a primazia do Estado – enquanto instância fundamental à sua universalização – na condução das políticas públicas, o respeito ao pacto federativo, estimulando a descentralização e a democratização das políticas sociais no atendimento às necessidades das maiorias. Implica partilha e deslocamento de poder, combinando instrumentos de democracia representativa e democracia direta, o que ressalta a importância dos espaços públicos de representação e negociação. Supõe, portanto, politizar a participação, considerando a gestão como arena de interesses que devem ser reconhecidos e negociados.<sup>12</sup>

No Brasil, no âmbito governamental, é da maior importância o trabalho que vem sendo realizado pelos assistentes sociais nesse campo. Merece destaque a atuação desenvolvida junto aos conselhos de saúde e de assistência social nas esferas nacional, estadual e municipal, além dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, responsáveis pela formulação de políticas públicas para a criança e o adolescente, para a terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais. Segundo dados do MPAS/SEAS, em fevereiro de 2000, existiam conselhos de assistência instalados em 4.383 municípios, dos 5.506 existentes no Brasil. (Cf. Demonstrativo dos Conselhos, Fundos e Planos de Assistência Social, fevereiro de 2000.)

Faz-se necessário promover uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada para definir propostas e estratégias comuns ao campo democrático. Esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organi-

<sup>12</sup> Conforme pronunciamento de Marco Aurélio Nogueira no II Encontro Nacional de Seguridade Social. Porto Alegre (RS), nov. de 2000.

zação para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. Torna-se fundamental estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, concludando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública. Ocupar esses espaços coletivos adquire maior importância quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sob a sua direção, tendo no voluntariado seu maior protagonista. Representa uma vigorosa ofensiva ideológica na construção e/ou consolidação da hegemonia das classes dominantes em um contexto econômico adverso, que passa a requisitar ampla investida ídeo-política de modo a assegurar a direção intelectual e moral de seu projeto de classe em nome de toda a sociedade, ampliando suas bases de sustentação e legitimidade. Nesse sentido se faz necessário assumir, mas também extrapolar, os espaços oficiais dos Conselhos. *E reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais.*<sup>13</sup> É necessário ter a clareza de que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida a priori. Podem abrigar experiências democráticas, que propiciem o partilhamento de poder e a intervenção em processos decisórios, mas também alimentar velhos coronelismos, vícios populistas e clientelistas no trato da coisa pública.

Encontra-se aí uma provocação, no nível da formação profissional, no sentido de repensar o trabalho de mobilização e educação popular, o que não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma *releitura crítica* da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando as conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente.

*Esse primeiro projeto é polarizado por um outro tipo de requisição, de inspiração neoliberal, que subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica, em especial às dotações orçamentárias e, no Brasil, subverte o preceito constitucional.* Observa-se uma inversão e uma subversão: em vez de o direito constitucional impor e orientar a dis-

<sup>13</sup> Cardoso (1995), Abreu (1996) e Silva (1995) são partes de um grupo de intelectuais que vêm mantendo vivo este debate no interior do projeto profissional de ruptura como o conservadorismo.



tribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. São as definições orçamentárias – vistas como um dado não passível de questionamento – que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais, justificando as prioridades governamentais. A leitura dos orçamentos governamentais, apreendidos como uma peça técnica, silencia os critérios políticos que norteiam a eleição das prioridades nos gastos, estabelecidas pelo bloco do poder. A viabilização dos direitos sociais – e em especial aqueles atinentes à seguridade social – pauta-se segundo as regras de um livro-caixa, do balanço entre o crédito e déficit no “cofre governamental”. Conforme foi discutido *no II Encontro de Serviço Social e Seguridade Social*,<sup>14</sup> o orçamento público é a “caixa preta” das políticas sociais governamentais, em especial da seguridade social. *A elaboração e interpretação dos orçamentos passam a ser efetuadas segundo os parâmetros empresariais de custo/benefício, eficácia/inoperância, produtividade/rentabilidade. O resultado é a subordinação da resposta às necessidades sociais à mecânica técnica do orçamento público, orientada por uma racionalidade instrumental. A democracia vê-se reduzida um “modelo de gestão”, desaparecendo os sujeitos e a arena pública em que expressam e defendem seus interesses.*

Essas considerações também desafiam as instâncias de formação universitária no sentido de capacitar os futuros assistentes sociais, mediante elementos teóricos e técnicos, para a leitura crítica dos orçamentos sociais, de modo a viabilizar estratégias voltadas à negociação de recursos para programas e projetos sociais que fortaleçam o projeto ético-político ora em construção. É de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho – e correspondentes expressões culturais – dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre as expressões da questão social nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social. E, também, formar competências requeridas para a captação de recursos junto às fontes de financiamento. É o conhecimento criterioso dos processos sociais e sua vivência pelos indivíduos sociais que poderá alimentar ações inovadoras capazes de propiciar o reconhecimento e atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Aquele conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crí-

<sup>14</sup> O II Encontro Nacional de Seguridade Social, promovido pelo conjunto CFESS/CRESS, foi realizado em Porto Alegre em novembro de 2000 e contou com cerca de mil participantes.

tica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela mídia. Isso requer também estratégias técnico-políticas no campo da comunicação social – no emprego da linguagem escrita, oral e midiática –, para o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais capazes para além das demandas instituídas.

As condições e relações de trabalho em que estão inscritos os assistentes sociais são indissociáveis da Reforma do Estado, que redimensiona as relações Estado e sociedade e atinge as políticas e/ou ações voltadas à questão social. Segundo a ótica oficial, verifica-se um esgotamento da “estratégia estatizante”, afirmando-se a necessidade de ultrapassar a administração pública tradicional, centralizada e burocrática. Considera-se que o Estado deva deslocar-se da linha de frente do desenvolvimento econômico e social e permanecer na retaguarda, na condição de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas – de abrangência universal – no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. Esse deslocamento da satisfação de necessidades da esfera do direito público para o direito privado ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos, que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social. Transfere-se para distintos segmentos da sociedade civil significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre as quais os assistentes sociais.

Esse processo se expressa em uma dupla via: de um lado, na transferência de responsabilidades governamentais para “organizações da sociedade civil de interesse público” e, de outro lado, em uma crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais, o que é evidente no campo da saúde, da educação entre muitos outros.

O chamado “terceiro setor”, na interpretação governamental, é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor). É considerado como não governamental, não lucrativo e voltado ao desenvolvimento social, daria origem a uma “esfera pública não estatal”, constituída por ‘organizações da sociedade civil de interesse público’. No marco legal do terceiro setor são incluídas entidades de naturezas as mais



*variadas*, que estabelecem um termo de *parceria* entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). Engloba, sob o mesmo título, as tradicionais *instituições filantrópicas*; o *voluntariado* e *organizações não governamentais*: desde aquelas combativas que emergiram no campo dos movimentos sociais, àquelas com filiações político-ideológicas as mais distintas, além da denominada *"filantropia empresarial"*. Chama atenção a *tendência de estabelecer uma identidade entre terceiro setor e sociedade civil*. Esta passa a ser reduzida a um conjunto de organizações – as chamadas *entidades civis sem fins lucrativos* –, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização. A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e "complementares", destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os *laços de solidariedade*. Salienta-se a *coesão social* e um forte apelo moral ao *"bem comum"*, discurso esse que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e violência. Estas tendem a ser naturalizadas, onde o horizonte é a redução de seus índices mais alarmantes.

A universalidade no acesso aos programas e projetos sociais abertos a todos os cidadãos só é possível no âmbito do Estado. Este, ainda que seja um Estado de classe, dispõe de uma dimensão pública que expressa a luta pelos interesses da coletividade. Projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica básica que os diferencia: não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores. Portanto, ainda que o trabalho concreto<sup>15</sup> do assistente social seja idêntico – no seu conteúdo útil e formas de processamento – o sentido e resultados sociais desses trabalhos são inteiramente distintos, visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência.

B) Uma *progressiva mercantilização do atendimento das necessidades sociais* vem ocorrendo com a privatização das políticas sociais. Nesse processo

<sup>15</sup> Trabalho concreto é aqui utilizado no sentido de Marx, como trabalho de uma qualidade determinada que produz valores de uso voltados à satisfação de necessidades sociais de uma dada espécie.

os serviços sociais deixam de expressar direitos sociais, metamorfoseando-se em atividade de *outra natureza*, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias, em detrimento dos direitos sociais de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requer a ingerência do Estado. O substitutivo são *os direitos atinentes à condição de consumidor* (Cf. Mota, 1995). Quem julga a pertinência e qualidade dos serviços prestados são os que, através do consumo, renovam sua necessidade social. O dinheiro aparece em cena como meio de circulação, intermediando a compra e venda de serviços, em cujo âmbito se inscreve o assistente social.<sup>16</sup> O grande capital ao investir nos serviços sociais passa a demonstrar uma "preocupação humanitária", coadjuvante da ampliação dos níveis de rentabilidade das empresas, moralizando sua imagem social. Trata-se de, ainda, um reforço à necessidade de transformar propósitos de classes e grupos sociais específicos em propósitos de toda a sociedade: velha artimanha, historicamente assumida pelo Estado e que hoje tem a mídia como importante aliada nesse empreendimento.

Os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente ao voltar-se a direitos e deveres referentes às operações de compra e venda. Enquanto os direitos sociais são fruto de lutas sociais e negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, habitação, assistência social etc. pertencem a outro domínio – o do mercado –, mediação necessária à realização do valor e eventualmente da mais-valia decorrentes da industrialização dos serviços.

Historicamente, os assistentes sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizados na linha de frente das relações entre população e instituição ou nos termos de Netto (1992) 'executores termi-

<sup>16</sup> Por exemplo, o assistente social tem sido chamado a fazer auditoria nos hospitais para as empresas seguradoras de saúde que os emprega, a fim de verificar se a estatística hospitalar é procedente, se os atendimentos e serviços registrados foram efetivamente realizados, identificando o nível de satisfação do cliente com o atendimento efetuado e fiscalizando os gastos hospitalares declarados aos planos de saúde. Essa atividade já não trata de direitos sociais, pois envolve compra e venda de serviços.



nais de políticas sociais'. Embora este seja ainda o perfil predominante, não é mais exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização das políticas sociais públicas – com ênfase na sua municipalização – requer dos assistentes sociais, como de outros profissionais, novas *funções e competências*. Estão sendo chamados a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como no planejamento e gestão, inscritos em equipes multiprofissionais*. Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas com a implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, capacitação de conselheiros, elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos sócio-econômicos de municípios, para a leitura e análise dos orçamentos públicos identificando recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; a capacidade de negociação, o conhecimento e o *know-how* na área de recursos humanos e relações no trabalho, entre outros. Somam-se possibilidades de trabalho nos níveis de assessoria e consultoria para profissionais mais experientes e altamente qualificados em determinadas áreas de especialização. Registram-se ainda requisições no campo da pesquisa, de estudos e planejamento, dentre inúmeras outras funções.

As diretrizes curriculares, hoje em processo de implantação na maioria das unidades de ensino, são fontes de desafios e polêmicas. Fruto de elaboração coletiva, *vêm diversificando e enriquecendo a pauta do debate, estimulando a pesquisa criadora e aprofundamento de questões acadêmico-profissionais herdadas de décadas anteriores*.<sup>17</sup> As *relações entre questão social, trabalho e Serviço Social* são um desses desafios centrais, que perpassam centralmente o projeto acadêmico-profissional.

Desde os anos 80, é sustentado que *a questão social, – indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo Estado – encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social*. (Iamamoto, 1982; Netto, 1992). Ela tem sido analisada como o elemento fundante da profissão na sociedade, sendo as múltiplas

expressões da questão social alvo do exercício profissional, o qual interfere no *seu enfrentamento por parte dos sujeitos sociais na perspectiva da viabilização do acesso a direitos sociais e do exercício da cidadania*. Como foi discutido, esse terreno sobre o qual incide exercício profissional do assistente social – mediatizado por organizações e políticas públicas e/ou privadas – é tributário das formas de organização, gestão e defesa do trabalho na atualidade, assim como das relações entre o Estado e a sociedade, que se refratam na destinação orçamentária para as políticas sociais, que reclamam o controle público, alterando as condições e relações de trabalho em que se insere o assistente social.

Nesse âmbito, uma das polêmicas diz respeito ao significado do Serviço Social *na divisão social e técnica do trabalho* (Iamamoto e Carvalho, 1982), enquanto uma *especialização do trabalho*, hoje retomado na esteira das diretrizes curriculares. Como uma das protagonistas deste debate, gostaria de expor, ainda que sinteticamente, o meu ponto de vista a respeito. Desde os anos 80, tenho como preocupação central a análise do *significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais*,<sup>18</sup> situando-a enquanto uma especialização do trabalho coletivo. O eixo de minha análise salienta o *caráter contraditório do Serviço Social, derivado do caráter mesmo das relações sociais*, enquanto relações de classes que constituem a sociedade capitalista. Situa o Serviço Social como *atividade auxiliar e subsidiária na reprodução da força de trabalho* – via a prestação de serviços sociais, *vistos enquanto salário indireto* –, *do controle social e da ideologia, parte do processo de disputa pela hegemonia, recriando necessariamente as contradições entre as classes, suas desigualdades e as lutas entre os sujeitos*

<sup>18</sup> A reprodução das relações sociais, convém lembrar, é assim discutida: "Dentro da referência analítica adotada, cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias primas) A noção de reprodução engloba-os enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas também os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à produção das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade" (Iamamoto In: iamamoto e Carvalho, 1982:72).

<sup>17</sup> São exemplares desse processo os números 1 e 2 da *Revista Temporalis*, da ABEPSS, além do presente.



*sociais nessa sociedade*. A análise enfoca o Serviço Social no âmbito da totalidade social.<sup>19</sup>

A hipótese que apresento é a de que o debate coletivo, construído nas duas últimas décadas, enriqueceu a análise da profissão ao tratar, sob distintos ângulos e matizes, o *conteúdo técnico-profissional* desse trabalho concreto. Ou seja, sua *natureza e resultados particulares enquanto trabalho útil na divisão social e técnica do trabalho*.<sup>20</sup> Entretanto, no âmbito das *condições e relações de trabalho* em que se situa o *assistente social como um trabalhador assalariado*, os investimentos foram laterais ou quase inexistentes. Refiro-me à *forma social* assumida por essa atividade profissional no âmbito da totalidade das relações sociais. Em outros termos, as implicações da mercantilização da força de trabalho especializada do assistente social, impõe que a análise do trabalho concreto seja articulada à órbita do *trabalho abstrato*, típica da sociedade capitalista, que se afirma como a sociedade da mercantilização universal. Essa sociedade afirma *uma forma histórica de individualidade social* – de desenvolvimento humano e de alienação – cujo selo distintivo é tributário do caráter social assumido pelo trabalho enquanto valor e da forma mercantil (e seus desdobramentos na forma dinheiro, capital e propriedade fundiária). Inaugura uma específica qualidade de conexão social entre os indivíduos: *a independência pessoal fundada na dependência das coisas*. Generaliza a forma mercadoria como a forma elementar da riqueza e da satisfação das necessidades sociais, “derivadas do estômago ou da fantasia” (Marx, 1985, T. I), processo esse que atinge hoje os mais recônditos núcleos da vida em sociedade. Esse processo é hoje radicalizado ao se comprimir a responsabilidade governamental às respostas à questão social, erigindo-se o mercado como centro regulador da vida em sociedade, alimentado pelo velho ideário liberal, hoje realimentado e radicalizado.

Não se pode pensar a profissão, pois, com idênticas mediações históricas típicas dos “30 anos gloriosos” – do pós-guerra e meados da década de

<sup>19</sup> Esta posição que é integralmente reafirmada na atualidade, ao contrário do que apontam analistas afoitos em identificar rupturas onde elas não existem – a não ser em seus próprias leituras, que requerem maior rigor e precisão (Cf. Ramos e Gomes, 2000).

<sup>20</sup> Além da análise do Serviço Social na divisão social e técnica trabalho, outros ângulos de leitura da profissão constam na literatura especializada como, por exemplo, o *sincretismo* (Netto, 1992), *os dilemas entre identidade e alienação* (Martinelli, 1989), *a assistência social* (Yasbek, 1993 e Sposati, 1988) *as relações de poder, força e exploração* (Faleiros, 1987, 1997), que se soma a outros autores no *veio gramsciano*, cujo balanço pode ser encontrado em Simionatto (1995).

70 – porque se alteraram as condições e relações que presidem a organização desse trabalho na sociedade atual como já amplamente analisado. Faz-se pois *necessário pensar o exercício profissional em suas implicações na órbita das condições e relações de trabalho em que se inscreve, salientando tanto suas características enquanto trabalho concreto, quanto seus vínculos com o processo de produção e/ou distribuição da riqueza social, pensando em suas implicações enquanto trabalho abstrato*. Este é um dos desafios importantes, que requerem dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliado à pesquisa das estratégias acionadas para fazer frente à questão social (desde a ressurreição do espírito filantrópico, a desprofissionalização do trabalho comunitário com o chamamento ao voluntariado, o fetiche da solidariedade no reforço das desigualdades, entre muitos outros aspectos), a investigação sobre as necessidades sociais das classes subalternas e as novas feições do mercado de trabalho.

As diretrizes curriculares *situam o exercício profissional no centro da formação*, no esforço de ultrapassar o tratamento residual que tem sido atribuído ao “ensino da prática”, geralmente relegado a um papel secundário nos currículos plenos, como se fosse destituído de dignidade acadêmica ante as disciplinas tidas como de maior fôlego teórico. E um dos caminhos propostos para essa reversão é a centralidade que as diretrizes curriculares atribuem ao debate sobre trabalho e sociabilidade e à análise do Serviço Social inscrito em processos de trabalho conectados às radicais mudanças que se processam na atualidade na esfera do trabalho e nos sujeitos que o realizam, entre os quais os assistentes sociais enquanto trabalhadores assalariados. As condições e relações de trabalho em que se insere o assistente social não são unívocas, mas diversas e múltiplas, envolvendo a esfera governamental, as empresas privadas, organizações filantrópicas, organizações de trabalhadores e a assessoria a movimentos sociais, com específicos vínculos de trabalho – mais além das emergentes cooperativas de venda de serviços. Essas diferentes inserções, que envolvem contratos e relações diferenciadas com sujeitos sociais também distintos, estabelecem limites e possibilidades ao trabalho concreto do assistente social, moldando-o, juntamente com o protagonismo dos seus agentes, nessas várias circunstâncias e redimensionando as formas em que se apresenta o seu significado social.

Esta realidade é um dos desafios a enfrentar tanto na formação como no exercício cotidiano. E para pensar o Serviço Social nesse momento



histórico, o uso criador do método legado por Marx é um recurso analítico fecundo para análise das inéditas realidades do presente. Exige *afinar e refinar os recursos analíticos* para, a partir de um atento acompanhamento dos processos histórico-sociais, analisar o significado social do trabalho profissional no presente, incorporando e ultrapassando a produção acumulada até então. Apreender as relações entre trabalho, questão social e o Serviço Social na sociedade brasileira, em suas particularidades regionais e locais, é requisito para elaborar e efetivar estratégias que possam contrariar a *programática neoliberal* a favor das necessidades e interesses da coletividade.

A categoria dos assistentes sociais, articulada às forças sociais progressistas, vem envidando esforços coletivos no reforço da esfera pública, de modo a inscrever os interesses das maiorias nas esferas de decisão política. O horizonte é a construção de uma 'democracia de base' que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura.

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania – preservando inclusive a cidadania social, cada vez mais desqualificada –, na construção de uma forma histórica de sociabilidade que se oriente no sentido de ultrapassar a esfera da necessidade para o universo presidido pela liberdade, possibilitando o desenvolvimento de todos e de cada um dos indivíduos sociais.

Já anunciava Guimarães Rosa, "viver é muito perigoso". Vale o perigo de viver quando a contrapartida é a afirmação do protagonismo dos sujeitos sociais, surpreendendo o presente na antecipação do futuro, traçando outros rumos para história, pois, como canta o poeta, o "o vento liberta-se ventando". (Murilo Mendes).

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU, M. "A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas – aportes da análise gramsciana". *Serviço Social e Sociedade* nº 51. São Paulo, Cortez, ano XVII, ago. p. 61-75, 1996.
- ADUFRJ. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano V 17 a 23 de setembro de 1999.
- BAPTISTA, P.N. "O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos" *Cadernos da Dívida Externa* nº3. São Paulo, Programa Educativo da Dívida Externa – PEDEX- 2ª ed., 1994.
- BRAVO, M. I. *Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais*. São Paulo/ Rio de Janeiro, Cortez/UFRJ, 1996.
- CARDOSO, F.G. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo, Cortez Ed./ EUDFMA, 1995.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- FALEIROS, V. P. *Saber Profissional e Poder Institucional*. São Paulo, Cortez, 2ª ed., 1977.
- \_\_\_\_\_. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. "Aonde nos levam as diretrizes curriculares?" In: *Temporalis* 2. Brasília, ABEPSS, p. 163-182, jul-dez. de 2000.
- GRASSI, E. et alii. *Políticas Sociales, Crisis y Ajuste Estructural*. Buenos Aires, Espacio Editorial, 1994.
- GUIMARÃES, A. P. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez/Celats, 1982.
- IANNI, O. "A Questão Social" In: *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo, Brasiliense, pp.87-109, 1992.
- LESSA, S. "Serviço Social e trabalho: do que se trata?" In: *Temporalis* 2. Brasília, ABEPSS, p. 35-58, jul-dez. de 2000.
- LECHNER, N. "Los condicionantes de la gobernabilidad democrática en América Latina en fin de siglo." In: FILMUS, D. (Comp.) *Los noventa. Política, sociedad y cultura en América Latina y Argentina de fin de siglo*. Buenos Aires, FLACSO/ EUDEBA, 1999.
- MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo, Cortez, 1989.
- MARX, K. "Teses sobre Feuerbach" In: MARX, K e ENGELS, F. *Textos 1*. São Paulo, ed. Sociais, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse). 1857-1858*. 2 vols. Mexico, Siglo XXI, 12ª ed., 1978.
- \_\_\_\_\_. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo, Nova Cultural, III Tomos, V vols.
- \_\_\_\_\_. *El Capital. Libro I. Capítulo VI. Inédito*. Argentina, Siglo XXI, 1974.
- MARX, K. *Miseria de la Filosofía*. Argentina, Siglo XXI Ed., 1970.
- MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridad Social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- OLIVEIRA, H. C. e SALLES, M. A. (Orgs.) *Relatório das Sessões Temáticas. IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Trabalho e projeto ético-político profissional*. CFESS. Goiânia, julho de 1998.
- PEREIRA, P. "A política social no contexto da seguridade e do Welfare State: a particularidade da assistência social?" In: *Serviço Social e Sociedade* nº 56. São Paulo, Cortez, 1998.
- RAMOS, M. H. R e GOMES, M. F. C. "Trabalho produtivo e improdutivo: uma contribuição para pensar a natureza do Serviço Social enquanto prática profissional." In: *Temporalis* 2. Brasília, ABEPSS, p. 59-94, jul-dez. de 2000.
- SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo, Boitempo Ed. 1999.
- SILVA, M. O. S. *O Serviço Social e o Popular. Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo, Cortez, 1995.
- SIMIONATTO, I. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil e influência no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1997.
- SPOSATI, A. *Vida Urbana e Gestão da Pobreza*. São Paulo, Cortez, 1988.
- STEIN, R. "A (nova) questão social e as estratégias de seu enfrentamento." *Ser Social* nº6. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social UNB. DF, p.133-168, jan. a jun. 2000.
- YASBEK, M. C. *Classes Subalternas e Assistência Social*. São Paulo, Cortez, 1993.



# PROCESSOS DE MUDANÇA, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Potyara A P Pereira<sup>1</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

Tem-se falado muito de transformações e crises nos últimos vinte anos. Mas transformações e crises sempre existiram, embora nem sempre o que está mudando esteja em extinção; pode estar se metamorfoseando ou desenvolvendo-se, o que não significa ausência de traumas, rupturas e tensões. Traumas, rupturas e tensões estão sempre presentes em todo processo mais incisivo de mudança. Veja-se o caso das transformações produzidas pela revolução industrial iniciada no século XVIII, as quais inauguraram, de forma contundente, uma nova era no seio do capitalismo, sem superá-lo: a *era industrial*, que não só modificou o antigo perfil capitalista mercantil, mas desmontou o estilo de vida pré-moderno baseado na tradição.

São típicos dessa *nova era*, o surgimento, a partir de 1730, e sobretudo de 1760, de uma série de invenções como a metalurgia e a máquina a vapor, que introduziu no sistema produtivo a *maquinofatura*, em substituição a *manufatura*, criando o que Polanyi (1980) chamou de “moinho satânico”, isto é, a *economia de mercado*, e, conseqüentemente, a *questão social*.

<sup>1</sup> Professora Visitante do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (NEPPS/CEAM/UnB).

Efetivamente, foi a partir dessas invenções – transfiguradas em meios de produção dominantes – que as estruturas econômico-sociais prevaletentes foram se modificando, dando lugar a dois importantes acontecimentos: a) o estabelecimento da produção industrial em massa, como fonte privilegiada do capital; e b) o surgimento de duas grandes classes antagônicas – a *burguesia* e o *proletariado* – cujo confronto, decorrente da insurgência deste último contra a exploração despótica da primeira, fez eclodir a chamada *questão social*, isto é: as lutas sociais contra a desigualdade e a opressão de uma classe contra outra, a partir das relações de trabalho exigidas pela economia de mercado (Polanyi, 1980; Ianni, 1992). Isso representou, inegavelmente, profunda transformação que, a par de modificar as formas precedentes de acumulação primitiva,<sup>2</sup> exigiu mudanças nas relações de produção, no sistema de trocas, nas ordenações jurídicas, nas instituições políticas, na estrutura familiar, nas formas de pensamento, nas ideologias e até nas profissões.

Sendo assim, vale indagar: que tipo de transformações estamos vivendo nos dias de hoje e quais as suas implicações econômicas, políticas e sociais? Que crises ou questões decorrem dessas transformações e que desafios elas impõem às profissões da área social? Estas são indagações que precisam ser consideradas se não quisermos correr o risco de cair, como diz Fitoussi & Rosanvallon (1997, p.1), na “resignação ou na recusa cega”.

## 2 – O CARÁTER DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS E POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

O título deste artigo sugere que sejam feitas considerações preliminares a respeito das mudanças *estruturais* e *políticas* que estão na base da *questão social* supra-indicada. Por isso, faz-se necessário explicitar o que queremos designar com os conceitos *estruturais* e *políticos*.

<sup>2</sup> Acumulação baseada na espoliação do trabalho, dos bens da Igreja, da posse fraudulenta dos domínios estatais, do roubo da propriedade comunal e da conversão usurpatória da propriedade feudal e do clã em moderna propriedade privada (Ver: Marx, parte 7ª do 1º livro de “O capital”).



Quando falamos de *mudanças* ou mesmo de *transformações estruturais*, estamos fazendo referência a modificações que se dão na base econômica da sociedade, nas *relações de produção*, que correspondem a uma etapa do desenvolvimento das *forças produtivas*. Portanto, estamos nos referindo a mudanças que, por serem de base, irão determinar, em última instância, outras mudanças na esfera política, jurídica, do conhecimento etc., que fazem parte da superestrutura. Ou, como diz Marx no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política: “*é o conjunto dessas relações de produção, [constituídas em torno do processo de produção social da vida dos homens] que forma a estrutura econômica, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência social determinadas*”. Portanto, as mudanças políticas, a que também fazemos referência, decorrem dessa determinação estrutural, embora pressuponham a indispensável ação de sujeitos históricos.

No âmbito da estrutura econômica, o fator determinante das mudanças são as *forças produtivas*, identificadas com o desenvolvimento da maquinaria, com a descoberta de novas tecnologias, com o aperfeiçoamento da educação e com as modificações fundamentais no processo de trabalho. São essas inovações que vão criar contradições na ordem econômica prevaiente, gerando desafios que passam a requerer a substituição de paradigmas dominantes e alterações significativas na relação entre capital/trabalho e Estado/sociedade. Esse processo, como já foi mencionado, não é novo. Aconteceu em outras fases da história e está acontecendo agora. Só que, presentemente, sob a pressão de novas e refinadas forças produtivas, ele está ocorrendo de forma tão acelerada e aguda, que se identifica com uma verdadeira *revolução*, chamada por uns de *revolução tecnológica* ou *terceira revolução*,<sup>3</sup> que dá origem a uma outra “nova era” – a *informacional* – em substituição à era industrial. É por isso que muitos denominam a atual época histórica de *pós-industrial*.

Com efeito, o recente desenvolvimento das forças produtivas vem alterando o perfil da economia mundial, que tem como uma de suas expressões essenciais a globalização financeira, administrada pela ideologia neoliberal, e o primado do mercado. Assim, se, antes (na era industrial), prevalecia um modelo de produção denominado *fordista*, que se baseava em

<sup>3</sup> A primeira revolução tecnológica teria sido na agricultura, originando a Era Agrícola, que se estendeu da Antiguidade à Idade Média. A segunda, teria sido na indústria, dando origem à era Industrial ou Era Moderna.

tecnologia de automação rígida (não flexível), destinada à produção em massa, em grande escala, com produtos homogêneos, operada no interior da fábrica por uma força de trabalho especializada e socialmente protegida, hoje temos o oposto disso, ou seja: um padrão de acumulação chamado de *pós-fordista*, caracterizado pela flexibilização da produção e pela desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. Portanto, o padrão fordista de acumulação, que se fundamentava, de um lado, na doutrina econômica keynesiana – defensora do crescimento sustentado da economia, da ampliação dos investimentos em atividades produtivas, da valorização do trabalho – e, de outro, na concepção beveridgiana<sup>4</sup> de seguridade social, regulada tanto pelo Estado como pelos sindicatos, esgotou-se com a queda da produtividade industrial no fim dos anos 1970.

### 3 – IMPACTOS SOCIAIS DAS MUDANÇAS

As mudanças referidas ensejaram reestruturações políticas, cujas implicações serão aqui destacadas. A principal foi a *guinada para a direita*, isto é, *rumo ao projeto neoliberal*, do paradigma social-democrata de produção e distribuição de bens e serviços (de feição fordista/ keynesiana/ beveridgiana) pondo, assim, em vigência políticas restritas e descomprometidas com a garantia e a extensão da cidadania. Com o objetivo de reestruturar a produção, essa *guinada para a direita* transformou a *política monetária* em principal instrumento de regulação macroeconômica, e a *estabilidade da moeda* em estratégia-chave dos governos. Instalou-se, desde então, o *paradigma monetarista* em substituição ao *keynesiano*. Além disso, foram introduzidas sensíveis mudanças na organização e na gestão do trabalho, as quais inibiram o aumento dos salários, incentivaram o desemprego e alijaram os sindicatos do controle da compra e venda da força laboral. Contra o método de acumulação *fordista*, o neoliberalismo também importou do Japão o método de acumulação *toyotista*, mais adaptável à economia global e à produção flexível, o qual previa a colaboração entre

<sup>4</sup> Padrão de Seguridade Social adotado na Grã-Bretanha, durante a Segunda Guerra Mundial, o qual, capitaneado por William Beveridge, pretendia ser universal e unificado, abrangendo não só os trabalhadores – como aconteceu na Alemanha governada por Bismarck, entre 1883 e 1889 – mas todos que, por uma questão de direito, deveriam ter as suas necessidades básicas satisfeitas.



a direção da empresa e o empregado, o controle da qualidade total, a redução da incerteza na produção e um trabalhador polivalente e multifuncional, embora totalmente inseguro quanto ao seu futuro, dada a forte competição e a desproteção trabalhista a que está sujeito.

A guinada rumo ao neoliberalismo também exerceu marcante influência nas formas contemporâneas de “pensar” as mudanças estruturais e de “conceber” respostas políticas para as suas nefastas implicações.

No plano das idéias, o que mais chamou a atenção foi a imposição de um *pensamento único* com o conseqüente definhamento do *pensamento crítico*, mesmo naqueles círculos intelectuais e políticos que repudiavam com vigor a ideologia liberal/conservadora. E essa imposição se assentou, basicamente, em dois mitos pós-modernos, amplamente difundidos:

- a) no da *fatalidade* do poder destruidor do processo de globalização da economia, que, definitivamente, levaria de roldão o poder do Estado nacional, a centralidade do trabalho, a combatividade da sociedade, elevando o capital à condição de “vanguarda exclusiva de uma modernidade desregulada e global”, tal como queriam os liberais clássicos (Ferreira: 1998, p.8).
- b) no da “crise” insuperável dos sistemas de proteção social, construídos há mais de um século, em decorrência, de um lado, das dificuldades fiscais e econômicas dos governos e, de outro, da falta de legitimidade do Estado de Bem-Estar de pós-guerra. Este discurso da crise, da forma como foi e é apresentado e veiculado, denota, a despeito de se considerar desideologizado, um forte viés ideológico, pois sugere não uma metamorfose ou reestruturação da proteção social, ou, ainda, a substituição de um padrão por outro, “mas uma situação que está fora de controle, uma situação em que os graves problemas não têm solução ou não podem ser contidos” (Johnson: 1990, p.15). Vale dizer, tal discurso veicula uma noção de *crise* como sinônimo de colapso, falência ou extinção, provocados por uma total incompatibilidade da proteção social pública com os tempos modernos, o que justifica o desmonte dos direitos sociais, em nome do equilíbrio fiscal e da competitividade sistêmica.

No plano político-interventivo é digna de nota a estratégia de combinação de inovações e retrocessos no funcionamento do projeto neoliberal. Disso deduz-se que não são propriamente as inovações, resultantes do

avanço tecnológico, que têm produzido efeitos perversos do ponto de vista ético-social, mas o uso político dessas inovações, movido pela competitividade e pela lógica da rentabilidade privada. Como salienta Harnecker (1988), a introdução da flexibilidade na produção, nos contratos de trabalho, nas ocupações, na segurança social etc., geradoras do desemprego e da exclusão social, não é algo que tenha sido determinado pelas inovações tecnológicas. Colocar a culpa nessas inovações, diz ela, “é uma estratégia interessada em apresentar como inevitável o que na realidade é uma decisão empresarial ou política que se aproveita das condições criadas pela nova base tecnológica (Harnecker: 1998, p. 54).

Com efeito, “à medida que a trajetória da modernidade se identificou com a trajetória do capitalismo” (Ferreira, 1997, p.9) essa modernidade foi se afastando do legado do iluminismo e perdendo o compromisso com a justiça social, que é um dos valores prezados pelos ideais igualitários. Como não poderia deixar de ser, mergulhamos num mundo repleto de “irracionalidades acumuladas” que, hoje, quase livres de regulações institucionais, assumem um caráter predatório em todos os campos. Que digam os desastres ecológicos, a fadiga do ecossistema e a degradação ambiental causados pelo paradigma produtivista e industrialista, que aposta no crescimento econômico ilimitado; a desigualdade social aprofundada; o desmonte dos direitos sociais; a corrida armamentista e a produção de armas sofisticadas de extermínio massivo, apesar do término da guerra fria, no final dos anos 80 (Harnecker: 1998, p. 91).

No bojo dessas irracionalidades ressurgem um sem-número de velharias ideológicas e políticas, cujo impacto na contemporaneidade torna-se mais adverso, porque desprovido de contrapontos à altura. É o caso, como lembra Casanova (1997), do retorno do *laissez-faire* como proposta econômica privilegiada; do predomínio da cidadania individual contra a cidadania social; do *darwinismo social*, que defende a competitividade livre e desimpedida e a supremacia dos mais fortes sobre os mais fracos; e de uma política colonialista conservadora, que vem recolonizando países da periferia capitalista e agudizando os problemas sociais de cerca de 80% da humanidade.

No chamado Terceiro Mundo, os efeitos dessas velharias políticas, especialmente do “novo” colonialismo, têm sido desastrosos, apesar do discurso contrário dos governantes terceiromundistas, que dizem fazer opção consciente pelo neoliberalismo, quando, na verdade, sujeitam-se a cumprir as recomendações impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo



Monetário Internacional (FMI), quais sejam: estabilidade monetária, criação de condições jurídicas para que as operações do capital transnacional possam se desenvolver sem problemas e preparação de infraestrutura física e humana necessária à acumulação do grande capital. Não é à toa que, para justificar esse sujeitamento, nunca se propagou tanto na América Latina e, em particular no Brasil, as virtudes “do mercado livre, da privatização e dos investimentos privados estrangeiros”, conforme atesta Hirschman (apud Casanova: 1997, p.29).

Na trilha desse novo colonialismo ganha proeminência, com muito mais perversidade do que no chamado Primeiro Mundo, o aumento dramático da pobreza, do desemprego e do desmoronamento de grande parte das instituições de bem-estar coletivas, construídas ao longo de várias décadas. Isso porque a imposição de políticas de liberalização da economia e desregulamentação do mercado, no Terceiro Mundo, exigem: diminuição do gasto público na saúde, na educação, no desenvolvimento social e, portanto, nos ganhos indiretos de boa parte da classe trabalhadora, para equilibrar o orçamento e pagar o serviço da dívida pública. Além disso, esses ajustes, chamados de estruturais, recomendam, tal como acontece no resto do mundo capitalista, diminuição dos salários; flexibilização dos contratos de trabalho; retração da oferta de emprego; focalização das políticas de proteção social na pobreza extrema; substituição do *welfare* (bem-estar incondicional) pelo *workfare* (bem-estar em troca de trabalho); aumento da carga fiscal dos assalariados e aumento das taxas de juros nos créditos dos pequenos proprietários. Tudo isso também repercutiu negativamente nas estruturas frágeis da organização sindical, da família, da legislação trabalhista, dos pequenos negócios e, por conseguinte, na qualidade de vida e de cidadania de considerável parcela da população do planeta.

Diante deste quadro, resta a todos aqueles que se recusam a avaliar mecanicamente os mitos da fatalidade destruidora do processo de globalização<sup>5</sup> econômica e da falência dos direitos de cidadania social e das políticas que os concretizam, descobrir novas perspectivas políticas, sem esquecer, é claro, que nem tudo é mito no discurso neoliberal.

<sup>5</sup> A globalização em si não expressa um processo perverso de desmonte de conquistas sociais e políticas obtidas há mais de um século pelos movimentos democráticos. A perversidade atribuída ao fenômeno da globalização decorre da sua administração pelo neoliberalismo. É este fato que, como diz Forrester, leva-nos a confundir o fenômeno com a ideologia que o administra. E, ao assim procedermos, “acabamos por conferir [ao neoliberalismo] o caráter irreversível, inevitável dos avanços tecnológicos que definem, não o liberalismo, mas a globalização” (2001, p.11).

#### 4 – DESAFIOS IMPOSTOS ÀS PROFISSÕES DA ÁREA SOCIAL

Estamos, de fato, diante não só do velho revisitado, mas também de uma nova realidade que nos indica que o padrão de regulação econômica e social que prevaleceu entre os anos 40 e 70 do século recém-findo, perdeu substância. As formas de trabalho que se impõem às profissões da área social terão que superar o paradigma fordista/ keynesiano/ beveridgiano, que serviu de referência à concepção de seguridade e cidadania social inaugurada nos anos 1940. Mas, nem tudo que deriva desse paradigma deve ser descartado. A noção de *direito e justiça sociais*, que constituiu a idéia-força dessas profissões tem que ser preservada, pois é contra ela que o neoliberalismo se insurge por temê-la, e é em torno dela que se mantêm acesas as chamas da utopia democrática. Isso não quer dizer, porém, que tal noção não deva passar por reorientações conceituais e políticas. O atual conceito de cidadania, por exemplo, não mais cabe na moldura delimitada pelo sociólogo inglês T. H. Marshall, nos anos 1950, e nem se restringe às tradicionais garantias e titularidades, que vigoraram até há pouco tempo. A seguridade social também não tem mais como suporte o pleno emprego e como espinha dorsal o contrato de trabalho regular e regulado pelo Estado e pelos sindicatos.

Por isso, o campo cognitivo das profissões da área social terão também que passar por transformações significativas, desafiadoras de consensos estabelecidos, que estão a exigir renovação de análises, conceitos e paradigmas. Mas, tais renovações não pressupõem, necessariamente, abdicação de visões de mundo, valores, compromissos éticos e convicções que se contraponham ao pensamento único, dominante; pressupõem, sim e inevitavelmente, revisões do acervo teórico ou normativo disponível que não mais dá conta de explicar os novos desafios sociais. Daí porque, hoje em dia, a valorização de novas formas de democracia (direta, participativa e descentralizada) e de cidadania (ativa, horizontal, coletiva e concreta), associadas à responsabilização do Estado pelo bem-estar coletivo, não ser apenas uma opção mas um imperativo para as profissões.

Os acontecimentos deste final de século, simbolizados por uma profunda revolução científico-tecnológica, abalaram efetivamente o universo temático, conceitual, analítico-explicativo e operativo das profissões. Os temas que atualmente são postos aos profissionais da área social já não são os mesmos de alguns anos atrás. E não só os temas, mas também os fatos,



os processos, as estruturas sociais e as evidências empíricas, que constituem a base de sustentação de conceitos e teorias. Se a empiria muda, o objeto do conhecimento e da intervenção social tem que mudar, impondo à profissão novos desafios, é verdade, mas também novos horizontes cognitivos e ativos. Como diz Ianni (1997, p.14), ao se referir à sociologia, o objeto dessa área de conhecimento “está passando por nova, profunda e ampla transformação. Torna-se mais complexo, ao mesmo tempo que menos conhecido, já que o patrimônio teórico elaborado até o presente revela-se insuficiente para dar conta das relações, processos e estruturas ainda pouco estudados ou propriamente desconhecidos”.

Isso vale para as demais profissões da área social, embora essa constatação assumam caráter particular em cada uma delas. Naquelas profissões de cunho interventivo, como é o caso do Serviço Social, o impacto das mudanças recentes produz dupla implicação porque os profissionais, além de terem de conhecer e interpretar a realidade, terão de intervir nessa realidade. Da boa interpretação dependerá o acerto da intervenção e, deste acerto, dependerá, em grande parte, a legitimidade e a eficácia da profissão. Por isso mesmo, as profissões sociais, de cunho interventivo, não poderão ser vistas apenas como disciplinas científicas que visam conhecer e explicar o seu objeto de interesse em sua complexidade, heterogeneidade e movimento, mas também como atores sociais e políticos importantes.

Vê-se, assim, que a tarefa das profissões sociais interventivas não é fácil nos tempos atuais, pois além de terem que repensar, com certa presteza, objetos, métodos, técnicas, conceitos e conteúdos substantivos, terão que reconstituir a sua prática para atuar com relativa segurança e responsabilidade num mundo modificado que não só é pouco conhecido, mas surpreendente.

Com efeito, a facilidade não é propriamente a perspectiva colocada no futuro dos sujeitos que se recusam a se ajustar ao modelo neoliberal. Por isso, o único caminho digno de ser trilhado por esses sujeitos é o “das pedras” do pensamento crítico, já abandonado por muitos. Nessa caminhada, os profissionais não poderão deixar de se questionar, de se pôr em causa, de praticar o exercício da autocrítica, ao mesmo tempo em que criticam e questionam o contexto em que vivem, com o objetivo de *repensar* ao invés de reformular o seu objeto de conhecimento e ação.

É o pensamento crítico e o compromisso com os valores igualitários que vão evitar que profissões como o Serviço Social, mesmo em minoria,

caiam no administrativismo, no engenho social, na reificação do individualismo, no apoio às políticas sociais focalizadas, no reforço ao desmantelamento dos direitos sociais e no avalizamento do neocolonialismo. Em contrapartida podem permitir que tais profissões, de par com outras forças sociais resistentes, possam contribuir para transformar os problemas atuais em uma *questão social explicitada*, o que exigirá a formação de uma “cultura de oposição” e um projeto alternativo que se assente nos valores da liberdade com justiça social.

## BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

- CASANOVA, Pablo. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: FERREIRA, Leila Costa. *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FERREIRA, Leila Costa. *Introdução*. In: *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FITOUSSI, Jean-Paul & ROSANVALLON, Pierre. *A nova era das desigualdades*. Oeiras, Celta, 1997.
- FORRESTER, Viviane. *Uma estranha ditadura*. São Paulo: UNESP, 2001.
- HARNECKER, Marta. *La izquierda en el umbral del siglo XXI*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1999.
- IANNI, Otávio. A sociologia numa época de globalização. In: FERREIRA, Leila Costa. *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JOHNSON, Norman. *El Estado del Bienestar en transición: la teoría y la practica del pluralismo de bienestar*. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1990.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967.
- MARX, Karl. *El capital. Critica de la economía politica*. México, Fondo de Cultura Economica, 1975.
- PEREIRA, Potyara A P. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. In: *Temporalis 3. Revista da ABEPSS*. Ano II. Jan.- Jun./2001.
- \_\_\_\_\_. A formação do assistente social e o exercício profissional: a questão da educação versus adestramento. 2001, inédito (digitado).
- \_\_\_\_\_. *Necessidades humana: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.



# O TRABALHO FEMININO NA INDÚSTRIA: O QUE MUDOU? §

Hildete Pereira de Melo\*

## 1. INTRODUÇÃO

O crescimento da participação feminina na força de trabalho brasileira é um fenômeno que na última década tem sido muito estudado (Lavinias, L., 1997; Wajnman, S. & Perpétuo, I.H., 1997; Lavinias, L. & Linhares, L.B., 1996; Barros, R., Jatobá, J. & Mendonça, R. 1995, Bruschini, C., 1995; Abreu, A., 1993) e a mesma tendência ocorreu em todo o continente latino-americano (Abramo & Armijo, 1997). No Brasil, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu cerca de 13 pontos percentuais entre 1950 e 1980, chegando nos anos 90 a beirar os 40% (Barros, R.P., *et alli*, 1995); nas regiões metropolitanas esta taxa de participação atingiu 44,53% (PME/IBGE), e tudo indica que continuará crescendo nos próximos anos. No entanto, essa entrada das mulheres no mercado de trabalho, não foi acompanhada de uma diminuição das desigualdades profissionais entre os sexos. O emprego feminino continua sendo concentrado em alguns setores de atividades, e agrupado em um pequeno número de profissões, embora numa menor proporção,

§ Este estudo faz parte do Projeto "Emprego Feminino no Brasil: Mudanças Institucionais e Novas Inserções no Mercado de Trabalho" CEPAL/IPEA, coordenado por Lena Lavinias. Uma versão mais completa deste trabalho foi publicado como texto de discussão pelo IPEA.

\* Professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e consultora do Convênio IPEA/UFF. Este trabalho contou com a colaboração do professor Alberto DSabbato e da estagiária Roselene Costa Santos na programação da base de dados.

e esta segmentação é a base das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Esta realidade pode esconder um aspecto importante com relação à ocupação feminina: como as mulheres não chegam a ter uma profissão tão definida como os homens, mas aceitam participar do mercado de trabalho em ocupações pouco indefinidas e menos especializadas, talvez seja esse aspecto que explique em parte a manutenção de seu patamar de participação na indústria de transformação.

Desde o esgotamento da etapa substitutiva de importações (final dos anos 70) a estrutura industrial brasileira sofreu transformações que passaram pelo processo inflacionário dos anos 80/90, abertura comercial iniciada em 1990 e ciclos recessivos, configurando um violento processo de ajustamento: difusão de programas de contenção de despesas, racionalização de métodos produtivos e perfis gerenciais, além da melhora da qualidade dos produtos. Esta reestruturação industrial provocou entre 1989 e 1994 uma redução de 24,6% no número médio de empregados por estabelecimento industrial.<sup>1</sup> Em consequência, o mercado de trabalho nacional vive uma grande turbulência; os novos postos de trabalho que foram gerados são em parte devidos ao crescimento do segmento informal – composto pelos empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e microempresários. Como estas transformações produtivas mudaram as relações de trabalho em relação aos mercados das empresas, seja pelo processo de terciarização ou de terceirização? Esta é uma pesquisa ainda a ser feita – sobretudo num corte de gênero.

O mercado de trabalho brasileiro, ao longo destas últimas décadas, demonstrou uma grande capacidade de geração de novas ocupações, com outras relações de trabalho, isto é, fora do marco legal, apesar da recessão e da reestruturação produtiva. A preferência pelo sexo feminino, numa hora de desregulamentação do mercado de trabalho, talvez reflita o aspecto cultural de que as mulheres são vistas socialmente como mais submissas (Saffioti, H., 1984). O porquê dessa visão social de que mulheres são mais submissas é, em parte, devido a que muitas delas são chefes de família com responsabilidades pesadas nas estratégias de sobrevivência do grupo doméstico, mas também se pode afirmar que estas foram historica-

<sup>1</sup> Sabóia, (1998) afirma que esta redução está correlacionada com a utilização de técnicas e métodos de gestão da produção e que as últimas tiveram um papel significativo sobre a capacidade de geração de empregos industriais.



mente socializadas para dizer *sim* (Tarrés, Maria Luisa, 1997). Todavia, essa não é uma pergunta que este trabalho pretende responder; fica a indagação para uma futura investigação. É bem verdade que esta absorção das mulheres ocorreu através da geração de novas ocupações com baixa qualidade do posto de trabalho, com precarização das relações de trabalho e queda nos rendimentos dos trabalhadores. Mas, mesmo assim, na segunda metade dos anos 90, esta dinâmica perversa foi alterada pelo fantasma do desemprego. Isto é, a novidade é que na década de 1980 as variações no emprego seguiram de perto as variações no nível de atividade industrial, enquanto na década de 1990 ocorreu uma redução muito mais acentuada no emprego que na produção, como concluíram os trabalhos de Carvalho, R. Q. (1994), Feijó, C. & Carvalho, P.G.M., (1994) e Carvalho, P.G.M., (2000): houve queda do emprego industrial e perda de capacidade do setor manufatureiro para gerar novos postos de trabalho.<sup>2</sup>

É preciso ressaltar que essas mudanças do mercado de trabalho foram diferenciadas, dependendo do setor econômico. Para a indústria de transformação, fica muito mais difícil a precarização das relações de trabalho, afinal uma fábrica é uma unidade produtiva com muita visibilidade e a mudança nas relações de trabalho não acontece se esta não for negociada com o Estado. Por exemplo, para o Brasil, uma das formas de contornar esse problema foi a criação do contrato temporário, que atende sobretudo a uma demanda do setor industrial. Para as atividades de serviços a flexibilidade foi enorme, devido às próprias características do setor – unidades produtivas menores, interação entre usuário e produtor – que permitem a geração de novas ocupações sem muita formalidade. No caso industrial, isso é muito mais rígido para a indústria de transformação, pois para a extrativa mineral e a construção civil a flexibilização é maior, devido a estas atividades terem uma outra perspectiva quanto a utilização da mão-de-obra e a propagação do progresso técnico; todavia, deixamos de analisá-las por não serem objetivo de nosso estudo.

Assim, as transformações do mercado de trabalho da última década foram mais sentidas pelos trabalhadores masculinos, sobretudo os menos qualificados, que cederam lugar para o sexo feminino (Lavinás, Lena,

<sup>2</sup> Carvalho, Paulo Gonzaga M. (2000) na sua tese de doutoramento chega a esta conclusão, usando várias fontes de dados do IBGE, Pesquisa Industrial Mensal – DG (PIM-DG), Pesquisa Industrial Anual (PIA) e Contas Nacionais.

1999). Diante dessa ruptura nos padrões sociais, com as mulheres mudando suas estratégias de vida, acumulando as funções de mães/esposas com o *status* de trabalhadoras, é necessário investigar estas mudanças, para propor novas políticas sociais para o futuro, onde a figura da mãe estará oito horas, diariamente, ausente do lar.<sup>3</sup> Além do mais, interessa conhecer o emprego feminino industrial diante das mudanças nas relações de trabalho, num quadro de inovações tecnológicas onde o processo produtivo foi bastante alterado. Como foi a adaptação das mulheres a essa nova situação? Estas tecnologias que exigem menor esforço físico favorecem a ocupação feminina?

Os processos de crise, ajuste e reestruturação produtiva impõem que seja feito um diagnóstico dessas transformações, possibilidades e perspectivas para o emprego industrial feminino no contexto atual de modernização tecnológica e globalização. Como a indústria de transformação passa por profundas mudanças devido à revolução microeletrônica, interessa-nos estudar até que ponto as potencialidades presentes nos novos paradigmas produtivos ampliaram as oportunidades de acesso ao emprego e melhora das condições de permanência das mulheres no trabalho industrial. Essa reestruturação provocou no setor manufatureiro, nos anos 90, as mais altas taxas de desemprego da economia brasileira metropolitana; por exemplo, em 1991 a taxa de desemprego foi em média de 6,48%, para, em 1998, alcançar a taxa de 9,09%, a maior de todo o período (*PME/IBGE, Boletim do Mercado de Trabalho, jun/99, nº 10*). Nesta, os ramos mais afetados foram fio/têxtil, material de transporte, química e material elétrico e de comunicações. A diminuição no ritmo da atividade econômica teve como consequência que os novos empregos criados nas cidades fossem predominantemente nas diversas formas modernas de “criadagem” (serviços de alimentação, alojamento, vigilância, serviços domésticos remunerados). As pesquisas de emprego do IBGE mostram a perda de importância, em termos absolutos e relativos, da ocupação na indústria de transformação, que atualmente responde por apenas 12,39% da força de trabalho brasileira.

<sup>3</sup> A relação entre a figura da trabalhadora e a mãe (dona-de-casa) é uma questão complexa, por que o trabalho passou a se realizar num espaço fora de casa e portanto, são antagônicas, ver sobre o assunto Joan W. Scott, *La Travailleurse*, em Duby, G., e Perrot, Michelle (org.), *Histoire des Femmes: le XIX siècle*.



É preciso analisar, do ponto de vista de gênero, como se processou no interior da indústria de transformação a criação e a destruição dos postos de trabalho, quais as indústrias mais afetadas e se o desempenho no mercado de trabalho depende de melhores qualificações da mão-de-obra, dado que as novas oportunidades de emprego, num contexto de rápida difusão de novas tecnologias, têm requisitos de formação educacional e profissional que os homens não possuem.

## 2. METODOLOGIA

Este artigo analisará a ocupação feminina industrial nos anos 1985, 1993 e 1997 na indústria de transformação. Esta avaliação será feita utilizando as variáveis: sexo, faixa etária, escolaridade, rendimentos, posição na família e na ocupação. As bases de dados utilizadas foram as tabulações especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). A escolha desses anos foi devida ao processo de reestruturação produtiva vivida pelo setor industrial manufatureiro. O primeiro ano, 1985, marca o início do avanço mais firme da microeletrônica na linha de montagem, 1993 é o ano seguinte à grande reestruturação produtiva sofrida pelo setor nos anos 1991/92 e finalmente 1997, último ano em que as informações estão disponíveis, além de o corte, neste ano, permitir analisar o período da estabilidade monetária. A base de dados foi a pesquisa amostral PNAD/IBGE. Para melhor compreender a dinâmica do processo de segmentação do mercado de trabalho foi feito um indicador de “*mixidade*” para alguns grupos ocupacionais. Devido a problemas técnicos com a amostra, só foi possível calcular este indicador para a indústria de transformação como um todo, a seleção dos grupos ocupacionais obedeceu ao critério de ocupação que sofreu alterações pelo uso da microeletrônica ou pelas novas formas de gestão. Supõe-se que este indicador permitirá verificar quais as mudanças ocorridas nessas indústrias quanto ao corte por sexo no âmago do processo fabril e, assim, explicar melhor, por que as mulheres, apesar do encolhimento dos postos de trabalho industriais, mantiveram seus lugares. Elas mudaram de ocupação? Fazem outras tarefas? Assim, este trabalho fará uma síntese da participação feminina nos diversos ramos da indústria de transformação e depois analisará o indicador de *mixidade* à luz das mudanças tecnológicas.

## 3. AS MULHERES NAS FÁBRICAS: ONDE ELAS ESTÃO?

Uma das questões mais interessantes dessa discussão sobre a violenta reestruturação produtiva da indústria de transformação nacional é que as mulheres, ao longo dos últimos 12 anos (1985/1997), mantiveram sua taxa de participação no mesmo patamar, a despeito da retração do emprego industrial: em 1985 a taxa de participação feminina era de 26,35% e em 1997 atingiu 28,13% (PNAD/IBGE). Ao contrário do que seria esperado, essa reestruturação industrial não produziu uma “*volta ao lar*” das trabalhadoras industriais, mas estas ainda ampliaram um pouco sua participação no mercado de trabalho manufatureiro.

A Tabela 1 mostra a evolução da participação feminina pelos diversos ramos industriais. Ao longo dos últimos 12 anos, nota-se que a tradicional participação nas indústrias têxtil/calçados (fio/tecido, vestuário e calçados) ainda permanece como o grande *locus* de trabalho feminino, isso levando em conta a participação dos dois sexos na divisão do trabalho. Em todos esses ramos industriais, a taxa de participação feminina é cerca de 50% ou mais do total dos trabalhadores de cada uma dessas indústrias. Considerando os complexos químico, fármaco, cosmético e de plásticos, tem-se a segunda grande concentração de mão-de-obra feminina. Nos demais ramos industriais a taxa de participação feminina oscila, com a menor taxa de participação feminina na metalurgia (10,38%), e para participações intermediárias entre 30% e 40%, como são os casos das indústrias de produtos alimentícios, fumo e editorial/gráfica.<sup>4</sup>

Olhando por outro prisma, isto é, para a forma de distribuição da força de trabalho feminina na indústria de transformação: tem-se uma visão um pouco diferente da expressa pela Tabela 1. Na Tabela 2 observa-se esta distribuição: em 1997, o maior contingente de mulheres está alocado na indústria de produtos alimentícios, seguido da indústria do vestuário, e estes dois setores concentram cerca de 41,84% da mão-de-obra feminina.

A dificuldade para analisar a absorção de trabalhadoras pela indústria de produtos alimentícios é sua diversificação. Sua produção não é homogênea, o segmento é formado por um elevado número de empresas altamente heterogêneas. Como os processos produtivos são bastante diferenciados, incluem moinho de trigo, milho, mandioca, café, padaria/confei-

<sup>4</sup> Neste trabalho o gênero industrial “outros” engloba além de diversos, madeira, minerais não metálicos, papel/papelão e móveis.



Tabela 1  
Brasil – Indústria de Transformação – 1985/93/97  
Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado segundo o Sexo

Setor	1985		1993		1997	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Metalurgia	91,48	8,52	89,00	11,00	89,62	10,38
Mat. Elétrico /Comunic.	67,54	32,46	70,65	29,35	71,25	28,75
Prod. Alimentícios	75,90	24,10	67,45	32,55	64,39	35,61
Bebidas	90,95	9,05	90,92	9,08	85,13	14,87
Fumo	65,92	34,08	57,02	42,98	60,97	39,03
Química	82,96	17,04	81,54	18,46	82,06	17,94
Farmacêutico	67,16	32,84	64,07	35,93	64,11	35,89
Cosméticos/Perfumaria	66,80	33,20	59,38	40,62	61,63	38,37
Mat. Plástico	70,87	29,13	72,07	27,93	69,05	30,95
Editorial/Gráfica	78,23	21,77	73,27	26,73	67,96	32,04
Mecânica	91,79	8,21	84,74	15,26	82,89	17,11
Mat. de Transporte	89,72	10,28	87,88	12,12	84,35	15,65
Borracha	85,29	14,71	87,07	12,93	77,45	22,55
Fio/Tecido	49,24	50,76	51,17	48,83	50,35	49,65
Vestuário	22,04	77,96	23,34	76,66	27,59	72,41
Calçado	54,74	45,26	49,50	50,50	50,70	49,30
Outros	80,11	19,89	82,48	17,52	83,53	16,47
Total	73,65	26,35	71,67	28,33	71,87	28,13

Fonte: IBGE/PNAD, 1985, 1993 e 1997.

taria, usina de açúcar, laticínios, abate e preparação de carnes. São segmentos industriais muito díspares. A principal característica desse setor é possuir por excelência relações trabalhistas relativamente precárias, uma mão-de-obra pouco qualificada e gigantescas externalidades em termos de bem-estar, aparentemente esta indústria permite uma ponte entre o meio rural e o urbano, o que facilita estes arranjos diferenciados nas relações trabalhistas (ver Tabela 10). Nesses anos, esta indústria tem passado por grandes mudanças quanto à melhora da qualidade e barateamento dos seus produtos, com profundas implicações sobre a cesta básica de consumo e a competitividade de seus mercados. Há uma acirrada competição entre as empresas gigantes do setor para aumentar sua participação no mercado brasileiro e mundial e um segmento pulverizado de pequenas empresas atendendo o mercado doméstico. De qualquer maneira, este ramo industrial isoladamente absorve o maior contingente de trabalhadores femininos e masculinos, como mostra Tabela 2, para o caso masculino isso já era verdade para o ano de 1985.

Continuando a análise da distribuição da força de trabalho feminina, nota-se que em 1985, era um pouco diferente, vestuário era a primeira ocupação feminina, seguida de fio/tecido, com cerca de 36% das trabalhadoras industriais do país; agregando o terceiro setor, de produtos alimentícios, a concentração chegava a 49,34%. Este número é bastante significativo porque estes três setores industriais empregavam aproximadamente 50% do total das trabalhadoras industriais. Voltando nosso olhar para o ano de 1997, temos por um lado o crescimento da concentração de trabalhadoras na indústria de alimentos, e uma retração nas indústrias tradicionais femininas (têxtil/vestuário), expressando a dramática reestruturação e falência das têxteis nacionais ao longo do período. Seguramente a abertura comercial que iniciou-se com o Governo Collor e a sobrevalorização cambial do Plano Real destruíram milhares e milhares de postos de trabalho no setor têxtil do país.

Analisando a trajetória da mão-de-obra masculina, observa-se que esta é menos concentrada nos setores industriais, a taxa de participação no setor “Outros” não deve ser levada em consideração porque expressa uma agregação de vários segmentos industriais, assim alimentos e metalurgia respondem em 1997 por 30,43% da força de trabalho masculina, são taxas ligeiramente menores do que as das mulheres. Em 1985 estas mesmas indústrias respondiam por 29,07% da mão-de-obra fabril masculina. O mais importante nessa questão é que em todos os demais ramos indus-



Tabela 2  
Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado por Sexo segundo os Setores

Setor	1985		1993		1997	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
	Metalurgia	13,96	3,64	12,92	4,04	13,13
Mat. Elétrico /Comunic.	3,88	5,21	2,98	3,13	3,72	3,83
Prod. Alimentícios	15,11	13,41	16,71	20,41	17,30	24,44
Bebidas	2,00	0,56	2,05	0,52	1,91	0,85
Fumo	0,42	0,60	0,28	0,53	0,20	0,33
Química	5,54	3,18	4,96	2,84	5,03	2,81
Farmacêutico	0,80	1,10	0,72	1,02	0,83	1,18
Cosméticos/Perfumaria	0,62	0,86	0,77	1,33	0,66	1,05
Mat. Plástico	2,01	2,31	2,25	2,21	2,27	2,60
Editorial/Gráfica	3,33	2,59	3,66	3,38	4,00	4,82
Mecânica	6,27	1,57	4,49	2,05	6,34	3,34
Mat. de Transporte	8,04	2,58	7,19	2,51	6,26	2,97
Borracha	1,14	0,55	1,31	0,49	0,89	0,66
Fio/Tecido	5,29	15,24	4,49	10,84	3,20	8,07
Vestuário	2,09	20,69	2,43	20,22	2,60	17,40
Calçado	3,37	7,78	3,36	8,67	2,92	7,27
Outros	26,13	18,13	29,44	15,82	28,74	14,48
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE/PNAD, 1985, 1993 e 1997.

triais a taxa de participação dos homens é de uma maneira geral mais pulverizada.

A Tabela 3 mostra a tendência do emprego feminino na última década. Esta tabela ressalta a importância da entrada das mulheres nas indústrias mecânicas, editorial/gráfica e alimentícias, com taxas de expansão significativas no longo período (1985/97) e as ocupações nestas indústrias mantêm este desempenho entre 1985/93 e 1993/97, apenas a indústria de alimentos apresenta taxas de crescimento menores do que as duas primeiras.

A dinâmica do processo industrial pode ser visualizada nos gráficos 3a e 3b e nas Tabelas 3, 4, 5 e 6. Nos gráficos 3a e 3b pode ser observado que nas indústrias de vestuário, fio/tecido, fumo foram fechados postos de trabalho tanto para homens como para mulheres, sendo que na indústria do vestuário a queda no período atinge quase 15% para as mulheres e 12% para os homens. A crise da indústria de vestuário foi mais acentuada durante os anos 1993/97, como consequência da política cambial de sobrevalorização do real, esta indústria teve uma taxa negativa de crescimento de -30,54% para as mulheres e de -26,26 para os homens (Tabela 3), tendo sido esta crise mais pesada nos anos pós-Plano Real, com a maciça concorrência de produtos asiáticos. Como neste ramo mais de 70% dos trabalhadores são mulheres, um grande contingente feminino foi despedido nos anos 90, como demonstra a Tabela 3. Um pouco diferente é o caso dos têxteis, esta indústria apresenta taxas de crescimento negativas para ambos os sexos. Pode-se pensar que houve mesmo uma preferência pela retenção da mão-de-obra feminina (ver Tabela 3) no setor, o que não chega a ser uma novidade, em se tratando da indústria têxtil, tradicionalmente reduzida da força de trabalho feminino desde os primórdios do processo industrial.

Dividindo a década, temos algumas alterações na evolução do emprego:

- i) - nos anos 1985/93 expandiu-se o emprego das mulheres nas indústrias de cosméticos e produtos alimentícios, seguidas de mecânica e editorial/gráfica. É preciso deixar claro que os ramos de mecânica e editorial e gráfica tiveram as maiores taxas de crescimento na década 1985/97, como atesta a Tabela 3. Mesmo que haja um efeito estatístico devido ao pequeno número de mulheres ocupadas nestas indústrias, é interessante ressaltar o caso da indústria mecânica que é emblemático da nova



Tabela 3  
Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Percentual de Variação do PESSOAL Ocupado segundo o Sexo

Setor	Período 1985-93		Período 1993-97		Período 1985-97	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Metalurgia	-0,42	3,52	0,43	-1,17	-0,14	1,69
Mat. Elétrico /Comunic.	-2,48	-3,84	5,74	4,98	0,02	-1,43
Prod. Alimentícios	1,94	9,44	0,89	4,39	1,51	6,31
Bebidas	0,84	0,88	-1,68	13,08	-0,02	4,77
Fumo	-3,82	0,15	-7,53	-11,23	-5,49	-3,80
Química	-0,82	0,37	0,41	-0,46	-0,43	0,09
Farmacêutico	-0,81	0,90	3,54	3,50	0,60	1,74
Cosméticos/Perfumaria	3,72	9,82	-3,61	-5,85	0,95	2,86
Mat. Plástico	2,10	1,27	0,24	3,95	1,38	2,12
Editorial/Gráfica	1,84	6,31	2,28	9,04	1,92	6,49
Mecânica	-3,16	6,32	9,06	12,83	0,46	7,72
Mat. de Transporte	-0,83	1,55	-3,40	4,04	-1,71	2,32
Borracha	2,57	0,48	-9,36	7,25	-1,70	2,68
Fio/Tecido	-1,42	-2,24	-7,37	-0,11	-3,57	-1,31
Vestuário	2,68	1,60	-26,26	-30,54	-11,81	-13,79
Calçado	0,52	3,57	-3,38	-4,53	-0,80	0,55
Outros	2,21	0,08	-0,57	-2,40	1,17	-0,75
Total	0,55	1,92	0,03	-0,21	0,37	1,13

Fonte: IBGE/PNAD, 1985, 1993 e 1997.

inserção feminina no processo manufatureiro, secundada por uma taxa de crescimento menor, mais expressiva da indústria metalúrgica;

ii) - a maior retração da indústria manufatureira compreende os anos 1993/97, o crescimento foi menor para a maioria dos ramos industriais, como mostra a Tabela 3, praticamente não houve variação na ocupação masculina e feminina no período. Em algumas indústrias os homens perderam postos de trabalho para as mulheres como em material de transporte, borracha, têxtil e bebidas. As mulheres, por sua vez, tiveram mais demissões em vestuário, fumo, cosméticos e calçados. Em duas indústrias a taxa foi negativa, apenas, para as mulheres: metalurgia e química.

Esta questão da evolução do pessoal ocupado na indústria de transformação também pode ser acompanhada pela variação absoluta do emprego, ao longo do período, 1985/97. As Tabelas 4 e 5 mostram este processo; na primeira observa-se a evolução por ramo industrial e na segunda a variação absoluta. Estas tabelas fazem uma descrição para os últimos 12 anos da evolução do emprego industrial no Brasil. O que podemos concluir? No contexto em que se realiza a nossa pesquisa, a participação feminina no mundo industrial manteve seu patamar histórico de meados da década de 1980. Embora tenha havido mudanças, as mulheres permaneceram na indústria numa proporção até um pouco superior a de meados dos anos 1980. Esta redução no período 1997/1985, teve a seguinte dinâmica: as indústrias de calçados, têxtil, borracha, material de transportes, química, fumo e material elétrico e de comunicações fecharam 364.134 postos de trabalho, embora no total a indústria de transformação tenha criado 564.498 novos postos nos demais ramos industriais, basicamente em produtos alimentícios, outros e editorial/gráfica, isto é, o saldo líquido foi 200.364 postos de trabalho.<sup>5</sup> Os homens perderam postos de trabalho em têxtil, material de transportes, calçados, química, metalurgia e fumo, as mulheres em têxtil, outros, material elétrico e de

<sup>5</sup> A importância desse fenômeno foi também avaliada no boletim *Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise* nº 8 (junho de 1998). Este, analisando o processo de enjugamento da indústria de transformação para as regiões metropolitanas brasileiras (dados da PNAD/IBGE), concluiu que entre 1992 e 1996 o crescimento nacional do setor industrial limitou-se a 0,5% e que esta atividade respondeu por apenas 1,5% do total de novos ocupados; a participação desta atividade na ocupação total retraiu-se de 13,2% para 12,6%.



comunicações, vestuário e fumo. Em alguns ramos a dinâmica foi idêntica para ambos os sexos, mas isso não corresponde ao movimento geral da atividade manufatureira. As mulheres tiveram saldo positivo e os homens negativo na metalurgia, bebidas, química, material de transportes, borracha e calçados. O contrário aconteceu nos ramos de material elétrico e de comunicações, vestuário e outros.

As mudanças dos últimos 12 anos, analisadas neste trabalho, na estrutura do emprego fabril e a dinâmica positiva da absorção feminina na indústria de transformação levantam algumas indagações. Estas tiveram dois momentos: primeiro, o processo recessivo combinado à abertura comercial com a entrada de produtos importados produziu um impacto negativo sobre o nível da atividade industrial, com redução do emprego e mudanças organizacionais objetivando a racionalização dos custos de produção e modificações nos produtos. Segundo, devido à maior exposição à concorrência internacional, as empresas industriais implantaram estratégias de modernização com mudanças no perfil ocupacional dos trabalhadores, aumento da escolaridade e do treinamento profissional e técnico, transformações, sobretudo dos últimos anos da década de 1990, em que houve um aprofundamento na utilização de técnicas e métodos de gestão da produção. A utilização de novas tecnologias de organização da produção e de gerenciamento tornaram menos pesada a rotina dos operários(as). Diversas funções no mundo fabril são feitas atualmente por robôs, que fazem inclusive solda a laser, tornando possível o emprego feminino, além da melhor escolarização (Lavinias, L., 1997) e da queda da taxa de fecundidade, colaborando para que as empresas industriais vejam com bons olhos equipes mistas na linha de produção, razões estas apontadas pelos diretores das empresas. Vejamos o caso da montadora de automóveis Renault, na região metropolitana de Curitiba: seu diretor de recursos humanos afirmava que a meta da empresa, que empregava 20% de trabalhadoras em 1999, era atingir, no final do ano 2000, 30% de operárias na fábrica, eis as razões: *"Elas têm grande facilidade de memorização, são dedicadas e caprichosas quando executam suas tarefas, inclusive no acabamento. [...] Além de serem muito preocupadas com o uso de equipamentos de segurança, como capacetes, elas raramente faltam. Não apresentam problemas com álcool, o que não ocorre com metalúrgicos"* (Correio Brasiliense, 15 de agosto de 1999).<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Na mesma região metropolitana (Curitiba/PR) a fábrica da Volkswagen/AUDI emprega só 7,8 de trabalhadoras, mas o objetivo é atingir nos próximos anos 20% (Correio Brasiliense, 15/08/1999).

Tabela 4  
Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Pessoal Ocupado segundo o Sexo

Setor	1985			1993			1997		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Metalurgia	813.181	75.761	888.942	785.777	97.098	882.875	799.536	92.645	892.181
Mat. Elétrico /Comunic.	225.886	108.584	334.470	181.148	75.236	256.384	226.441	91.378	317.819
Prod. Alimentos	880.095	279.426	1.159.521	1.016.441	490.502	1.506.943	1.053.154	582.512	1.635.666
Bebidas	116.612	11.607	128.219	124.437	12.421	136.858	116.278	20.308	136.586
Fumo	24.348	12.587	36.935	16.900	12.738	29.638	12.358	7.910	20.268
Química	322.545	66.252	388.797	301.375	68.225	369.600	306.399	66.988	373.387
Farmacêutico	46.789	22.881	69.670	43.740	24.532	68.272	50.271	28.146	78.417
Cosméticos/Perfumaria	35.936	17.861	53.797	46.619	31.888	78.507	40.247	25.060	65.307
Mat. Plástico	117.195	48.169	165.364	136.871	53.046	189.917	138.185	61.942	200.127
Editorial/Gráfica	193.996	53.986	247.982	222.614	81.228	303.842	243.594	114.817	358.411
Mecânica	365.282	32.658	397.940	272.964	49.164	322.128	386.092	79.682	465.774
Mat. de Transporte	468.490	53.692	522.182	437.479	60.357	497.836	381.014	70.708	451.722
Borracha	66.230	11.427	77.657	79.868	11.862	91.730	53.898	15.695	69.593
Fio/Tecido	307.909	317.444	625.353	272.998	260.490	533.488	195.052	192.315	387.367
Vestuário	121.835	430.914	552.749	147.999	486.027	634.026	158.048	414.706	572.754
Calçado	196.048	162.091	358.139	204.264	208.428	412.692	178.042	173.137	351.179
Outros	1.521.485	377.746	1.899.231	1.790.270	380.272	2.170.542	1.749.815	345.073	2.094.888
Total	5.823.862	2.083.086	7.906.948	6.081.764	2.403.514	8.485.278	6.088.424	2.383.022	8.471.446

Fonte: Tabulações Especiais IBGE/PNAD, 1985, 1993 e 1997.



Tabela 5  
Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Variação Absoluta no Período do Pessoal Ocupado segundo o Sexo

Setor	Período 1993 - 1985			Período 1997 - 1993			Período 1997 - 1985		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Metalurgia	-27.404	21.337	-6.067	13.759	-4.453	9.306	-13.645	16.884	3.239
Mat. Elétrico /Comunic.	-44.738	-33.348	-78.086	45.293	16.142	61.435	555	-17.206	-16.651
Prod. Alimentícios	136.346	211.076	347.422	36.713	92.010	128.723	173.059	303.086	476.145
Bebidas	7.825	814	8.639	-8.159	7.887	-272	-334	8.701	8.367
Fumo	-7.448	151	-7.297	-4.542	-4.828	-9.370	-11.990	-4.677	-16.667
Química	-21.170	1.973	-19.197	5.024	-1.237	3.787	-16.146	736	-15.410
Farmacêutico	-3.049	1.651	-1.398	6.531	3.614	10.145	3.482	5.265	8.747
Cosméticos/Perfumaria	10.683	14.027	24.710	-6.372	-6.828	-13.200	4.311	7.199	11.510
Mat. Plástico	19.676	4.877	24.553	1.314	8.896	10.210	20.990	13.773	34.763
Editorial/Gráfica	28.618	27.242	55.860	20.980	33.589	54.569	49.598	60.831	110.429
Mecânica	-92.318	16.506	-75.812	113.128	30.518	143.646	20.810	47.024	67.834
Mat. de Transporte	-31.011	6.665	-24.346	-56.465	10.351	-46.114	-87.476	17.016	-70.460
Borracha	13.638	435	14.073	-25.970	3.833	-22.137	-12.332	4.268	-8.064
Fio/Tecido	-34.911	-56.954	-91.865	-77.946	-68.175	-146.121	-112.857	-125.129	-237.986
Vestuário	26.164	55.113	81.277	10.049	-71.321	-61.272	36.213	-16.208	20.005
Calçado	8.216	46.337	54.553	-26.222	-35.291	-61.513	-18.006	11.046	-6.960
Outros	268.785	2.526	271.311	-40.455	-35.199	-75.654	228.330	-32.673	195.657
Total	257.902	320.428	578.330	6.660	-20.492	-13.832	264.562	299.936	564.498

Fonte: Tabulações Especiais IBGE/PNAD, 1985, 1993 e 1997.

Tabela 6  
Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Percentual de Variação no Período do Pessoal Ocupado segundo o Sexo

Setor	1985-93		1993-97		1985-97	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Metalurgia	-0,42	3,52	0,43	-1,17	-0,14	1,69
Mat. Elétrico /Comunic.	-2,48	-3,84	5,74	4,98	0,02	-1,43
Prod. Alimentícios	1,94	9,44	0,89	4,39	1,51	6,31
Bebidas	0,84	0,88	-1,68	13,08	-0,02	4,77
Fumo	-3,82	0,15	-7,53	-11,23	-5,49	-3,80
Química	-0,82	0,37	0,41	-0,46	-0,43	0,09
Farmacêutico	-0,81	0,90	3,54	3,50	0,60	1,74
Cosméticos/Perfumaria	3,72	9,82	-3,61	-5,85	0,95	2,86
Mat. Plástico	2,10	1,27	0,24	3,95	1,38	2,12
Editorial/Gráfica	1,84	6,31	2,28	9,04	1,92	6,49
Mecânica	-3,16	6,32	9,06	12,83	0,46	7,72
Mat. de Transporte	-0,83	1,55	-3,40	4,04	-1,71	2,32
Borracha	2,57	0,48	-9,36	7,25	-1,70	2,68
Fio/Tecido	-1,42	-2,24	-7,37	-0,11	-3,57	-1,31
Vestuário	2,68	1,60	-26,26	-30,54	-11,81	-13,79
Calçado	0,52	3,57	-3,38	-4,53	-0,80	0,55
Outros	2,21	0,08	-0,57	-2,40	1,17	-0,75
Total	0,55	1,92	0,03	-0,21	0,37	1,13

Fonte: Tabulações Especiais IBGE/PNAD, 1985, 1993 e 1997.



#### 4. O PERFIL DAS TRABALHADORAS FABRIS

Para analisar o perfil das trabalhadoras foi necessário utilizar um grande número de cortes: 17 setores manufatureiros combinados com idade (6 grupos), posição na família (4 posições), escolaridade (6 níveis) e posição na ocupação (5 posições). Essa desagregação pode acarretar, nos ramos manufatureiros que empregam menos trabalhadoras – Cosméticos, Matéria Plástica, Borracha, Fumo, Bebida –, que o número de observações de cada célula não seja suficiente para aplicar os fatores de expansão da PNAD, o que pode explicar algumas variações bruscas observadas nas tabelas analisadas a seguir. Entretanto, optamos por não agregar estes dados já que esse fenômeno se restringe a ramos pouco significativos para o emprego total feminino.<sup>7</sup>

##### A) – FAIXA ETÁRIA

A distribuição etária da população brasileira sofreu nas últimas décadas um relativo processo de envelhecimento e isso conseqüentemente provocou uma elevação da idade média dos trabalhadores. Este fenômeno é uma tendência internacional e o Brasil não fugiu à regra. Camarano, Ana A. & Beltrão, K. (1998) afirmam que este aumento na taxa de participação do segmento populacional de idades mais avançadas no mercado de trabalho foi relativamente mais importante para a população feminina, levando a uma redução da razão de sexos na PEA idosa que, em 1986, era de 4,6 homens para cada mulher, e passou para 2,1, em 1996.

Evidentemente nas atividades da indústria manufatureira este fenômeno também ocorreu. Esse movimento pode ser acompanhado na Tabela 7. Nesta tabela a força de trabalho feminina foi aberta em faixas etárias de acordo com seu ciclo de vida, segundo os anos analisados. A primeira constatação, observando o total da indústria, foi o aumento das taxas de participação das faixas etárias mais velhas, que aconteceu em todos os ramos industriais, aquela visão antiga consagrada no cinema/música [quando o apito da fábrica de tecido vem ferir os meus ouvidos eu me lembro

7 Agradeço ao revisor do IPEA por chamar nossa atenção para a necessidade de explicitar esta questão no texto.

de você, (Noel Rosa)] das jovens operárias, está em mutação, nossa trabalhadora é uma balzaquena, que não mais se retira do mercado de trabalho quando engravida. Para melhor entender esta dinâmica, separaram-se as faixas etárias acima de 30 anos, porque foi nestas faixas etárias que houve o maior aumento percentual na taxa de participação das mulheres no total da indústria. Os movimentos são ligeiramente diferentes quando se analisam os vários ramos industriais quanto ao comportamento das operárias na faixa dos 30, 40 e 50 anos, em alguns ramos chegaram a dobrar ou aumentar significativamente nos 30, outros nos 40 e/ou nos 50. Todavia, pode-se concluir que os dados desta tabela expressam com nitidez o perfil mais maduro das operárias dos anos 1990.

Fazendo o corte por idade para outras faixas etárias como a de 10/17 e 18/24 anos, e abrindo as informações pelos principais ramos manufatureiros, observa-se uma retração tanto no trabalho infanto-juvenil como nas operárias jovens. No que diz respeito ao trabalho infanto-juvenil, este é alvo de uma campanha mundial para restringir sua prática.<sup>8</sup> No caso brasileiro, este apresenta uma taxa de participação decrescente na indústria manufatureira e, abrindo as informações pelos diversos ramos, observa-se que esta tendência foi idêntica para todos, com exceção do ligeiro aumento ocorrido na indústria editorial/gráfica. Este crescimento na taxa de participação apareceu entre 1985/93 e manteve-se a tendência à microeletrônica mudou a velha imagem do tipográfico e esta tecnologia permitiu a entrada das jovens nas suas fileiras? Quanto à faixa de 18/24 anos, nota-se que apenas na indústria de borracha houve um aumento na taxa de participação dessa faixa etária, na indústria farmacêutica manteve-se a mesma participação, mas nas demais houve uma retração. Pode-se concluir que o perfil etário das trabalhadoras industriais mantém a mesma tendência observada de elevação de faixas etárias mais velhas para a economia como um todo e que atualmente há menos empecilhos relacionados às questões da maternidade e situação marital no comportamento das mulheres no mercado de trabalho.

Para completar esse perfil etário e tentar desvendar as possíveis estratégias femininas quanto aos filhos e casamento, foi feita uma análise da posição das operárias na família. Nos anos estudados houve um aumento

8 A partir de 1989 com a Adoção da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e da Convenção 138 da OIT, esta questão ganha importância e a proteção à infância passa a ser uma conquista regulamentada no direito internacional.



Tabela 7  
Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado Feminino segundo a Faixa Etária

Setor	Ano	10-17	18-24	25-29	30-39	40-49	50+	Total
	85	4,15	40,15	19,23	24,68	8,57	3,22	100,00
	93	6,13	22,94	18,88	31,18	15,64	5,23	100,00
	97	5,16	25,63	20,60	28,97	12,39	7,25	100,00
	85	8,62	40,53	22,17	21,16	5,95	1,57	100,00
	93	7,24	30,67	21,92	28,00	10,65	1,51	100,00
	97	3,82	29,28	25,52	22,29	14,22	4,87	100,00
	85	5,37	27,64	37,17	24,22	5,60	0,00	100,00
	93	2,75	23,55	11,32	35,60	14,82	11,96	100,00
	97	4,94	27,19	24,21	23,38	15,70	4,59	100,00
	85	6,30	40,34	21,01	19,80	6,85	5,70	100,00
	93	5,30	25,00	23,78	27,25	16,20	2,48	100,00
	97	3,54	27,37	23,43	26,92	16,14	2,60	100,00
	85	7,73	29,71	24,92	21,81	10,71	5,13	100,00
	93	6,79	23,71	13,92	35,07	13,52	6,99	100,00
	97	3,67	21,49	22,96	33,99	14,43	3,44	100,00
	85	2,22	33,79	20,97	32,33	6,82	3,87	100,00
	93	2,12	32,66	17,69	29,36	13,45	4,72	100,00
	97	0,74	33,03	22,39	31,93	8,46	3,44	100,00
	85	11,18	27,46	15,46	33,36	10,15	2,40	100,00
	93	1,28	42,13	16,21	18,89	14,70	6,78	100,00
	97	4,26	18,04	19,27	29,15	22,87	6,42	100,00
	85	9,53	36,66	20,83	22,01	8,65	2,31	100,00
	93	0,39	35,25	12,82	31,18	14,43	5,93	100,00

	85	6,93	33,24	33,11	16,33	10,40	0,00	100,00
	93	0,00	41,66	25,40	22,22	10,71	0,00	100,00
	97	0,00	42,29	8,74	29,53	11,96	7,47	100,00
	85	15,44	27,08	14,94	18,28	12,66	11,60	100,00
	93	9,17	27,03	16,02	26,61	12,98	8,19	100,00
	97	7,07	20,68	15,24	27,42	18,13	11,45	100,00
	85	12,35	30,55	17,68	23,35	11,66	4,39	100,00
	93	8,52	26,96	14,79	26,35	17,49	5,88	100,00
	97	7,01	23,33	14,65	28,33	17,75	8,93	100,00
	85	23,75	36,01	13,31	16,95	6,93	3,05	100,00
	93	17,17	29,42	16,57	23,83	9,14	3,87	100,00
	97	9,84	28,78	20,07	27,41	9,41	4,49	100,00
	85	11,39	34,98	18,02	19,34	11,10	5,18	100,00
	93	10,29	21,44	16,01	25,30	15,48	11,48	100,00
	97	8,62	18,94	14,79	27,51	17,80	12,34	100,00
	85	0,00	39,73	20,80	29,65	8,86	0,96	100,00
	93	4,00	17,99	15,07	21,92	21,19	19,82	100,00
	97	2,24	28,76	20,07	26,75	11,98	10,20	100,00
	85	7,83	26,42	19,75	26,63	13,37	6,00	100,00
	93	4,47	6,55	10,43	28,37	14,89	35,30	100,00
	97	0,00	10,44	41,80	24,59	21,39	1,78	100,00
	85	1,97	30,48	19,27	32,90	11,27	4,12	100,00
	93	4,13	27,68	14,67	34,37	12,28	6,87	100,00
	97	5,71	24,09	19,33	26,76	17,81	6,30	100,00
	85	17,94	31,46	14,00	18,25	9,71	8,65	100,00
	93	11,31	24,56	16,82	25,43	13,76	8,11	100,00
	97	10,84	21,25	14,50	25,48	18,29	9,64	100,00
	85	13,11	32,44	17,46	20,84	10,20	7,59	100,00
	93	9,18	25,80	16,20	26,78	14,44	5,95	100,00
	97	7,46	23,09	17,10	27,28	16,43	8,65	100,00



**Tabela 8**  
**Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97**  
**Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado Feminino segundo a Posição na Família**

Setor	Ano	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros	Total
Metalurgia	85	13,48	34,29	41,62	10,61	100,00
	93	18,43	42,83	36,43	2,31	100,00
	97	15,04	44,68	36,42	3,87	100,00
Mat. Elétrico /Comunic.	85	17,42	23,88	48,46	10,23	100,00
	93	18,87	34,00	38,46	8,66	100,00
	97	15,93	38,54	38,59	6,94	100,00
Mecânica	85	18,32	23,38	49,27	9,04	100,00
	93	28,67	38,83	28,09	4,41	100,00
	97	18,70	37,76	36,92	6,62	100,00
Mat. de Transporte	85	10,65	30,48	51,04	7,83	100,00
	93	25,02	31,47	37,28	6,23	100,00
	97	19,02	33,03	40,95	7,00	100,00
Química	85	18,54	34,48	40,74	6,23	100,00
	93	17,25	46,60	30,25	5,90	100,00
	97	26,06	39,72	31,84	2,38	100,00
Farmacêutico	85	21,46	34,79	35,47	8,27	100,00
	93	14,08	44,15	31,52	10,25	100,00
	97	20,26	37,85	37,91	3,99	100,00
Cosméticos/Perfumaria	85	22,21	39,23	38,56	0,00	100,00
	93	30,04	30,64	31,11	8,21	100,00
	97	18,76	52,28	24,57	4,39	100,00
Mat. Plástico	85	16,26	34,72	41,67	7,35	100,00
	93	26,69	36,33	29,96	7,02	100,00

Borracha	97	26,57	34,75	33,53	5,14	100,00
	85	12,25	32,39	48,80	6,56	100,00
	93	37,75	24,24	29,13	8,89	100,00
Fio/Tecido	97	27,60	27,58	34,41	10,42	100,00
	85	14,77	43,56	36,64	5,03	100,00
	93	18,05	48,48	29,88	3,58	100,00
Vestuário	97	14,32	58,95	22,25	4,48	100,00
	85	15,87	39,44	37,44	7,25	100,00
	93	17,55	46,52	29,35	6,58	100,00
Calçado	97	21,31	47,60	25,41	5,68	100,00
	85	6,83	40,29	47,05	5,83	100,00
	93	12,88	50,28	32,08	4,76	100,00
Prod. Alimentícios	97	15,79	52,00	25,80	6,41	100,00
	85	14,22	38,64	41,73	5,42	100,00
	93	18,20	48,44	27,66	5,70	100,00
Bebidas	97	21,91	50,70	22,86	4,52	100,00
	85	19,85	33,34	45,91	0,90	100,00
	93	3,82	70,37	25,80	0,00	100,00
Fumo	97	26,69	21,62	43,78	7,91	100,00
	85	24,29	37,01	35,26	3,44	100,00
	93	28,25	59,20	12,55	0,00	100,00
Editorial/Gráfica	97	8,91	87,77	3,31	0,00	100,00
	85	19,82	32,19	37,64	10,34	100,00
	93	23,06	38,54	34,78	3,61	100,00
Outros	97	22,73	36,39	33,98	6,91	100,00
	85	12,30	38,60	43,20	5,90	100,00
	93	17,44	44,17	33,34	5,04	100,00



da taxa de participação das mulheres chefes de família como também na das cônjuges, como demonstra a Tabela 8. Estes dados entram em acordo a respeito de uma das principais mudanças no comportamento das mulheres no mercado de trabalho: o fato de elas não voltarem para casa depois do casamento e/ou de terem filhos; as informações dessa tabela revelam que a taxa de participação das filhas caiu quando se compara 1985 com 1997 e este fenômeno foi semelhantes em todos os ramos industriais. A diferença para o sexo masculino é que, na posição de chefe de família, estes são majoritariamente homens, mas na de cônjuge, que em 1985, 99% eram mulheres, esta taxa caiu para 93% em 1997 (PNAD/IBGE, para todos os setores econômicos).

## B) ESCOLARIDADE

O perfil das operárias que esta pesquisa está traçando mostra que estas são mais velhas e que houve uma forte elevação da escolaridade das trabalhadoras brasileiras no período estudado, claro que este aumento da escolaridade é relativo, ainda se tem um grande número de trabalhadoras com baixo nível de instrução. Vejamos os dados expressos na Tabela 9. As operárias com segundo grau quase que dobraram sua participação e as com curso superior (incompleto/completo) apresentam uma expansão de cerca de 30% no período. Justificando a afirmação da forte elevação do nível de instrução, é interessante chamar a atenção para o recuo das trabalhadoras analfabetas e com o primeiro grau incompleto, este contingente em 1985 correspondia a 67,54% das trabalhadoras fabris e em 1997 este percentual ainda era expressivo, mas caiu para 49,50%. Alguns ramos industriais apresentam um perfil de escolaridade diferenciado dessa média apresentada para a indústria como um todo. Os segmentos de bebidas (68,33%), editorial/gráfica (63,70%), material de transporte (63,62%), farmacêutico (62,81%) todos têm mais de 60% de suas trabalhadoras cursando ou com o segundo grau completo (9/11 anos) e curso superior incompleto/completo (12/16 anos). Os ramos de material elétrico e de comunicações (58,86%), química (55,47%), mecânica (54,39%) têm mais de 50% de suas trabalhadoras com essa escolaridade, quando a média para a indústria é de 36,08% para estes anos de estudos. Em 1985, esta média foi de 21,30%, no entanto, bebidas já tinha uma taxa de participação nestas faixas de escolaridade de cerca de 51,88% e editorial/gráfica 53,30%,

material de transporte (42,19%) e farmacêutica (43,58%), isto é, a tendência de uma maior escolaridade nestes ramos industriais já estava presente no início das transformações tecnológicas. O que aparentemente corrobora a hipótese de Salm *et alli* (1996) de que se trata mais de *um fenômeno de oferta que de demanda, porque se fosse por pressão da demanda, os diferenciais de renda por escolaridade mostrariam um aumento, o que não se verificou*. Para estes autores a melhora da escolaridade da PEA brasileira foi devida à entrada das mulheres que têm melhor nível de instrução e conseqüentemente alteraram os indicadores de instrução da PEA. Para o caso da indústria de transformação esta também parece ser a explicação, esta melhora educacional pode ser em parte devida à participação feminina.

## C) – QUALIDADE DOS POSTOS DE TRABALHO INDUSTRIAIS

Para averiguar a qualidade dos postos de trabalho da indústria de transformação tomaram-se dois indicadores:

- (a) – a contratação dentro dos marcos legais, isto é trabalhadores com carteira assinada;
- (b) – os rendimentos auferidos pelas trabalhadoras;

Estes indicadores estão definidos nas Tabelas 10 e 11 respectivamente. Comprovando que a indústria manufatureira tem em média os melhores postos de trabalho da economia, observa-se que no global da indústria, em 1997, 60% das trabalhadoras tinham carteira de trabalho assinada, é bem verdade que no período estudado, esta taxa caiu quase sete pontos percentuais, mas ainda é, de longe, uma das mais significativas da economia, isto é, apenas os serviços de utilidade pública (energia elétrica e água/saneamento) apresentam taxas superiores. A média do trabalho protegido, isto é, 60% de operárias c/carteira é dada pelas tradicionais indústrias femininas têxtil e de vestuário, e nos segmentos da metal-mecânica e da química os percentuais são bem superiores, a única exceção ficando por conta de cosméticos/perfumaria, onde a taxa de participação das trabalhadoras c/carteira atinge 66,27% (1997).



Tabela 9 - Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado Feminino segundo a Escolaridade (anos de escola)

Setor	Ano	0-3	4	5-7	8	9-11	12+	Total
	85	9,56	15,68	11,10	16,34	32,88	14,44	100,00
	93	8,87	17,50	17,15	13,05	25,88	17,55	100,00
	97	12,08	8,08	17,24	8,51	33,15	20,94	100,00
Mat. Elétrico/Comunic.	85	9,47	18,84	22,43	13,80	25,09	10,36	100,00
	93	6,98	11,17	22,29	25,38	23,78	10,39	100,00
	97	6,76	8,04	13,54	12,79	41,46	17,40	100,00
Mecânica	85	8,51	12,18	14,10	16,42	23,30	25,50	100,00
	93	11,03	20,29	14,03	14,80	22,57	17,29	100,00
	97	9,84	11,18	15,74	7,80	38,26	17,18	100,00
Mat. de Transporte	85	13,92	14,22	13,95	15,72	26,52	15,67	100,00
	93	6,27	10,20	17,22	20,23	24,20	21,89	100,00
	97	6,80	7,95	11,32	10,31	38,44	25,18	100,00
Química	85	16,54	13,01	9,03	8,72	24,80	27,89	100,00
	93	13,71	10,84	13,24	9,64	30,47	22,10	100,00
	97	10,46	7,24	14,27	10,48	36,18	21,37	100,00
Farmacêutico	85	3,81	12,15	17,36	22,57	25,88	18,22	100,00
	93	3,88	13,12	11,53	14,98	31,19	25,30	100,00
	97	9,91	5,25	9,54	12,50	34,61	28,20	100,00
Cosméticos/Perfumaria	85	14,34	11,82	32,42	8,98	21,56	10,88	100,00
	93	10,04	14,56	22,45	17,49	27,86	7,61	100,00
	97	15,33	7,67	9,58	17,03	35,14	15,25	100,00
Mat. Plástico	85	15,75	24,66	26,47	11,83	17,10	4,18	100,00
	93	13,40	26,73	16,52	12,07	28,35	2,94	100,00
	97	9,65	16,43	27,69	9,29	33,45	3,49	100,00
Borracha	85	3,95	19,77	20,41	20,09	25,03	10,76	100,00
	93	3,95	10,49	13,35	19,91	40,79	11,52	100,00
	97	22,68	26,16	18,94	23,93	2,95	5,34	100,00
	85	41,71	23,11	17,42	6,70	10,36	0,71	100,00

	85	41,71	23,11	17,42	6,70	10,36	0,71	100,00
Fio/Tecido	93	30,94	22,17	21,42	11,61	11,80	2,06	100,00
	97	27,49	19,38	17,99	14,93	16,19	4,02	100,00
Vestuário	85	20,32	27,75	26,79	11,01	11,98	2,15	100,00
	93	13,46	24,75	24,87	15,79	18,09	3,03	100,00
	97	12,45	19,33	21,90	17,64	25,74	2,95	100,00
Calçado	85	19,12	29,00	32,94	10,52	6,57	1,85	100,00
	93	16,03	23,49	32,37	11,92	12,98	3,21	100,00
	97	10,52	19,98	36,15	16,39	15,04	1,93	100,00
Prod. Alimentícios	85	31,11	19,75	19,50	9,54	15,63	4,47	100,00
	93	23,92	19,50	19,41	11,48	20,31	5,37	100,00
	97	20,65	17,53	19,21	12,23	26,03	4,35	100,00
Bebidas	85	14,90	12,91	7,18	13,12	40,37	11,51	100,00
	93	24,15	22,00	6,05	13,38	28,24	6,18	100,00
	96	12,81	7,51	9,67	13,09	38,79	18,13	100,00
Fumo	97	10,54	3,64	8,05	9,43	46,46	21,87	100,00
	85	31,76	19,50	22,85	10,47	12,26	3,16	100,00
	93	35,26	13,23	11,01	1,58	34,50	4,41	100,00
	97	0,00	21,39	14,18	26,30	38,13	0,00	100,00
Editorial/Gráfica	85	7,54	14,72	11,81	12,62	29,69	23,61	100,00
	93	4,35	5,04	14,59	15,58	37,39	23,05	100,00
	97	8,82	8,25	9,42	9,37	42,78	21,36	100,00
Outros	85	40,22	16,99	15,66	9,81	14,04	3,26	100,00
	93	30,54	15,35	16,87	10,74	19,98	6,52	100,00
	97	24,18	12,46	15,02	12,82	27,14	8,39	100,00
Total da Indústria	85	26,40	21,26	20,33	10,60	15,62	5,79	100,00
	93	19,47	19,21	20,70	13,29	20,20	7,12	100,00
	97	16,44	15,15	18,84	13,34	27,74	8,49	100,00

Fonte: IBGE/PNAD, 1985, 1993 e 1997.



Tabela 10 - Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado Feminino segundo a Posição na Ocupação

Setor	Ano	Empregado		Conta Própria	Empregador	Sem remun. e outros	Total
		C/ carteira	S/ carteira				
Metalurgia	85	87,96	6,35	0,00	3,64	2,05	100,00
	93	83,37	8,29	2,05	2,58	3,71	100,00
	97	76,50	14,93	0,00	4,25	4,32	100,00
Mat. Elétrico/Comunic.	85	97,49	2,03	0,10	0,38	0,00	100,00
	93	92,79	6,88	0,00	0,34	0,00	100,00
	97	82,93	11,18	0,45	1,20	4,24	100,00
Mecânica	85	94,46	2,69	0,00	1,49	1,35	100,00
	93	79,86	8,49	0,00	5,12	6,53	100,00
	97	78,49	13,76	0,00	2,58	5,17	100,00
Mat. de Transporte	85	96,27	3,05	0,00	0,00	0,69	100,00
	93	89,12	7,12	0,60	0,00	3,16	100,00
	97	83,77	10,92	0,00	0,69	4,62	100,00
Química	85	80,13	18,36	0,00	0,51	0,99	100,00
	93	80,76	13,06	0,00	2,30	3,89	100,00
	97	74,78	16,98	1,25	0,84	6,14	100,00
Farmacêutico	85	93,85	4,67	1,48	0,00	0,00	100,00
	93	91,43	6,64	0,00	0,00	1,94	100,00
	97	89,48	4,69	0,00	1,45	4,39	100,00
Cosméticos/Perfumaria	85	76,85	17,18	5,97	0,00	0,00	100,00
	93	80,63	11,85	1,69	3,31	2,52	100,00
	97	66,27	24,68	6,97	2,09	0,00	100,00
Mat. Plástico	85	86,74	10,24	1,40	0,92	0,70	100,00
	93	89,12	4,46	0,00	1,90	4,52	100,00
	97	84,19	12,84	2,64	0,00	0,32	100,00
	85	81,37	17,63	0,00	1,00	0,00	100,00

Borracha	93	87,19	8,31	0,00	0,00	4,49	100,00
	97	77,14	19,08	0,00	0,00	3,78	100,00
Fio/Tecido	85	54,15	11,94	31,57	0,72	1,62	100,00
	93	57,12	13,00	25,64	0,66	3,57	100,00
	97	61,28	9,36	23,37	1,59	4,40	100,00
Vestuário	85	64,09	31,35	0,47	2,17	1,91	100,00
	93	62,64	27,74	0,40	6,87	2,35	100,00
	97	60,59	26,87	1,55	8,12	2,87	100,00
Calçado	85	73,34	14,57	9,54	0,49	2,06	100,00
	93	62,23	30,86	0,00	2,57	4,34	100,00
	97	70,65	22,15	0,52	2,97	3,71	100,00
Prod. Alimentícios	85	65,50	23,96	2,72	1,55	6,27	100,00
	93	48,99	18,63	19,59	2,86	9,92	100,00
	97	39,68	18,95	28,03	4,49	8,86	100,00
Bebidas	85	95,63	1,94	0,00	0,96	1,46	100,00
	93	59,29	11,74	5,80	0,00	23,17	100,00
	97	78,80	17,05	1,40	0,00	2,75	100,00
Fumo	85	80,07	17,23	0,00	0,00	2,70	100,00
	93	95,53	0,00	0,00	4,47	0,00	100,00
	97	85,80	7,07	7,13	0,00	0,00	100,00
Editorial/Gráfica	85	83,48	12,51	0,84	3,05	0,11	100,00
	93	71,53	19,12	0,00	4,95	4,41	100,00
	97	69,14	15,69	3,42	5,00	6,75	100,00
Outros	85	45,18	11,58	35,39	2,05	5,81	100,00
	93	48,99	17,68	22,08	1,61	9,64	100,00
	97	49,93	15,51	22,20	4,15	8,22	100,00
Total da Indústria	85	66,31	16,77	12,56	1,48	2,89	100,00
	93	62,07	18,64	10,50	3,08	5,71	100,00



É preciso registrar que de qualquer maneira as mudanças nas relações trabalhistas também aqui chegaram. Vejamos, uma mudança com relação a 1985, está relacionada com o crescimento da figura da mulher empregadora, estas surgiram com mais vigor nos segmentos industriais de vestuário, metalurgia, editorial/gráfica e produtos alimentícios,<sup>9</sup> com taxas de participação superiores à média da indústria.

Claro, que a taxa mais alta de participação de empresárias em vestuário significa ser este um ramo industrial que pode ter um volume de capital menor, mas as mulheres quadruplicaram sua participação nestes anos. É interessante notar que trabalhadoras por conta própria ficaram no mesmo patamar de participação de 1985 e uma das expressões dessa flexibilização com o mundo do trabalho pode ser apreendida, embora as explicações sejam ainda embrionárias ou representem problemas de amostra, refere-se a esta categoria sem remuneração que dobrou no período. (Tabela 10).

Uma das explicações para os baixos rendimentos das mulheres na sociedade é que estas têm jornadas de trabalho menores que as masculinas, devido a seus encargos domésticos; uma maneira para resolver esta questão foi padronizar os rendimentos pela jornada de trabalho e este resultado pode ser visto na Tabela 11. Primeiro, consideremos a média da indústria de transformação, em 1985 a diferença entre a renda média por hora trabalhada das mulheres, que era de R\$ 1,35 e em 1997 diminuiu para R\$ 1,21, estreitando a distância entre as rendas médias dos dois sexos, sendo que esta diferença foi ainda um pouco menor nos anos de 1993 e 1996, isto é, no ano de 1997 as trabalhadoras tiveram queda nos seus rendimentos em relação aos trabalhadores masculinos. Esta recaída nos rendimentos das trabalhadoras não pode ser explicada apenas pela instabilidade da economia mundial, talvez a política de sobrevalorização do real reflita o aumento do desemprego entre as mulheres, que também é uma novidade dos últimos anos. Mas, olhando para cada uma das indústrias em separado, vislumbram-se outras realidades: primeiro, nas indústrias de bebidas, editorial/gráfica, a renda média feminina por hora trabalhada é mais alta que a masculina, assim mesmo esse distanciamento é

<sup>9</sup> Deixo de comentar o segmento "outros", porque este neste trabalho, representa um agregado de todos os demais ramos industriais que não estão explicitados e assim, sua heterogeneidade não permite uma comparação como está sendo feito inter-indústrias.

muito pequeno em ambas. As maiores desigualdades apresentam-se nas indústrias de cosmético/perfumaria e fumo e isso não era uma tradição desses ramos industriais, mas aconteceu no período, sobretudo nos últimos anos (ver Tabela 10). Nas indústrias metalúrgicas e de material de transporte, importantes ramos fabris, a diferença entre os rendimentos dos dois sexos é pequena, sendo que na primeira estes estavam no mesmo patamar de 1985, enquanto para a poderosa indústria de transportes esta diminuição entre os rendimentos foi talvez fruto das mudanças de gestão e tecnologia do período.

Na Tabela 12 foi feita uma distribuição por ramo industrial dos rendimentos das trabalhadoras e verificou-se que no total da indústria em 1985, 70% das mulheres ganhavam menos de dois salários mínimos e esta situação melhorou, porque em 1997, esta taxa de participação reduziu-se para 50%. Em algumas indústrias como material de transportes, a situação é um pouco diferente, nessa os níveis de rendimentos são bem mais altos, em 1997 só 17% das suas trabalhadoras ganhavam até dois salários mínimos e esta taxa de participação era de 32% em 1985; a indústria mecânica é um caso interessante: em 1985 sua taxa de participação feminina nas faixas salariais de menos de dois salários mínimos foi de 30% e em 1997 esta taxa atingiu 31%, praticamente não houve alteração na sua distribuição salarial e nessa indústria teve-se no período a maior absorção de mulheres do setor manufatureiro brasileiro. De uma maneira geral as tradicionais indústrias femininas têm uma pior distribuição de renda, tais como têxtil, vestuário, calçados e fumo, havendo uma concentração nas mais baixas faixas salariais.

## 5. A MIXIDADE NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE PELOS GRUPOS OCUPACIONAIS

Para melhor entender a dinâmica da absorção das mulheres no emprego industrial abriram-se os dados da PNAD para a indústria de transformação para alguns grupos ocupacionais. A seleção para escolha dos grupos ocupacionais teve como critério as seguintes questões:

- (i) – aquelas reconhecidamente tidas como ocupações tradicionais masculinas;
- (ii) – ocupações passíveis de serem transformadas pela microeletrônica;



Tabela 11 - Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Renda Média por Hora Trabalhada do Pessoal Ocupado por Setor segundo o Sexo  
(Valores em Reais de 1997)

Setor	1985		1993		1997	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Metalurgia	3,17	2,50	3,05	2,36	3,79	3,21
Mat. Elétrico /Comunic.	4,39	2,33	3,94	2,05	5,48	3,10
Prod. Alimentícios	2,08	1,18	1,90	1,51	2,92	2,02
Bebidas	2,50	2,32	2,65	2,49	3,68	4,05
Fumo	3,72	1,40	3,68	1,54	6,71	2,14
Química	5,17	3,79	4,43	2,87	5,66	4,33
Farmacêutico	5,34	2,65	4,29	3,07	7,32	4,47
Cosméticos/Perfumaria	3,11	2,60	3,20	2,07	7,59	2,93
Mat. Plástico	3,09	1,79	2,41	1,36	4,91	1,91
Editorial/Gráfica	3,70	2,69	3,20	2,38	4,33	4,47
Mecânica	3,65	3,14	3,60	2,50	4,94	3,36
Mat. de Transporte	3,76	2,51	5,29	3,07	5,37	4,53
Borracha	3,64	2,04	5,78	1,69	4,05	1,60
Fio/Tecido	2,32	0,95	2,32	1,29	3,17	1,84
Vestuário	2,74	1,20	2,36	1,27	3,70	2,17
Calçado	1,94	1,03	1,72	1,29	2,25	1,38
Outros	1,87	1,15	1,82	1,35	2,61	2,25
Total	2,84	1,49	2,72	1,60	3,68	2,47

Fonte: IBGE/PNAD, 1985, 1993 e 1997, deflator: IGP-D/FGV.

- (iii) – ocupações ligadas a novas formas administrativas;
- (iv) – ocupações com maior frequência em vários ramos industriais.

Definidos estes critérios foram selecionadas 24 ocupações: empregador, gerente/assessor, chefe de seção, operador de máquinas, exclusive automáticas, auxiliar administrativo, engenheiro, químico, técnico químico, técnico na indústria de transformação, ferramenteiro, operador de prensa, torneiro mecânico, mecânico, costurador, montador de equipamento elétrico, montador de equipamento eletrônico, eletricista/reparador de equipamentos, eletricista de equipamentos elétricos, inspetor de qualidade, operador de empilhadeira, embalador de mercadorias, praticista/viajante, vendedor, operador de máquinas, inclusive agropecuárias. Diante da impossibilidade de abrir estes dados pelos diversos ramos industriais e devido a problemas com o tamanho da amostra da PNAD/IBGE, optou-se por agregar as informações para toda a indústria de transformação para os anos referidos na pesquisa, como mostra a Tabela 13. É preciso alertar que alguns grupos ocupacionais não têm informações para os anos pesquisados porque não existia o dado para o referido ano.

Esta tabela apresenta, além da frequência dos trabalhadores por sexo, a renda padronizada pelas horas trabalhadas para cada um dos anos escolhidos sendo calculado um indicador de “*mixidade*” para estes grupos ocupacionais. Este indicador exprime a relação entre mão-de-obra feminina ocupada e o total dos trabalhadores em cada um dos grupos ocupacionais, de maneira que o número 1,00 significa uma ocupação inteiramente feminina e o zero uma ocupação integralmente masculina. Dos grupos ocupacionais selecionados, apenas ferramenteiro e eletricista de equipamentos elétricos permaneceram inteiramente ocupados por homens no período, isto é, o indicador de *mixidade* foi zero, em todas as demais houve alterações, na maioria houve aumento da *mixidade*, nestes grupos. As oscilações no indicador de *mixidade* para a ocupação de torneiro mecânico provavelmente expressam apenas problemas com a amostra; junto com ferramenteiro, estas são as ocupações mais tradicionais do mundo fabril e quase que sinônimo de homens. Os casos de inspetor de qualidade, embalador de mercadorias, montador de equipamento elétrico e operários de máquinas, exclusive agrícolas, tiveram seus indicadores reduzidos ligeiramente, sendo que na última ocupação as mulheres perderam mais postos de trabalho que os homens.



Tabela 12  
Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Distribuição Percentual do Pessoal Ocupado Feminino segundo a Faixa de Renda (em salários mínimos)

Setor	Ano	0-1	1-2	2-4	4-6	6-10	>10	Não inf.	Total
	85	10,07	29,46	40,16	7,63	6,90	4,32	1,47	100,00
Metalurgia	93	14,11	26,98	32,47	12,73	7,81	4,51	1,39	100,00
	97	8,91	17,30	37,09	18,19	6,47	10,01	2,02	100,00
	85	4,12	28,67	51,56	7,28	4,85	3,52	0,00	100,00
Mat. Elétrico /Comunic.	93	11,39	31,30	36,77	9,79	4,95	4,68	1,11	100,00
	97	7,15	13,19	42,90	18,70	11,05	6,09	0,92	100,00
	85	5,70	24,61	37,56	14,54	10,20	7,40	0,00	100,00
Mecânica	93	21,49	14,77	32,11	18,52	8,92	4,19	0,00	100,00
	97	11,77	19,52	35,38	12,46	8,01	11,81	1,05	100,00
	85	7,41	24,72	43,13	9,69	10,66	4,16	0,22	100,00
Mat. de Transporte	93	5,23	19,93	39,63	14,18	8,28	11,82	0,93	100,00
	97	7,73	9,07	41,35	12,88	14,70	13,92	0,35	100,00
	85	20,56	19,90	22,48	7,66	16,20	13,02	0,18	100,00
Química	93	19,10	19,09	25,38	9,47	16,07	10,87	0,00	100,00
	97	16,67	15,01	31,73	12,43	8,14	13,84	2,18	100,00
	85	9,06	30,58	31,45	5,87	13,84	5,34	3,87	100,00
Farmacêutico	93	7,29	29,67	34,81	7,41	7,84	12,97	0,00	100,00
	97	5,30	10,70	41,89	12,46	18,34	10,57	0,73	100,00
	85	22,75	25,14	32,76	0,59	11,45	7,31	0,00	100,00
Cosméticos/Perfumaria	93	31,19	32,48	19,91	8,17	0,00	7,61	0,65	100,00
	97	10,80	12,79	41,05	14,81	15,39	5,16	0,00	100,00
	85	18,74	38,06	35,80	0,94	3,70	2,76	0,00	100,00
Mat. Plástico	93	18,39	44,61	27,44	5,77	2,61	1,19	0,00	100,00
	97	13,05	25,92	49,14	8,41	2,12	1,35	0,00	100,00
	85	17,75	37,67	20,65	12,62	5,87	5,44	0,00	100,00
Borracha	93	12,81	13,59	58,51	15,09	0,00	0,00	0,00	100,00

	97	23,18	18,80	35,40	17,29	0,00	0,00	5,33	100,00
	85	51,43	28,49	15,00	3,31	2,24	0,36	0,18	100,00
Fio/Tecido	93	38,79	33,72	20,73	3,71	2,42	0,15	0,48	100,00
	97	32,98	20,06	35,24	6,15	3,87	1,27	0,44	100,00
	85	38,27	40,95	15,90	1,86	1,80	1,09	0,13	100,00
Vestuário	93	33,58	42,16	16,27	3,91	1,46	1,56	1,07	100,00
	97	21,38	33,16	32,97	4,59	2,91	4,13	0,85	100,00
	85	37,81	40,13	19,34	1,23	1,05	0,44	0,00	100,00
Calçado	93	40,79	39,46	15,96	0,96	0,92	1,44	0,48	100,00
	97	20,07	53,30	20,84	3,67	1,30	0,35	0,47	100,00
	85	50,58	29,26	14,03	2,91	1,37	1,29	0,56	100,00
Prod. Alimentícios	93	42,95	31,94	16,84	3,64	3,10	0,90	0,63	100,00
	97	35,27	27,52	23,60	7,07	2,81	2,53	1,20	100,00
	85	16,34	43,89	18,01	12,13	1,03	8,60	0,00	100,00
Bebidas	93	42,44	20,90	25,10	3,71	1,66	6,18	0,00	100,00
	97	6,25	17,70	37,12	9,80	5,35	18,63	5,15	100,00
	85	50,16	19,36	20,12	3,15	3,58	2,69	0,94	100,00
Fumo	93	39,47	23,90	23,28	0,00	4,47	4,41	4,47	100,00
	97	14,12	49,70	8,53	13,89	10,44	0,00	3,31	100,00
	85	11,44	33,28	30,58	4,76	9,85	8,49	1,60	100,00
Editorial/Gráfica	93	18,84	22,56	31,33	11,44	8,47	5,21	2,14	100,00
	97	10,70	14,98	30,76	18,18	11,01	12,81	1,55	100,00
	85	56,27	24,08	13,16	2,45	2,78	1,10	0,16	100,00
Outros	93	49,67	25,68	15,62	3,96	2,79	1,53	0,74	100,00
	97	34,16	23,24	24,36	7,63	5,18	3,84	1,59	100,00
	85	38,72	31,31	20,49	3,57	3,43	2,16	0,31	100,00
Total da Indústria	93	35,22	32,98	20,49	5,26	3,48	2,39	0,77	100,00
	97	24,40	25,97	30,05	8,61	5,00	4,83	1,14	100,00



Os grandes sucessos femininos com as mudanças ficam por conta dos novos padrões de gestão e as ocupações que expressam estas transformações apresentaram crescimento da taxa de participação feminina. Como é o caso dos cargos de gerente/assessor, chefe de seção e empregador. Para o último caso, esta função está intimamente ligada à apropriação de riqueza e envolve questões patrimoniais, todavia é preciso deixar claro que este aspecto é uma novidade, porque anteriormente as mulheres com patrimônio não se aventuravam a dirigir seus negócios. As outras ocupações estão intimamente ligadas às novas formas de gestão e encaixam-se no novo discurso dos executivos dos anos 90, como exemplarmente afirma o *head-hunter* da empresa Ray & Berndtson: “*As mulheres são ordenadas, cartesianas, com raciocínio lógico apurado e orgulho da própria competência. Seu maior dote é a sensibilidade às mudanças e a excelente capacidade de relacionamento*” (Gazeta Mercantil, 15/09/1999).

A ocupação de auxiliar administrativo foi incluída nesse rol de ocupações, tanto porque uso da microeletrônica alterou suas funções no dia-a-dia dos escritórios, como porque a heterogeneidade de situações no interior de cada ramo industrial, quanto à divisão por sexo destas funções, é muito variada, não permitindo extrair nenhuma tendência quanto aos diferentes papéis sexuais no exercício dessas tarefas. Todavia, quando calculado para a indústria como um todo, este se apresentou crescentemente positivo ao longo do período.

Uma outra questão interessante quanto ao aumento da participação feminina no setor, refere-se a que os novos equipamentos exigem maior atenção no seu manuseio e, segundo um gerente de uma indústria automobilística paulista,<sup>10</sup> eles têm preferido empregar mulheres na linha de montagem por que como estas são mais atentas e habilidosas, cumprem as metas de produção mais facilmente e a produtividade feminina acaba contaminando todo o ambiente fabril, porque os homens seguem o padrão feminino, isto é, prevalecem os aspectos culturais e a velha guerra entre os sexos ressurgem num novo ambiente, os homens nas fábricas não querem aparecer como inferiores às mulheres e isso faz crescer a produtividade industrial.

<sup>10</sup> Segundo entrevista ao jornalista Ricardo Leopoldo do Correio Brasiliense, 15 de agosto de 1999.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi investigar as mudanças havidas na evolução da estrutura ocupacional feminina na indústria manufatureira em relação aos avanços tecnológicos. Nas últimas décadas houve uma entrada significativa de mulheres no mercado de trabalho, mas esta não foi acompanhada de uma diminuição das desigualdades profissionais entre os sexos. O emprego feminino continua sendo concentrado em alguns setores de atividades e agrupado em um pequeno número de profissões e esta segmentação é ainda a base das desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

A novidade foi que a participação feminina no mundo industrial manteve seu patamar histórico de meados da década de 1980 e até numa proporção um pouco superior à de meados dos anos 80. Dessa maneira, a violenta reestruturação produtiva da indústria de transformação brasileira não expulsou as mulheres; em 1985 a taxa de participação feminina na indústria de transformação era de 26,35% e em 1997 atingiu 28,13% (PNAD/IBGE). Ao contrário do que seria esperado, essa reestruturação industrial não produziu uma “*volta ao lar*” das trabalhadoras industriais, mas estas ainda ampliaram um pouco sua participação no mercado de trabalho industrial. A situação na indústria manufatureira é heterogênea: uns ramos industriais eram e são setores onde tradicionalmente havia uma significativa participação feminina (têxtil, vestuário, calçados) e outros que se caracterizam por baixa participação (metalurgia, química, mecânica). Para o primeiro grupo de indústrias o problema para as mulheres não era de acesso ao emprego, mas de mantê-lo numa situação de crise. As outras são ramos industriais que contam com baixa participação feminina na produção, para estas o problema é de oportunidade de acesso ao emprego como foram os casos das indústrias metal-mecânico, editorial/gráfica e de bebidas. A absorção crescente de operárias na indústria alimentícia deve ser olhada com mais cautela, porque essa indústria é formada por um elevado número de empresas altamente heterogêneas, grandes grupos multinacionais e um grande número de pequenas e médias empresas, mais atrasadas em relação às inovações tecnológicas. A tendência do emprego industrial feminino na última década no Brasil foi de um crescimento da absorção de trabalhadoras nas indústrias mecânicas, editorial/gráfica e alimentícias.



Tabela 13  
Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Ocupações Seleccionadas

Ocupação	Ano	Homem		Mulher		Total		Mixidade
		Freq.	Renda	Freq.	Renda	Freq.	Renda	
8 EMPREGADOR	85	226.061	8,00	30.803	7,09	256.864	7,89	0,120
	93	298.645	6,78	74.125	4,94	372.770	6,41	0,199
	97	273.184	10,38	88.161	6,63	361.345	9,47	0,244
33 GERENTE/ASSESSOR	85	141.976	11,57	22.396	5,58	164.372	10,76	0,136
	93	176.167	11,88	37.045	4,50	213.212	10,60	0,174
	97	163.317	13,32	52.752	6,85	216.069	11,74	0,244
40 CHEFE DE SEÇÃO	85	127.046	6,13	17.462	4,73	144.508	5,96	0,121
	93	213.916	4,55	50.242	2,63	264.158	4,18	0,190
	97	193.675	6,65	55.106	4,76	248.781	6,23	0,222
58 OPER. MÁQ. EXCL. AUTO.	85	20.489	3,89	6.334	3,55	26.823	3,81	0,236
	93	26.537	3,79	16.582	2,48	43.119	3,28	0,385
	97	25.876	3,29	22.017	2,93	47.893	3,12	0,460
64 AUX. ADMINISTRATIVO	85	12.862	4,91	5.106	3,92	17.968	4,63	0,284
	93	153.713	2,18	131.135	1,79	284.848	2,00	0,460
	97	112.298	3,52	108.325	2,52	220.623	3,03	0,491
101 ENGENHEIRO	85	36.395	13,19	975	8,86	37.370	13,08	0,026
	93	33.040	12,80	0	-	33.040	12,80	0,000

121 QUIMICO	97	40.991	14,71	1.656	7,26	42.647	14,42	0,039
	85	13.754	13,50	4.079	9,94	17.833	12,69	0,229
	93	5.828	10,38	3.170	7,38	8.998	9,32	0,352
131 TÉCNICO QUIMICO	97	9.827	17,93	8.325	10,50	18.152	14,53	0,459
	85	18.862	4,12	5.824	2,89	24.686	3,83	0,236
	93	20.265	3,16	8.809	3,52	29.074	3,27	0,303
402 TÉCNICO IND. TRANSF.	97	19.391	4,63	4.803	3,97	24.194	4,50	0,199
	85	94.854	5,98	7.734	1,90	102.588	5,67	0,075
	93	23.884	4,66	3.295	5,18	27.179	4,73	0,121
418 FERRAMENTEIRO	97	36.624	5,28	4.884	10,21	41.508	5,86	0,118
	85	43.865	4,45	0	-	43.865	4,45	0,000
	93	28.217	4,00	0	-	28.217	4,00	0,000
420 OPERADOR PRENSA	97	20.814	6,70	0	-	20.814	6,70	0,000
	85	60.631	1,87	3.829	1,18	64.460	1,83	0,059
	93	40.058	2,16	2.059	1,17	42.117	2,11	0,049
97	40.912	2,95	6.558	1,73	47.470	2,78	0,138	

Fonte: IBGE/PNAD, 1985, 1993 e 1997.



Tabela 13 (cont.)  
Brasil - Indústria de Transformação - 1985/93/97  
Ocupações Seleccionadas

Ocupação	Ano	Homem		Mulher		Total		Mixidade
		Freq.	Renda	Freq.	Renda	Freq.	Renda	
422 TORNEIRO MECÂNICO	85	129.068	2,50	1.778	1,17	130.846	2,48	0,014
	93	93.605	2,61	0	-	93.605	2,61	0,000
	97	84.889	3,19	0	-	84.889	3,19	0,000
425 MECÂNICO	85	160.204	2,91	120	1,47	160.324	2,91	0,001
	93	141.731	3,23	572	0,63	142.303	3,22	0,004
	97	142.722	4,10	1.923	0,97	144.645	4,06	0,013
470 COSTURADOR	85	10.890	1,11	316.270	1,02	327.160	1,02	0,967
	93	17.197	1,02	356.413	0,95	373.610	0,95	0,954
	97	21.001	1,45	297.543	1,46	318.544	1,46	0,934
501 MONT. EQ. ELÉTRICO	93	18.685	1,82	14.171	1,53	32.856	1,69	0,431
	97	18.888	3,15	10.729	2,49	29.617	2,91	0,362
	93	7.145	2,93	6.425	1,08	13.570	2,05	0,473
502 MONT. EQ. ELETRÔNICO	97	6.662	2,86	7.355	2,17	14.017	2,50	0,525
	93	80.061	3,48	338	4,45	80.399	3,48	0,004
	97	52.979	4,97	1.430	5,44	54.409	4,98	0,026
506 ELETR. EQ. ELÉTRICO	93	10.675	4,54	0	-	10.675	4,54	0,000
	97	14.579	3,79	0	-	14.579	3,79	0,000

571 INSPETOR QUALIDADE	85	90.760	3,99	31.937	1,57	122.697	3,36	0,260
	93	62.782	3,14	23.940	1,65	86.722	2,73	0,276
	97	68.716	7,08	19.955	2,06	88.671	5,95	0,225
582 OPER. EMPILHADEIRA	85	22.790	2,29	0	-	22.790	2,29	0,000
	93	26.458	2,21	784	1,35	27.242	2,19	0,029
	97	51.171	3,07	1.159	4,21	52.330	3,09	0,022
584 EMBALADOR MERC.	85	96.227	1,38	126.965	0,92	223.192	1,12	0,569
	93	93.181	1,34	119.747	1,13	212.928	1,22	0,562
	97	101.055	1,63	97.719	1,40	198.774	1,52	0,492
631 PRACISTA VIAJANTE	85	113.745	5,29	21.855	3,17	135.600	4,95	0,161
	93	85.103	4,19	17.497	2,48	102.600	3,90	0,171
	97	87.104	6,58	21.728	4,61	108.832	6,19	0,200
646 VENDEADOR	85	21.731	5,62	2.003	3,50	23.734	5,44	0,084
	93	9.673	4,93	1.878	3,54	11.551	4,70	0,163
	97	10.365	7,16	5.067	4,59	15.432	6,31	0,328
923 OPER. MAQ. EXCL. AGR.	85	38.499	1,71	8.852	1,14	47.351	1,61	0,187
	93	21.562	1,73	4.230	1,30	25.792	1,66	0,164
	97	43.718	2,68	5.877	1,71	49.595	2,57	0,118

Fonte: IBGE/PNAD, 1985, 1993 e 1997.



A qualidade dos postos de trabalho industriais é, em média, das melhores da economia, no que tange a sua proteção dos melhores postos de trabalho da economia. Observa-se que no global da indústria, em 1997, 60% das trabalhadoras tinham carteira de trabalho assinada, é bem verdade que no período estudado, esta taxa caiu quase sete pontos percentuais, mas, ainda é, de longe uma das mais significativas da economia, isto é, apenas os serviços de utilidade pública (energia elétrica e água/saneamento) apresentam taxas superiores.

O indicador de "mixidade" permite concluir que os grandes sucessos femininos, com as mudanças tecnológicas, ficam por conta dos novos padrões de gestão e as ocupações que expressam estas transformações apresentaram crescimento da taxa de participação feminina. Como é o caso dos cargos de gerente/assessor, chefe de seção e empregador. De qualquer maneira a análise desses grupos ocupacionais revela que no setor industrial manufatureiro os processos de modernização tecnológica e organização não alteraram radicalmente a tradicional divisão sexual do trabalho fabril, torneiro mecânico e ferramenteiro ainda são postos de trabalho masculinos.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, L. & ARMIJO, M. Cambio Tecnológico y el Trabajo de las Mujeres, em *Estudios Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, vol 5 nº 1/1997.
- ABREU, Alice R.P. "Mudança Tecnológica e Gênero no Brasil: primeiras reflexões", Novos Estudos CEBRAP, nº 35, março de 1993.
- BRASIL. *Boletim do Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, Brasília, MTb/IPEA. nº 7 fevereiro de 1998, e nº 10 junho de 1999.
- BRASIL, IBGE, PNADs. *Tabulações Especiais*, 1985, 1993, 1996, 1997.
- BARROS, R.P., & JATOBÁ, J., & MENDONÇA, R. "A evolução da participação da Mulheres no mercado de trabalho: uma análise de decomposição", *Anais*, Associação Brasileira de Estudos do trabalho, ABET, Rio de Janeiro, vol. II, 1995.
- \_\_\_\_\_, & CAMARGO, J.M., & MENDONÇA, R., "A estrutura do Desemprego no Brasil, em *A Economia Brasileira em Perspectiva 1998*, Brasília, IPEA, vol.2, 1998.
- BRUSCHINI, C. "Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta", em *O Trabalho no Brasil no limiar do século XXI*, São Paulo, L. Tr., 1995.
- CAMARANO, Ana Amélia & BELTRÃO, K.I. "O Idoso no Mercado de Trabalho", em *Como vai? População Brasileira*, Brasília, IPEA, ano III, nº 3, dez/1998.
- CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli. "As causas do crescimento da produtividade da indústria brasileira nos anos noventa", Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Instituto de Economia/UFRJ, 2000.
- CARVALHO, R.Q. "Capacitação tecnológica limitada e uso do trabalho na indústria brasileira", em *Trabalho, globalização e tecnologia, São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 8 nº 1, jan/mar. 1994.
- DEDECCA, Claudio S. "Emprego e Qualificação no Brasil dos anos 90", em *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, dezembro de 1998.
- \_\_\_\_\_, & ROSANDISKI, E., "Retração do Nível e Mudança na Estrutura de Emprego Formal Brasileiro – 1989-93", em *Anais do XXV Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Recife, 1997.
- FEIJÓ, C. & CARVALHO, P.G.M. "Produtividade na indústria brasileira: evidências recentes", *Revista de Indicadores de Qualidade e Produtividade*, Brasília, Ipea, 1994.
- JORNAL CORREIO BRASILIENSE. 15 de agosto de 1999.
- JORNAL GAZETA MERCANTIL. 15 de setembro de 1999.
- LAVINAS, L. "Emprego Feminino: O que há de Novo e o que se Repete", em *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 40, nº 1, 1997.
- LAVINAS, L. & LINHARES, L.B. "Mudanças na Sociedade Salarial, Regulamentação e Emprego Feminino", *Anais da ABEP*, vol. 1, 1996.
- LAVINAS, Lena. "Evolução do Desemprego Feminino nas Áreas Metropolitanas", em *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp/IE, nº 12, 1999.
- MELO, Hildete Pereira de. "De Criadas a Trabalhadoras", em *Revista de Estudos Feministas*, IFCS/UFJ, vol. 6, nº 2/1998.
- RAMOS, Lauro & REIS, J.G. Almeida. "Emprego no Brasil nos Anos 90", Rio de Janeiro, IPEA, TD nº 468, março de 1997.
- SABÓIA, João. "Mudanças Estruturais e Emprego Industrial no Brasil", Rio de Janeiro, IE/UFRJ, Textos para Discussão, nº 418.
- SAFFIOTI, Heleieth. "Mulher Brasileira: Opressão e Exploração", Rio de Janeiro, Edições Achiamé Ltda, 1984.
- SALM, C., & SABÓIA, J., & CARVALHO, P.G.M de. "Produtividade na Indústria Brasileira – Uma contribuição ao Debate", Rio de Janeiro, IE/UFRJ, Textos para Discussão nº 376.
- TARRÉS, Maria Luisa. (org), "La Voluntad de Ser – Mujeres en los Noventa", México, El Colegio de México, 1997.
- WAJNMAN, Simone & PERPÉTUO, Ignez Helena. "A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho formal brasileiro", em *Nova Economia*, Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, v.7, nº 1, maio de 1997.



# DESIGUALDADE DE GÊNERO

Suely Kofes\*

*"A fortuna troca às vezes os cálculos da natureza...."*<sup>1</sup>

*"Nem você nem ninguém é formoso. No hades há igualdade de honras e todo mundo é igual"*<sup>2</sup>

500 anos, ao qual faz referência o título mais geral deste encontro, constituem, para uma antropóloga, uma duração muito longa. Mas, o tema proposto por esta mesa, Desigualdade de Gênero, talvez queira indicar uma constante, se não teórica, pelo menos histórica.

Naquela carta que constitui uma narrativa fundadora do encontro entre os nativos desta terra e aqueles que vieram em caravelas da Europa e aqui aportaram (estou me referindo à carta de Pero Vaz de Caminha) encontramos algumas inscrições entre desigualdade, diferença e gênero. Seja na referência aos homens das caravelas e aos nativos (como plural englobante), seja no olhar dos homens das caravelas às nativas, seja no próprio olhar do escrivão ao comparar esteticamente as nativas às mulheres européias.

Em outro relato de viagem, mas no século XIX, Ina Von Binzer escrevia sobre o que via no Brasil:

*Todo o serviço doméstico é feito por pretos: é um cocheiro preto quem nos conduz, uma preta que nos serve; junto ao fogão, o cozinheiro é preto e a escrava amamenta a criança branca; gostaria de saber o que fará essa gente quando for decretada a completa emancipação dos escravos.*<sup>3</sup>

\* Professora/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UNICAMP.

1 Machado de Assis, (1975) Iaiá Garcia, p.92, MEC/Civilização Brasileira, RJ.

2 Frase de Menipo em Diálogo dos Mortos, de Luciano (tradução e notas de Maria Celeste Consolin Dezotti), Editora Hucitec, SP, 1996.

3 Von Binzer, I Os meus romanos. Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil, p. 34, (1980).

Confesso que fiquei tentada a fazer desta fala uma resposta à pergunta de Ina Von Binzer, e, simultaneamente, reagir ao tema desta mesa. Mas, seria um empreendimento pretensioso. Deixemos estes relatos e os contextos aos quais se referem. Guardemos apenas o pressuposto que anunciei no início, ou seja, que a desigualdade seria estrutural na constituição histórica da sociedade brasileira.

Mas, o que significa dizer isto?

Se estou atenta a uma das tendências da antropologia, que tem sido enfatizada recentemente, seria dizer nada. Pois esta tendência privilegia as ações e seus efeitos no mundo explorando temas como *agency*, intencionalidade, seja em contextos particulares, seja em cartografias ampliadas. A atenção às práticas performativas permitiria considerar os constrangimentos e a criatividade nas ações sociais. Se, para alguns, é preciso seguir pessoas, capital, produtos, imagens e informações e se, para outros, é preciso captar como pessoas concretas, em lugares particulares, agenciar contextos e identidades, há também aqueles para os quais é preciso combinar lugares e movimentos. Também há alguns implícitos, desde o suposto de que os conceitos precisariam corresponder ao movimento intensificado das realidades, ou de que as realidades são múltiplas, embora ainda reste saber se e como se relacionam. Constrangimentos e criatividades em configurações polimorfos, performances e fluxos, pontos de vistas separados, seriam perspectivas mais adequadas que os conceitos (ou realidades) de estrutura, sociedade, cultura, coerência sistêmica, articulações. De qualquer maneira, como nos lembrou recentemente Manuela Carneiro da Cunha, estamos ainda no luto interminável das totalizações dadas *a priori*.

Ora, me parece que boa parte, boa no sentido qualitativo e quantitativo, da perspectiva sobre gênero surgiu contra estas totalizações *a priori*, mas sem escapar de uma luta permanente com o seu duplo, ou seja o apriorismo de duas totalizações prévias.

Parece-me portanto que uma reflexão sobre desigualdade e gênero pede uma atenção às suas atualizações, traduções, seus atos e efeitos em diferentes contextos.

Mas, deste ponto de vista, como decifrar o tema proposto por esta mesa no título sugerido, Desigualdade de Gênero? A preposição *de* entre os dois termos (*desigualdade e gênero*) me confunde. No campo assim designado *Desigualdade de Gênero*, o que encontramos mais frequentemente são índices sobre a distribuição desigual de dois agrupamentos,



homens e mulheres. Ao efetuar esta unificação sociológica, os dois grupos básicos são distinguidos em categorias etárias, étnicas ou nacionais, consideradas sob os critérios de variáveis como renda, emprego, educação, violência, obrigações domésticas etc. Desigualdade seria um descritivo de privações, de distribuição de renda e riqueza, estratificação (classe e *status*), poder e autoridade. Um indicador da não igualdade de condições e de oportunidades. O que não nos impede de ver que, mesmo utilizado como um índice descritivo, desigualdade parece conter a noção de que as realidades só podem ser percebidas, desenhadas e diagnosticadas como desiguais na perspectiva e em relação com a igualdade como valor.

Marilyn Strathern, em seu artigo *Double Standards*, diz que tornar a diferença explícita tem um lugar nas maneiras euro-americanas de organizar o conhecimento e que este lugar, ele próprio, precisaria tornar-se explícito. Por exemplo, uma das maneiras em que o encontramos é no argumento de que as desigualdades permanecem apesar dos melhores esforços da sociedade para superá-las, explicando-se assim porque as assimetrias de interesse entre homens e mulheres permaneceriam em aberto.<sup>4</sup>

A afirmação é provocante, entretanto é também ardilosa. Pois nela (como em tantas outras), desliza-se da diferença para a desigualdade, destas para a assimetria. De qualquer maneira, parece-me que o lugar do conhecimento onde se produz a explicitação da diferença, da desigualdade, da assimetria parece distinguir-se, chamando ao desafio da conexão, de outros como dominação, subordinação, poder. Como se os primeiros fossem da ordem do traçado, os segundos dos atos.

Não vou enfrentar aqui todas estas discussões necessárias. Sacrificando esta complexidade eu vou explicitar diretamente o meu ponto de vista: considero que onde quer que a desigualdade seja um estruturante da organização do social, as suas marcas são indiciais, isto é, podem ser lidas nas relações sociais, nas trocas, nas interações, no que é culturalmente produzido e posto em circulação. Nem natural, nem universal, nem necessária, a desigualdade deixaria de ser considerada apenas como um indicador descritivo. Embora, seja insuficiente afirmar que a desigualdade é estrutural e manifesta, como, por exemplo, ouvimos e dizemos recorrentemente sobre a sociedade brasileira. Mesmo resguardando o seu lugar como aquele do traçado,

<sup>4</sup> Strathern, M. (1997), In Howel, Signe (ed.): *The Ethnography of Moralities*, Routledge, London and New York.

é preciso também apreendê-la em ato, em suas traduções nas experiências e contextos onde ela se mostra e onde é contestada. Inclusive, e para precisar a discussão, interferindo nas convenções e ações de gênero.

Mas, uma vez precisada a discussão, é difícil escapar da relação entre diferença, desigualdade e igualdade. O terreno é pantanoso, e se me permitem o paradoxo, tem raízes fundas e rizomas amplos. Desde os debates de séculos passados, como a distinção entre desigualdade natural e desigualdade social e moral, por exemplo em Rousseau; a relação entre diferença e desigualdade, por exemplo em Marx, passando pelas contribuições dos debates feministas, sejam os sufragistas sejam os mais contemporâneos, ou ainda os impasses apontados tanto por autores como Louis Dumont, como, aqui no Brasil, por Flávio Pierucci.<sup>5</sup> Sem falar dos debates intermináveis sobre identidade e diferença e que recontextualizam alguns supostos e relações.<sup>6</sup>

Simplificando, se reconheço em todos os arranjos sociais e culturais conhecidos as marcas da diferença, não creio que o mesmo possa ser dito sobre a desigualdade. Mas também reconheço que a igualdade é um valor político datado e que talvez seja a existência deste valor que torna possível o trabalho analítico da distinção entre diferença e desigualdade. Uma saída provisória seria aceitar o ponto de vista de Barrington Moore em seu livro *Injustiça*,<sup>7</sup> ou seja, de que a Desigualdade é o escalonamento do valor das diferenças.

<sup>5</sup> Entre outros:

<sup>6</sup> Rousseau, J.J. (edição de 1973) "Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens"; Os pensadores. Sobre o tema da desigualdade, a partir de uma leitura de Rousseau, ver Matos, C.F.O. Rousseau, uma Arqueologia da Desigualdade, SP, 1978, Principalmente a Conclusão, pp. 93-119.; Marx, K. & Engels, F. (edição de 1972): *Critique du Programme de Gotha*, in Marx & Engels: *Critique du Programmme de Gotha et d'Erfurt*, Editions Sociales.; Dumont, Louis (1966): *Homo Hierarchicus*, Editions Gallimard. Na discussão sobre Tocqueville, na Introdução ao *Homo Hierarchicus*, Dumont elabora esta relação entre desigualdade, diferença, igualdade e identidade. Por exemplo: "*C'est ce que nous dit Tocqueville: là ou regne l'inégalité, il y a autant d'humanités distinctes que de catégories sociales (II, 21, cf. a R., c.VIII), au contraire de la société égalitaire (II, 12, 22). Tocqueville ne s'explique guère sur ce point, la chose paraît aller de soi; il semble même confondre comme tout le monde, la forme sociale et l'être 'naturel' ou universel*", p. 30.; Bonacchi, Gabriella e Groppi, Angela (orgs.) (1993): *O Dilema da Cidadania*. Ed. da Unesp, SP; Scott, Joan (1988): *Deconstructing Equality-versus-Difference: Or the uses of Poststructuralit Theory for feminism*, *Feminist Studies*, vol. 14, número 1, Spring 33-50; Pierucci, Flávio (2000): *Ciladas da Diferença*, editora 34.

<sup>7</sup> Entre outros, por exemplo, Lash, Scott and Friedman, Jonathan (1993): *Modernity and Identity*, Blackwell, Oxford, Uk and Cambridge, USA; Lennon, Katleen and Whitfold, Margareth (1994): *Knowing the Diference*, Routledge, London and New York; Arruda, Angela: *A Diferença não é mais aquela*, In *Revista Estudos Feministas*, 5 (2)/97, ICS/UFRRJ.



Mas, a questão intrigante é porque a desigualdade aparece oculta como noção em muitas das perspectivas que enfatizam a diferença. Só como um exemplo impressionista, no livro *O Local da cultura*, de Homi Bhaba,<sup>8</sup> o índice remissivo refere-se a umas 110 páginas sobre a diferença e o termo desigualdade sequer aparece no índice. Mas, no mesmo livro, se analisarmos alguns termos como discriminação e discriminatório, estereótipos, práticas autoritárias, posicionalidades e oposicionalidades, veremos entretanto que eles remetem à distribuições discursivas do valor da diferença. Ora, notem que é bastante sutil a distinção com o que diz Barrington Moore sobre a desigualdade, ou seja, a desigualdade como o escalonamento de valor das diferenças.

O tema desta mesa não é gênero e desigualdade, mas desigualdade de gênero. Formulado assim, na maioria das vezes, os vários relatórios produzidos em encontros ou instâncias internacionais e nacionais fazem exatamente o que me referi no início: apresentam os quadros estatísticos da distribuição desigual entre homens e mulheres. Desloquemo-nos deles, sem deixar de reconhecer sua importância.

Gerda Lerner, em seu livro *The Creation of Patriarchy*, refere-se a gênero como *o costume, a máscara, a camisa de força na qual homens e mulheres dançam sua dança desigual*.<sup>8</sup> E, no tão celebrado *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir nos diz que:

O proletariado poderia se propor massacrar a classe dirigente; um Judeu, um Negro, fanáticos poderiam sonhar adquirir o domínio da bomba atômica e fazer uma humanidade inteiramente judia ou negra. Nem sonhando a mulher pode exterminar os machos. O liame que a une aos seus opressores não é comparável a nenhum outro. A divisão dos sexos é de fato um dado biológico e não um momento da história humana.<sup>9</sup>

Em Lerner, a desigualdade seria intrínseca a gênero e este se refere aos homens e mulheres; em Beauvoir, nesta citação, a divisão dos sexos, biológica, sustenta o elo indissolúvel entre a mulher (o singular é dela) e seus opressores, os machos (o termo é dela).

Mas, estaríamos condenados a ser naturalistas? Se entendermos por gênero um demarcador de diferenciações que, embora específicas, supõem traduções que não podem ser definidas *a priori* e permitem ações para as quais há limites mas também possibilidades criativas, teríamos que

<sup>8</sup> Moore Jr, Barrington (1987). *Injustiça*. Brasiliense, SP. 9 P. 238.

vê-lo apenas onde encontramos dois agrupamentos básicos, os quais nomeamos homens e mulheres, nomes e distinção que encontrariam equivalências em todas as línguas e sociedades humanas?

Acho que sim, continuamos naturalistas, mas não creio que estejamos condenados a isto. Vejamos um exemplo que sugere outra direção. Não vou buscar contextos etnográficos que pareceriam muito distantes nem as teorias cujos pressupostos são desnaturalizadores. Meu exemplo será um ensaio de Virginia Woolf, escrito em 1940, diante dos bombardeios alemães no sul da Inglaterra, onde ela passava um tempo na casa da irmã, nos arredores de Brygthon. O ensaio é sobre a paz em tempos de guerra. Ela começa dizendo como aqueles que decidiam a guerra, que lutavam nela ou contra ela, eram homens. Mesmo aqueles que lutavam com a mente, ou seja, que tinham e tornavam efetivas as idéias. Efetuando um jogo entre os pronomes pessoais ele, eles, nós, (no texto, em inglês *he, they, we*), *ele* passa a referir-se a Hitler, mas é logo deslocado daquela pessoa concreta para referir-se a tudo que nela significa, desejo de agressão, de dominar, de escravizar. Com o pronome *nós*, a autora *contempla* duas partes. Uma das partes, refere-se aos prisioneiros, aos ingleses em seus aviões, às inglesas em suas camas; a outra refere-se àqueles de pensamento livre, que usam a crítica contra as idéias correntes e contra a tirania. Esta segunda parte do *nós* libertaria a outra parte prisioneira. Mas, no texto, o *nós ora* parece referir-se às mulheres, ora àqueles que não foram pegos pela maquinaria de guerra e que se dispõem a pôr seus pensamentos livres em ação.

Linguagem e política, eis onde se move o ensaio. Mas, se estes domínios parecem suficientes para nos deslocarmos do naturalismo, nos colocam diante de outro problema, porque teríamos que discutir se tudo e todos lhes sejam redutíveis.

Dentro deste quadro de questões, proponho uma reflexão breve sobre um caso, que será analisado como um contexto particular onde atuam diferença, desigualdade e gênero. Para isto, revisito uma pesquisa que fiz entre os anos 1980 e 1990, tomando a liberdade de deslocar-me da combinação *Desigualdade de Gênero*, pois eu não saberia sequer descobrir qual o termo subordinante e qual o subordinado, para outra que uma vez conjuntiva permite uma relação de efeitos mútuos, *Desigualdade e Gênero*.

Mais do que descrever o contexto, eu vou evocá-lo muito parcialmente para situar algumas questões. Muitas outras sequer serão mencionadas,



Se não vou descrever o contexto é preciso pelo menos uma breve descrição da pesquisa em si. Seu foco foi a relação entre patroas e empregadas domésticas, observada em interações face-a-face no cotidiano das unidades domésticas e representada em vários lugares: em textos jurídicos; em fontes históricas secundárias; em alguns textos literários; em artigos de jornais; em agências de emprego; em instituições filantrópicas, religiosas e estatais, nos discursos de patroas e empregadas domésticas; em associações profissionais (que se tornaram depois, sindicatos), inclusive na observação de um dos Congressos de Empregadas Domésticas.

A análise do conjunto destes dados, a interpretação das concepções neles apreendidas, e de como os sujeitos agiam em suas interações cotidianas bem como a elas se referiam, permitiu-me recriar conceitualmente o lugar desta relação, o doméstico. Distinto de unidade doméstica enquanto espaço empírico, mas contendo-o em suas relações e funções, tendo uma noção mais estritamente descritiva; distinto de família mas contendo algumas de suas relações e sentidos, o doméstico seria o lugar significativo da relação focalizada. Visto assim, é o contexto para a relação entre patroas e empregadas domésticas ou entre a dona-de-casa e a empregada. Ambas as designações dos sujeitos desta relação são comumente encontradas, embora em situações distintas, ambas formulações indicando um feminino e nele a distinção dos sujeitos. Esta relação, analiticamente diferenciada da interação face a face onde se expõe mais aos agenciamentos, estaria estruturada com dois modelos indissociáveis e que forneciam a ambivalência ao contexto: um, o das relações familiares e da organização da unidade doméstica e outro, o de relação de trabalho. Um conjunto de tarefas e a disponibilidade de tempo (extremamente variáveis, aliás) constituem a parte que empregada investe na relação, enquanto o salário, o reconhecimento de alguns direitos (também extremamente variável) e um conjunto de doações (que não poderei aqui analisar em seus detalhes) a parte investida pela patroa. Esta relação estaria sustentada pela combinação de uma lógica de trabalho assalariado regido por certos direitos (por exemplo, salário, definição de horas de trabalho, descanso semanal, férias etc) e pelos mecanismos personalizados e familiares.

Considerando que o doméstico não só produz sentidos de feminilidade como ele próprio os contém em sua conceitualização, e tendo em vista sua incorporação no funcionamento do cotidiano da unidade doméstica, as tarefas que neste são desempenhadas corresponderiam às expectativas sociais dos sujeitos nele, e por ele, feminilizados. Aliás, acompanhar todos

os embates políticos em torno do reconhecimento jurídico dos serviços domésticos como trabalho, e como tal passível de ser regulamentado, nos mostra não apenas uma diferença atribuída ao doméstico em relação a outros domínios, mas um valor desigual atribuído às tarefas domésticas e, por extensão, ao sentido de feminino a ele associado. Estou, evidentemente, detendo-me em um sentido preciso de feminino, no qual são alocadas as posições que asseguram a reprodução da família, a naturalização de algumas de suas funções, e o caráter subalterno do trabalho manual na sociedade brasileira. Assim, a feminilidade produzida e inscrita no doméstico não é apenas diferente de outras feminilidades produzidas em outros lugares. Em relação a outras, tem um valor desigual. Mas, também é desigual a relação concreta entre os sujeitos concretos, no caso, entre a dona-de-casa e a empregada. Esta desigualdade revela-se na substância das doações e favores que circulam da patroa à empregada, na sobreposição de sentido que dona-de-casa adquire uma vez referindo-se à relação com a empregada. Esta me foi bem expressa em uma entrevista:

*Você não vai pegar a empregada e sentar na sala com seu marido, seus filhos e ficar brincando, os quatro felizes juntos... Ao mesmo tempo, eu acho desagradável a empregada ficar sozinha em casa, sem fazer nada, olhando pro ar e você brincando com seu marido e filhos... E, fazer a empregada participar da intimidade, da dinâmica da família, fica um negócio superdesagradável. Se dá muita liberdade, aí bagunça mais ainda. Chega um dia ela vai dormir entre você e seu marido... é, se você dá este tipo de trela, acontece... é chato, porque ela vai participar desta dinâmica, é muito complicado porque se ela toma liberdade começa a mandar na casa.*

Dizer que a desigualdade está inscrita nesta relação não é, entretanto, supor a ausência de embates de categorizações ou de inversão de poder, nem evidentemente de lutas políticas. Nem ignorar o jogo pragmático que a atravessa. Por exemplo, nestas duas falas:

*... Eu tenho uma necessidade de empregada, mas eu não sou dependente da minha empregada, assim como eu tenho necessidade de uma máquina de lavar roupa. Se eu não tenho uma máquina de lavar, eu lavo à mão. O serviço deve ser feito. Não tou querendo comparar a empregada com uma máquina, mas em termos ela me funciona como uma máquina. Ela me alivia o serviço em parte. Não vou esquecer o lado humano da empregada. Eu encaro a empregada como um ser humano no meu relacionamento com ela, mas analisando o outro lado da moeda... Porque se fosse realmente um robo-*



*zinho seria muito melhor prá gente, né? Porque aí não se precisaria preocupar com o lado humano da empregada.*

*...Para as empregadas porque precisa de ganhar, aquelas que não aprenderam nenhuma profissão, como eu e muitas, não? E, para as patroas, já que elas têm dinheiro para pagar. Quer dizer, a minha patroa estuda piano, a minha patroa faz ginástica, minha patroa aprende violão... tem vários compromissos com muitos amigos... Se ela fosse uma pessoa que não pudesse pagar, ela teria que fazer. Se ela fizesse o serviço da casa, ela não ia poder sair. Ou ela saía e deixava o serviço por fazer ou não ia fazer nada disso. Então como ela pode pagar ela frequenta a sociedade.*

A interpretação contextualizada de algumas noções – ser humano, animal, máquina, pessoa, trabalhadora, profissional, amiga – utilizada pelas patroas e empregadas domésticas ao falarem de umas e outras, ou instrumentalizadas em suas interações, permitiram melhor compreender os lances mais livres do jogo bem como os constrangimentos estruturais postos aos sujeitos nesta relação. Por exemplo, e muito resumidamente (e, portanto, simplificando muito), com a noção de ser humano, patroas afirmariam uma igualdade abstrata e empregadas reivindicariam um melhor tratamento pessoal e melhores condições de trabalho; com a noção de estranha e de animal, as patroas remeteriam ao estranhamento, familiar e de classe, sobre a presença da empregada no cotidiano da unidade doméstica (o que a análise de acusações de roubo e das demarcações de fronteiras simbólicas também indicariam); com a noção de máquina, as patroas idealizariam a possibilidade de se livrar do trabalho doméstico que lhe é atribuído e, simultaneamente, da intimidade com a empregada; com as noções de trabalhadora e profissional, empregadas e patroas acionariam um modelo de relação demarcada por direitos e deveres e as empregadas em suas lutas reivindicativas, inclusive para distinguir-se da ideologia de membro da família, e reformulando-se como pessoa. A noção de escravidão é acionada por ambas mas com sentidos distintos: para a patroa, pela associação entre o trabalho doméstico (em si e não o seu assalariamento) à escravidão (o que também remete às representações sobre este trabalho); pela empregada, para referir-se à sua submissão ao espaço e temporalidade da família empregadora, principalmente aquelas que residem no local de trabalho.

Mas, paremos sobre a noção de amiga. Em todas as falas, e no contexto que estou aqui evocando, eu encontrei esta noção usada apenas entre

as empregadas domésticas para referir-se às patroas. Não encontrei o inverso. Ao analisar os usos desta noção notei que com ela as empregadas remetiam a uma possível igualdade, à proximidade social, a uma estratégia de troca, à tolerância com os efeitos de sua vida pessoal no trabalho e a uma identidade entre mulheres. O que parece indicar que, nesta relação, a expectativa de igualdade e a afirmação de uma identidade compartilhada apareciam com mais frequência e intensidade entre as empregadas, enquanto as patroas agenciavam mais os mecanismos de diferenciação.

Finalmente, tendo em vista o conjunto do material analisado, o doméstico, definido como feminino e como definidor de feminilidade, indicava esta possibilidade de reconhecimento comum entre as mulheres. Este reconhecimento, ou identificação, não estando assentado na distinção sexual, biológica, mas pela própria produção do doméstico como feminino. Entretanto, mesmo que a relação focalizada sustente-se neste pressuposto, o doméstico incorpora-se em formas precisas de organização familiar (no caso, conjugalidade monogâmica, matriz heterossexual, reprodução social desigual). Assim, categorias próprias ao doméstico – no que ele incorpora a dimensão da organização familiar –, como dona de casa, mãe, esposa, filha, efetuam distinções de gênero em relação a pai, marido, filhos, e isto constitui a pessoa, sejam elas patroas ou empregadas. Mas, se a masculinidade é implícita e está atuando nestas diferenciações, o que estaria querendo dizer uma entrevistada quando me disse: “... *patrão não fede nem cheira?*” Aqui, é preciso mover-se para a perspectiva da relação entre patroas e empregadas para notar que outra separação e outras categorias são produzidas. Deste ponto de vista, por exemplo, quando se referindo à relação dona de casa e empregada, dona de casa distingue a dona da casa da que não o é. Desta forma também expressa a distinção entre sujeitos femininos, ou seja *as* que são encarregadas da execução de tarefas femininas e *as* que ocupam os lugares femininos nas relações familiares. A feminilidade é parcializada e são separados os sujeitos. O mesmo acontecendo com *esposa, mãe*, diferenciando-se de *cozinheira, arrumadeira, pajem* (não tenho tempo aqui para reter-me sobre a ambivalência da pajem). Umas em relação às outras, e em relação ao lugar que ocupam no doméstico, não há apenas diferenças. Há um valor desigual nestas diferenças. Este valor desigual vai se mostrar também nos hábitos, nos arranjos espaciais e nos objetos, na intensa preocupação com a limpeza da empregada, na linguagem, nas concepções e na corporalidade. A análise das apostilas de cursos destinados às empregadas domésticas revela (em distin-



tas linguagens, dependendo de quem as organizava: Secretarias de Promoção Social, Mobral ou Entidades religiosas), um investimento na corporalidade. Nestas apostilas, resguardando evidentemente seu caráter estritamente normativo, não é sem importância atentar para a ênfase em uma reeducação da postura, do tom de voz, na necessidade de cortar as unhas, em esconder os cabelos, seja preso ou coberto com lenços em roupas sem decote, e na recomendação de não usar perfumes. Mesmo que este investimento na corporalidade apareça em uma argumentação higienista ou profissionalizante, expressa também os demarcadores sobre em quem deveria se concentrar a feminilidade nesta relação.

Procurei mostrar uma relação que revela uma diferenciação de categorias que expressam e escondem marcas de gênero. Nem todas compreensíveis apenas pela atuação direta da desigualdade, mas também marcadas pelos seus efeitos. Embora não localizado em um espaço empírico, o contexto evocado é particular. Entretanto, o que ele pode dizer é mais geral do que se poderia supor. Por exemplo, ele sugere uma suspeita sobre o suposto que mulheres ou homens, classes ou raças, possam ser aprioristicamente considerados como grupos, como categoria sociológica ou por pertinências identitárias. Assim, sugerem a necessidade de mantermos a suspeita sobre categorias esvaziadas das relações e lugares em que são produzidas. Desta forma, também permitem problematizar políticas igualitárias que tenderiam a se basear em identidades naturalizadas. Ou ainda, perguntar o que estaria querendo dizer o item 2.18, da Conferência Mundial da População e Desenvolvimento, quando estabelece: *Devem ser eliminadas as injustiças e dificuldades existentes para as mulheres e trabalhadoras etc., etc.*

Como vêem, não é apenas no âmbito do doméstico que se efetua uma distinção entre mulheres e trabalhadoras. Ora, quem poderia dizer que nesta diferenciação, onde reconhecemos gênero, o responsável seria o dimorfismo sexual?

---

<sup>10</sup> Beauvoir, Simone, *Le deuxième sexe 1, idées/gallimard, 1949, pág.21.*



# TRECHOS DE UM DIÁRIO DE CAMPO: MUNDOS CONTEMPORÂNEOS, GÊNERO, DESIGUALDADES

Adriana Piscitelli\*

## APRESENTAÇÃO:

### Introduzindo questões sobre gênero e poder:

*Localizado em frente ao calçadão da Praia de Iracema, o hotel exibe uma placa. Nela, três coqueiros evocam, em estilo tropical, as estrelas que aludem à classificação da rede hoteleira. No prédio principal, com ares decadentes, encontra-se a recepção, dando acesso às escadas e ao elevador que conduzem aos apartamentos “de luxo”. Uma piscina minúscula, algumas mesas, cadeiras e sombrinhas de plástico duro, envelhecido e amarelado ocupam o pátio que separa esse prédio do “anexo”, uma casinha branca, típica construção da velha Praia de Iracema. Com apartamentos de menor preço e entrada independente – não é necessário passar pela recepção para ter acesso a ele –, esse anexo hospeda uma clientela diferenciada. No prédio principal, em quatro andares com vista para o mar, alojam-se famílias, casais (heterossexuais), moças. O anexo é oferecido aos “rapazes” – homens de diferentes partes do mundo e do Brasil que viajam sós ou em pequenos grupos: um estadunidense, um inglês, três italianos, um militar aposentado, de Brasília, um paulista. O pátio entre as duas construções, intensamente transitado por camareiras e por um taxista que transporta hóspedes num carro em más condições, opera à maneira de verdadeira “sala de recepção” do hotel. Esse pátio, no qual, durante o dia e a noite se cruzam hóspedes, jovencinhas à procura de turistas e garotas “da praia” elou “de programa”, é palco de encontros sexuais entre visitantes e nativas.*

\* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU/Unicamp.

Este trecho do diário de campo, elaborado durante uma pesquisa sobre uma modalidade específica de turismo sexual, em Fortaleza<sup>1</sup>, descreve um dos muitos espaços nos quais se produzem contatos (sexuais), transnacionais e “transregionais” nessa cidade. Considerando que o turismo sexual vem se tornando um exemplo privilegiado das desigualdades presentes nos mundos contemporâneos, tomo esses encontros como ponto de partida para introduzir as questões sobre gênero e poder em torno das quais se alinhava este texto.

No marco do debate feminista contemporâneo, falar em gênero e poder parece situar qualquer argumentação sobre desigualdades num terreno ambíguo. Digo isto levando em conta o desagrado com o qual algumas correntes do pensamento feminista percebem o (relativo) declínio da utilização do termo “relações de dominação”, substituído pelo de “relações de poder”. A idéia é que essa substituição, ignorando os efeitos irreduzíveis próprios à dominação, conduz a transformar esta última em uma relação de forças susceptível de ser invertida em certas circunstâncias.<sup>2</sup>

Nessas discussões, a dominação é muitas vezes analisada utilizando o conceito de Patriarcado. Como o conceito abriga diversos significados, seu uso sempre é qualificado, ou seja, não há uma versão do conceito de Patriarcado.<sup>3</sup> As acepções feministas desenvolvidas a partir da década de

<sup>1</sup> A pesquisa na qual se baseia este texto, financiada, na primeira fase, pela Fundação Carlos Chagas/Fundação MacArthur, através do III PRODIR, é atualmente apoiada pela FAPESP/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. O trabalho de campo, possível graças ao envolvimento de inúmeras pessoas, contou, em suas diversas fases, com a colaboração de Jane Guedes Horta e, no período recente, também com a de Célia Cruz. Agradeço a Albertina de Oliveira Costa, Ana Maria Medeiros da Fonseca, Antônio Jonas Dias Filho, Cláudia de Lima Costa, Flávio Pierucci, Kamala Kempadoo, Magali Marques, Maria Filomena Gregori, Maria Luiza Heilborn, Mariza Corrêa, Mary Castro, Miriam Grossi, Monica Tarducci, Sérgio Carrara, Suely Kofes e Verena Stolcke os comentários sobre diversos aspectos da pesquisa e a meus colegas do PRODIR o apoio solidário ao desenvolvimento do projeto. Agradeço, também, as questões colocadas, em diferentes encontros, por Gláucia Oliveira Assis, Flávia de Mattos Motta e Sônia Corrêa.

<sup>2</sup> APFELBAUM, Érika: “Domination”, in: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (coord): *Dictionnaire critique du féminisme*, Presses Universitaires de France, Paris, 2000, p. 45.

<sup>3</sup> As autoras que estudam os sucessivos significados adquiridos por esse termo, considerando o sentido que o Patriarcado assumiu no Ocidente até o século XIX (referido primeiro, nos textos religiosos, aos primeiros chefes de família e, depois, aos dignatários da Igreja, a idéia de patriarcado como direito paterno, desenvolvida posteriormente por Morgan e Bachofen e seguida por Engels, e, mais tarde as acepções feministas, marcadas pelo trabalho de Kate Millet, nas quais adquire o significado acima assinalado), preferem referir-se às teorias do patriarcado. No âmbito do pensamento feminista, por outro lado, há diferenças significativas



1970 apresentam, porém, convergências. Nessas abordagens, o Patriarcado refere-se a uma formação social (sistema de dominação) na qual os homens têm o poder, ou, simplificando, alude ao “poder dos homens”, à “dominação masculina”. No seio do debate feminista, esse conceito tem sido valorizado por apontar para a especificidade de um tipo de dominação que não pode ser reduzido a uma das conseqüências do capitalismo. Mas, se a utilização do Patriarcado é hoje extremamente difundida, em termos analíticos ela é, também, amplamente criticada: por sua generalidade – universalizando uma forma de dominação masculina situada no tempo e no espaço –, por ser considerado um conceito trans-histórico e transgeográfico<sup>4</sup> e, ainda, porque esse conceito é essencializante, na medida em que ancora a análise da dominação na diferença física entre homens e mulheres, considerada como aspecto universal e invariável.<sup>5</sup>

Embora algumas teóricas feministas defendam a utilização do Patriarcado sob a condição de precisar o tempo e a localização do emprego desse conceito ou de utilizá-lo de maneira “descritiva”, sem conceder a

---

entre as maneiras de conceber o Patriarcado nas correntes radicais e socialistas. As primeiras atribui-se a disseminação da idéia de Patriarcado como sistemas de opressão baseados na dominação masculina, presentes ao longo do tempo e através das culturas, implicando que as mulheres compartilham uma realidade separada dos homens. Nas correntes socialistas, o patriarcado adquire uma dimensão histórica (variando no tempo) e uma base material, intimamente ligada aos modos de produção e reprodução – embora sua existência em modos de produção muito diferentes evoque os pressupostos radicais sobre a dominação masculina trans-histórica. Ver: HEINEN, Jacqueline: “Patriarcat”, in: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (coord): *Dictionnaire critique du féminisme*, Presses Universitaires de France, Paris, 2000, pp. 142-143; GRANT, Judith: *Fundamental Feminism. Contesting the Core Concepts of Feminist Theories*, Routledge, 1993, pp. 39, 58; MOHANTY, Chandra Talpade, RUSSO, Ann e TORRES, Lourdes: *Third World Women and the Politics of Feminism*. Indiana University Press, 1991.

<sup>4</sup> Ver: HEINEN, op. cit., p. 145. Nesse ponto vale a pena lembrar a crítica pioneira de Gayle Rubin à utilização desse conceito. A autora chama a atenção para a importância de distinguir entre a necessidade humana de criar mundos sexuados e as maneiras opressivas (e empiricamente observáveis) através das quais esses mundos sexuados são organizados. A utilização do conceito Patriarcado impediria observar essa distinção. RUBIN, Gayle: *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, in: REITER, Rayna: *Toward an Anthropology of Women*, Monthly Review Press, 1975, p. 168. Para críticas a esse conceito na produção brasileira ver: SAFFIOTI, Heleieth: “Rearticulando gênero e classe social” e SOUZA LOBO, Elizabeth: “O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho”, in: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina: *Uma questão de gênero*. Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, 1992, pp. 193, 194, 259, 260.

ele poder explicativo<sup>6</sup>, essa utilização pouco se sustenta quando o que está em foco é compreender como o gênero opera em contextos específicos. Isto porque, e nesse ponto sigo os argumentos de Lia Zanotta Machado, com os quais concordo, o termo patriarcado remete a uma estrutura fixa, assinalando o (invariável) exercício da dominação masculina.<sup>7</sup> Gênero, ao contrário, remete a uma não fixidez, nem universalidade, no caráter das relações entre características consideradas masculinas e femininas e na maneira como elas atravessam as relações sociais, incluindo as relações entre homens e mulheres. Se essas relações não se deixam aprisionar no termo patriarcado<sup>8</sup>, caberia, portanto, perguntar-se sobre as relações entre gênero e poder.

No âmbito das discussões sobre gênero, porém, e levando em conta que as versões mais difundidas desse conceito o consideram como eminentemente político<sup>9</sup>, referir-se a essas relações pode parecer redundante. Entretanto, as abordagens antropológicas têm demonstrado o caráter não reiterativo das relações entre gênero e poder. Pondo em perspectiva diversas culturas e iluminando, a partir dessa perspectiva, os pressupostos do pensamento ocidental nos quais se ancora o debate feminista, as leituras antropológicas contestam o caráter universal e necessário das relações de dominação estabelecido nesse debate. E o fazem traçando, a partir da análise de contextos específicos, distinções relevantes entre termos vinculados ao poder nas discussões feministas, tais como assimetria, dominância, diferença, desigualdade, hierarquia.

Nas leituras antropológicas, a assimetria refere-se à ausência de correspondência na comparação de posições relativas. O termo dominância alude ao grau no qual os atores impingem e dependem uns dos outros – e não necessariamente “dominam” uns aos outros, no sentido ocidental

---

<sup>5</sup> SCOTT, Joan: *Gender and the politics of history*. Columbia University Press, 1988, p. 34.<sup>9</sup> Seja no conteúdo outorgado a esse conceito em versões tais como a de Joan Scott (considerando-o uma das formas primárias de significar relações de poder), seja nas diversas acepções que o consideram um conceito politizado, no sentido em que é utilizado, para viabilizar, simbolicamente, a equidade entre homens e mulheres. Ver: SCOTT, Joan: *Gender and the politics of history*. Columbia University Press, 1988, p. 42; SUÁREZ, Mireya: “Gênero: uma palavra para desconstruir idéias e um conceito empírico e analítico”, in: *Gênero no mundo do trabalho. I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil*, Fundo de Gênero/CIDA, Brasília, 2000, p. 17.



da relação sujeito/objeto.<sup>10</sup> A “diferença” aponta para contrastes e similaridades entre todo tipo de categorias. Diferenças, assimetrias – na distribuição de privilégios e prestígio, na participação em cerimoniais públicos, na eficácia como administradores de eventos – podem tornar-se relações “desiguais”, mas a desigualdade adquire características próprias sobre a base de alocações desiguais de poder. Finalmente, a idéia de hierarquia remete, sobretudo, aos desenvolvimentos teóricos de Dumont, autor segundo o qual a necessária operação do valor (entre diferenças) exige pensar em termos de hierarquias – e o princípio hierárquico, indispensável à vida social, seria universal. Mas, para Dumont, embora a hierarquia geralmente se identifique com o poder, essa identificação não é necessária.<sup>11</sup>

Ao exigir contextualização no sentido forte do termo e retirar qualquer conotação de naturalidade da idéia de dominação, as abordagens antropológicas tornam mais complexas as relações entre gênero e poder. Na perspectiva obtida a partir da análise de diversas culturas, essas leituras abrem, também, trilhas para explorar essas relações em recortes empíricos (“ocidentais”) particularmente complexos, como o aqui contemplado. Digo complexos porque a análise das relações entre gênero e poder presentes no turismo sexual, assim como em outras problemáticas delineadas a partir de relações transnacionais, exige levar em conta uma pluralidade de dimensões e diferenciações. Quero dizer que compreender essas relações, no âmbito dessas problemáticas, requer apreender como as linhas de poder perpassam contextos nos quais gênero se imbrica constantemente com outras diferenciações – classe, nacionalidade, cor, idade –, na confluência de planos “globais” e locais.

Argumentando que nesse quadro complexo de diferenças e desigualdades as relações entre gênero e poder só podem ser entendidas sob a condição de afastar-se de relações lineares (tais como a oposição entre opressores e oprimidos), em abordagens que levem em conta a interseção entre estruturas múltiplas e dinâmicas de poder e, ao mesmo tempo, a agência

<sup>10</sup> STRATHERN, Marilyn: *The Gender of the Gift*, The University of California Press, 1988.

<sup>11</sup> Strathern e outros/as autores/as, por outro lado, contestam abertamente o pressuposto da universalidade da hierarquia. Ver: STRATHERN, Marilyn: ed: *Dealing with inequality. Analysing gender relations in Melanesia and beyond*. Cambridge University Press, 1987, p. 16, 285; DUMONT, Louis: *Homo Hierarchicus. O sistema das castas e suas implicações*. Edusp, 1992 [1966], pp 66-67; 298-300.

(oposicional) de indivíduos e grupos, analiso neste texto como essas relações perpassam a problemática do turismo sexual. Comento, em primeiro lugar, como elas são percebidas na produção sobre turismo sexual, com particular ênfase nos estudos centrados nas viagens das mulheres do Norte à procura de sexo com “nativos” do Sul. Contraponho, depois, essas percepções à minha leitura das relações entre gênero e poder presentes numa modalidade específica de turismo sexual, em Fortaleza. Finalmente, concluo retomando as considerações sobre essas relações introduzidas nesta apresentação.

### A “NOVA ORDEM GLOBAL”: VIAGENS À PROCURA DE SEXO E DESIGUALDADES

*A piscininha do hotel é freqüentada por uma mulher e uma jovencinha. As duas vêm de São Paulo. A mulher, uma secretária na casa dos 40 anos, está acompanhada por uma menina de 15, filha do patrão. A garota, sentindo falta da companhia de meninas da sua idade passa um par de dias mal-humorada — não obtém permissão para ficar no forró até o amanhecer. No terceiro dia, faz amizade no calçadão e chega ao hotel, acompanhada por três garotas locais. Elas estão na faixa dos quatorze, quinze anos e são extremamente simpáticas e alegres. Morenas, com cabelos encaracolados quase na cintura, vestem biquínis e cangas. Elas estão com fome. A garota paulista as convida a almoçar, pagando a conta. As meninas locais, muito atentas ao movimento dos hóspedes, entram na água, jogam bola entre elas e jogam a bola, também, para um grupo de italianos, hospedados no “anexo”, procurando entabular conversa com eles. Eles riem, brincam um pouco com elas, conversam, mas logo depois se afastam. As garotas freqüentam a piscina do hotel durante dois dias. No terceiro, anunciam à amiguinha paulista que não voltarão no dia seguinte. E explicam. A mãe, sabendo que esse hotel estava recebendo italianos, as enviou para “fazer amizade” com eles. Conheceram a menina paulista, através da qual ingressaram no hotel. Mas, como não conseguiram aproximar-se dos turistas, a mãe reservou um novo destino para elas, no dia seguinte: uma praia afastada de Fortaleza, que receberia um novo contingente de estrangeiros.*

O turismo sexual está vinculado aos processos (culturais) transnacionais<sup>12</sup> que, segundo alguns autores, marcam de maneira específica o momento atual. Esse é, aliás, um dos motivos pelos quais essa problemá-



tica estaria se tornando exemplo privilegiado das desigualdades nos mundos contemporâneos. E, em termos das desigualdades entre os sexos, os contatos transnacionais e, em particular, o turismo sexual, oferecem, conforme alguns autores, um interesse particular. O futuro das relações entre os sexos está dando lugar a especulações otimistas, tendo como referência, sobretudo, as relações entre homens e mulheres das nações ricas.<sup>13</sup> Mas o estudo dos processos transnacionais delinea um quadro mais desalentador. De acordo com os autores que analisam esses processos, os intensos fluxos de pessoas e imagens caracterizando os contatos transnacionais<sup>14</sup> estão distantes de ter como efeito a intensificação do igualitarismo entre homens e mulheres.

Na “nova ordem global”, caracterizada pela ampliação na mobilidade (deslocamentos de massas de turistas, imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores), as marcas de gênero, longe de desaparecerem, expressar-se-iam em representações cada vez mais sutis, nas mais diversas áreas da vida social, informando a re-criação de desigualdades em escala mundial. Nos termos de Appadurai, o turismo sexual, entrelaçando fantasias sobre o

<sup>12</sup> Os autores que utilizam esse termo compartilham a convicção de que a transnacionalização da acumulação desafia as fronteiras das economias, identidades e culturas nacionais. GREWAL, Inderpal & KAPLAN Karen ed: *Scattered Hegemonies. Postmodernity and Transnational Feminist Practices*. University of Minnesota Press, Minneapolis, 1994, p. 9.

<sup>13</sup> Refiro-me especificamente às especulações de Anthony Giddens sobre o projeto global da modernidade. O autor considera a possibilidade de um futuro no qual seja possível um maior nível de igualdade alcançado entre os sexos e, concomitantemente, uma progressiva convergência das formas preexistentes de masculinidade e feminilidade em algum tipo de modelo andrógono. Segundo Giddens, à medida que a anatomia deixa de ser destino e a identidade sexual cada vez mais se torna uma questão de estilo de vida, não haveria mais qualquer razão para que as diferenças entre os sexos se submetessem a uma ruptura drástica no comportamento e nas atitudes. GIDDENS, Anthony: *Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Editora UNESP, 1993 [1992], p. 215.

<sup>14</sup> Appadurai pensa esses processos considerando que, nas últimas décadas, uma ruptura no teor das relações inter-sociais com todos os tipos de passado está dando lugar a uma nova ordem global. Nessa abordagem, a ampliação da mobilidade torna-se uma característica essencial do mundo e afeta a política de e entre nações de uma maneira sem precedentes. Essa mobilidade, **justaposta** aos efeitos da mídia eletrônica, criaria uma nova ordem de instabilidade na produção das subjetividades modernas. Perspectivas como a de Appadurai são criticadas por autores que estimam que muitas das mudanças culturais consideradas novos aspectos do transnacionalismo atual têm precedentes relevantes em outras fases da história. Ver: Appadurai, *Modernity at large. Cultural Dimensions of Globalization*. University of Minnesota Press, 1996, op. cit. pp. 3, 4, 39, 43 e MINTZ, Sidney: “The localization of anthropological practice. From area studies to transnationalism”. *Critique of Anthropology*, vol. 18, nº 2, 1998, pp. 117-134.

Outro, as seduções das viagens, a economia do comércio global e as brutais fantasias que dominam as políticas de gênero, é uma trágica expressão dos circuitos, mediados por imagens, através dos quais dinheiro, mercadorias e pessoas perseguem-se, incessantemente, pelo mundo.<sup>15</sup>

Os argumentos desse autor são sugestivos na medida em que localizam as marcas de gênero e as políticas a elas vinculadas numa ordem global na qual diferenças e desigualdades parecem explodir, multiplicando-se. No entanto, esses argumentos não se detêm na maneira como essas políticas operam. Esse ponto é, ao contrário, central na produção especificamente focada no turismo sexual. Essa literatura, fortemente informada por perspectivas feministas, apresenta uma pluralidade de abordagens, mas converge na realização de uma leitura eminentemente política das relações envolvidas no turismo sexual.

Tendo como referência os trabalhos pioneiros focalizando o Sudeste da Ásia,<sup>16</sup> essas análises consideram o turismo sexual resultado de uma série de relações sociais desiguais, entre Norte e Sul, capital e trabalho, produção e reprodução, homens e mulheres. As leituras sobre a maneira como gênero atravessa essa problemática inserem-se, assim, em quadros analíticos que tratam as desigualdades em termos globais.<sup>17</sup> Esses trabalhos outorgam importância central às relações econômicas e políticas entre nações. No entanto, esses estudos também integram, em seus marcos explicativos, fatores sócio-culturais – tais como sexismo e racismo – que não se reduzem automaticamente a determinações econômicas. De acordo com esses trabalhos, esse conjunto de fatores incide na representação das localidades que se tornaram destino privilegiado pelos turistas sexuais

<sup>15</sup> Appadurai, op. cit., p. 39.

<sup>16</sup> Entre esses estudos pioneiros, o trabalho de Truong é considerado um clássico sobre o tema: TRUONG, T. *Sex, Money and Morality*. Zed Books, London, 1990, citado in: PETTMAN, Jan Jindy: “Body Politics. International Sex Tourism”, *Third World Quarterly*, vol. 18, n. 1, pp. 93-108, 1997.

<sup>17</sup> Ver: MICHAEL HALL, C: “Gender and economic interests in tourism prostitution. The nature, development and implications of sex tourism in South-east Asia”, in: KINNAIRD, Vivian e HALL, Derek, *Tourism: A gender analysis*. New York, 1994; PETTMAN, op. cit.; O’CONNELL DAVIDSON, Julia: “Sex tourism in Cuba”, *Race and class*, 38, 1, 1996, pp. 38-37; RICHTER, Linda K: “Exploring the political role of gender in tourism research”, in THEOBALD, William f (ed) *Global Tourism*. Bitterworth Heinemann, 1994, Oxford; LEHENY, David: “A political economy of Asian Sex Tourism”, *Annals of Tourism Research*, vol 22, nº2, 1995 pp. 367-384; MICHEL, Franck: ou Frack??? “Le tourisme sexuel en Asie: du cauchemar à l’horreur”, in MICHEL, Franck ou Frack??? (ed) *Tourismes, touristes, sociétés*. Histoire e Anthropologie. Harmattan, Paris, 1998.



em termos de diferenças culturalizadas e sexualizadas: como exóticas e eróticas.<sup>18</sup>

Considerando o turismo sexual efeito de uma “economia política internacional do sexo”,<sup>19</sup> esses estudos pensam de maneiras diferentes as relações entre gênero e poder. Parte importante dessa produção está centrada em modalidades heterossexuais nas quais os “viajantes” são homens dos países do Norte. Esses estudos introduzem versões do conceito de Patriarcado no elenco de fatores que explicam o turismo sexual. E este é considerado um fenômeno absolutamente enfraquecedor, em termos de poder para as mulheres que “recebem” os turistas. Essa percepção acerca do caráter *disempowering* do turismo sexual não toma como referência apenas as mulheres que são forçadas a oferecer serviços sexuais, seqüestradas ou vendidas com esse fim,<sup>20</sup> mas o conjunto das mulheres envolvidas nessa problemática. Considera-se que elas ocupam, quase monoliticamente, posições de subordinação.

Nesse sentido, são sugestivas as análises das modalidades de turismo nas quais as viajantes são mulheres dos países ricos, geralmente brancas, procurando serviços sexuais de jovens “nativos” das nações pobres.<sup>21</sup> Os trabalhos centrados nesses encontros afirmam que essas interações confundem as articulações internacionais entre sexo e poder, correntes no turismo sexual. Essas relações não alterariam as políticas de classe e raça, mas subverteriam as de gênero e idade<sup>22</sup> na medida em que, nesses casos,

<sup>18</sup> Ver, Leheny, op. cit., pp. 367, 368; Pettman, pp. 95, 96.

<sup>19</sup> PETTMAN, op. cit., p. 96.

<sup>20</sup> Nos termos de Linda Richter: “... the costumers are almost exclusively male. Females buying the “Escort plus” services of black males in the Caribbean are not unknown, but the sex tourism industry revolves around the fantasies of men and is owned and controlled by men. Women work for men, not vice versa, when it comes to the provision of most sexual services.” Richer, op. cit., p. 395.

<sup>21</sup> Estudos publicados na segunda metade da década de 1990 chamam a atenção para esse tipo de relação em Kenya, Gambia e diversas ilhas do Caribe. Há, porém, alguns estudos anteriores centrados na dinâmica particular presente nos relacionamentos sexuais e amorosos entre turistas “ocidentais” e nativos árabes. Vide: OPPERMANN, Martin: “Sex Tourism”, *Annals of Tourism Research*, vol. 26, nº 2, 1999, p. 251-252; DAHLES, Heide, BRAS, Karin: “Entrepreneurs in Romance. Tourism in Indonesia”, *Annals of Tourism Research*, Vol. 26, nº 2, 1999, pp. 267-293; PRUITT, Deborah, LaFONT, Suzanne: “For love and money. Romance Tourism in Jamaica”, *Annals of Tourism Research*, vol. 22, nº 2, 1995, pp. 422-440; MEISCH, Lynn: “Gringas and Otavaleños, Changing Tourist Relations”, *Annals of Tourism Research*, vol. 22, nº 2, 1995, pp. 441-462; BOWMAN, Glenn: “Fucking Tourists. Sexual relations and tourism in Jerusalem old city”, *Critique of anthropology*, vol. 9, nr. 2, pp. 77-93.

<sup>22</sup> DAHLES e BRAS, op. cit. p. 284; PRUITT e LAFONT, op. cit. p. 423.

as mulheres mais velhas, consumidoras, teriam acesso sexual à jovem população nativa.<sup>23</sup>

Apresentando relações nuançadas entre gênero e poder, esses estudos analisam cuidadosamente as configurações de gênero que atravessam as interações entre visitantes e nativos. Além disso, consideram aspectos pouco levados em conta quando se trata das relações entre homens dos países ricos e nativos pobres,<sup>24</sup> tais como a diferença entre os planos “globais” e “pessoais” dessas relações.<sup>25</sup> Estabelecendo comparações entre o turismo sexual protagonizado por homens e por mulheres dos países do Norte, esses trabalhos concebem o primeiro como tentativa de re-criação, em escala global, de uma antiga submissão em vias de desaparecimento no Primeiro Mundo – perpetuando “papéis de gênero”, reforçariam relações de dominação masculina e subordinação feminina. Ao contrário, os encontros entre mulheres das nações do Norte e nativos do Sul são pensados efeito dos novos papéis de gênero ensaiados por essas mulheres. As interações entre estrangeiras “ricas” e nativos “pobres” são consideradas uma possibilidade de ampliação dos repertórios de gênero e uma “arena para a mudança” no que se refere às relações de poder.<sup>26</sup>

Analisando esses tipos de relacionamentos na Jamaica, algumas autoras apontam para a incorporação de traços tradicionalmente considerados como masculinos nos estilos de feminilidade das visitantes à procura de sexo. De acordo com essas autoras, essas turistas entram em relacionamentos mediados pelo interesse econômico mas marcados, também, pelo romantismo, buscando nos homens locais estilos de masculinidade não disponíveis nas suas culturas de origem. O status econômico e social des-

<sup>23</sup> Esses estudos consideram que essas relações oferecem elementos para problematizar certos pressupostos sobre o turismo, em sentido geral, tais como o fato de o poder estar invariavelmente do lado dos visitantes do Primeiro Mundo; que se trata, primordialmente, de uma manifestação do Patriarcado envolvendo a exploração das mulheres locais pelos visitantes e, ainda, que o turismo é uma via de mão única, no sentido em que os visitados nunca se tornam visitantes. MEISCH, Lynda, op. cit., p. 443.

<sup>24</sup> Uma exceção, nesse sentido, é o trabalho de COHEN, E: “Lovelorn farangs: the correspondence between foreign men and Thai Girls. *Anthropological Quarterly*. July, 1986, Vol. 59, nº 3, pp. 115-127.

<sup>25</sup> PRUITT e LAFONT, op. cit., p. 422.

<sup>26</sup> PRUITT e LAFONT (op. cit., p. 423, 425) chamam a atenção para os anúncios que circulam nos países do Norte, convidando às mulheres a engajar-se em viagens de “aventura”, que oferecem a experiência “empoderadora” de viajar “livres dos papéis e expectativas de gênero tradicionais”.



sas mulheres lhes proporciona segurança e independência que se traduzem em liberdade de escolha, em trocas sucessivas de parceiros e em poder e controle nos relacionamentos – características tradicionalmente tidas como masculinas. Os nativos, por sua vez, destacando suas diferenças com os homens “ocidentais”, enfatizam os traços de masculinidade que atraem as estrangeiras, particularmente a combinação entre uma produção corporal que acentua o exotismo, a sexualidade exacerbada, um intenso discurso amoroso e uma dependência geralmente associada a certos estilos de feminilidade. Mas, eles não estão totalmente isentos de poder. Esses homens contam com o poder vinculado ao conhecimento local. Agindo como intermediadores entre suas “namoradas” estrangeiras e outros locais que poderiam influenciá-las, exercem o poder de controlar, sem essas mulheres perceberem, seus movimentos e relacionamentos no lugar. Finalmente, para além dos benefícios econômicos que resultam desses relacionamentos, os bens materiais obtidos das turistas, possibilitando a exibição pública desse controle sobre elas, incidem na valorização local daqueles que se engajam com as estrangeiras.

Nessas análises, as considerações sobre poder não deixam de chamar a atenção para as vantagens estruturais dessas visitantes. No entanto, esses trabalhos salientam o caráter mutável e situacional de “dominâncias” que são negociadas e contestadas e levam em conta, também, os graus de influência e controle abertos às/aos protagonistas dessas relações. Esses estudos consideram que, nessas relações, o poder flutua entre parceiros cujas ações embaralham os repertórios de gênero tradicionais e, ao mesmo tempo, re-afirmam a dominação resultante do capital financeiro e cultural. Em definitivo, essas turistas, corporificando a hegemonia econômica e racial, contariam com um poder econômico que lhes ofereceria vantagens desproporcionais para definir a situação e o Outro.<sup>27</sup> No entanto, a dinâmica dessas relações só pode ser explicada levando em conta o caráter flutuante do poder.

Esses trabalhos são interessantes em diversos sentidos. Eles operam com uma idéia de gênero que descola traços considerados masculinos e femininos de homens e mulheres concretos. Ao mesmo tempo, apresen-

<sup>27</sup> Ibid, p. 437; O' CONNELL DAVIDSON, Julia e SANCHEZ TAYLOR, Jacqueline: "Fantasy Islands. Exploring the Demand for Sex Tourism" in KEMPADOO, Kamala, ed: *Sun, Sex and Gold*. Rowman and Littlefield Publishers, Inc, 1999.

tando matizes no que se refere à operação do poder, mostram que a dominância, ancorada numa diversidade de fatores entre os quais o poder econômico adquire um lugar estratégico, tende a estar associada a traços considerados masculinos, mas está vinculada a homens **ou** a mulheres.

A contraposição entre uns e outros estudos permite perceber que a análise das relações entre gênero e poder se torna mais complexa sobretudo nos trabalhos focalizando situações que desafiam noções convencionais de hegemonia masculina, isto é, nas viagens protagonizadas por mulheres dos países ricos à procura de sexo. Neste sentido, é como se o embaralhamento nos atributos de gênero abrisse vias privilegiadas para a percepção dessas nuances. No entanto, no marco do turismo sexual, o caráter flutuante do poder no plano das relações microsociais, pessoais, é perceptível também nos relacionamentos estabelecidos entre visitantes de regiões “ricas” e nativas pobres. Esse é o ponto que me interessa sublinhar na leitura das relações acionadas no contexto do que alguns cearenses denominam “turismo sexual de classe média”, em Fortaleza.

## A PROSTITUIÇÃO “CHIQUE” DA PRAIA DE IRACEMA: DIFERENCIAÇÕES, DESIGUALDADES

*Ocupando, cotidianamente, uma das mesinhas ao lado da piscina, um paulista, na faixa dos 40 anos, passa cerca de uma semana no hotel. Veio a Fortaleza a trabalho. A proximidade do final de semana parece provocar-lhe uma certa inquietação. Na sexta-feira, passa a hora do almoço na piscina, paquerando algumas hóspedes que tomam sol. No sábado de manhã, retorna ao seu posto na piscina e conversa com uma das camareiras, aparentemente condoída pelo fracasso das tentativas de paquera do homem. Outra das camareiras explica: “ele é muito tímido, não tem muita coragem, ofereci apresentar uma amiga”.*

*Por volta do meio-dia, uma moça morena, na casa dos trinta anos, exibindo uma produção corporal análoga à das mulheres “de programa” da Beira-Mar, de calça e blusa decotada de lycra apertadas e salto muito alto, entra, rebolando, no hotel. Após um sinal da primeira camareira se aproxima do paulista, apresentando-se. Senta à mesa dele, na beira da piscina. Bebem uma cerveja. Pouco depois, saem juntos. Retornam à noite, para dormir no “anexo”. Na manhã seguinte, ela toma café da manhã junto com ele.*



*Um turista inglês, de estatura média, magro, musculoso, pele clara e cabelos castanhos, curtíssimos, chega ao hotel carregando uma bolsa enorme. Está acompanhado por uma mulher-taxista, a quem pediu auxílio para mudar-se – estava num hotel “grande”, mas acha que os hotéis pequenos, permitindo “ficar perto das pessoas”, são mais apropriados para ele. Após registrar-se na recepção, é encaminhado para o “anexo”. Ele é um cabeleireiro, solteiro, sem filhos, de 32 anos. Reside numa pequena cidade, a cem quilômetros de Londres e retira em torno de 500 libras semanais do salão, propriedade da família. À tarde, lê um romance policial, na beira da piscina. À noite, descobriu a região dos bares que rodeiam a Disco-Bar da Praia de Iracema. Mas, no dia seguinte, escolhe como espaço de “caça” o calçadão, frente ao hotel. Em plena tarde, entra no quarto acompanhado por uma garota “da praia”, na faixa dos 20 anos e por uma menina de uns 10/11 anos, com as quais se comunica através de sinais. À noite, dorme com outra acompanhante. No dia seguinte, com outra. No final do outro dia, umas meninas que conhece numa barraca da Beira-Mar o drogaram enquanto bebe. O hotel amanhece em polvorosa. O turista inglês, confuso, ainda drogado, se arrasta até a recepção. Não tem condições de falar, mas rabisca, num papel: “Help”. Não lembra como chegou no hotel e, menos ainda, como obteve a chave. Seu quarto, completamente revirado, exhibe sinais do roubo do qual foi objeto. Um relógio Cartier, uma máquina fotográfica, todo o dinheiro, inclusive aquele, de reserva, escondido na bainha da calça jeans, desapareceram. Protegido por alguns hóspedes que o socorrem, inclusive, com um pouco de dinheiro, o turista denuncia o roubo na Delegacia de Proteção ao Turista e tenta mobilizar o consulado do seu país. Após um par de dias, é auxiliado. Na mesma noite em que recebe dinheiro, retorna ao calçadão com garotas “da praia”. E, como antes do roubo, faz ingressar as meninas no “anexo” do hotel, sem registrá-las na recepção. Os funcionários correm atrás deles pedindo os documentos das garotas, embora saibam que não oferecem maiores garantias: “esses documentos costumam ser falsos”. E esses funcionários, assim como outros locais que souberam do drama do inglês, comentam: “[esses gringos] são todos iguais, não aprendem, só andam com raparigas”.<sup>28</sup>*

Os trechos do diário de campo até aqui apresentados permitem perceber a diversidade de agentes envolvidos nos encontros sexuais transnacionais (e transregionais) que têm lugar na Praia de Iracema.<sup>29</sup> Esse setor da orla é vinculado, localmente, à prostituição voltada para os turistas estran-

geiros, particularmente, a um estilo de turismo sexual, denominado “prostituição chique” ou, alternativamente, “turismo sexual de classe média”. Essa modalidade de turismo sexual envolve visitantes de diversas nacionalidades e nativas de camadas baixas e médias baixas.

Diferentemente de mulheres e adolescentes miseráveis que “fazem ponto” em certas partes da orla, as garotas vinculadas à prostituição “chique” da Praia de Iracema não estão inseridas num grau extremo de pobreza, em termos dos padrões locais. Essa diferença expressa-se na produção corporal dessas garotas, análoga à de jovens de camadas sociais mais elevadas e desvinculadas da prostituição que transitam por esse setor da orla de Fortaleza. A distinção com aquelas envolvidas na “prostituição pobre” expressa-se, também, no “valor” comparativamente elevado dos “programas”<sup>30</sup> por elas realizados que, contrapondo-se aos R\$10,00 (U\$5)<sup>31</sup> de setores da Beira-Mar, na Praia de Iracema raramente é inferior a R\$50,00, chegando a triplicar essa cifra.<sup>32</sup>

O termo “programa”, porém, nem sempre é adequado para referir-se às relações estabelecidas no marco desse estilo de turismo. Entre as meninas localmente vinculadas ao “turismo sexual de classe média”, há garotas que estabelecem com os turistas relacionamentos sexuais e amorosos cujas características os dotam de uma relativa indefinição, dificultando sua clas-

<sup>29</sup> O trabalho de campo realizado baseou-se em observação – das modalidades de aproximação, cortejo e interações estabelecidas entre visitantes e nativas –, entrevistas em profundidade e diversos tipos de fontes. A informação gerada pela observação foi suplementada por entrevistas com mulheres que mantêm relacionamentos amoroso-sexuais com estrangeiros; com turistas à procura de sexo de diversas nacionalidades e com estrangeiros que, fascinados pela sua experiência como turistas, fixaram residência sazonal ou definitiva na cidade. Realizei, também, entrevistas com diversos agentes envolvidos com turismo internacional e/ou prostituição local. Este texto foi elaborado com base nas informações proporcionados por 38 entrevistados/as: 15 estrangeiros, 17 mulheres que “namoram” estrangeiros, e seis agentes vinculados ao turismo internacional e/ou à prostituição, na cidade.

<sup>30</sup> O termo “garotas de programa”, aplicado, segundo Gaspar, para designar mulheres de conduta sexual estigmatizada e, também, prostitutas, é utilizado, na cidade, para referir-se a mulheres e adolescentes, de diferentes camadas sociais, em situação de prostituição. Mas, ele expressa, também, hierarquizações no universo da prostituição local. GASPAR, 1985: 11.

<sup>31</sup> Na época em que foi realizado o trabalho de campo, um dólar era, aproximadamente, equivalente a dois reais.

<sup>32</sup> Diversos agentes entrevistados, inclusive garotas envolvidas na prostituição, utilizam o valor das “tarifas” como medindo o “nível” da mesma. Esses níveis, ligados à pobreza e ao grau de instrução, têm expressões territoriais. A prostituição “chique” da Praia de Iracema, com programas entre 50 e 150 reais, situa-se nos níveis intermediários/elevados. Para uma síntese da história da prostituição em Fortaleza ver: SOUSA, 1998.

<sup>28</sup> Termo utilizado pelos locais para referir-se às prostitutas.



sificação nesses termos. Não se trata apenas de que entre essas meninas várias tenham empregos fixos ou que esses relacionamentos muitas vezes tenham início em espaços não destinados à prostituição e não envolvam pagamento imediato. Alimentados por trocas de cartas, telefonemas, e-mails, envio de presentes e/ou dinheiro, esses contatos podem, muitas vezes, prolongar-se durante semanas, meses e até anos, envolvendo com certa frequência romantismo, de uma ou de ambas as partes. Esse conjunto de particularidades torna pouco apropriada a vinculação linear desses relacionamentos com a prostituição.

Na Praia de Iracema, esse estilo de turismo sexual internacional entre-meia-se à oferta de serviços sexuais para turistas de diferentes partes do Brasil. Nesse setor da orla há meninas, muitas das quais estão na casa dos 20 anos, que procuram relacionar-se exclusivamente com estrangeiros, sobretudo italianos, portugueses, alemães, holandeses. Há, também, garotas que optam por integrar visitantes de outras regiões do Brasil no vasto leque de “namorados” – precisamente essas são as que apreciam, também, visitantes de outros países do Sul, argentinos, chilenos, bolivianos – privilegiando estrangeiros e turistas nacionais de outros estados, em detrimento dos clientes locais. Entre os turistas de outros estados, os provenientes do Sudeste e o Sul do País ocupam o privilegiado lugar “de fora”.

Diversas categorizações são acionadas no marco desses contatos transnacionais (e transregionais). Esse contexto está marcado por desigualdades que, embora sejam recorrentemente lidas em termos de classe, remetem, sobretudo, à localização estrutural das nações (e regiões) em jogo. Nesse marco, gênero oferece uma linguagem para a expressão das distribuições desiguais de poder. Essa expressão é particularmente evidente nas relações entre masculinidades enunciadas por visitantes e nativas mas é perceptível, também, no jogo estabelecido entre feminilidades. Ela encontra uma via de manifestação alternativa nas categorizações raciais acionadas nesse contexto. Considerando que a referência conjunta às percepções de visitantes e nativas pode resultar surpreendente, é necessário esclarecer que as conceitualizações de uns e outras são convergentes em diversos aspectos.

Nas relações estabelecidas por turistas e pelas garotas que com eles “namoram”, o Brasil, inserido no Sul, e, particularmente, o Nordeste do Brasil, apresentam distinções agudas e “tradicionais” entre feminilidades e masculinidades. Os países ricos, ao contrário, são associados a deslocamentos das diferenciações de gênero. Essas diferenciações são enunciadas

estabelecendo relações **entre** masculinidades e **entre** feminilidades, nativas e forâneas.

Os processos de exacerbação das distinções de gênero alocadas ao Brasil e, particularmente ao Nordeste, envolvem mecanismos de sexualização que afetam masculinidades e feminilidades. No que se refere às masculinidades, elas se expressam na atribuição, aos locais, de uma sexualidade intensa, primária, pouco elaborada e desconsiderada aos locais, enquanto as masculinidades européias e, em menor grau, as alocadas aos homens do Sudeste do Brasil, são apresentadas como mostrando sinais de romantismo e delicadeza, aos que se adicionam a (suposta) propensão a estabelecer relacionamentos igualitários. Num jogo no qual nenhum traço de personalidade e/ou temperamento escapa à relação entre nacionalidades (e regionalidades), essas características são contrapostas ao “machismo”, considerado aspecto distintivo da masculinidade local. Através dessas relações entre masculinidades, visitantes e garotas justificam a preferência das meninas pelos homens “de fora”. De maneira análoga, os atributos vinculados à feminilidade nativa são delineados através do contraste com aqueles associados às mulheres dos respectivos locais de origem dos entrevistados. A acessibilidade e “calidez” das brasileiras são contrapostas à arrogância das alemãs, o “fechamento” das portuguesas, a auto-apreciação exageradamente positiva das inglesas, a frialdade, o espírito calculador e a altivez das italianas.

Os visitantes internacionais percebem as feminilidades das mulheres dos países do Norte, como masculinizadas. Elas são corporificadas em mulheres independentes que, priorizando o sucesso profissional, a carreira, o dinheiro e, inclusive, consumindo sexo pago e/ou exótico – agem “à maneira de homens”. Ao contrário, o temperamento carinhoso, a calidez, simplicidade e docilidade das nativas, integram-se numa idéia de feminilidade que, revestida de traços de “autenticidade”, remete a algo já desaparecido na Europa. Essa feminilidade está marcada por uma sensualidade singular que se expressa corporalmente. O conjunto de atributos alocados a essas brasileiras é implementado, sexualizando-as e, nesse processo, elas são dotados, também, de conotações negativas. A sensualidade, revestida de simplicidade, é associada à falta de inteligência. A “fogosidade”, que é atribuída às mulheres que fazem “programa” e também às que não, é ligada à propensão para modalidades (mais ou menos) abertas de prostituição.

Nas conceitualizações desses visitantes, as diversas noções de masculinidade e feminilidade adquirem sentido na sua imbricação com naciona-



lidade. E chamo a atenção para essa interseção, observando que a atração (erótica) mediando esses encontros é perpassada, também, por outras diferenciações, e a idade é uma delas. Os entrevistados concedem importância ao acesso à sensualidade nativa corporificada em mulheres muito jovens. Esses visitantes mostram, também, certa percepção das diferenças de classe locais, lidas através da distância afetivo/sexual em relação a elas, estabelecida pelas mulheres das camadas sociais mais elevadas. Refiro-me, especificamente, às camadas médias altas de Fortaleza. Apenas as mulheres desses grupos sociais ocasionalmente escapam do jogo de inferiorização que, intimamente vinculado à localização estrutural dos respectivos países nas relações transnacionais, afeta as nativas das camadas baixas e dos setores menos favorecidos das camadas médias. E observo que, nesse contexto, a localização se torna fundamental para a compreensão de como operam as diferenciações que confluem na inferiorização dessas brasileiras – é necessário considerar que alguns desses visitantes estão situados, em seus respectivos locais de origem, em camadas sociais análogas às das jovens com as quais se relacionam em Fortaleza.

Esses procedimentos de inferiorização, acionando mecanismos de racialização, incorporam a “cor” na sexualização das nativas. Na leitura das feminilidades nativas realizada por esses visitantes, uma cor, “morena”, sintetiza a imbricação de diferenciações corporificada nas mulheres locais. Ao falarem nas morenas, os estrangeiros utilizam a cor, muitas vezes, em termos descritivos: elas têm uma pele que não é branca, nem negra – e, nesses termos, o não ser negra é fundamental: os estrangeiros entrevistados coincidem na rejeição às mulheres negras. Entretanto, a cor é utilizada, também, em termos categóricos – trata-se de morenas, independentemente da tonalidade mais ou menos clara da pele, simplesmente porque se trata de brasileiras (e, especificamente, de nordestinas). Na visão dos visitantes estrangeiros, incluindo alguns latino-americanos, a cor morena é intimamente ligada ao Brasil e é associada à “melhor mulher”, à mais “fogosa”. Assim consideradas, as nativas, para além de tonalidades específicas e numa classificação que, atravessando diferentes classes sociais, extrapola os vínculos com a prostituição, são consideradas “morenas”, corporificando a intensa carga de sensualidade associada a essa cor.

As nativas que se engajam em relacionamentos amorosos/sexuais com esses visitantes reiteram o procedimento de delinear masculinidades e feminilidades contrastando noções associadas às maneiras de ser homem e mulher alocadas aos diferentes países (e regiões, no Brasil).

Estabelecendo relações entre construções de gênero, nacionalidades e regionalidades, essas garotas inferiorizam as masculinidades locais, associando os atributos mais valorizados às maneiras de ser homem dos estrangeiros e, em segundo lugar, às masculinidades alocadas aos homens de outros estados do Brasil, particularmente aos do Sudeste e Sul.

Nesse contexto, a “cor”, indissociavelmente ligada aos locais de origem dos visitantes, é vinculada às masculinidades mais valorizadas, no sentido em que há uma invariável marca da “branca” na corporificação dessas maneiras de ser homem. Em procedimentos nos quais o temperamento marca o corpo, que é apreciado através de critérios estéticos, os traços distintivos das masculinidades mais apreciadas são, sempre, associados a uma beleza contrastante com a feiúra atribuída aos locais e à branca. Essa estetização, vinculada sobretudo aos europeus (e aos homens de alguns países do Sul e habitantes das regiões mais ricas do Brasil, aos que se atribui ascendência européia), remete, também, à localização.

Nas leituras dessas mulheres, as maneiras de ser mulher brasileira, opondo-se aos estilos de feminilidades atribuídos às européias, marcadas pela autonomia e pela “frieza”, aparecem tingidas pelas qualidades que os visitantes internacionais lhes atribuem. Temperamento carinhoso e submisso fazem parte desses atributos, associados, por outra parte, à idéia de dependência, baseada na necessidade econômica. A essas idéias soma-se a intensa carga de sensualidade atribuída às brasileiras pelos visitantes estrangeiros. “Somos mais cálidas”, afirma uma dessas garotas, reiterando as palavras de turistas sexuais italianos, “mais carinhosas”. Nessas leituras, as interseções entre gênero e nacionalidade nas quais se delineiam as feminilidades nativas também são atravessadas pela “cor” implementada pelos visitantes para sexualizá-las. Nas conceitualizações dessas entrevistadas, a cor morena expressa a calidez, simpatia e sensualidade das mulheres “da terra”.

As relações estabelecidas nesse contexto expressam hierarquias esboçadas no marco de relações macropolíticas nas quais o Brasil e, particularmente, o Nordeste, são claramente inferiorizados. No que se refere especificamente às conceitualizações dos visitantes, as imbricações entre diferenciações acionadas no marco da “localização” convergem subordinando, através do consumo, a sexualidade nacional (e regional) corporificada nessas mulheres. A idéia de exotismo, construída nas interseções entre gênero, “cor”, nacionalidade e sexualidade integra-se nesse jogo de subordinação. Nessas relações, gênero e cor participam, alternativamente, na



naturalização de desigualdades e, por sua vez, ambas categorias tornam-se importantes instrumentos na expressão das distribuições diferenciadas de poder implementadas nessas naturalizações.

Poder-se-ia pensar que as convergências nas conceitualizações e relações estabelecidas por visitantes e nativas sugerem que essas garotas expressam a aquiescência dos dominados. No entanto, no contexto analisado é possível perceber procedimentos que abrem caminhos para contestar o enfraquecimento absoluto atribuído na literatura especializada, quase monoliticamente, às mulheres que se relacionam com turistas sexuais. No marco da “prostituição chique da Praia de Iracema”, a afirmação, por parte dessas garotas, dos atributos a elas conferidos pelos visitantes, possibilita a criação de significativos espaços de influência. E refiro-me a aspectos que vão além da “resistência” oferecida pelos dominados, evidente, por exemplo, na prática de drogar e roubar os visitantes que procuram serviços sexuais – que longe de se restringir aos turistas internacionais atinge, também, visitantes de outras partes do País. Pensar nesses espaços exige levar em conta o plano das relações microsociais, pessoais, presente nesses relacionamentos. E exige, também, considerar, conjuntamente com as dimensões “globais”, os planos locais que perpassam a dinâmica do turismo sexual em Fortaleza.

## AGÊNCIA

*Na beira da piscina, um cinqüentão enxuto e comunicativo toca violão lendo um songbook e bebendo cerveja sem álcool. Passa uma parte da manhã, tocando. Vai à praia do Futuro com o “motorista” do hotel — freqüenta uma barraca famosa pelos caranguejos que serve, e, também, pelo forró das quintas à noite. Ele almoça no restaurante da esquina. Volta à piscina, à tarde, e, à noite, vai para os bares. No hotel, todos gostam dele. “Militar aposentado”, segundo os funcionários que trabalham na recepção, ele, que mora em Brasília, já foi cliente dos proprietários do hotel, hospedando-se durante uma longa temporada em outro dos pequenos estabelecimentos da Praia de Iracema que a eles pertence. Nessa época, ele se recuperava de uma ponte safena.*

*Num dia, ele está só, tocando e cantando — uma hóspede lhe dá o nome de “nosso artista”. Na manhã seguinte, está acompanhado por uma moça jovem, na casa dos vinte anos. Ela chama a atenção pelo biquíni preto, que é minúsculo, tipo fio dental e pela maneira de andar, estudada, rebolando. A*

*pele bronzeada de sol. O cabelo tingido de loiro, queimado, nas pontas, mostra um pouco as raízes escuras. Por volta das 8 da manhã ela vai embora com o motorista do hotel, mas antes chama o parceiro e pergunta se ele não pagará pela corrida. Com evidente mau-humor, ele dá o dinheiro ao motorista.*

*Nos dias seguintes, a moça, vestida da mesma maneira, cobrindo, às vezes, o biquíni com uma saída de banho de crochê muito aberto, acompanha o militar de dia, de tarde, de noite. Ele a apresenta, como se desculpendo: “é muito simples, mas essa simplicidade me faz bem”.*

*Ela parece incomodada com o estilo de apresentação. Noutro dia, mais tarde, ela chega com muitas sacolas de compras. E começa a variar as roupas. Um conjunto de short e top vermelho de lycra, um biquíni de outra cor. O casal desaparece por uns dias, retornando com dois garotos. São os sobrinhos dela, explica o hóspede, que cuida dos garotos na piscina, levando-os a tomar banho no “anexo”, no qual está hospedado, e a almoçar. A influência dela parece ter crescido durante os dias em que se ausentaram. Um olhar severo da mulher impede-o de contar onde estiveram — “numas praias por aí, ele diz”.*

*Um dia depois do regresso, o hóspede, elegantemente vestido, com terno e camisa social, sai do prédio principal, com passagens aéreas na mão. Atrás dele vem ela, o cabelo recém tingido, de saltos altíssimos, um macacão de crepe azul intenso, uma enorme bolsa de couro preto — “ele deu um banho de loja nela”, comenta uma hóspede. Ela parece agora mais segura de si do que nunca. Cumprimenta os hóspedes dando a mão e entra, junto a ele, no táxi do hotel. “Parece que desta vez conseguiu ir embora com ele” — comenta a cozinheira do hotel. E o recepcionista esclarece: “Ela é uma garota que ele pegou na praia, mas não foi agora não, foi na outra viagem, quando se recuperava da operação. Comprou uma casinha para os pais dela e dá 500 reais por mês a ela”.*

Dois conceitos abrem vias para a compreensão de como as garotas ligadas à “prostituição chique da Praia de Iracema” criam espaços de influência. Um deles é o conceito de *agency* – que vem sendo traduzido como agência ou agenciamento. A agência é entendida como capacidade de fazer. Segundo Giddens, para quem o agente é alguém que produz um efeito, agência implica poder. Ser um agente significa ser capaz de exercer uma série de poderes, incluindo o de influenciar os exercidos por outros.<sup>33</sup> O segundo conceito, formulado por Gayatri Spivak, é o de

<sup>33</sup> Trata-se de uma idéia de poder como capacidade transformadora, numa abordagem na qual os recursos são pensados como propriedades estruturadas dos sistemas sociais, que



essencializações estratégicas, isto é, de “apropriação” de certas naturalizações que contribuem para “negociar”. Essas idéias adquirem sentido considerando que a autora pensa em negociação como a tentativa de alterar algo que se é obrigado a viver; para ser eficaz nesse empreendimento é preciso preservar essas estruturas em lugar de destruí-las.<sup>34</sup>

As garotas que “namoram” turistas sexuais na Praia de Iracema são plenamente conscientes dos atributos a elas alocados pelos visitantes. E, no jogo de essencializações através do qual algumas negociam o ascenso social, elas assumem, afirmam e exploram as idéias sobre a “feminilidade nativa” e a íntima associação entre essas idéias e a “cor”, que supostamente encarnam. Elaboradas produções corporais contribuem para acentuar os traços de exotismo que atraem esses estrangeiros – minimizando aqueles que supõem podem afastá-los, tais como os que podem vinculá-las à negritude. Nas palavras da garota que se considera “rainha” da boate que é ponto central dos encontros entre visitantes e nativas, uma menina que subsiste exclusivamente na base do dinheiro obtido dos turistas:

Acho que sou a mulher mais cobiçada [da boate]<sup>1</sup>. Eu faço sucesso... Aí, os italianos quando me vêem... Agora, também porque à noite, meu cabelo está mais lisinho, quando lavo fica mais liso, aí eu boto uma maquiagem bem clara, os olhos muito negros, aí pronto. Até as mulheres me acham bonita. Agora a maquiagem é assim, cabelo bem lisinho, batom não gosto, não, os olhos muito pretos, para combinar com o cabelo liso. Passo delineador... Mas, devido a botar maquiagem assim, e eu não pego sol, não gosto de pegar sol, aí minha pele é clarinha, aí bota maquiagem, fica mais clara, ainda. É incrível, mulher, [me encontram parecida com a] Tiazinha, aqui do Brasil. É sempre, assim, alguma atriz.

Mas, trata-se, sobretudo, de expressar nas práticas corporais as características de temperamento que “seduzem” os visitantes. As percepções que essas garotas têm da sensualidade nativa atribuem traços distintivos, não

impingem sobre e são reproduzidos por agentes no curso da interação. Mas, o poder não é um recurso. Os recursos são os meios através dos quais o poder é exercido. Nesse sentido, o poder pressupõe relações regularizadas de dependência e autonomia. Nessa perspectiva, todas as formas de dependência oferecem recursos através dos quais os subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores. GIDDENS, Anthony, *The constitution of society*, Londres, Polity Press, 1984, p. 9; 15, 16.

<sup>34</sup> SPIVAK, Gayatri: *Interviews, Strategies, Dialogues*. Routledge, New York, 1990, p. 86.

isentos de conotações negativas, às feminilidades locais. Revelando a presença, no pensamento nativo, de elementos presentes nos procedimentos através dos quais os estrangeiros sexualizam as mulheres locais, as entrevistadas reiteram, uma e outra vez, a idéia de que a sensualidade, marcando o temperamento das mulheres “da terra”, expressa-se numa excessiva “disposição” para o namoro que, sem observar limites, redundando no assédio do qual são objeto os homens, particularmente, os homens “de fora”, na cidade. Essas impressões são enunciadas com nitidez por uma garçoneite que namora estrangeiros:

*Porque homem de fora, se você ver eles são muito bonitos... E quando eles tão aqui as mulheres dão em cima. Se tiver 3 casais ali, eu, pelo menos, paquero. Eu paquero. Tou nem aí... Eu tiro por mim...*

*Ao mesmo tempo, essa sensualidade, percebida por essas meninas como o aspecto que as singulariza, expressando-se nas práticas sexuais, torna-se um dos elementos centrais através do qual elas garantem o sucesso e permanência desses namoros e a possibilidade de obtenção de benefícios materiais e simbólicos. E essa sensualidade possibilita, também, negociar o posicionamento nesses relacionamentos. Explicando a evolução de seu romance com um namorado europeu, essa garçoneite narra episódios da visita de três meses que fez a ele na Holanda. Essa visita, crucial no relacionamento, conduziu o namorado à decisão de levá-la a morar definitivamente com ele, com visto “de noiva”, conjuntamente com a filha nascida de um relacionamento que ela teve, anos atrás, com um brasileiro:*

*Eu... fazia tudo por ele, sabe. Às vezes, quando ele chegava, acendia umas velinhas, comprava vinho... Eu esperava ele só de calcinha... Era uma vontade tão grande de dar minha bunda para ele... Ele tinha vergonha. E eu queria, né?... Ai nós fomos tentar. Só que eu não consegui de tão tensa que eu estava. Só que na nossa rua tem uma loja de coisas... de sexo. Vamos lá na lojinha comprar uma pomada? Acho que tu também quer – porque ficou alegre... Ai nós fomos, tomei um banho... E fomos brincando, brincando, brincando. Ai eu falei, é hoje... Eu gosto daquelas brincadeiras, assim, que lambuça ele, sabe? Olha, isso tudo na vida dele é novo, sabe? Ele diz, minha mulher nunca passou... papinha de maçã, geléia, danone. Ninguém nunca fez isso com ele. Ele fica, assim, besta. Toda carta que ele escreve para mim ele diz: você é um animal, você é um animal, que eu nunca vi isso na minha vida!... Depois eu visto roupa para dançar, para ele mesmo, dentro de casa, só nós dois. Isso para ele é muito novo. Pois, é hoje! Menina. Consegui. Ele falou. Meu Deus do Céu! Eu tenho 31 anos e nunca vi isso na minha vida. Olha, eu sempre que-*



*ria com ela. Mas, ela nunca queria. E não porque é holandesa, porque o país é liberal. Ela achava que isso era coisa de gay, essas coisas. E falei, não... Isso, no Brasil, é comum, brasileiro gosta... Eu sempre pedia para ela, mas ela não me dava. Mas, você, não precisei nem pedir. Você me deu.*

A incorporação dos atributos conferidos a essas garotas pelos visitantes, particularmente o binômio sensualidade/docilidade, possibilita a algumas meninas o exercício de influências no âmbito desses relacionamentos que, para além dos graus de romantismo envolvidos, podem redundar na obtenção de sensíveis benefícios econômicos. Esse processo é evidente no relato de uma jovem cabeleireira.

Ele tem 52 anos. É um italiano, alto, um pouco cheio, os olhos verdes, cabelos grisalhos. É bonitão, charmoso, muito charmoso. Tem uma oficina de carros e tem um hotel com a esposa, é sócio da esposa e, também, é sócio em outras coisas... Eu estava na praia, domingo à tarde, lá pelas quatro horas. Estava dançando, daquele jeitão, assim, louca. Ele olhando para mim, sem parar. Depois se aproximou. Eu falei que eu não estava a fim de ficar com ninguém. Eu esnobei... Ele ficou insistindo, insistindo, pediu meu telefone, eu dei. Me convidou a almoçar na Praia de Iracema. Eu não fui. Na segunda ligou para mim novamente para ir para [o forró]. Eu disse que não ia, não ia, ele ficou ligando... Quando era uma hora ligou e mandou o táxi me pegar em casa. Aí eu fui... Fomos para os bares da Praia de Iracema, fomos para o hotel, ficamos na sacadinha, na piscina, fomos falar da minha vida. Só que, claro, né? Eu, totalmente perfeita, honesta, de casa. Porque nessas coisas tem que jogar, você tem que ficar como moça direita, difícil. Encontrei na Praia do Futuro... Na boate ninguém encontra ninguém para ter um relacionamento, porque na boate está escrito, só tem puta. Muita gente vai, assim, vamos sair para se divertir durante a noite, beber, dançar, é bom. Mas, as meninas que vão lá de segunda a segunda, a trabalhar, a batalhar a noite. Homem que encontra uma mulher aí, segunda, terça, quarta, quinta e sexta. Ela não tem como dizer que ela é uma pessoa direita. O que é que ela está fazendo ali, de segunda a segunda. Eu ia duas vezes por semana. Eu não gostava, gostava de ir à Praia do Futuro só no domingo... O forró, uma volta na Praia de Iracema, aqueles barzinhos, toma um chopinho, você conhece uma pessoa, aí é diferente, você conhece uma pessoa, em trânsito. Caminhar, restaurante, é outra impressão... Noventa por cento desses estrangeiros não querem relacionamento nenhum com brasileira. Eles querem o que? Eles passam um ano trabalhando para vir para cá conhecer mulheres, transar.

Eles têm Brasil como uma coisa sexual, assim, onde encontram sexo fácil e barato. Porque você vai na Praia de Iracema e você paga 100 reais por uma mulher linda maravilhosa... E na Itália, na França, não é assim, não. É caro, tem mulher de programa, tem brasileira, russa, alemã, tem de todos os lugares, mas é caro. E no Brasil, não, aqui é barato. A mulher é barata, a hospedagem é barata. Tudo aqui é barato. Eles querem o que? Festa, dançar... Quando um homem vem para cá e procura um relacionamento com uma mulher é porque é carente. Porque esses estrangeiros têm uma carência muito grande, sabe? Porque as mulheres lá gostam de trabalhar! Lá quem grita é elas. Quem grita é a mulher, porque o poder aquisitivo da mulher lá, pesa. Aqui no Brasil, além do salário ser uma merda, emprego que é bom é difícil, e o que é que as mulheres vão fazer? Prostituta. Você quer um relacionamento, tem que conhecer em lugares diferentes. Lugares super família, como uma pessoa decente... Aí fica aquele lance de olhar, fica um convite para jantar. Claro, evidentemente, você não vai jogar assim, sou uma garota de programa... Primeiro você tem que conquistar a confiança, o carinho da pessoa, para depois ter um relacionamento...

Passamos uma semana só se encontrando, jantando, aí fui conhecer lugares que não conhecia. Eu falei que estava trabalhando no salão de uma amiga minha. Daí, ele: você não tem vontade de ter seu próprio negócio? E eu: como é que eu vou ter, ganhando o mísero salário que eu ganho? E ele: quanto você ganha? R\$150 por mês, que é o salário mínimo. Na época era R\$137. Ele falou: como vive com isso? Moro com minha mãe. Eu estava numa situação difícil, estava na lama. Porque tinha acabado de separar. Estava na pior. Aí, ele foi embora. E em seguida me ligou, e falou: e aí, o salão? Eu pensei, se ele quer me dar. Na época deu R\$ 4.000. Mandou uma ordem de pagamento internacional. Daí eu não acreditei, né? Era a primeira vez. Aí eu comprei meu salão, comprei tudo. Fiz o curso. Gastei R\$ 700 com o curso. Como passei muito tempo sem trabalhar tive que fazer meu aperfeiçoamento. Comecei a trabalhar. Minha vida começou a mudar.

Ele vem duas vezes por ano. Escreve, liga toda a semana. Ele fica 10 dias, 15 dias, no máximo. Ele continua me ajudando, inclusive me deu uma mão para comprar este apartamento aqui, também. É que eu também tive umas despesas extras com minha mãe, na casa da minha mãe. Tenho um irmão problemático, tem problema com drogas, também. Mas eu acho que, da parte dele não sai mais nada. Já foi. Porque ele fala, agora,



tu já tens tua casa, teu trabalho. De tudo que ele já mandou, de abril para cá, é mais ou menos uns dez mil. Mas, porque, também, fui muito esper-ta. Ele ligava para mim. Quase toda vez que ele ligava, eu pedia dinheiro. Duzentos, trezentos. Dólar, mil reais. Ah, eu estou doente. Ah, eu quebrei a perna. Deu um problema no meu seio, tem que tirar. Quase acabei todas as doenças. Mas, se não é assim, você não consegue. Tem que jun-tar dinheiro, tive que comprar minhas coisas. Nunca cobre, assim, um programa. Nunca na minha vida. Ele me acha a mulher mais direita do mundo... Ele não me viu como uma garota de programa... Eu me mos-trei para ele, como uma mulher, sofrida, mas firme. Jamais, programa! Ele é muito carinhoso. É aquela pessoa que quer ficar junto toda hora... Acho que é porque ele gosta muito e fica pouco tempo aqui. Acho que é, tam-bém, porque a mulher dele já é de idade e não é aquela coisa. Então encontrou uma mulher nova, bonita, cheirosa, carinhosa... Um dia ele disse para mim. Eu já tenho dado muito dinheiro a você. Com esse dinheiro já teria transado com todas as mulheres de Fortaleza. Aí eu disse: Olha, se você está me comparando com uma puta, pegue seu anel, pegue suas roupas, que você me deu, vou devolver seu dinheiro. Você está pen-sando o quê de sua vida? Não, o que é que é isso, não é isso, por favor, meu amor!...

Comecei a parar de sair. Não tinha mais vontade de sair. E jurei para mim mesma... No dia que eu botasse meu negócio eu saía fora. Ninguém acreditava, né?. Todo mundo dizia: Ah, quem está lá não sai... O salão está dando, uns troquinhos. Porque tem que ver o poder aquisitivo do bairro, também, mas está dando para mim, e eu também sustento minha mãe. Ajudo muito, então é uma coisa pesada para mim. Mas, mesmo assim. Para quem não tinha nada um ano atrás. Eu não tinha nada, vim sem nada, nem roupa tinha. Cheguei uma semana antes do carnaval. Eu construí minha vida. Eu já estou com minha casa... Eu gosto de trabalhar e de ganhar o meu, também.

Eu voltei a estudar, até meus 35 anos eu pretendo estar formada. Vou fazer 27... Eu não quero levar esse relacionamento muito adiante, porque meu negócio com ele não é amor. Era meu bem-estar. Eu queria tirar o meu. Sair da lama. Ele é uma pessoa agradável, eu tenho respeito por ele, por ele ter me ajudado muito, admiração. Mas, também, não sou apaixo-nada por ele. Não quero levar isso adiante porque vai que dá a louca nele de vir para o Brasil. Ele está muito apaixonado e fala muito de vir para o Brasil. Como é que ele vai vir embora para o Brasil, quando eu não estou

apaixonada para viver com ele?... E eu não quero enganar ele, mais, por-que eu já enganei. Estou enganando ele desde o começo. Mas é por justa causa...

A escola, em dois anos e meio acabo, depois vou fazer cursinho, me for-mar. Com 35 anos vou me formar. E com 35 anos a mulher está na flor da idade. Está vivendo. Aí já pensou, com 35 anos, morando no que é meu, carrinho, direitinho, o que é que vou querer mais? Homem, só para amar.

### CONCLUINDO:

No plano das interações, que poderíamos chamar “global”, entre visi-tantes à procura de sexo e “nativas”, essas garotas, inferiorizadas através de mecanismos de sexualização, realizam “negociações” no marco de relacio-namentos extremamente desiguais. Nesse ponto, e levando em conta a produção sócio-antropológica sobre turismo sexual, alguns aspectos da “prostituição chique da Praia de Iracema” mostram que o caráter flutuante do poder em termos das relações microsociais, pessoais, é perceptível também em relacionamentos estabelecidos entre (homens) visitantes de regiões “ricas” e nativas pobres. Poder-se-ia concluir que as essencializa-ções estratégicas através das quais são realizadas essas negociações abrem possibilidades de agência estritamente no plano micro e no âmbito das relações do casal – espaço ao qual se restringiriam, ocasionalmente, as flu-tuações do poder.

Os benefícios obtidos através desses relacionamentos, porém, têm importantes conseqüências no plano local. Quero dizer que eles permitem ampliar esferas de decisão e influência, em termos de uma realidade (local) na qual gênero e classe se entrelaçam, tecendo redes de desigualdade que afetam particularmente as jovens pobres, entre as quais se contam muitas das que se envolvem no turismo sexual. E esses benefícios incidem na valorização social dessas meninas. Nas experiências das garotas de camadas baixas que “namoram” estrangeiros, a imersão nos relaciona-mentos transnacionais resulta num alargamento dos seus mundos, perce-bido como transposição de fronteiras. Tendo como referência as trajetó-rias dessas jovens e sem deixar de considerar que esses relacionamentos reforçam as posições subordinadas dessas mulheres nas relações globais, esse alargamento não pode ser desvinculado da ampliação de suas esferas



de poder.<sup>35</sup> E gênero atravessa esse processo, que está intimamente vinculado à ampliação dos repertórios de feminilidade acessíveis às garotas de camadas baixas e médias baixas. À docilidade, “simplicidade” e dependência a elas conferidas contrapõem-se a iniciativa, autonomia e racionalidade que, em termos locais, se integram em (novos) estilos de ser mulher. Nas palavras da garçonete que se está preparando para mudar para a Holanda:

Eu morava no interior. Então eu fiquei grávida. Tive um filho de um brasileiro. Foi minha primeira relação, né? Tinha 16 anos. Namoramos dois anos. Só tive um namorado na vida, tirou minha virgindade, né? ... Ele disse que não era dele, ainda. Então, meus pais descobriram que eu estava grávida. Então eu vim para Fortaleza. Trabalhei em casa de família. Quando tava perto de ter bebê, então eu voltei para casa. E lá era para dar o neném, né? Só que eu entrei em pânico: que não era para dar porque já estava apegada a ela; fazia já quinze dias que tava com ela, que não era para dar, não era para dar. Minha vida, hoje, é muito diferente... Lá, sabe o que é que eu penso? Porque lá é um lugar muito pobre, entende?... Aqui eu já conheço muita gente, de nível médio, já sei falar uma língua, quem sabe não aprendo a falar outra... Isso vai mudando muita coisa na minha vida, entende?... Trabalho, tenho meu próprio dinheiro, mando dinheiro pra minha mãe. Porque em casa eu não trabalhava, dependia da minha mãe, tinha a minha filha, aquela coisa toda. Aqui eu trabalho, mando dinheiro pra ela, compro roupa para minha filha, compro material do colégio e mando para ela... Não estou dependendo de ninguém. Dependo de mim mesma. Do meu dinheiro mesmo. Eu penso isso.

<sup>35</sup> Kamala Kempadoo é uma das poucas autoras, no marco da discussão sobre turismo sexual internacional, que aponta para espaços de agenciamento feminino, assinalando graus de independência, escolha consciente, estratégias, em situações que revelam relações complexas de coerção e autonomia. Do meu ponto de vista, concordo no que se refere à existência desses espaços, mas, levando em conta que agenciamento não implica, necessariamente, “liberdade”. KEMPADOO, op. cit., pp. 16-17.

## BIBLIOGRAFIA

- APFELBAUM, Érika: “Domination”, in: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (coord): *Dictionnaire critique du féminisme*, Presses Universitaires de France, Paris, 2000.
- APPADURAI, Arjun: *Modernity at large. Cultural Dimensions of Globalization*. University of Minnesota Press, 1996.
- CARPAZOO, Ana Rosa Lehman: *Turismo e identidade - construção de identidades sociais no contexto do turismo sexual entre alemãs e brasileiras na cidade do Recife*. Dissertação de mestrado apresentada no Mestrado em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, 1994.
- COHEN, E: “Lovelorn farangs: the correspondence between foreign men and Thai Girls”. *Anthropological Quarterly*. July, Vol. 59, nº 3, pp. 115-127, 1986.
- DAHLES, Heide, BRAS, Karin: “Entrepreneurs in Romance. Tourism in Indonesia: *Annals of Tourism Research*, Vol. 26, nº 2, pp.267-293; 1999.
- DIAS FILHO, Antonio Jonas: *Fulô, Ritas, Gabrielas, Gringólogas e Garotas de Programa. Falas, práticas, textos e imagens em torno de negras e mestiças, que apontam para a construção da identidade nacional, a partir da sensualidade atribuída à mulher brasileira*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.
- DUMONT, Louis: *Homo Hierarchicus. O sistema das castas e suas implicações*. Edusp, 1992 [1966].
- GASPAR, Maria Dulce: *Garotas de programa. Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1985.
- GIDDENS, Anthony: *Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Editora UNESP, 1993 [1992].
- \_\_\_\_\_. *The constitution of society*. Londres, Polity Press, 1984.
- GRANT, Judith: *Fundamental Feminism. Contesting the Core Concepts of Feminist Theories*. Routledge, 1993.
- GREWAL, Indrapal & KAPLAN Karen ed: *Scattered Hegemonies. Postmodernity and Transnational Feminist Practices*. University of Minnesota Press. Minneapolis, 1994.
- HEINEN, Jacqueline: “Patriarcat”, in: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (coord): *Dictionnaire critique du féminisme*. Presses Universitaires de France, Paris, 2000.
- HOOBS, Bell: *Yearning, race, gender and cultural politics*. South End Press, 1990.
- KEMPADOO, Kamala: “Gender, race and sex: exoticism in the Caribbean.” Texto apresentado no Simpósio Internacional “O Desafio da Diferença: Articulando Gênero, Raça e Classe”, Salvador, Bahia, Brasil, 9-14 de Abril, 2000.
- “Continuities and change. Five centuries of prostitution in the Caribbean” in: KEMPADOO, K, ed: *Sun, Sex and Gold*. Rowman and Littlefield Publishers, Inc, 1999.
- LEHENY, David: “A political economy of Asian Sex Tourism”: *Annals of Tourism Research*, vol. 22, nº 2, 1995.
- LOBO, Elizabeth Souza: “O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho”, in COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina: *Uma questão de gênero*. Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, 1992.
- MACHADO, Lia Zanotta *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcalismo contemporâneo?* Série Antropologia. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, 2000.
- MEISCH, Lynn: “Gringas and Otavaleños, Changing Tourist Relations” *Annals of Tourism Research*, vol. 22, nº 2, 1995, pp. 441-462.
- MICHAEL HALL, C: “Gender and economic interests in tourism prostitution. The nature, development and implications of sex tourism in South-east Asia”, in: KINNAIRD, Vivian and HALL, Derek: *Tourism: A Gender Analysis*, New York, Wiley, 1994.



- MICHEL, Franck: "Le tourisme sexuel en Asie: du cauchemar à l'horreur", in MICHEL, Franck ou Frack??? (ed) *Tourismes, touristes, sociétés*. Histoire e Anthropologie. Harmattan, Paris, 1998.
- MINTZ, Sidney: "The localization of anthropological practice. From area studies to transnationalism". *Critique of Anthropology*, vol. 18, nº 2, pp. 117-134, 1998.
- MOHANTY, Chandra Talpade, RUSSO, Ann e TORRES, Lourdes: *Third World Women and the Politics of Feminism*. Indiana University Press, 1991.
- O'CONNELL DAVIDSON, Julia: "Sex Tourism in Cuba". *Race and Class*, 38, 1, 1996.
- O'CONNELL DAVIDSON, Julia e SANCHEZ TAYLOR, Jacqueline: "Fantasy Islands. Exploring the Demand for Sex Tourism" in KEMPADOO, Kamala, ed: *Sun, Sex and Gold*. Rowman and Littlefield Publishers, Inc, 1999.
- OPPERMANN, Martin: "Sex Tourism". *Annals of Tourism Research*, vol 26, nº 2, p. 251-252, 1999.
- PETTMAN, Jan Jindy: "Body Politics. International Sex Tourism". *Third World Quarterly*, vol. 18, n. 1, pp. 93-108, 1997.
- PRUITT, Deborah & LAFONT, Suzanne: "For love and money. Romance Tourism in Jamaica". *Annals of Tourism Research*, vol. 22, nº 2, p. 422, 1995.
- RICHTER, Linda K: "Exploring the political role of gender in tourism research", in: THEOBALD, William F (ed) *Global Tourism*, Heinemann, Oxford, 1994.
- ROSA, Renata Melo de: *Vivendo um conto de fadas: ensaio sobre cor e "fantasia" entre cariocas e estrangeiros*. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1999.
- "Cariocas e estrangeiros: gênero e identidade nacional no processo identitário". *Pós, revista brasileira de pós-graduação em ciências sociais*. Instituto de ciências sociais da Universidade de Brasília. Ano IV, 2000.
- RUBIN, Gayle: *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, in REITER, Rayna: *Toward an Anthropology of Women*, Monthly Review Press, 1975.
- SAFFIOTI, Heleieth: "Rearticulando gênero e classe social" in COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina: *Uma questão de gênero*. Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, 1992.
- SCOTT, Joan: *Gender and the politics of history*. Columbia University Press, 1988.
- SOUZA, Ilnar de: *O Cliente, o outro lado da prostituição*. Annablume/Governo do Estado do Ceará, São Paulo, 1998.
- SPIVAK, Gayatri: *Interviews, Strategies, Dialogues*. Routledge, New York, 1990.
- STRATHERN, Marilyn, ed: *Dealing with inequality. Analysing gender relations in Melanesia and beyond*. Cambridge University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. *The gender of the gift*. University of California Press, 1988.
- SUÁREZ, Mireya: "Gênero: uma palavra para desconstruir idéias e um conceito empírico e analítico" in: *Gênero no mundo do trabalho. I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil*, Fundo de Gênero/CIDA, Brasília, 2000.
- TRUONG, T. *Sex, Money and Morality*. Zed Books, London, 1990, citado in: PETTMAN, Jan Jindy: "Body Politics. International Sex Tourism", *Third World Quarterly*, vol. 18, n. 1, pp. 93-108, 1997.



# MULHERES E RELAÇÕES DE PODER NOS MOVIMENTOS RELIGIOSOS CONTEMPORÂNEOS

Maria das Dores Campos Machado<sup>1</sup>  
Silvia Fernandes<sup>2</sup>

## I - INTRODUÇÃO

Ainda que o impacto da ótica de gêneros seja pequeno na sociologia da religião brasileira, vários estudos assinalam a posição paradoxal das mulheres nas religiões cristãs. Segmento majoritário na maioria das denominações e, certamente, as grandes responsáveis pela difusão das crenças e arregimentação de novos fiéis, as mulheres encontram-se ainda hoje aliadas das posições de poder em muitas comunidades religiosas.

No contexto das ciências sociais e no campo feminista em particular, a própria importância da Igreja Católica na sociedade brasileira favoreceu as análises questionando a maneira como o poder tem sido historicamente definido, estruturado e exercido na instituição. Entre as católicas, figuras emblemáticas do movimento progressista, como a teóloga Ivone Gebara (2000), radicalizam suas críticas chamando a atenção para a pequena sensibilidade dos formuladores da Teologia da Libertação para as experiências femininas.

Interpretada inicialmente pelas teóricas feministas como uma estrutura patriarcal fundamental para a reprodução da subordinação das mulheres, a Igreja Católica aparece nas formulações mais recentes como uma

<sup>1</sup> Professora da ESS/UFRI.

<sup>2</sup> CERIS/PUC.

instituição sociocultural que elabora discursos e, ao fazê-lo, produz homens e mulheres que ocupam posições diferenciadas nas relações sociais tanto na comunidade confessional quanto na sociedade inclusiva. Resgatando a pluralidade dos sujeitos femininos e focalizando as relações dos setores populares com a Igreja Católica, sociólogas como Carol Drogus (1997) e Maria José Rosado Nunes (1994) têm demonstrado a ambigüidade dessa instituição que em determinadas situações favorece e em outras limita a autonomia das mulheres. A restrição do sacerdócio aos homens e as normatizações sobre o comportamento sexual e práticas contraceptivas dos fiéis, sem dúvida alguma, são ainda hoje as questões centrais do debate sobre as formas de opressão vividas pelas mulheres na Igreja (Ribeiro: 1996 e 1994).

A expansão do movimento revivalista ou 'renovador', como preferem aqueles(as) que dele compartilham, traz novos elementos a esse debate. Afinal, oriundo dos setores médios e escolarizados da população, esse movimento não só expressa a revitalização do misticismo e do emocionalismo no interior da religião hegemônica no Brasil, como também o papel fundamental desempenhado pelas mulheres na estruturação e difusão dessa forma carismática de catolicismo. Ainda assim, os estudos sobre a participação feminina têm-se concentrado mais nas justificativas e nos efeitos da adesão religiosa sobre a vida familiar das mulheres do que na forma de alocar responsabilidades no interior do movimento.

No campo evangélico, a afinidade das mulheres com o universo pentecostal é assinalada por vários autores (Mariz e Machado: 1997 e 1996; Burdick: 1998; Machado: 1996; Novaes: 1985 etc.) que, sem necessariamente adotar a perspectiva dos estudos de gênero, identificam na subjetividade feminina hegemônica na sociedade brasileira os elementos que explicam a atração exercida pelas igrejas junto a esse segmento social. E, embora o exercício do pastorado não seja interdito às mulheres em várias igrejas evangélicas, as análises também têm privilegiado muito mais as motivações para a filiação e a forma de participação na comunidade religiosa dos homens e mulheres do que o investimento dos sujeitos femininos no exercício do poder.

Nessa comunicação apresentamos algumas notas de pesquisas com o objetivo de discutir as relações de poder e os lugares reservados às mulheres em dois movimentos revivalistas: o carismático, na Igreja Católica e o pentecostal, na tradição evangélica. Esperamos com isso trazer novos elementos para o debate sobre a construção social dos espaços reservados aos



homens e mulheres nas instituições religiosas e sobre o exercício da autoridade por parte das mulheres que conseguem ultrapassar os limites dos espaços de poder masculino.

## II - GÊNERO E LIDERANÇA CARISMÁTICA NO CATOLICISMO

Quando começamos a estudar o movimento carismático católico, um fato que chamou nossa atenção foi a forte associação da espiritualidade com o gênero feminino. As visitas aos grupos de diferentes bairros da Cidade do Rio de Janeiro não deixavam dúvidas quanto à superioridade numérica e o papel central das mulheres nas reuniões coletivas e atendimentos individuais. Eram elas que falavam em línguas estranhas, faziam as orações de cura e intercessão e traziam novas formas de expressar a fé para as paróquias católicas.

Além da observação nos momentos de celebração, recebíamos com frequência a sugestão de que precisávamos conhecer uma *“mulher que tinha sido tocada pelo Espírito Santo”*, que desfrutava *“de um poder imenso”* e que *“havia ajudado muitas pessoas”*. Eram mulheres leigas, a maioria com mais de 40 anos, casadas e/ou viúvas, que se dispunham a ouvir as pessoas e fervorosamente rezar por elas.

Numa dessas ocasiões fomos informadas da existência em Campo Grande de uma líder do movimento de renovação que tinha *“muita força”*, *“poder de oração”* e *“profecia”*. Conseguimos um contato com ela e marcamos uma entrevista. Tratava-se de uma mulher de 56 anos que fazia flores de tecido para complementar a aposentadoria do seu marido, mas que estava bastante envolvida no trabalho social com crianças e jovens em situação de rua naquele distrito. Embora Jurema fosse apontada por todos como a responsável por levar o Movimento àquele distrito do Rio e, como a figura mais carismática do casal, tratou logo de início de esquivar-se da entrevista dizendo que seu marido teria informações mais interessantes, uma vez que participava do Conselho Pastoral da Paróquia e era Ministro da Eucaristia. Uma vez transferida a responsabilidade da entrevista para o esposo, retomou sua produção artesanal numa sala contígua, escutando o depoimento masculino e intervindo quando achava necessário.

Entre frustradas e constrangidas com a situação, pois pretendíamos ouvir uma liderança carismática do sexo feminino e saber como conseguir o reconhecimento dos fiéis, fomos aos poucos percebendo o esforço

daquela mulher em reduzir a importância de seu papel e de suas potencialidades espirituais. À medida que ouvíamos seu parceiro, entretanto, aumentava nossa curiosidade sobre aquela que antes dos vinte anos já havia liderado um movimento para erguer um templo na pequena localidade em que vivia. Finalmente, com o relato do voto de pobreza estabelecido pela mulher durante uma gravidez difícil, que representava a sua segunda tentativa de ser mãe, ele provocou aquilo que as pesquisadoras não haviam conseguido: uma maior participação da companheira na entrevista. As intervenções femininas foram esparsas e pequenas, mas não deixam dúvida sobre como a fé marcou as escolhas e conquistas não só daquela mulher, mas de toda a família. As palavras tornam-se inseparáveis das pequenas flores que aos poucos surgem das mãos calejadas e revelam a criatividade, a generosidade e o cuidado de Jurema nas relações sociais que foi tecendo ao longo da vida.

Meses depois, acompanhando um retiro espiritual dos grupos carismáticos do Rio de Janeiro, realizado no Maracanãzinho, encontramos Jurema sentada no meio da multidão, dividindo com as pessoas o suco e os salgadinhos especialmente preparados por ela para aquela ocasião. Novamente a perplexidade com os espaços, atividades e/ou papéis reservados a essa mulher. Já havíamos identificado o seu marido entre aqueles que participavam da organização da cerimônia e desempenhavam funções importantes no ritual, ao lado de Dom Eugênio Sales, e defrontava naquele momento com Jurema como uma fiel qualquer em meio aos milhares de católicos que, atendendo ao convite da arquidiocese do Rio, aproveitavam o carnaval para mais um grande encontro religioso. O pandeiro na mão fora um presente que pedira ao marido para poder expressar melhor toda *“alegria que trazia no coração por estar ali louvando a Deus”*. E parece que isso era o suficiente para Jurema. Na nossa cabeça, a pergunta persistia: como explicar que as atividades rituais, tão importantes na reprodução das comunidades religiosas, fossem desenvolvidas por atores sociais que não dispunham dos poderes identificados em mulheres que se misturavam à multidão de fiéis? Ou por que as portadoras de carismas abriam mão da participação na direção dos cerimoniais?

Na sociologia weberiana e na interpretação de Pierre Bourdieu, o surgimento de lideranças carismáticas nas religiões parece associado aos atores sociais à margem ou em posições inferiores na ordem hierárquica da comunidade religiosa. Para o pensador alemão o profeta é aquele que introduz o novo e provoca mudanças numa ordem social já instituciona-



lizada e burocratizada. Já na leitura de Bourdieu a ousadia para a inovação ou para a reinvenção da tradição religiosa pressupõe uma atitude de descompromisso com o poder instituído, que só pode ser identificada nos setores subalternos da comunidade em questão. Entendendo o campo religioso como um espaço de disputas por posições de poder, o sociólogo francês vai identificar na diversidade de interesses materiais e ideais dos distintos setores que compõem o grupo religioso, a fonte de toda e qualquer transformação.

Essas teses parecem muito pertinentes se pensarmos na forte associação entre o gênero feminino, o surgimento e a expansão dos movimentos carismáticos, bem como o posterior deslocamento das mulheres das posições de destaque em favor do clero que muito relutara em aceitar a forma de expressão religiosa desenvolvida pelos revivalistas. A observação participante na Comunidade Bom Pastor de Copacabana, no início dos anos 90, corroborou tais teses, na medida em que percebemos que as mulheres, no processo de institucionalização dos movimentos religiosos, foram sendo substituídas nas funções mais proeminentes pelos homens, particularmente pelos padres.

No início do trabalho de campo, Doris, uma psicóloga extremamente religiosa, que iniciara reuniões e grupos de oração em sua própria casa e depois conseguiu levá-los para as dependências do templo da Rua Hilário Gouveia, coordenava os encontros noturnos das segundas-feiras, atraindo entre 1.500 a 1.800 fiéis na Igreja. A reunião vespertina era também realizada por um grupo de mulheres que, durante duas horas, revezava-se na leitura de trechos da Bíblia, nos cânticos e na organização dos testemunhos dos presentes. Invocavam o Espírito Santo, falavam em línguas estranhas, abençoavam os enfermos e pediam à Virgem Maria que intercedesse pelos que sofriam.

Uma vez por mês essas reuniões davam lugar à celebração da missa, mas semanalmente um padre acompanhava silenciosamente as reuniões, sentado junto às responsáveis pelo encontro. Numa posição que sugeria vigilância e tentativa de controle do movimento, tomava a palavra no final das reuniões para abençoar os presentes, mas também para coibir alguns excessos que tinha percebido ao longo das mesmas. Anotações no diário de campo indicam que, no fim da reunião vespertina do dia 24/10/92, o Padre Walter chamou a atenção dos presentes para o fato de que: *“a imposição das mãos deve ser feita com as mesmas paradas sobre a pessoa a quem se pretende abençoar e que é na Umbanda ou na Macumba que*

*os balanceios são permitidos. Jesus impunha as mãos sem mexê-las, vejam bem como as minhas mãos também ficam quietas. Hoje, ao fazer esse gesto, não estou atuando diretamente sobre vocês. Não tenho esse poder, estou apenas servindo de instrumento para transmitir a benção que é de Deus”.*

Entrevistas com as mulheres que coordenavam as reuniões confirmariam a nossa impressão: o padre em questão não era identificado como carismático e sua participação parecia uma imposição dos responsáveis pelo templo para que as reuniões pudessem ocorrer no seu interior. Verificamos também que as orações pelo aumento das vocações religiosas e pelos seminaristas em formação partiam do sacerdote numa clara estratégia de reforçar o vínculo do movimento com a arquidiocese do Rio de Janeiro.

Assim como a veneração a Maria foi retomada para reverter à importância simbólica que o Espírito Santo havia conseguido entre os carismáticos católicos, padres, bispos e o próprio arcebispo local trataram de aumentar sua participação nas celebrações e rituais desse movimento revivalista. Esse esforço de duplo deslocamento, na ordem de gênero e na ordem hierárquica, pode ser ilustrado com a freqüente presença dos jovens do Seminário São José que tomavam os primeiros acentos do templo e participavam ativamente das reuniões vespertinas da Comunidade Bom Pastor nos anos de 1994. Com suas batinas escuras, esses seminaristas certamente estavam ali para reforçar o caráter clerical do catolicismo.

### III - A DEMARCAÇÃO DOS TERRITÓRIOS MASCULINO E FEMININO NO MOVIMENTO CARISMÁTICO

Os resultados das estratégias desenvolvidas pela hierarquia católica brasileira para assimilar o movimento carismático podem ser constatados hoje no sucesso alcançado pelos Padres Zeca, Jorjão e Marcelo Rossi em todo o país. Superando em popularidade os responsáveis pela entrada e expansão do movimento revivalista no Brasil, os padres Haroldo Raham, Eduardo Dougherty e Jonas Adib, os novos religiosos competem com atrações não religiosas nos meios de comunicação e levam multidões às celebrações religiosas, numa reação inusitada do catolicismo ao pentecostalismo e do clericalismo às lideranças laicas e femininas.

Na Rede Vida de Televisão, onde o espaço do grupo carismático é significativo, a liderança masculina e sacerdotal também é inquestionável: a



maior parte da programação está a cargo dos padres e as mulheres leigas quando se apresentam desempenham papéis secundários, auxiliando os homens (Mariz, 1999:48). E aqui retomamos a questão inicial: onde estão a Tia Laura, Jurema, Doris e as muitas mulheres que multiplicaram os grupos de oração e acreditaram numa forma de experiência religiosa mais mística e emocional?

Alguns dados quantitativos ilustram nossa questão. A Renovação Carismática Católica possui uma estrutura organizacional leiga para implementação do trabalho de difusão e acompanhamento do Movimento. Esta estrutura é composta por uma coordenação nacional, coordenações estaduais e secretarias. Integrando a coordenação nacional temos sete homens e duas mulheres; e participando das coordenações estaduais encontramos 20 homens e nove mulheres. As secretarias que assessoram as coordenações estaduais e diocesanas estão divididas de acordo com “carismas” específicos. No Brasil são treze secretarias e as mulheres estão na coordenação de apenas três, com os seguintes carismas: “Obras Sociais”; “Cura e Libertação” e “Intercessão”. Os homens lideram as secretarias nomeadas de “Família”, “Juventude”, “Música”, “Universitários”, “Pregadores”, “Sacerdotes”; “Fé e Política”; “Formação” e “Seminaristas”.

Essas associações – dos homens com as atividades de caráter formativo dos grupos (doutrina, pregação) e das mulheres com as funções de caráter mais assistencial ou místico (orações, cura, libertação) – serão retomadas mais adiante quando falarmos do movimento revivalista na tradição evangélica, particularmente dos carismas desenvolvidos pelos fiéis do sexo masculino e feminino.

Por ora gostaríamos de retomar as questões que nos acompanham ao longo dessas páginas. Como explicar a atuação restrita aos pequenos círculos e aos atendimentos mais pessoais de mulheres que exerceram num passado recente a liderança dentro do grupo religioso? Que fatores nos cenáculos, retiros espirituais e nos meios de comunicação favoreceram a substituição das mulheres – leigas ou religiosas – pelos sacerdotes, bispos e mesmo arcebispos? As mulheres desprezam as posições de poder historicamente vinculadas aos homens? Elas podem ou devem ser pensadas como um segmento que homogeneamente desdenha esses postos de destaque na instituição?

Embora seja tentador enfatizar posições assimétricas ocupadas pelos homens e mulheres na ordem de gênero hegemônica na sociedade, e prin-

cipalmente na estrutura hierárquica da milenar Igreja Católica, acreditamos que a situação é mais complexa e que as diferenças raciais, de níveis de instrução e mesmo de opções sexuais, perpassam esses grupos, exigindo a incorporação de outras variáveis na análise. Como afirma Maria Izilda Matos:

*“Existem muitos gêneros, muitos ‘femininos’ e ‘masculinos’, e temos que reconhecer a diferença dentro da diferença. Desse modo, ‘mulher’ e ‘homem’ não constituem simples aglomerados; elementos como cultura, classe, etnia, geração e ocupação devem ser ponderados e inter cruzados numa tentativa de desvendamento mais frutífera, através de pesquisas específicas que evitem tendências a generalizações e premissas preestabelecidas. Sobrevêm a preocupação em desfazer noções abstratas de mulher e homem, enquanto identidades únicas, a-históricas e essencialistas, para pensar a mulher e o homem enquanto diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações” (Matos, 1997: 86).*

Essas ponderações são importantes se queremos radicalizar o combate ao sexismo e aceitar os desafios de uma análise que considere a participação das próprias mulheres na reprodução de formas de discriminação social. Isso implica não só considerar a história, mas fundamentalmente a tendência de fortalecimento do movimento feminista na segunda metade do século XX. Para além dos impactos mais efetivos nas relações familiares, no mercado de trabalho e na própria organização política, esse movimento teve e tem efeitos indiretos que devem ser considerados pelos analistas. A inclusão de temas da agenda política desse movimento nas pautas das igrejas e demais entidades civis é certamente um desses efeitos indiretos. A maior participação das mulheres na esfera pública parece ser um consenso, muito embora tal consenso não modifique a distribuição de responsabilidades no interior das hierarquias religiosas. Mas, e as mulheres que se socializaram nesse contexto de efervescência feminista, como encararam a manutenção da assimetria de poder dentro da igreja católica?

É importante notar que a diversidade do catolicismo não nos permite oferecer uma visão uniforme e definitiva da conduta das mulheres frente ao aspecto institucional que as coloca em segundo plano. O caso das mulheres das Comunidades Eclesiais de Base, por exemplo, aponta para a busca de uma maior participação das mulheres em decisões comunitárias. Tendência que se defronta no nível mais amplo da instituição com a cen-



tralização do poder de forma exclusiva nas mãos de homens celibatários, impedindo relações de gênero mais igualitárias (Ribeiro: 1997).

No caso do movimento carismático, percebe-se que a força da hierarquia e da instituição que produz um discurso de exclusão das mulheres das instâncias de poder articula-se com a pequena disposição das integrantes do movimento em contestar o lugar das mulheres na estrutura eclesial, resultando na tendência das militantes em reforçar e adequar-se ao discurso produzido pelos líderes carismáticos.

Torna-se urgente assim, uma análise que vá além do reconhecimento e mapeamento da situação das mulheres nos movimentos revivalistas, identificando os elementos que estariam atuando conjuntamente para que as carismáticas, sustentáculos dos grupos de oração, aceitem a liderança dos padres jovens e o enquadramento do clero na comunidade católica de forma mais ampla. Em outras palavras, temos que investigar de forma mais cuidadosa os fatores que ainda hoje constroem a reivindicação feminina de cargos funcionais na instituição católica.

#### IV- O PÚLPITO E AS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER MASCULINOS

No campo evangélico, onde homens e mulheres são igualmente chamados a desenvolver diferentes tarefas, identificamos igrejas cujo acesso ao exercício do poder não é vetado às mulheres, persiste a relação entre o sexo do fiel, as atividades religiosas e o desenvolvimento dos dons carismáticos. Uma pesquisa realizada com fiéis do Rio de Janeiro, recentemente (ISER, 1998), constatou uma preferência masculina pelos cultos dominicais, reuniões de associações e a realização do trabalho evangelístico. Ou seja, os homens encarregam-se "*preferencialmente das atividades ligadas com a rotina institucional*" e com a intermediação das congregações com o mundo exterior. Já as mulheres se destacam pela assiduidade nas atividades ligadas ao exercício do místico, seja para falar com Deus – reunião de oração –, seja para a expulsão do Inimigo – culto de libertação (Mafra, 1998:239).

No que se refere aos carismas, verificou-se que a proporção de homens que se declara portador de algum dom do Espírito Santo é exatamente a metade daquela verificada entre os entrevistados do sexo feminino. Além dessa maior afinidade com o feminino, identificou-se também uma dife-

renciação quanto à natureza dos dons recebidos por homens e mulheres. Enquanto entre os homens percebeu-se a tendência à expressão preferencial dos carismas de exercício de plena consciência, como os dons de pregação e louvor; entre as mulheres constatou-se a tendência preferencial aos carismas mais místicos, como a fala em línguas estranhas e a profecia.

Mesmo no caso do exorcismo, é a mulher que fala com mais frequência dessa prática, seja para se colocar como agente religioso capaz de realizá-la (obreiras/pastoras), seja como beneficiária da expulsão de um mal que se abatia sobre sua família ou sobre sua pessoa diretamente. E aqui temos um fato curioso, as fiéis podem servir de canal de transmissão do bem ou da salvação através da oração e da intercessão pelos familiares, mas podem também servir como o "corpo" onde entidades malignas que estão nos familiares podem se manifestar nas Igrejas. A intermediação das mulheres com o sagrado adquire então uma dupla dimensão: através da palavra que pede clemência ou evangeliza e do corpo que é possuído e pode ser objeto do exorcismo. Um exemplo concreto é o da mulher traída que, não conseguindo levar seu marido ao templo, recebe durante o culto o espírito da pomba-gira que atua sobre o companheiro e que pode assim ser submetida ao exorcismo pelos agentes religiosos.

E como fica a questão do sacerdócio feminino nessas igrejas?<sup>3</sup> Reconhecendo a pluralidade do mundo evangélico e a inviabilidade de uma análise do conjunto das comunidades carismáticas e pentecostais nesse artigo, optamos por examinar apenas algumas denominações que consagram pastoras, registrando que se trata de uma estratégia para verificar os pontos de estrangulamento do processo de abertura das estruturas eclesiais às mulheres. As sete agremiações escolhidas são as seguintes: Igreja do Evangelho Quadrangular; Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo; Igreja Renascer Em Cristo; Igreja Universal do Reino de Deus; Igreja Evangélica Pentecostal Missionária; Comunidade Sara Nossa Terra e Igreja da Graça. A primeira foi criada nos Estados Unidos por uma mulher e começou a implementar o sacerdócio feminino em território brasileiro na segunda metade dos anos 50. Na última década do século XX, a proporção de mulheres no pastorado dessa denominação era de 48% e só perdia para a

<sup>3</sup> Se contemplarmos as igrejas protestantes históricas, duas se destacam: a Luterana, que apresenta um índice de 13% de pastores do sexo feminino e a Metodista, que entre 1982 e 1997 ordenou 80 mulheres.



Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo, onde o índice dos pastores pertencentes ao sexo feminino encontrava-se na casa dos 50% (Barros: 1996).

Mas começemos pela Igreja Universal do Reino de Deus que, embora apresente uma grande porcentagem de mulheres em suas fileiras, é a última em número de pastoras no *ranking* das agremiações listadas anteriormente. A posição ambivalente do segmento feminino nessa comunidade religiosa serve para ilustrar a resistência da liderança masculina em reconhecer o potencial espiritual das mulheres e com elas dividir o poder eclesiástico.

Com uma base social majoritariamente feminina – as mulheres representam 75% da membresia – e um grande número de obreiras, responsáveis, segundo os próprios dirigentes, pelo rápido e vertiginoso crescimento nas últimas duas décadas, essa denominação tinha, em 1997, apenas três pastoras em todo o Brasil. Questionado sobre essa reduzida participação das mulheres no ministério sacerdotal, o pastor e teólogo Jota Cabral identificou na comunidade de fiéis e na sociedade mais ampla os valores responsáveis pela assimetria de poder em sua igreja. Segundo suas palavras: “*é a própria cultura brasileira que ainda não está pronta para aceitar as pastoras. O brasileiro, como a maioria dos homens latinos, não gosta de ser comandado por uma mulher*”.

A fragilidade de argumentos dessa natureza torna-se visível quando lembramos que desde 1996 a IURD vem apoiando candidaturas femininas às Câmaras Municipais e Estaduais em diferentes Estados do Brasil, ocasião em que conseguiu eleger a vereadora mais votada de Belo Horizonte, Maria Helena Soares, e as deputadas estaduais Edna Macedo, em São Paulo, e Magaly Machado no Rio de Janeiro.<sup>4</sup> Uma hipótese que poderíamos levantar é a de que, eleitas para a esfera política, essas evangélicas trabalhariam para o fortalecimento de sua comunidade e não estariam em competição direta com a liderança masculina no interior da esfera religiosa.

Das pastoras indicadas pelo teólogo Jota Cabral, só conseguimos entrevistar a mineira Fátima de Souza Fonseca, de 35 anos, que no ano de 1998 respondia pela Vice-Presidência da Associação Beneficente Cristã (ABC) de Minas Gerais. Solteira, ex-professora de aeróbica, e sem formação teológica, Fátima declarou-nos que teve um “*passado conturbado*” e só

<sup>4</sup> No pleito de 2000, a IURD elegeu cinco representantes para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, entre eles uma mulher: a candidata Lílian Sá.

se afiliou há onze anos, quando “*livrou-se das drogas e abandonou a prostituição*”. Hoje considera-se portadora do dom da cura e orgulha-se da capacidade de expulsar os demônios dos fiéis. Afirmou também que “*não sentiu dificuldade em ser reconhecida como pastora, porque o povo aceita quem cura e não importa se é uma mulher ou um homem quem lhe faz esse bem*”. Cabe destacar que, mesmo acreditando que “*a mulher tem mais sensibilidade e ouve melhor a voz de Deus*”, essa pastora acaba por reproduzir o argumento conservador de que o “*ministério pastoral é desgastante e difícil demais para as mulheres*”.<sup>5</sup> Essa declaração nos sugere um alinhamento da pastora com a forma tradicional e masculina de exercer a liderança religiosa.<sup>6</sup> Voltaremos a essa questão mais tarde, por ora gostaríamos de discutir os critérios e os mecanismos mais comuns de ascensão religiosa nas agremiações evangélicas.

A reportagem “*Lugar de mulher é no púlpito*”, assinada por Marcelo Dutra e Marcos Almeida e veiculada na Revista Vinde (1997/ nº23; pp: 32-39), ajuda-nos a traçar o perfil das mulheres que chegaram à liderança religiosa. A maioria é casada com homens com o mesmo cargo e/ou posição hierárquica superior na igreja e fez seminário teológico. Sônia Hernandez é sem dúvida alguma a mulher que, nessas condições, alcançou o lugar de maior destaque na estrutura eclesiástica das denominações aqui trabalhadas. “*Filha, neta e bisneta de pastores*”, Sônia tem hoje 44 anos, é casada com o Apóstolo Estavan Hernandez e se auto-intitula “*Bispa*” da Igreja Renascer em Cristo. Na opinião dessa episcopisa, o “*ministério do casal*” é mais do que saudável, é mesmo uma prioridade da sua Igreja. Ou seja, tornam-se pastoras, preferencialmente, as esposas de pastores.<sup>7</sup>

Essa estratégia parece ser adotada em outras denominações, como mostram as palavras da pastora Nilda Fontes, 69 anos, esposa do também Pr. Jeremias de Fortes e atual vice-presidente da Comunidade S8, instituição evangélica de recuperação de dependentes químicos: “*Pastora ou missioná-*

<sup>5</sup> No caso da atuação da IURD na mídia, as mulheres atuam como telefonistas nos programas interativos e/ou como apresentadoras junto de seus maridos. Elas aconselham, testemunham sobre a vida no lar e o papel da mulher, reforçando a posição do pastor na hierarquia, o que acaba por apontar uma contradição na justificativa do pastor Jota Cabral acima citada.

<sup>6</sup> Na reportagem “*Nossos líderes clamam pelo Brasil em Crise*”, da Revista Família Evangélica, aparecem fotos e opiniões de nove dirigentes de importantes denominações e a única mulher que aparece é Sonia Hernandez, embora a sua liderança seja atenuada pela opção dos redatores em referir-se ao “*Casal Hernandez*” e não à episcopisa separadamente.



ria, seja qual for o cargo, a mulher precisa da cobertura espiritual do esposo, pois sozinha ela não tem capacidade total de transmitir a verdade de Deus” (Dutra & Almeida: 1997. Grifo nosso). Como se vê, ainda que inovando nos rituais com a adoção da “*pregação de sermões em parcerias*”, a nova forma de conceber o ministério, a partir dos laços conjugais, reforça a dependência feminina em relação aos homens.

Nessa mesma direção, Ana Maria de Brito, 43 anos, pastora da Comunidade Sara Nossa Terra, afirma que “*o casal à frente do ministério passa uma idéia de unidade, e para a igreja é emocionalmente melhor*”. E relata uma ocorrência curiosa em que o papel de esposa se mostra conflitante com a autoridade da pastora. Casada com um bispo, durante um culto ela antecipou-se ao marido no sermão, gerando um desconforto: “*Ele ficou constrangido, diz ela, quando eu me apressei e tomei a frente da oração, mas ao chegar em casa, conversamos e tudo se resolveu...*” Na opinião de seu marido: “*a ordenação das mulheres de pastores resolve um problema sério entre o casal: a frustração das esposas. Ao ordenar mulheres, estamos evitando problemas conjugais futuros, pois geralmente as esposas apóiam o ministério, mas não são reconhecidas pela igreja*” (citado por Dutra & Almeida: 1997).

O fato de várias pastoras terem sido consagradas depois do casamento e pelos próprios esposos sinaliza a preponderância do vínculo matrimonial entre os critérios para a ordenação feminina. Analisando a própria Comunidade Sara Nossa Terra, Marcelo Dutra e Marco Almeida (1997) explicitam bem esse tipo de preocupação: “*para quem vê de fora, essa simpatia pelo sacerdócio feminino, pode reacender a nepotismo [... afinal] cerca de 80% das mulheres dos 380 pastores foram ordenadas pelos maridos*”.

Já entre as solteiras, a mais famosa é, sem dúvida alguma, a Pastora Valnice Milhomens (50 anos) que estudou em um seminário Batista e atuou como missionária na África, ocasião em que começou a desenvolver os dons do Espírito Santo, principalmente a glossolalia, a profecia e dom de cura. Considerando-se dissonante tanto dos tradicionais, quanto da ala carismática dos Batistas, criou em 1987 o Ministério Palavra de Fé para produzir e vender fitas cassetes com mensagens religiosas e quinze anos atrás foi consagrada pastora. Em seguida, fundou a sua própria igreja no Estado de São Paulo: a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo que, em 1996, contava com 21 templos e 30 pastores, metade dos quais mulheres.

Uma vez que a Pra. Valnice é radicalmente contra o feminismo, seria interessante investigar de forma mais cuidadosa o processo de seleção e

consagração das mulheres em sua igreja, pois uma hipótese plausível é a de que se reproduza ali a estratégia de ordenação das esposas de pastores identificada nas comunidades confessionais anteriormente citadas. Entretanto, se os laços conjugais podem nos ajudar a entender a forma como algumas mulheres chegam e exercem o pastorado, não podemos ignorar a reprodução do modelo masculino de autoridade por parte de pastoras solteiras que construíram sua liderança de forma mais autônoma. E a figura mais emblemática nesse caso é, certamente, a da própria dirigente da Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo.

Sinteticamente, o que estamos sugerindo é a necessidade de estudos sobre o exercício do poder religioso por parte das mulheres que assumem responsabilidades na hierarquia religiosa, uma vez que já temos indicações de que a inclusão de atores femininos na liderança religiosa não implica na revisão das relações assimétricas entre os gêneros no interior da comunidade religiosa. Afinal,

*“[...] é nossa necessidade discrepante, tanto individual quanto coletiva, que empurra aquelas de nós que somos mulheres para nos vermos mais ou menos à semelhança de outras mulheres e à diferença dos homens. Num nível coletivo, a necessidade de algumas de verem umas muito parecidas com as outras e diferentes dos homens tornou muitas coisas possíveis num certo momento da história. E o mais importante, tornou possíveis a revelação do sexismo, em toda a sua profundidade e em sua disseminação, e a construção de comunidades de mulheres organizadas em torno da erradicação do sexismo. Essa atitude também continha alguns grandes pontos fracos, mas o mais notável é a tendência a erradicar as diferenças entre as mulheres. A questão que o feminismo enfrenta hoje é se podemos ou não gerar novas noções de gênero que retenham o que foi positivo num feminismo de diferença e eliminem o que foi negativo” (Nicholson, 2000: 33).*

O debate sobre as diferenças no interior do universo feminino é ainda muito restrito tanto entre as mulheres católicas e evangélicas que atuam nas estruturas eclesiais quanto entre os pesquisadores que seguem a perspectiva de gênero e se preocupam com a distribuição de poder nas comunidades confessionais. De qualquer modo, a consciência das diferenças é fundamental para o discernimento das distintas formas de opressão envolvendo mulheres e homens no interior das instituições religiosas.



## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos mostrar nesse artigo que a resistência à ampliação da participação feminina na liderança religiosa apresenta-se em graus diferenciados nos movimentos revivalistas carismáticos e evangélicos e que a responsabilidade pela assimetria de poder não deve ser atribuída unicamente aos homens. Vimos também que se alguns movimentos da tradição evangélica avançaram, permitindo a consagração de pastoras, isso não é suficiente para inaugurar uma forma original de liderança religiosa. No caso das líderes que aparecem com frequência na mídia evangélica ou são citadas pelos dirigentes do sexo masculino, o que verificamos são mulheres que, na condição de esposas de pastores, são ordenadas pelos próprios parceiros e, em bem menor proporção, mulheres solteiras que reproduzem o padrão masculino de dominação religiosa.

De qualquer modo, necessitamos de pesquisas comparativas que permitam um perfil mais apurado dessas mulheres que assumem o sacerdócio, bem como de estudos sobre o exercício do poder feminino nos grupos religiosos. O lançamento de candidaturas femininas evangélicas nas disputas políticas também merece atenção dos estudiosos(as) e pode nos ajudar a compreender os impactos dos movimentos sociais, particularmente do feminismo sobre as estruturas hierárquicas eclesásticas.

## BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Jorge Antônio. "Entrevista com Valnice Milhomens". In *Revista Vinde*, ano 1, nº 7: 6-10, 1996.
- CANCLINI, Nestor. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- GEBARA, Ivone. *Rompendo o Silêncio*. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
- MACHADO, M.D.C. *Carismáticos e Pentecostais: Os Efeitos da Adesão Religiosa na Esfera Familiar*. São Paulo, ANPOCS/Editora Autores Associados, 1996.
- \_\_\_\_\_. "SOS Mulher - A Identidade Feminina na Mídia Pentecostal". In *Revista Ciências Sociais e Religião*. Associação dos Cientistas Sociais da Religião no Mercosul/ Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nº 1. pp. 167-188, 1999.
- MACHADO, M.D.C. & FERNANDES, Sílvia. "Mídia Pentecostal: Saúde feminina e planejamento familiar em perspectiva". In *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, Sete (2): 41-55, 1998.
- MAFRA, Clara. "Gênero e Estilo Eclesial entre os Evangélicos". In *Fernandes, Rubem ect alli. Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política*. Rio de Janeiro, Mauad. 224-250, 1998.
- Mariz, C. "A Rede Vida: o catolicismo na TV". In *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, sete (2): 41-55, 1998.
- MARIZ, C.L. & MACHADO, M.D.C. "Mulheres e práticas religiosas - um estudo comparativo das CEBs, Comunidades Carismáticas e Pentecostais". In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.34, ANPOCS, 1997.
- \_\_\_\_\_. "Pentecostalismo e a Redefinição do Feminino". In *Revista Religião e Sociedade* 17/1-2 Pentecostes e Nova Era: Fronteiras, passagens, ISEB, Rio de Janeiro, pp. 140-159, 1996.
- MATOS, Maria Izilda S. "Gênero e História: percursos e possibilidades". In Schpun, Monica Raisa. *Gênero sem fronteiras. Florianópolis*, Editora das Mulheres, 1997.
- NICHOLSON, Linda. "Interpretando Gênero". In *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis CFCH/CCE/UFSC, Vol. oito, nº dois, pp. 9- 41, 2000.
- PRANDI, Reginaldo. *Um Sopro do Espírito*, São Paulo, Edusp, 1997.
- ROSADO Nunes, M.J.F. "Gênero, saber, poder e religião". In Márcio Fabri dos Anjos (org.) *Teologia e novos paradigmas*, São Paulo, Loyola/SOTER, 1996.
- RIBEIRO, L. "O IX Encontro Intereclesial no olhar da mulher". In *Revista Eclesiástica Brasileira*. Vol. 57, fasc. 228. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. "Vislumbrando Contradições: Reprodução e Comunidade Eclesial de Base". In Parker, R. (org.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Anticoncepção e Comunidades Eclesiais de Base". In Amado, T. e Costa, A (orgs.) *Alternativas escassas*. São Paulo: Editora 34, 1994.



# AS CLASSES POPULARES E AS FORMAS ALTERNATIVAS DE LIDAR COM A SAÚDE

Victor Vincent Valla\*

## 1. INTRODUÇÃO

Num país de população empobrecida, como o Brasil, surgem, com certa facilidade, idéias como a de que se preocupar com agrotóxicos na alimentação é um luxo dos países industrializados, nos quais a fome crônica é pouco visível (Falcão, 1999, p. 3). Da mesma forma, como questionar o desmatamento da Amazônia se, mesmo ilegalmente, derrubar as árvores é uma forma de muitos driblarem o desemprego? Como preservar o meio ambiente nas grandes cidades, se o valor mais barato do solo urbano ocorre justamente nas áreas de preservação ecológica? São nestes locais que os pobres buscam a sua morada, porque os grandes espaços vazios continuam nas mãos de particulares ou governos.

A pergunta que se faz neste trabalho segue a mesma lógica: porque discutir formas alternativas de lidar com a saúde quando uma grande parcela das classes populares não tem ainda um atendimento satisfatório nos locais de saúde pública?

Esse tipo de raciocínio acaba lançando mão da miséria dos pobres para justificar a falta de fiscalização por parte dos governantes, e dessa forma naturalizar a injustiça e a falta de democracia no Brasil.

Este trabalho representa uma continuação da discussão de educação popular e a compreensão dos caminhos das classes populares. O que está

em discussão é a satisfação das necessidades básicas das classes populares em face de um modelo de Estado crescentemente incapaz de cumprir essa obrigação. No trabalho que se apresenta, há a preocupação de discutir com os mediadores de educação popular e com os professores das escolas públicas os limites do sistema de saúde pública hegemônico pelo paradigma biomédico. Nesse sentido, estão em discussão as formas alternativas de lidar com a saúde e as condições de vida das classes populares. Quais são os caminhos que as classes populares percorrem em face dos limites estreitos impostos pelo sistema de saúde pública, e qual o papel dos mediadores de educação popular e professores das escolas públicas em compreender as contradições deste processo?

Os graves problemas de desemprego e crescente pobreza indicam os limites do sistema de saúde atual. Há um questionamento que se difunde entre os profissionais de saúde: se a maneira como o atendimento de saúde que se estrutura no Brasil será capaz de lidar com o que alguns chamam de “sofrimento difuso apresentado pelas classes populares”. Alguns profissionais estimam em quase 60% as consultas que tratam de problemas psicossomáticos, nas quais o tempo necessário de lidar com cada paciente não coaduna com a relação eficiência-eficácia (Valla e Siqueira, 1996, p. 89).

O que está em discussão é a real capacidade de o Estado brasileiro, como se estrutura hoje, satisfazer as demandas que as classes populares vêm apresentando. “Fazer o melhor possível” em cada unidade de saúde do país é certamente importante, mas necessariamente não leva em conta uma grande parcela da população que não se apresenta mais às unidades de saúde. Também não leva em conta se todas as queixas apresentadas são solucionadas de uma forma satisfatória (Vasconcelos, 1998, p. 47).

À luz deste pano de fundo, propõe-se discutir algumas das idéias que apontam para formas alternativas de lidar com a saúde, procurando demonstrar como elas são restritas em grande parte ao âmbito das classes alta e média.

Quando se fala de formas alternativas de lidar com a saúde, refere-se tanto às terapias que buscam resolver as queixas de saúde por procedimentos que não são biomédicos, quanto às diversas atividades de solidariedade e apoio social que possam resultar, intencionalmente ou não, em melhorias na saúde. Neste texto, o termo “formas alternativas de lidar com a saúde” será substituído pelo termo “saúde alternativa”.



## 2. UMA DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA SOBRE A SAÚDE ALTERNATIVA

À medida que houver condições mínimas de higiene e alimentação para uma parte considerável de qualquer população, a tendência é que menos crianças morram antes de completar um ano, e que mais adultos ultrapassem a idade de 65 anos. E, justamente porque as condições de higiene e alimentação são mínimas, os problemas conseqüentes de saúde oneram ainda mais os recursos disponíveis para a área de saúde pública. No caso do Brasil, tal quadro é agravado pelos baixos salários e precárias condições de trabalho oferecidos aos profissionais de saúde, levando-os dessa forma a desenvolver um trabalho insuficiente ou até deixar o serviço público. As longas filas que se formam, tanto nos centros de saúde, nas madrugadas, quanto a toda hora, nos hospitais públicos, criam uma situação em que a “escolha de Sofía” é um fenômeno freqüente.

Entretanto a profunda crise daí decorrente deve estimular reflexões e proposições capazes de redimensionar as relações entre o Estado e a sociedade, particularmente para favorecer a ampla maioria dos que se encontram excluídos dos benefícios da riqueza e do bem-estar. Stotz quer com isso chamar a atenção para a necessidade de superar a mera defesa do papel do Estado em prover diretamente ou em regular a oferta privada (contratada ou autônoma) de serviços. Para que tais serviços contemplem de fato as necessidades sociais das populações, precisam levar em conta, obrigatoriamente, o que as pessoas pensam sobre seus próprios problemas e que soluções espontaneamente buscam (Valla e Stotz, 1996, p. 7).

Um problema que atinge milhões de brasileiros, por exemplo, são as múltiplas expressões de saúde mental: cobrem uma gama de sintomas que vão desde o que a classe média se refere como “ansiedade” ao que as classes populares chamam de “nervos” (Low, 1988). Dados recentes da Argentina indica que mais de 50% dos medicamentos consumidos pela população são psicofármacos (Bermann, 1995, p. 115), e estimativas de profissionais brasileiros colocam os índices bem mais altos no Brasil. É de se perguntar se, mesmo que o sistema de saúde no Brasil estivesse funcionando satisfatoriamente, seria possível atender a todos esses casos adequadamente?

Se, por um lado, o acesso ao atendimento é o problema principal, por outro, a questão da resolubilidade é secundarizada. A contradição posta pela crise do Estado provedor é justamente a de que enquanto alguns paí-

ses não contam com recursos suficientes para garantir serviços de qualidade para suas populações (muitos países africanos, por exemplo), outros, como o Estado brasileiro, embora contando com recursos, não se dispõem a gastá-los na direção da eficácia (Fernandes, 1994, p. 24).

A discussão sobre a saúde alternativa surge nesse contexto. Será que se trata exclusivamente de uma crise de recursos, ou é também uma discussão dos limites do modelo biomédico? Havendo mais tempo e mais recursos, haveria condições de lidar melhor com os problemas psicossomáticos, ou é também um problema de perspectiva?

Quando se fala de um “problema de perspectiva”, está-se referindo às crescentes críticas à eficácia do modelo biomédico. Trata-se de um conjunto de preocupações incluindo questões como muito do que tem a ver com a saúde hoje não se relaciona estritamente com a medicina. Ou que os sucessos da medicina com as doenças infecciosas não tem sua equivalência quando se trata de doenças crônicas. Uma terceira trata da dificuldade da medicina em reconhecer o papel dos homens criarem condições sociais que são em si mesmo agentes de doença. As melhores estimativas são que o sistema médico hegemônico corresponde a 10% dos índices para medir um estado de saúde de uma pessoa. Os outros 90% referem-se a fatores sobre os quais os médicos não têm controle: fumar, exercício, ansiedade, condições sociais e meio ambiente (Waldovsky, A. 1977, p. 1; Foss e Rothenberg, 1987, p. 81).

Muitas das críticas ao modelo biomédico são derivadas da proposta de que não há separação entre o corpo e a mente do homem. A biomedicina tem sua origem na física newtoniana e no dualismo cartesiano e assume que a compreensão do corpo vem do conhecimento apenas das suas partes e de como elas se relacionam entre si (Foss e Rothenberg, 1987, p. 21). As dificuldades das propostas das medicinas holista e psicossomática em superar o dualismo do corpo-mente na biomedicina estão relacionadas com o enraizamento dessa proposta na experiência ocidental (Kirmayer, 1988, p. 58).

A questão que se coloca então não é a da saúde alternativa ser um “quebra-galho” para a crise que se apresenta no sistema de saúde brasileiro, mas se a própria crise não aponta para outras alternativas de lidar com muitos dos problemas de saúde da população.

Muitas das propostas de saúde alternativa se baseiam na categoria do “apoio social”. Definem-se como sendo qualquer informação, falada ou



não, ou auxílio material oferecidos por grupos ou pessoas que já se conhecem, que resultam em efeitos emocionais ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, isto é, tanto gera efeitos positivos para o recipiente como também para quem oferece o apoio, permitindo dessa forma que ambos tenham uma sensação de coerência de vida e mais sentido de controle sobre a mesma; desse processo se apreende como pessoas necessitam umas das outras (Minkler, 1985, p. 305; Cassell, 1976, p. 641; Cassell, 1976a, p. 122; Valla, 1998, p. 160). Uma proposta, que embora não fosse uma questão essencial quando o debate foi lançado originalmente nos Estados Unidos, aproxima-se muito da discussão que se trava hoje no Brasil sobre a solidariedade.

Essencialmente, o debate em torno da questão do apoio social baseia-se em investigações que apontam para o seu papel na manutenção da saúde, na prevenção contra a doença e como forma de facilitar a convalescença. Uma das premissas principais da teoria é que o apoio social exerce efeitos diretos sobre o sistema de imunidade do corpo, isto é, agindo como um efeito tampão, no sentido de aumentar a capacidade de as pessoas lidarem com o estresse (Bermann, 1995, p. 102).

Em momentos de muito estresse o apoio social contribui para manter a saúde das pessoas, pois desempenha uma função mediadora. Assim, permite que as pessoas contornem a possibilidade de adoecer como resultado de determinados eventos da vida, como, por exemplo, a morte de alguém da família, a perda da capacidade de trabalhar, ou um despejo da casa onde se reside por muitos anos.

Cassell levanta a hipótese de que lugares de alta densidade populacional não aumentam necessariamente a suscetibilidade à doença por causa da densidade em si. Uma sensação de não poder controlar sua própria vida juntamente com a sensação de isolamento podem ser relacionadas com o processo de saúde-doença. A proposta do apoio social sugere que as conseqüências dessas sensações não atingem necessariamente todas as pessoas afetadas da mesma forma. Estudos têm demonstrados que os apoios disponíveis de determinadas organizações sociais podem influir beneficemente no sentido de proporcionar fatores de proteção contra o aparecimento de doenças, oferecendo melhoras de saúde física, mental e emocional (Cassell, 1974, p. 1041). Trata-se da noção de *empowerment*, isto é, um processo pelo qual indivíduos, grupos sociais e organizações passam a ganhar mais controle sobre seus próprios destinos (Minkler, 1985, p. 304-305).

Neste sentido, um envolvimento comunitário, por exemplo, pode ser um fator psicossocial significativo para melhorar a confiança pessoal, a satisfação com a vida e a capacidade de enfrentar problemas. A participação social pode reforçar o sistema de defesa do corpo e diminuir a suscetibilidade à doença.

Como se pode perceber pela proposta de apoio social, está em discussão uma forma de lidar com a relação saúde-doença que pressupõe uma unidade de corpo e mente. Uma parte importante da teoria do apoio social é a de que as doenças têm sua origem no desequilíbrio emocional. Neste sentido, a médica Hu Pao Yu, do Rio de Janeiro, trabalha com a perspectiva de que cada órgão do corpo humano está intimamente relacionado com uma determinada emoção. Por exemplo, pulmão com tristeza, fígado com irritações e rins com medo. Neste sentido, afirma que as doenças surgem porque inicialmente as emoções interferem de uma forma prejudicial nos órgãos (Ivanishevich, 1995, p. 30; Minkler, 1985, p. 305).

### 3. UMA LEITURA SOBRE A SAÚDE ALTERNATIVA A PARTIR DA GRANDE IMPRENSA

Salvo engano, há pouco material escrito ou de caráter audiovisual disponível para as classes populares sobre a saúde alternativa. O que se encontra disponível são matérias relativamente freqüentes nos jornais da grande imprensa. Quando se analisa o conteúdo sobre saúde alternativa nesses jornais, geralmente está se tratando de uma discussão dirigida aos leitores das classes média e alta. As classes populares não são leitores sistemáticos de jornais da grande imprensa, e, em particular, dos jornais como a *Folha de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*, onde aparecem a maioria dos artigos sobre a saúde alternativa. O que se apresenta nesta parte do trabalho são as idéias que predominam nessas matérias.

Tanto os médicos e atletas quanto os executivos começam a aderir à idéia de que técnicas orientais de relaxamento produzem efeitos benéficos para a saúde. Comprovações científicas têm demonstrado a contribuição dessas técnicas no combate às doenças relacionadas com problemas cardiovasculares, estresse, insônia e ansiedade. As técnicas de introspecção e



meditação freqüentemente resultam num relaxamento de seis a oito vezes maior que durante o sono, fazendo com que o consumo de oxigênio diminua em até 60%. O resultado é um aumento da energia física e um declínio na produção de cortisol, considerado o hormônio do estresse, que, quando produzido em excesso, deprime o sistema imunológico e suas células de defesa (Parcias, 1998, p.1).

Durante a meditação, as células trabalham de forma mais eficiente e saudável, eliminando as impurezas do organismo e criando resistência aos estímulos do meio ambiente, aliviando dessa forma o estresse e baixando os níveis de colesterol e a pressão arterial. Da mesma forma, a meditação ajuda em diminuir a perda da lactato da musculatura, pois a perda desta substância resulta em aumento da ansiedade (Parcias, 1998, p.2).

Um estudo realizado nos Estados Unidos revelou que a técnica de meditação teve o efeito de diminuir os níveis de pressão arterial. Trabalhando com a idéia de que a hipertensão é causada em parte por estresse crônico, os pesquisadores norte-americanos entenderam que a diminuição da tensão emocional pode refletir numa redução dos níveis de pressão sanguínea. A pesquisa trabalhou com 111 pacientes, divididos em três grupos: o primeiro, realizando duas sessões diárias de 20 minutos de meditação transcendental; o segundo, com o mesmo tempo diário de relaxamento muscular progressivo; e o terceiro, com uma dieta alimentar recomendada para reduzir os níveis de pressão sanguínea.

Enquanto o terceiro grupo não indicou nenhuma melhora, os dois primeiros tiveram quedas substanciais nas pressões sistólica e diastólica, com índices de 10,9 e 5,6 pontos, respectivamente. Os pesquisadores afirmam que a prática de relaxamento e meditação reduz o metabolismo do corpo humano, diminuindo dessa forma o consumo de energia, eliminando o estresse e reduzindo o risco de problemas renais e derrames. Na realidade, a pressão alta, de acordo com os pesquisadores, estaria ligada a uma superexcitação do organismo. Assim, quando se vê algo que assusta ou causa espanto, uma grande quantidade de adrenalina é lançada no sangue. Nesse sentido, a meditação colaboraria para reduzir esse estado de desequilíbrio do organismo (Weiss, 1995, p. 28).

McEwen (1998), de forma semelhante a outros pesquisadores entende que o estresse se relaciona com reações do organismo humano às agressões de ordem física e psíquica, prejudicando dessa forma sua estabilidade. Tanto pode ser provocado por causas como um ritmo de trabalho exces-

sivo e/ou frustrante, como também por um acúmulo sistemático de pequenas irritações da vida cotidiana.

O estresse aciona hormônios, isto é, substâncias químicas que vão para a corrente sanguínea para defender o organismo humano. A repetição excessiva da produção desses hormônios representa problemas para a saúde da pessoa. A “carga alostática” é o nome que McEwen dá para o conjunto de indicadores do estresse. Essa carga nada mais é que o preço pago pelo organismo para se adaptar ao estresse. Quanto mais alta a carga, maior a possibilidade de sofrer de doenças cardiovasculares como também maior o declínio mental e físico. McEwen sugere o exercício e a dieta moderada como as melhores formas de terminar os círculos viciosos de alimentação, bebida alcoólica e fumo que o estresse induz (McEwen, B., 1998, p. 175; Bonalume Neto, R., 1998, p. 15).

Aumentam o número de cardiologistas que dão muita importância para o apoio social. Dr. Dean Ornish afirma que a intimidade, apoio emocional e relações sociais são tão importantes quanto exercícios e dietas prudentes. Daniel Goleman, por sua vez, percebeu nas suas investigações que idosos vítimas de ataque do coração conseguem sobreviver mais tempo à medida que contam com o apoio emocional de duas ou mais pessoas. E que a depressão aumenta em cinco vezes as possibilidades de morte depois de um ataque cardíaco (Ventura, M., 1998, p. 1).

Uma pesquisa realizada em Tel Aviv demonstrou que o número de enfartes aumentava três vezes quando o governo do Iraque dava indicações de um ataque aéreo iminente.

O psicanalista e psiquiatra Carlos Garrido Pereira chama a atenção para as provas que pessoas competitivas, ansiosas e centralizadoras são mais suscetíveis às doenças do coração; e recomenda que uma das saídas seja a de ser menos competitiva e de agir de uma maneira desarmada, franca e aberta nas relações quotidianas (Ventura, 1998, p. 2).

Segundo Henrique Figueiredo, Chefe do Serviço de Saúde Mental do Hospital de Laranjeiras no Rio de Janeiro, a baixa auto-estima freqüentemente faz com que as pessoas sejam ansiosas, influenciando dessa forma nos seus hábitos alimentares e fazendo com que prestem pouca atenção em seu estado de saúde. A depressão abaixa as defesas imunológicas, dessa forma facilitando o aparecimento de doenças. Figueiredo acrescenta outros dados sobre o estresse: causa a liberação de adrenalina e cortisol, assim fazendo com que o coração bata mais rápido, tencionando as artérias e contribuindo para que o sangue fique mais espesso. O consumo de



oxigênio cresce, causando a elevação da pressão arterial (Ventura, 1998, p. 3). Em contraposição, o prazer está relacionado com o relaxamento, pois faz com que o corpo libere endorfina, um revigorante natural que cria uma sensação de bem-estar no corpo.

Garrido Pereira recomenda que se pratique o ato de desabafar. Teme que o que se fala é visto como sendo mais importante do que o próprio ato de falar. Com isso, quando não se fala ou reclama, é como se o corpo acumulasse um veneno que um dia sairá de outra forma: diarreia, impotência ou enfarte.

A cardiologista Lígia Barros chama atenção para o perigo de “engolir sapos”, fazendo com que o ato de sofrer sem desabafar resulte num acúmulo de tensões que mais tarde poderia gerar problemas de saúde (Ventura, 1998, p. 2-3).

Ornish comenta no seu livro *Love and Survival* que numa pesquisa realizada nos Estados Unidos, voluntários receberam por injeção o vírus da gripe. Todos, no entanto, não ficaram doentes. Aqueles que se encontravam com pelo menos seis ou mais pessoas durante a semana foram atingidos quatro vezes menos do que os voluntários que se encontravam com apenas dois amigos. Um resultado que lembra as afirmações do Cassell (Sekles, 1998, p. 2).

A quebra das redes sociais na sociedade está fazendo com que haja mais isolamento e depressão. Assim, o sentido de comunidade tem que ser descoberto de outras formas. Professor Sylvio Coutinho, da Universidade Aberta à Terceira Idade/Universidade de São Paulo, promove um curso de pintura que tem indicado melhoras de saúde para os participantes. Estimulando a atividade motora e a autonomia de atividade física, os alunos têm afirmado que se sentem parte de um grupo e que são capazes de fazer amizades. Houve uma melhora nas percepções de autoconceito e auto-estima (Sekles, 1998, p. 2).

#### 4. AS CLASSES POPULARES, SUAS CONDIÇÕES DE VIDA E A SAÚDE ALTERNATIVA

Bermann (1995, p. 115) chama a atenção para o efeito ideológico do termo “estresse”. Normalmente a discussão desse termo se desenvolve em torno do resultado, e não em torno do processo em si que é mais impor-

tante. Tratar apenas as sintomas transmite a ilusão de que o problema está no mal-estar que a pessoa sente quando procura assistência, não sendo visto dessa forma como parte de um processo mais longo, que acaba produzindo o mal-estar (Stotz, 1996, p. 44-45). Neste sentido esconde o desgaste do trabalho excessivo que o trabalhador se submete para não perder o emprego, como também os horários irregulares que impõem o trabalho precário e terceirizado. Quem não tem emprego fixo, que coaduna com seus interesses, dificilmente escapa do mercado informal e do “trabalho frustrante”. Um trabalho frustrante para as classes populares não se trata de uma “má escolha”, mas quase sempre de uma “única escolha” por causa das poucas ofertas no mercado.

Embora não se pretenda negar os processos de estresse que ocorrem aos membros das classes média e alta, ao mesmo tempo se quer chamar a atenção para o fato de que as classes populares nas grandes cidades tendem a sofrer um processo de estresse muito mais intenso. A vereadora Jurema Batista, do Rio de Janeiro, pergunta se há remédio para pressão arterial alta quando o helicóptero da Polícia Militar sobrevoa a favela procurando componentes do narcotráfico. Até um engarrafamento no trânsito, para a classe média, pode significar pequenas irritações, conforme mencionado por McEwen (1998), mas para o morador da favela se trata freqüentemente de uma falta de água contínua ou quedas freqüentes na voltagem com danificação dos eletrodomésticos.

Uma das propostas para o combate ao estresse é a de introspecção e meditação. Embora teoricamente a prática de meditação não seja impossível em qualquer circunstância, certamente um lugar relativamente espaçoso e quieto facilita a concentração. Normalmente o período de meditação mais curto, uma hora, é dividido em duas partes: meia hora para ouvir uma leitura e fazer a passagem da rua para a sala de meditação, e meia hora de meditação de fato. Uma tarefa difícil para quem trilha o que Chuai (1989, p. 80-81) chama o “caminho estreito”, isto é, uma vida de pouco dinheiro, espaço e tempo livre.

Num país cujos serviços de saúde são tão moldados pelo modelo biomédico, dificilmente as atividades propostas na área de saúde alternativa são do setor público, exigindo dessa forma algum tipo de pagamento. Embora não seja impossível que atividades de apoio social sejam desenvolvidas numa unidade de saúde pública – grupos de discussão, relaxamento muscular ou meditação –, profissionais de saúde mais críticos afir-



mam que esse tipo de atividade é visto por muitos colegas como formas de “fugir do trabalho”.

O estresse é causado pelo que os profissionais chamam de “superexcitação do organismo”. Trata-se de um estilo de vida onde a pessoa está sistematicamente exposta a agressões de ordem física e psíquica. Dessa forma, o “susto contínuo” lança grandes quantidades de adrenalina no sangue por um longo período de tempo. Novamente, a causa pode ser a perda de R\$100.000 na bolsa de valores, como pode ser a ameaça de uma guerra entre a polícia e os traficantes ou a perda do “barraco” durante a chuva forte. O que importa nessa discussão é que uma grande parcela das classes populares estão expostas ao que é chamado “um estado de emergência permanente (Valla e Storz, 1996, p. 121). A grande imprensa tende a definir o termo “emergência” como um acontecimento passageiro – um blecaute ou uma enchente, por exemplo. Uma vez que a água deixe de cobrir os automóveis, ou que a luz elétrica volte, terminou para a grande imprensa a emergência. Mas as condições de vida para muitos moradores de favela indicam um estado de emergência permanente: distribuição irregular de água, difícil acesso às unidades de saúde, exposição permanente às balas “perdidas” e ganhar a sobrevivência através do mercado informal em processo de saturação.

As recomendações que McEwen faz sobre uma dieta moderada e prudente como também de exercício físico sistemático esbarram em obstáculos relacionados não somente com as condições de vida, mas também com questões culturais. De qualquer forma, jogar futebol aos domingos à tarde não parece corresponder à idéia de exercício físico sistemático; salvo engano, não está muita desenvolvida no Brasil a discussão do que seria uma dieta moderada e prudente para as classes populares, levando em conta os custos e as questões culturais.

Mesmo assim, McEwen lembra que essas recomendações não são suficientes em muitos casos, se não houver como agir na causa imediata do problema, pois o estresse tem causas sociais complexas, que não podem ser resolvidas pela medicina, como pobreza, más condições de trabalho ou ambiente poluído. McEwen lembra que pesquisas mostraram que quanto mais pobre uma pessoa pior é sua saúde, não importando se ela tem ou não acesso a tratamento médico (McEwen, 1998, p. 177 ; Bonalume, 1998, p. 15 ).

Laurell (1987, p. 70) complexifica a categoria de “carga” utilizada por McEwen. Através do exemplo da saúde do trabalhador, classifica as car-

gas em tipos distintos: física, química, biológica, mecânica, fisiológica e psíquica. Quando discute a sobrecarga e subcarga psíquica, refere-se a situações de tensão prolongada; de um lado, a consciência do perigo do trabalho, os altos ritmos do trabalho; de outro, a perda sobre o controle do trabalho por estar subordinado à máquina (Bosi, 1979, p. 23 ), a desqualificação do trabalho pela separação da sua concepção e execução e o parcelamento do trabalho que resulta em monotonia e repetitividade. Como se pode ver, condições de trabalho que diferem pouco das condições de vida das classes populares.

As recomendações do Garrido Pereira têm pouco a ver com o cotidiano das classes populares. Como ser menos competitivo e ansioso num mundo no qual as ofertas de trabalho formal estão rapidamente declinando e onde o mercado informal está saturando? Assumir uma postura desarmada, franca e aberta pouco se relaciona com uma parcela da população que como forma de sobrevivência emprega uma linguagem permeada do “duplo código”, onde o “dizer e desdizer” na mesma frase é uma constante (Martins, 1989, p. 115 )

Garrido Pereira e Barros chamam a atenção para a importância do desabafo e do não “engolir sapos”, pois assim, em vez de expulsar o veneno do corpo, faz com que seja acumulado e assim, expulso de outras formas. Mas o que pode significar “engolir sapos” ou desabafar para a maioria das classes populares? Desabafar na hora pode resultar em vários desfechos para as classes populares: pode significar perder o emprego, seja no trabalho da fábrica, seja como empregada doméstica. Numa cultura machista, desabafar na hora, ou seja “não engolir sapo”, “não levar desaforo para casa”, pode terminar num enfrentamento com fim incerto.

## 5. COMENTÁRIOS FINAIS

Luz chama a atenção para a insatisfação de parcelas de todas as camadas sociais do Brasil com os serviços de saúde, sejam eles públicos ou privados. É desta insatisfação que empurra as pessoas a buscar alternativas. Teoricamente, não há nada que impeça essas próprias alternativas de existirem no serviço público, mas não é uma questão só de investimento; há a necessidade de ver a relação saúde-doença de outra perspectiva. Tudo isso faz sentido quando nos lembramos que “...as camadas populares mantiveram sobre as questões envolvendo a saúde uma cosmovisão pró-



xima da *tradicional*, à medida que... não separam o homem da natureza, o corpo da alma” (Luz, 1996, p. 275) .

Dentro de uma perspectiva de uma educação popular transformadora, é necessário distinguir entre propostas de saúde alternativa “individualizantes” das classes média e alta e os caminhos coletivos das classes populares, criados a partir das suas condições de vida.

Certamente os caminhos alternativos percorridos pelas classes populares para aliviar seus problemas de saúde são diversos. Tanto pela questão da relação corpo-mente, quanto pela perspectiva do apoio social, o caminho da espiritualidade e da religião parece apontar como uma das trajetórias principais (Valla, 1998, p. 166 ).

A questão apontada acima, de “engolir sapos” e/ou de desabafar, pode ser uma pista para compreender melhor o “uso” que as classes populares fazem das igrejas, especialmente as igrejas que desenvolvem cultos onde o gritar e o cantar alto são uma constante (Certeau, 1996, p. 286; Cox, 1995, p. 109-110 ).

O estudo do Finkler (1985) sobre os 500 centros espiritualistas e cinco milhões de fiéis no México a respeito do sucesso das “curas espirituais ... com sofrimentos crônicos, de uma forma que a biomedicina não é capaz de igualar ... atenuam a dor, quando não eliminam, e ajuda as vítimas do sofrimento a tornar as suas vidas mais toleráveis e significativas”.

Finkler (1985, p. 84) chama de “símbolos emocionalmente densos que sejam derivados da experiência coletiva daqueles que sofrem”. Há de perguntar se a própria coletividade presente nesses espaços não se relaciona com a discussão de apoio social acima apresentada.

Neves (1984), no seu estudo sobre a Assembléia de Deus, aponta para a multiplicidade de concepções de cura para quem não tem condições de vida e de trabalho que permitem que outras alternativas sejam examinadas.

Certamente, cabe aos mediadores de educação popular e aos profissionais de saúde e educação reivindicarem um sistema de saúde que incorpore formas alternativas de lidar com a saúde, seja ao nível nacional, seja experimentalmente em algumas unidades de saúde. Ao mesmo tempo é necessário acompanhar as experiências isoladas de saúde alternativa para as classes populares. Em terceiro lugar, há de propor discussões nos partidos políticos, sindicatos, igrejas e entidades associativas. Mas, principalmente, como parte do currículo de ciência e saúde nas escolas públicas, como forma de demonstrar que há outras maneiras de pensar a questão da relação saúde-doença.

Na realidade o que está em discussão é como as classes populares se apropriam de formas de lidar com seus problemas de saúde quando as propostas biomédicas não satisfazem. Parece, então, que não cabe um julgamento de antemão sobre os caminhos escolhidos pelas classes populares. Isso talvez seja a tarefa da educação popular: investigar esses caminhos que parecem apontar para uma vida “mais tolerável e significativa”.

Milton Santos (1996) tem falado ultimamente que a “reconstrução do Brasil” passa pela crença de que a “verdade” está com os pobres. E neste sentido, para quem se interessa em acompanhar as classes populares nos seus caminhos para resolver seus problemas de saúde, há de buscar compreender o que Santos chama de ação criativa dos “homens lentos nos seus espaços urbanos opacos”.



## 5. BIBLIOGRAFIA

1. BERMAN, S. - *Trabajo precario e salud mental*. Cordoba. Navajo Editor. 1995.
2. BONALUME NETO, R. - Pesquisa revela "mapa" do estresse. In: *Folha de São Paulo*, 1o Caderno, p. 14-15, 15.01.98.
3. BOSI, E. (Org.) - *Simone Weil. A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979.
4. CASSELL, E.J. - An epidemiological perspective of psychosocial factors in disease etiology. *American Journal of Medicine*. Vol. 64, No. 11, p. 1040-1043, 1974.
5. ———. *The Healer's Art*. New York: J.P.Lippincott Company. 1976.
6. ———. The nature of suffering and the goals of medicine. *New England Journal of Medicine*. 11: 639-645, 1976a.
7. CHUAI, M. Notas sobre cultura popular. In: *Cultura e democracia*. (M. Chaui). São Paulo. Cortez, quinta edição, p.61-83. 1990.
8. COX, H. *Fire from Heaven. The Rise of Pentecostal Spirituality and the Reshaping of Religion in the Twenty-first Century*. New York. Addison-Wesley. 1995.
9. FALCÃO, D. Metade das crianças do país sofre de anemia. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, p. 3, 09.03.99.
10. FERNANDES, Ruben César. *Privado porém público. O terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 1994.
11. FINKLER, Kaja. *Spiritualist Healers in Mexico - Successes and Failures of Alternative Therapeutics*. New York. Praeger, 1985.
12. FOSS, L. e ROTHENBERG, K. *The Second Medical Revolution. From Biomedicine to Infomedicine*. Boston. New Science Library. Sambhala. 1987.
13. IVANISSEVICH, A. Mulher faz negócio da China. In: *Jornal do Brasil*, p. 30, 03.12.95.
14. KIRMAYER, L. J. Mind and Body as Metaphors: Hidden Values in Biomedicine. In: LOCK, M. e GORDON, D. (Org.) *Biomedicine examined*. Boston. Kluwer Academic Publishers, p. 57-94. 1988.
15. LAURELL, A.C. Para el estudio de la salud em su relación com el proceso de producción. In: *Taller Latinoamericano de Medicina Social. Asociación Latinoamericana de Medicina Social*. Medellín, p. 61-94. 1987.
16. LOW, S.M. Medical Practice in Response to a Folk Illness: The Treatment of Nervios in Costa Rica. In: LOCK, M. and GORDON, D. (Org.) *Biomedicine Examined*. Boston, p. 415-440. 1988.
17. MARTINS, J. S. Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão. In: *Caminhada no chão da noite*. São Paulo. HUCITEC. 1989.
18. McEWEN, B.S. Protective and Damaging Effects of Stress Mediators. In: *The New England Journal of Medicine*, Vol. 338, No. 3, Jan. 15, p. 171-79, 1998.
19. MINKLER, M. Building supportive ties and sense of community among the inner-city elderly: The Tenderloin Outreach Project. *Health Educational Quarterly*, Vol. 12, No. 4, p. 303-314, 1985.
20. ———. Community organizing among the elderly poor in the United States: a case study. *Journal of International Health Services*, 2:303-316, 1992.
21. NEVES, D.P. As "curas milagrosas" e a idealização social. Niterói. Ed.UFF, CEUFF-Pro-Ed., 1984.
22. PARCIAS, C. Meditação controla o estresse. In: *Jornal do Brasil*, Suplemento VIDA, p. 1-2, 10.05.98.
23. SANTOS, M. *atueza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo. Hucitec. 1996.
24. SEKLES, F. Amor e intimidade prolonga a vida. In: *Jornal do Brasil*. Caderno Vida, p 2, 26.04.98.
25. STOTZ, E.N. A fábrica - Saúde e servidão burguesa. In: VALLA, V.V. e STOTZ, E.N. - *Educação, saúde e Cidadania*. Petrópolis. Vozes. (2a edição), p. 37-52. 1996.
26. VALLA, V. V. - A crise da compreensão é nossa: Procurando compreender a fala das classes populares. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, Vol. 22, No. 2, 1997.
27. ———. Apoio social e saúde: buscando compreender a fala das classes populares. In: COSTA, M.V. (Org.) - *Educação popular hoje*. São Paulo. Loyola, p. 151-180. 1998.
28. ——— e SIQUEIRA, S.A.V. O centro municipal de saúde e as necessidades de saúde da população trabalhadora - Encontro ou desencontro? In: VALLA, V.V. e STOTZ, E.N. (Org.) - *Educação, saúde e cidadania*. Petrópolis. 2a Edição, p. 87-98. 1996.
29. ——— e STOTZ, E.N. As respostas do movimento popular ao "estado de emergência permanente". In: VALLA, V.V. e STOTZ, E.N. (Org.) - *Educação, saúde e cidadania*. Petrópolis. Vozes, 2a edição, p. 99-122. 1996.
30. ———. e STOTZ, Eduardo N. - Apresentação. In: *Participação Popular, Educação e Saúde : Teoria e Prática*. Rio de Janeiro. Relume Dumará. 2a Edição, p. 7-10, 1997.
31. VASCONCELOS, E.M. Educação popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias. In: VALLA, V. V. - *Participação popular e controle de endemias*. Cadernos de Saúde Pública. Suplemento 2, Volume 14, p. 39-58, 1998.
32. VENTURA, M. Amar protege o coração. In: *Jornal do Brasil*, Caderno Vida, p. 1-3, 28.01.98.
33. WALDOVSKY, A. Doing Better and Feeling Worse: The Politics of Pathology of Health Policy. *Daedalus* 106:1, 1977.
34. WEISS, R. Meditação combate hipertensão. In: *Jornal do Brasil*, p. 28, 03.12.95.



# OS "EUROPEUS" DO FUTEBOL BRASILEIRO OU COMO A "PÁTRIA DE CHUTEIRAS" ENFRENTA A AMEAÇA DO MERCADO

*Simoni Labud Guedes\**

O futebol tem sido, no Brasil, um veículo importante para a elaboração de representações coletivas sobre a nação e o seu "povo", temática com a qual venho trabalhando há alguns anos (GUEDES, 1998).

Apenas algumas décadas após sua introdução no Brasil, ao final do século XIX, esta específica prática esportiva assume um lugar privilegiado neste campo simbólico, atuando como um poderoso veículo para uma série de representações, como significante que comporta os mais diversos significados. Para este processo são de igual importância sua rápida difusão e popularização, tanto no Brasil quanto no exterior, a criação e expansão de uma imprensa esportiva e algumas formas de apropriação política de que é objeto ao longo deste século. Pelo menos desde a década de 1930, debatendo os desempenhos e os resultados dos jogos de futebol, são questionadas e construídas visões mais ou menos elaboradas sobre o Brasil e os brasileiros, visões que elegem determinados aspectos como peculiares e, por essa via, reivindicam para a nação e seu "povo" um lugar no mundo. Este processo multifacetado, que muito tardiamente foi incluído na reflexão dos cientistas sociais e historiadores, permite acessar fórmulas pouco explicitadas de representação coletiva e, talvez por isso mesmo, mais atuantes e eficazes na autoconcepção da brasilidade.

\* Professora da Pós-Graduação em Antropologia da UFF.

Alguns fenômenos recentes, ao introduzirem determinadas questões e categorias neste debate, que ocorre, em princípio, apenas no campo esportivo, podem ser examinados como contribuição para a reflexão proposta por esta mesa sobre "Globalização e Cultura".

É relevante, para a devida compreensão desta temática, compreender a forma como a História reverbera em um domínio social secundário, que, aparentemente, não envolve ou, no mínimo, abstrai as questões consideradas como mais relevantes na vida social (econômicas, políticas, relativas à família e parentesco, por exemplo). Este domínio social é concebido como produzindo uma história própria que pouca ou nenhuma relação tem com os eventos históricos mais gerais e decisivos. Isto é particularmente evidente nas competições internacionais denominadas como Copas do Mundo de Futebol, promovidas pela FIFA<sup>2</sup> que, no caso brasileiro, são vividas como que num tempo suspenso, semelhante ao tempo mítico<sup>3</sup>, que aciona intensamente a memória das participações do selecionado brasileiro nas versões anteriores da competição, obscurecendo a memória sobre outros aspectos da vida social. Esta é uma propriedade do domínio dos "jogos", em geral, que é ampliada e potencializada em competições internacionais de grande prestígio como é a Copa do Mundo. É, aliás, esta característica que faz com que, muitas vezes, os esportes e o futebol em particular sejam interpretados como "ópio do povo", ou seja, como atividades que desviam e distraem a atenção das questões mais importantes do cotidiano. Uma análise mais cuidadosa dos processos simbólicos em atuação neste campo, entretanto, conduz a conclusões distintas, pois suspender o tempo não significa suspender a história e, muito menos, deixar de debater no campo esportivo, através de metáforas ou explicitamente, as questões que atravessam a vida cotidiana. E a História penetra, algumas vezes imperceptivelmente, fazendo com que as questões de cada conjuntura específica sejam elaboradas nas avaliações que são feitas do desempenho do selecionado brasileiro nos campos de futebol. Este

<sup>2</sup> Fédération Internationale de "Football Association", federação em cuja denominação se expressa seu caráter internacional: nomeada em francês por ter sido fundada em Paris em 21 de maio de 1904 (Fédération Internationale de...) reproduz a denominação, em inglês, já consagrada deste esporte (football association). Os dados sobre esta, atualmente, poderosíssima entidade que organiza o futebol mundial, podem ser consultados no site ..

<sup>3</sup> Para uma discussão mais extensa acerca de algumas formas de concepção do tempo e memória no futebol brasileiro ver Guedes (2000<sup>a</sup>).



processo fica bastante evidente na Copa do Mundo de 1998, ocorrida na França: as questões incorporadas pela discussão desta copa são as que dominam o debate sócio-político do final do século.

Estabelecidas estas proposições básicas, este texto prosseguirá em torno de dois pontos. No primeiro pretendo sintetizar uma visão da dialética homogeneização/diversificação através do futebol, o que permitirá elaborar a relação nacionalismo/transnacionalismo tal como se apresenta neste domínio social. No segundo pretendo expor um dos efeitos deste processo que se configurou a partir da derrota do selecionado brasileiro de 98 na França, trazendo uma forma inédita de avaliação do desempenho do selecionado, através da produção de novas categorias ordenadoras deste campo simbólico.

### O VALOR DO “ESTILO NACIONAL” NUM MERCADO INTERNACIONAL

Os esportes constituíram-se, particularmente, a partir do século XIX, e, em geral, tendo como centro irradiador a Inglaterra, em fenômeno essencial da modernidade. Nesta época e lugar, ocorre a recriação, normalização e regulamentação de uma série de atividades, antes compreendidas como simples passatempos, transformando-as em “esportes”. A análise deste fenômeno ocupa lugar central, por exemplo, na concepção de Norbert Elias<sup>4</sup> sobre o processo civilizatório. Os esportes, nesta perspectiva, são concebidos como práticas que, ao mesmo tempo, representam e recriam a moderna domesticação das emoções, funcionando como pedagogias acerca de formas específicas de autocontrole. Difundem o *habitus moderno*. São também concebidos, de certo modo, como os espaços controlados nos quais podem, contidamente, ser exteriorizadas as emoções.

Sem pretender explorar com o cuidado que merece a abordagem de Elias e Dunning, deve-se acentuar que é, sem dúvida, como uma espécie de “missão civilizatória” da ocidentalidade que os esportes, de uma maneira geral, difundem-se pelo mundo. Alcançam, como sabemos, uma extensão sem precedentes no século XX, intimamente associada à ampliação e sofisticação dos meios de comunicação.

<sup>4</sup> Ver, dentre a extensa bibliografia do autor, Elias e Dunning, 1992.

De todas as modalidades esportivas, sabe-se, também, que o futebol foi a que alcançou a maior difusão, transformando-se, ao longo do século XX, como expressa um refrão muito utilizado pela imprensa esportiva, no “esporte mais popular do mundo”. Segundo dados recentes divulgados pela FIFA,<sup>5</sup> há, no mundo, mais de 200 milhões de jogadores federados, contando a referida federação internacional com mais de 200 membros associados que são, por definição, “associações nacionais”.<sup>6</sup> Evidentemente, isso implica em um número de praticantes e assistentes quase incomensurável. Estes poucos números demonstram ser o futebol, sem dúvida, uma das práticas mais facilmente reconhecíveis e inteligíveis onde quer que se encontre.

Trata-se, assim, de uma prática que não reconhece fronteiras. Chegou ao final do século mobilizando milhões de pessoas e movimentando cifras astronômicas. Não é um dos resultados menos expressivos deste processo de difusão e popularização ímpares do futebol, a constituição e extraordinária expansão de um mercado internacional em que, se tudo se negocia, as principais mercadorias são, sem sombra de dúvida, os jogadores de futebol. Embora a negociação de jogadores para o exterior seja um fenômeno já quase secular, as dimensões assumidas por este mercado nas últimas décadas do século XX são absolutamente inauditas. O potencial significacional deste fenômeno é também extraordinário, pois se jogadores têm pátria, mercadorias não têm.

Na verdade, a colocação em operação de princípios de recrutamento e afiliação distintos mas, quase sempre, “encaixados”, é um dos aspectos sedutores dos esportes. É possível identificar-se simultaneamente e, às vezes, com emoção equivalente, com o time da rua, o clube da pequena cidade, o clube da metrópole, os selecionados regionais e nacionais. Mas a internacionalização do mercado de jogadores de futebol impõe uma problematização nova nesta ordenação simbólica. Voltarei a este ponto adiante.

Ademais, a expansão moderna do futebol é, também, um excelente exemplo de como a difusão de práticas e idéias específicas coloca em ope-

<sup>5</sup> Dados constantes no site já citado.

<sup>6</sup> No documento de fundação da FIFA um dos pontos fundamentais é, justamente, esse: o que denominam de “recíproco e exclusivo reconhecimento de associações nacionais de futebol”. No caso brasileiro, a criação de uma “associação nacional” resultou de uma intensa luta intestina (ver Caldas, 1990).



ração uma complexa dialética entre homogeneização e diversificação, alteridade e identidade.<sup>7</sup>

Isto porque o futebol e os esportes em geral, arautos que são das corporalidades, práticas e sensibilidades modernas, difusores de idéias como a do *fair-play*, um dos ícones de uma linguagem cada vez mais mundializada, reproduzem esta dialética não tão moderna em diversos níveis e instâncias. Quero aqui acentuar dois aspectos da diversificação que é propiciada pelo futebol.

Em primeiro lugar, esta prática transnacional, exatamente por ser mundialmente difundida e internacionalmente conhecida, tem se constituído em um dos mais importantes espaços simbólicos nos quais se refugiam as idéias de nação e de nacionalidade. De fato, os eventos ligados aos esportes propiciam alguns dos espaços nos quais as nações são produzidas como "comunidades imaginadas" (ANDERSON, 1991; HALL, 1999). De certo modo, quanto mais as fronteiras dos estados-nações são penetradas pela economia transnacional e por uma ordem política mundializada, mais significativas se tornam as formas modernas assumidas pelas identidades nacionais, bem como os veículos de que se servem. Neste processo, as mais diversas competições esportivas vêm se constituindo, em todo o mundo, em verdadeiros ritos nacionais, operando-se no espaço e tempo esportivos recriações simbólicas das fronteiras e das diversidades nacionais colocadas em confronto. Como argumenta Roberto da Matta (1979), é exatamente por serem extremamente fragmentadas que as sociedades modernas tendem a multiplicar os rituais nacionais – dentre eles, os rituais esportivos –, como formas de reforço e recriação da totalidade social, função desnecessária nas sociedades tribais, já totalizadas. Poderíamos também dizer, acerca do futebol, que é exatamente por ser tão difundido e valorizado mundialmente que se apresenta como um veículo tão significativo para recriar a totalidade e, ao mesmo tempo, a diversidade nacional.

Em segundo lugar – e, muito provavelmente, como um corolário deste primeiro aspecto – o futebol tem sido apropriado dos modos mais diversos. Quero acentuar, aqui, particularmente, a dimensão simbólica cristalizada na noção de *estilo nacional*.

<sup>7</sup> Tema de que se ocupa Lévi-Strauss (1976) no clássico "Raça e História". Uma reflexão recente, na mesma direção, encontra-se em Hall (1999).

No futebol à brasileira, por exemplo, situa-se o *craque* e o desempenho individual *habilidoso* no centro das concepções. Em face do modo como é representado o uso social do corpo através do futebol, no Brasil, valoriza-se, acima de tudo, uma forma de jogar designada, muitas vezes, como *futebol-arte*,<sup>8</sup> categoria que se opõe e contrasta com a de *futebol-força*, considerada como característica dos *européus*.<sup>9</sup> Sob a classificação geral de *futebol-arte*, são ensinadas e estimuladas técnicas e habilidades associadas ao desempenho individual tais como *driblar*, *fintar*, *enganar o adversário*, *ter jogo de cintura*, *ter toque de bola*, *ter domínio de bola*, em suma, *ter técnica individual* e fazer o que se denomina *um futebol bonito*. Investe-se, portanto, na produção de *craques* que incorporam a valorização desta forma de jogar e a ênfase nestas habilidades, tornando secundários, por exemplo, os investimentos em força corporal e disciplina tática.

E o futebol brasileiro tem sido bem sucedido neste multimilionário mercado mundial, já que produz uma mercadoria específica que, de modo geral, alcança alto valor nas transações internacionais. Assim, um dos resultados desta específica combinação de transnacionalismo e nacionalização do futebol é o fato de que os jogadores mais *habilidosos* são rapidamente "exportados". Raramente há condição de mantê-los no país pois são cobiçados por ricos clubes europeus, oferecendo quantias irrecusáveis por seus passes e salários impagáveis pelos clubes brasileiros<sup>10</sup>

Um dos efeitos mais importantes deste fenômeno é que, tendo o Brasil se transformado num exportador de *craques*, os torcedores brasileiros só se irmanam e são representados por seus mais valiosos jogadores quando eles jogam pelo selecionado brasileiro. Se, por um lado, isso é motivo de orgulho nacional, pois aqui são produzidos *craques* reverenciados no mundo todo, por outro lado é também um signo da *pobreza* de um país que não pode manter em seu solo seus produtos mais valiosos. Um jogador que se

<sup>8</sup> Ver, dentre muitos outros, DaMatta (1994) e Guedes (1998).

<sup>9</sup> De um modo mais amplo, todo o futebol latino-americano, particularmente o argentino e o uruguaio, são classificados, no Brasil, contrastivamente em relação ao futebol europeu como enfatizando a *habilidade*. Contudo, estas representações sociais são bastante mais complexas e não podem ser analisadas aqui pois há outras dimensões que se acrescentam e diferenciam a *habilidade argentina ou uruguaia* daquela dos *brasileiros*.

<sup>10</sup> Na verdade, o investimento de clubes europeus nos jogadores brasileiros começa, ainda, na infância de muitos meninos, fenômeno já anotado por jornalistas mas que ainda não foi objeto de qualquer análise de cientistas sociais.



destaca, jogando por um clube brasileiro, tem seu destino selado: em muito pouco tempo estará jogando por um clube europeu.

Dentre os jogadores brasileiros que são “exportados”, vários são escolhidos para compor o selecionado nacional de futebol, ou seja, o conjunto daqueles que a comissão técnica da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) considera, naquele momento, como os melhores jogadores brasileiros. Isto será decisivo nas avaliações da derrota do selecionado brasileiro para o time francês, em 1998. Por essa via, as formas assumidas pela repercussão da derrota, trouxeram, do ponto de vista dos significados que atualizaram e recriaram, uma grande “modernidade”. É este o segundo ponto da minha comunicação, ao qual passo agora.

### OS HERÓIS NACIONAIS “ESTRANGEIROS”

Um dos motivos pelos quais, no Brasil, pode-se afirmar que o futebol é um esporte nacional é o fato de as avaliações sobre a nação e os brasileiros serem provocadas por todos os desempenhos do selecionado nacional, quer vitorioso quer derrotado. Este é um importante diferencial do futebol como signifiante, como veículo para as representações coletivas associadas a esta “comunidade imaginada” Brasil. Não significa que outros esportes não tenham potencial de encarnar esta representação. É exatamente o contrário: qualquer outro esporte pode encarnar a nação brasileira. Não há, absolutamente, necessidade de ser difundido ou “popular”. Temos visto este processo, nos últimos anos, com o automobilismo e o tênis, esportes bastante inacessíveis à grande maioria da população. A única e necessária condição para que qualquer outro esporte seja considerado como representativo da nação é colecionar vitórias em competições internacionais. Nestes casos, a transferência de suas glórias para o orgulho nacional é imediata e entusiástica. Contudo, a manutenção do interesse nestes esportes está, até aqui, na dependência imediata de uma certa continuidade neste sucesso e, na maioria das vezes, na dependência de alguns poucos heróis isolados (indivíduos ou times). Sua representatividade é eventual e não resiste às derrotas. Ou seja, se o triunfo é imediata e facilmente socializado, o mesmo não ocorre com o fracasso que, de modo geral, é, simplesmente, ignorado,<sup>11</sup> não redundando em avaliações sobre o Brasil e os brasileiros.

<sup>11</sup> Venho desenvolvendo algumas das conseqüências simbólicas deste poder representacional do futebol há alguns anos. Ver Guedes, 1998.

Ao contrário, as derrotas do selecionado nacional de futebol, particularmente nas Copas do Mundo (e isso mais especialmente a partir de 1950), são ocasiões plenas de significado pois, nesses momentos, atravessando análises aparentemente neutras, que parecem debater apenas técnicas e táticas, discute-se e negocia-se uma série de valores e idéias que atravessam a sociedade. As avaliações das derrotas acompanham, muito de perto, os fenômenos sócio-econômicos e as conjunturas políticas específicas em que se inserem. De certo modo, há uma história do Brasil que pode ser recuperada e contada através da história de como nos avaliamos nas Copas do Mundo, conjugando, de um modo especial, a criação de um tempo suspenso (“a-histórico”) e formas de tematizar as questões sócio-econômico-políticas que estruturam nosso cotidiano.

Sob tal ponto de vista, a Copa do Mundo de 1998 é uma das mais significativas pois, nos debates que se seguiram à derrota brasileira, aparece, sob duas formas interligadas, mas distintas, uma espécie de moralidade jacobina, tematizando a ameaça que os mercados transnacionais representam. De certo modo, nestas avaliações, a condição brasileira de “país exportador de *craques*” é colocada em questão e os distintos modos de recrutamento (a “pátria” e o “mercado”) são claramente incompatibilizados.

Os eventos são sobejamente conhecidos: o selecionado brasileiro habilita-se para o jogo final contra a França e perde por três gols a zero, num desempenho considerado pela imprensa esportiva como *piúfo*. Mas a avaliação da derrota, como sói acontecer com tudo que cerca o selecionado brasileiro de futebol, não se restringe ao que acontece nos noventa minutos da partida. Neste caso, centra-se, insistentemente, no episódio que ficou conhecido como o *drama de Ronaldinho*,<sup>12</sup> produzindo e reproduzindo narrativas e questionamentos sobre o que teria acontecido com o jogador, considerado o maior *craque* brasileiro de então, jogador de um grande clube italiano, projetado para ser o grande herói nacional brasileiro desta Copa do Mundo.

Nos intensos debates que se seguiram a este jogo, o que se explicita, nas tentativas de interpretação do acontecido envolvendo a escalação do jogador, é uma tematização reiterada da interferência das grandes firmas

<sup>12</sup> Analisei, em outro lugar, com mais detalhes, algumas das implicações simbólicas deste episódio. Ver Guedes, 2000b.



transnacionais, patrocinadoras das seleções e do evento, nas decisões tomadas pela equipe técnica do selecionado brasileiro. Ou seja, dito de outro modo, tematiza-se e discute-se, o valor *pátria* ou *nação versus* o poder misterioso e apátrida do mercado. Discute-se, por esta via transversa, esta nova abertura dos portos às nações estrangeiras. Na verdade, não importam muito, sob tal ponto de vista, as conclusões (ou indefinições) deste debate: o que importa é que tomou conta do país e todos se posicionavam em relação a este tema.

A ameaça que o mercado transnacional representa para a nacionalidade também se apresenta, neste momento, sob uma outra forma, correlata a esta primeira, recuperando-se, mais especificamente, através da nossa posição de *exportadores de craques*. Uma categoria assume, a partir daí, importância central nas avaliações do futebol brasileiro: os jogadores do selecionado nacional são divididos entre os *estrangeiros* e/ou *européus*, aqueles contratados por clubes europeus, e os que ficaram no Brasil, em geral com cotação mais baixa neste mercado.

Uma dimensão importante desta discussão que opõe o mercado à *pátria* concentra-se no paradoxo de que os principais *heróis nacionais brasileiros*, neste rito, são os *estrangeiros* ou *européus*. Devo lembrar, aqui, que se utiliza, no Brasil, uma categoria muito significativa para a escolha do selecionado: *convocação*. Os jogadores são *convocados* para a seleção brasileira de futebol tal como os jovens são *convocados* para o serviço militar obrigatório e os soldados para a guerra. A presença na seleção brasileira de futebol é, ao mesmo tempo, uma *honraria* e um *dever* mas, sem dúvida, representa também a possibilidade de ganhar milhões de dólares, pois é signo de valor que se transforma em valor monetário quase que imediatamente.

A culpabilização dos *jogadores estrangeiros* ou *européus* do futebol brasileiro pela derrota na Copa do Mundo envolve, com bastante clareza, uma avaliação moral que passa pela trajetória da maioria dos jogadores. Em geral, pobres que enriqueceram, são acusados de esquecerem a vida de pobreza, esquecendo e negando suas origens no sentido mais amplo: sua gente, seu país, seus valores (GUEDES, 2000b). Acusados, direta ou indiretamente, de não se empenharem suficientemente para a obtenção da vitória, de não lutarem, são acusados, de fato, como traidores da *pátria*. A acusação, em resumo, é de que teriam se *vendido*, servindo ao *mercado* ao invés de *servir à pátria*.

Esta avaliação toma uma forma cada vez mais clara, sendo o eixo posterior da discussão acerca do desempenho do selecionado nas eliminatórias para a Copa de 2002, considerado, até aqui, como *decepcionante*.

As categorias *estrangeiros* e *européus* do futebol brasileiro, intercambiáveis e sinônimas, vão concentrando, cada vez mais, um conjunto amplo de significados e começam a ser capazes de, por sua simples enunciação, evocá-los a todos. Evocam, mais especialmente, um movimento de resistência da *pátria de chuteiras*, na expressão famosa de Nelson Rodrigues, contra a ameaça do mercado transnacional. Estas categorias difundem-se rapidamente, figuram nos mais diversos textos jornalísticos, são utilizadas nos debates e transmissões radiofônicas e televisivas, alcançam os torcedores. Um dos mais importantes comentaristas esportivos brasileiros, Márcio Guedes, por exemplo, escreve:

*O treinador até já passou da hora de dar uma guinada decisiva que será uma mistura de definir o time esquecendo o laboratório e dando prioridade aos jogadores que atuam no Brasil. Ninguém agüenta mais a preguiça e o descompromisso dos "européus".*

(Márcio Guedes, O Dia, 17/08/2000)

Exatamente no mesmo diapasão, um outro importante cronista do futebol brasileiro, Sérgio Noronha, elogia o jogador Romário, herói de outra copa, a de 1994:

*O espírito olímpico não depende da idade, a julgar pela reação de Romário, mas certamente depende da vontade e do brio do atleta que considera a medalha da competição uma honra, mais importante que um punhado de dólares.*

E conclui de modo extremamente significativo:

*Mais vale um atleta com o coração nos pés do que três com a cabeça nas cifras.*

(Sérgio Noronha, Jornal do Brasil, 19/08/2000)

Nestes debates, o futebol configura-se, assim, como campo de batalha em que se procura defender a *honra* e a *diversidade nacionais* contra os mecanismos avassaladores dos mercados transnacionais. A eleição dos *heróis nacionais estrangeiros* como foco simbólico na avaliação do desempenho do selecionado nacional, tanto na final da Copa do Mundo de 1998 quanto nos jogos que se seguiram, traz, para o interior das quatro



linhas dos gramados de futebol, discussões mais densas sobre o quê, afinal, é uma nação nestes tempos modernos. Mais do que isso, dialoga com debates político-econômicos, terrenos considerados mais “sérios” (mas, certamente, não mais apaixonados). Incorporado no viés crítico que é inerente às categorias classificatórias *estrangeiros* ou *européus* está o projeto político de manter a *pátria brasileira* como valor inquestionável pairando sobre organizações econômicas e políticas que visam explodir todas as fronteiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. London, New York: Verso, 1991.
- CALDAS, Waldenyr. *O Pontapé Inicial. Memória do futebol brasileiro*. São Paulo: Ibrasa, 1990.
- DA MATTA, Roberto. “Antropologia do óbvio”. *Revista Usp: Dossiê Futebol*. São Paulo, 22, jun/ago. 1994.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- GUEDES, Simoni Lahud. “Malandros, caxias e estrangeiros no futebol: de heróis e anti-heróis”. In Laura G. Gomes, Livia Barbosa e José Augusto Drummond (orgs.), *O Brasil não é para principiantes: Carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 125-142, 2000b.
- GUEDES, Simoni Lahud. *O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói: Eduff, 1998.
- GUEDES, Simoni Lahud. *Tempo da Nação*. Comunicação apresentada à Anpuh Regional, Rio de Janeiro, 2000a.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História. Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.



# A POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA NOS TEMPOS MODERNOS

Henrique Lins de Barros<sup>1</sup>

A ciência, com suas promessas de mudança de qualidade de vida, como podemos ver em programas internacionais de grande porte, tem dado uma esperança à população que acredita estar vivendo uma das maiores transformações que a humanidade já passou. Ao mesmo tempo, estas promessas não parecem estar se realizando, pelo menos nos tempos anunciados. Diante deste quadro, têm sido propostas campanhas de educação científica para diferentes segmentos da sociedade, uma vez que é evidente que a condição planetária não poderá suportar as mudanças que a tecnologia está impondo. Acredita-se que, com a educação científica de uma maior parte da população, será possível continuar a desenvolver novos aparatos que mantenham o mercado economicamente ativo por um tempo maior. Acredita-se também, e este tem sido um discurso recorrente, que será impossível abrir mão dos “progressos” e “comodidades” oferecidas por tecnologias recentes, mesmo que se saiba, com bastante clareza, que este caminho irá, inevitavelmente, levar a um esgotamento dos recursos. Alguns historiadores têm abordado este tema e, em geral, suas conclusões são bastante enfáticas. Diante da perda do passado, Hobsbawm (1995:13) nos aponta com a idéia de um “presente contínuo”. Sevchenko (2001) define o momento atual como um “*loop* da montanha russa” devido a seu caráter de permanente mutação; Sennet (1999) vai associar os tempos modernos à “corrosão do caráter”; Fernández-Armesto (1999:840) irá descrever o quadro que se vive, falando explicita-

mente das promessas científicas: “o progresso científico tem sido, na melhor das hipóteses, decepcionante – estorvando-nos com problemas sociais e morais aparentemente insolúveis; ou, na pior das hipóteses, alarmantes – ameaçando-nos com o domínio das máquinas ‘artificialmente inteligentes’ ou mutantes humanos criados pela engenharia genética”. Podemos nos perguntar se esta atualidade é tão singular, se nossa visão de futuro não está sendo embaçada pelo presente que nos domina com os problemas cotidianos. Se não estamos, simplesmente, repetindo situações que já foram vividas pela humanidade em tempos passados. Assim, uma reflexão histórica poderá ser útil para que possamos nos ver sem a lente distorcida da sociedade de hoje. Para isso vou buscar o momento fundador da sociedade moderna, quando nossa espécie começou a se organizar em grandes grupos.

No vasto arsenal de criação do homem a mais impressionante, seja pela extensão, seja pelo tempo ou mesmo pelas implicações que produz na vida dos indivíduos, é a cidade. De fato, poderíamos pensá-la como um aglomerado de edificações individuais, essas sim olhadas como criações de artesãos, engenheiros ou arquitetos, mas, de fato, a cidade é algo mais complexo que exige, de forma programada ou não, a inter-relação de espaços, sistemas de distribuição de água e de alimentos, troca de informação, procedimentos de segurança, mecanismos de salvamento e recuperação, meios de manutenção e redes de saneamento. Ao olharmos a história das cidades, desde os antigos registros preservados nas ruínas da cidade sumeriana Ur III, na Mesopotâmia, até as megalópolis surgidas a partir de fins do século XIX, vamos encontrar um ponto importante e comum: o crescimento populacional está ligado aos meios técnicos disponíveis para garantir a manutenção da sua integridade.

Os exemplos são muitos de cidades que, após atingirem uma certa área e uma certa população, entraram em processo de degradação vindo a desaparecer ou a se transformarem em pequenas aglomerações. Dizemos que elas tiveram sua época de apogeu em determinado momento e que, ou por fatores econômicos, ligados às variações dos interesses comerciais, ou climáticos, não conseguiram se manter em sua unidade. Ur III é um desses exemplos: surgiu lentamente a partir de pequenos assentamentos e cresceu até por volta de 2400 a.C. até atingir uma população estimada de 30.000 habitantes morando em torno do grande Zigurate. Para conseguir manter-se como uma cidade-estado seus habitantes precisaram aumentar a produção de alimentos (leguminosas, trigo, cevada...) e para tanto foi

<sup>1</sup> Pesquisador Titular, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.



necessário centralizar o controle. Com o gradual aumento de trabalhadores, o crescimento do comércio de diferentes bens e o natural, e necessário, crescimento da produção agrícola, Ur III e outras cidades da Suméria, como Urik, Mori ou Lagash, conseguiram maximizar a produção de alimentos pela especialização dos produtos e, devido ao excedente da produção agrícola, iniciou-se a divisão do trabalho e o desenvolvimento da vida espiritual, de outras habilidades e de novas técnicas: inventou-se a escrita, o arado, desenvolveu-se um elaborado código de leis e, muito provavelmente, o uso da roda como meio de locomoção foi feito pela primeira vez. Para o controle do plantio e de seus ciclos foram desenvolvidas a matemática e a astronomia.

Com o aumento populacional tornou-se necessário elevar a eficiência da colheita de certos cereais para dar conta da demanda de suprimentos e, para isso, foi necessário melhorar o sistema de irrigação das planícies, aproveitando as águas das encostas com a construção de canais. Dessa forma foi possível aumentar as áreas de plantio. A especialização levou ao cultivo dos cereais mais adaptados em cada época da história da cidade. Segundo a teoria atual, esta foi a causa do desaparecimento da cidade. A irrigação excessiva fez elevar o nível do lençol d'água, que passou de cerca de 2 metros de profundidade para algo em torno de 50 centímetros, o que acarretou a salinização do terreno levando à desertificação da região. De fato, os registros de terreno, bem como as poucas informações existentes, mostram que diferentes cereais foram cultivados em épocas diversas, sempre apontando para a introdução de cereais mais resistentes ao solo salinizado. Este exemplo é elucidativo para o que queremos abordar: a falta de um conhecimento mais apurado das técnicas escolhidas em dado momento pode levar a uma opção inadequada em longo prazo. O caso de Ur III é também instrutivo quando olhamos o tempo que ela viveu a sua dissolução. Estima-se que os primeiros sinais começaram a ocorrer por volta de 2400 a.C. e duraram até 1700 a.C.: um processo lento em que cada geração provavelmente não sentiu fortemente os impactos do decréscimo da produção, dificultando uma avaliação da situação pelos seus habitantes.

Nestes 40 séculos, o quadro, naturalmente, passou por grandes alterações, mas um elemento continua sendo o mesmo, e tendo o mesmo tipo de resposta. O que as várias gerações de Ur III presenciaram foi a lenta, gradual e permanente resposta do meio natural, a chamada Natureza, diante das intervenções artificiais realizadas pelo homem. Não se trata de um discurso naturalista, mas de uma constatação que pode ser de grande

importância no momento em que a ciência moderna, com seu marco fundador no século XVII, começou a introduzir uma nova relação do homem com o mundo natural. O que temos em nossa frente é o tempo de resposta do meio com respeito a uma dada intervenção. Esse tempo, se curto quando comparado com o tempo de uma geração, pode mostrar quão inadequada foi uma dada intervenção. Mas quando esse tempo é muito grande quando comparado com o tempo de várias gerações, torna-se difícil fazer qualquer previsão. Boas soluções no plano do indivíduo podem levar a péssimas soluções no plano de sociedades, como no caso de Ur III, ou a situações mais graves, em que a própria espécie humana pode estar sendo colocada em perigo.

Exemplos recentes, todos decorrentes dos impressionantes avanços técnicos e científicos ocorridos desde o surgimento da ciência moderna, podem ser encontrados com frequência: o aumento do buraco na camada de ozônio, podendo levar a um risco de radiação fatal para a vida do homem na Terra; o rápido decréscimo das reservas de água potável, podendo gerar uma crise sem precedentes na história da humanidade, quando o homem poderá não ter nenhum novo lugar para migrar; os perigos de resíduos radioativos, subprodutos da tecnologia nuclear e que possuem um processo de decaimento que não pode ser acelerado; a tão falada extinção das espécies, com a inevitável perda de um material genético desconhecido.

As soluções, quando propostas, apresentam-se como possíveis conjecturas: a redução de gases que contribuem para o aumento do buraco de ozônio só irá mostrar resultado daqui há mais de 30 anos; a utilização das grandes reservas de água potável encontradas nas calotas polares, esperando-se que surja um processo eficiente e capaz de realizar o transporte da água para as regiões povoadas; o desenvolvimento de alguma tecnologia nova que possa dar conta do resíduo radioativo ou que venha a substituir a tecnologia que utiliza material radioativo que deixa resíduo; o milagroso Projeto Genoma, que promete, em curto espaço de tempo, poder decodificar toda a cadeia genética e vir a produzir um banco de dados capaz de, no futuro, poder gerar qualquer espécie a partir de seu código. Nenhuma dessas possibilidades encontra bases sólidas: trata-se de verdadeiras crenças que o pesquisador mantém em sua prática e que permitem obter recursos para continuar seu trabalho. Nenhuma dessas propostas responde a tempos muito longos pois, mesmo que bem sucedidas, simplesmente adiam o problema por algumas gerações.



Tal situação é tão clara que alguns responsáveis pelos grandes programas espaciais internacionais já discutem a necessidade de se estudar o que está sendo chamado de “terraformação” de algum planeta ou lua do sistema solar. A idéia não deixa de guardar certa ingenuidade e parte da premissa de que a Terra está caminhando a passos largos para a falência de suas fontes de produção de alimentos e aumentando as fontes poluidoras. Buscando uma analogia com a Europa do século XVI, que sentiu uma profunda transformação com os territórios conquistados pelos grandes navegadores, os pesquisadores de hoje constatarem que não existe mais lugar no nosso planeta para ser descoberto e, assim, sobra a possibilidade de se encontrar algum lugar no espaço. Como todos os estudos têm mostrado, nenhum dos corpos celestes próximos à Terra possui condições para a vida como nós a conhecemos na Terra. Assim, a idéia se forma: o homem poderia recriar o processo de surgimento das condições apropriadas para a sua adaptação em um novo mundo num futuro distante.

As transformações do sistema de irrigação do solo que levaram Ur III ao declínio foram de proporções infinitamente inferiores àquelas produzidas desde meados do século passado. De fato, em pouco mais de 150 anos, a população da Terra cresceu cerca de 7 vezes, a vida média nas sociedades tecnológicas quase duplicou, a produção de alimentos aumentou devido às novas técnicas da agricultura e criação, e a demanda de energia cresceu a ponto de não se ter um termo razoável de comparação. É bom lembrar que a maior parte dos artefatos tecnológicos a que estamos acostumados foi criada nesse período de pouco mais de um século: o automóvel, o avião, o navio a vapor, os trens, o telefone, a luz elétrica, motores mais eficientes, a utilização da energia nuclear, os computadores etc... A ciência, com sua associação à técnica, produziu algo novo no cenário mundial: a tecnologia. Esta é capaz de obter sucesso com muito mais rapidez, de produzir inovações que há bem pouco tempo eram consideradas sonhos de lunáticos, e de trabalhar com os critérios da racionalidade sem precisar preocupar-se com a ética ou com as tradições.

Está, dessa forma, cada vez mais clara a necessidade de se possuir um nível mínimo de conhecimento científico para poder integrar-se na vida social dos centros urbanos dos países tecnologicamente desenvolvidos. Esta constatação, fundamentada em inúmeros trabalhos de avaliação e de acompanhamento de programas de divulgação, reflete questões há muito levantadas, que mostraram que, com o advento da chamada ciência moderna, em meados do século XVII, a relação do homem com o mundo

natural começou a passar por uma transformação de distanciamento crescente. Mais recentemente, com a popularização dos próprios meios de comunicação, tem surgido com força a idéia de difusão do conhecimento; uma difusão sem barreiras ou critérios que, pelo menos na sua intenção, não seria segregadora mas, em sua prática, manteria os limites de sua eficiência a camadas sociais mais bem preparadas e de maior poder aquisitivo. No campo da socialização do conhecimento, a necessidade de se expandir os horizontes das camadas cultas da sociedade levou ao surgimento de novos meios de difusão do conhecimento, de maior alcance e amplo acesso por parte da sociedade. Como Canguilhem<sup>2</sup> frisa: “Na Antiguidade até a Idade Média, divulga-se; nos séculos XVII e XVIII, propaga-se; no século XIX, vulgariza-se”. Poderíamos dizer que o século XX, nesta mesma linha de raciocínio, substituiu a idéia de vulgarização do saber, idéia essa tão cheia de atributos negativos, pela de difusão do conhecimento. De fato, a vulgarização verificada no século retrasado foi praticamente monopolizada pelos escritores e jornalistas e pelos diferentes periódicos que tiveram uma grande aceitação e iniciavam a utilização de imagens (desenhos, litografias, xilogravuras e rotogravuras, no início, e fotografias, mais recentemente). Além disso, essa vulgarização estava limitada a uma estreita camada da sociedade alfabetizada e com posses e tempo para investir no crescimento de seu patrimônio cultural. Em contraposição, a forte corrente de difusão da ciência que surgiu a partir, talvez, dos anos 1920, tem como objetivo atingir não só um público alfabetizado ou já detentor de algum conhecimento prévio, mas a todos, sem distinção de gênero, idade ou poder aquisitivo.

Neste cenário, os programas de difusão científica parecem assumir um novo papel social. Se antes eram atividades que permitiam dar conhecimento para um grupo dominante para saciar suas curiosidades, hoje os programas de difusão surgem como importantes alternativas para cobrir a defasagem entre o saber escolar e o produzido nos laboratórios e centros de pesquisa e que as escolas não podem dar conta. De fato, os programas formais de educação, não só científica, mas em geral, estão, todos eles, por herança e por razões históricas, fundamentados em uma grade curricular, em textos publicados e na figura do professor. Nenhum deles parece ter

<sup>2</sup> (in Béguet, 1990: 6).



se adaptado às novas tecnologias (como vídeos, *softwares...*); e a recíproca é também verdadeira: embora promissoras, estas novas tecnologias não parecem ter alcançado uma linguagem apropriada para o ensino, pois existe, inclusive, uma crescente dúvida em torno da real eficácia no campo do ensino de conteúdos específicos. A escola, por depender da presença do professor como mediador do processo de informação e ter nele o seu principal ator, não tem condições de atualizar-se na taxa que o mundo científico anuncia. Para agravar a situação, o ensino formal não dá conta da permanente atualização que se faz necessária para que um profissional já formado e exercendo as suas funções junto à sociedade possa manter-se inserido no processo de transformação social.

Por outro lado, com a institucionalização da ciência, em fins dos anos 1940, as formas gerenciais de avaliação de desempenho levaram, hoje, a uma verdadeira transformação do conceito de contribuição científica: utiliza-se como parâmetro o número de trabalhos ou o impacto das revistas especializadas o que induz uma nova estratégia da divulgação dos resultados por parte dos grupos de pesquisa: cada vez mais pesquisadores estão preocupados em criar um *marketing* em torno de seus trabalhos pois com a presença de seus nomes na mídia acredita-se, em princípio ou mesmo em crença, na garantia de obtenção de recursos que, vez por outra, confundem-se com benefícios pessoais. Os grupos de avaliação por pares também estão vivendo o mesmo processo de “analfabetização científica” associado à especialização excessiva dos trabalhos, impedindo qualquer possibilidade de um julgamento de teor.

Mas a necessidade de se divulgar conceitos científicos para um público mais amplo é cada vez mais imperiosa, pois a ciência aparece como um dos mais importantes aspectos da sociedade moderna. “Podemos certamente qualificar esta segunda metade do século XX como a Idade da ciência. Isto, por certo, não significa menosprezar o papel e importância do conhecimento científico no século XIX, que assistiu ao nascimento, entre outros, da termodinâmica e da teoria dos fenômenos elétricos, com suas promessas de conseqüências extraordinárias para a explicação dos fenômenos da natureza e suas primeiras aplicações industriais. Mas o período que vivemos não só é o herdeiro dessas conquistas fundamentais, mas também oferece o espetáculo de renovações e de desenvolvimentos sem precedentes na história da ciência, pelo número e pela diversidade. Além disso, acontece que um tão prodigioso desabrochar de novos saberes tem repercussões nunca antes atestadas na vida individual e social dos homens...

Independente da penetração ‘anônima’ da ciência em nossa vida cotidiana, nossa época se caracteriza também pela presença quase universal, mas difusa, de representações do pensamento científico. Essas idéias que uma grande parte de nossos contemporâneos têm da ciência provêm de fontes de vulgarização ou, se preferir, de divulgação, de níveis muito diferentes” (Granger, 1994:11).

A explicação que a ciência oferece tem duas características fundamentais: por um lado mantém um corpo coerente de conhecimento, de tal forma que a lógica e a razão estão sempre atuando e norteando o ato produtivo, embora nem sempre se manifeste no criativo. Por outro lado, ela oferece um quadro de explicações possíveis de um mundo natural que se mostra, cada dia com mais vigor, extremamente complexo. A ciência, entretanto, para evoluir não pode se congelar, e as observações de novos fenômenos ou a explicação de fatos já conhecidos levam, necessariamente, a um caráter mutável: a ciência não pode manter uma unidade temporal.<sup>3</sup> Este aspecto, por si só, não pode garantir o sucesso da explicação científica e a necessidade de se encontrar respostas faz com que qualquer proposta explicativa possa ganhar o seu terreno: “Mitos e ciências exercem, em certa medida, a mesma função. Uns e outros fornecem ao espírito humano uma certa representação do mundo e das forças que o animam. Ambos delimitam o campo do possível... É provavelmente uma exigência do espírito humano ter uma representação do mundo que seja unificada e coerente. Na sua falta aparecem a ansiedade e a esquizofrenia. E é preciso reconhecer que, em matéria de unidade e de coerência, a explicação mítica é muito superior à científica” (Jacob, 1985:25). Para o leigo, o aspecto inacabado e parcial da ciência passa ao largo, pois ele não é capaz, por sua formação ou por seus interesses e vocações, de perceber que ela trabalha somente com os fenômenos que consegue circunscrever e definir. A ciência é, desta forma, parcial e provisória. Assim, uma vez que a resposta a questionamentos fundamentais da natureza é uma exigência da mente humana, a ciência ou o mito oferecem uma solução satisfatória.

Lévi-Strauss (1993) aponta para o importante papel dos mitos nas sociedades tecnologicamente avançadas nas quais, por suas características essenciais, poderiam parecer mais imersas nas explicações que a ciência

<sup>3</sup> Os exemplos são muitos: a teoria newtoniana cede lugar a uma teoria relativística; o conceito de determinismo se altera com a Mecânica Quântica; a teoria da evolução de Darwin passa por transformações agudas.



fornece. Ocorre, entretanto, que o discurso científico é hermético para o não especialista, e nesse sentido, o pesquisador ativo, trabalhando em área correlata à sua, pode estar suficientemente distante e incapaz de seguir certos avanços. Além disso, e dando a costura necessária, o alto grau de especialização que a profissão exige, faz com que elementos absolutamente básicos do conhecimento científico sejam desconhecidos de profissionais ativos.

Em resumo, se, por um lado, o indivíduo leigo necessita de informação científica para ser inserido na categoria de cidadão de uma sociedade, por outro lado, o pesquisador está cada vez mais interessado em especializar-se e ele próprio se sente leigo em áreas afins. O afastamento entre o conhecimento produzido nos laboratórios e o do cidadão cresce e a escola nada pode fazer, pois trabalha em outra velocidade. Mas quem decide na sociedade atual? “Cientistas, administradores, jornalistas... Tudo acontece como se os três poderes contemporâneos, entendendo por poderes as instâncias que em parte alguma encontram contrapoderes, houvessem erradicado a memória de longo prazo, tradições milenares, experiências acumuladas pelas culturas que acabam de morrer ou que estas potências matam... Estamos diante de um problema causado por uma civilização que já está aí há mais de um século, gerada pelas longas culturas que a precederam, infligindo danos a um sistema físico com a idade de milhões de anos... Mas nós propomos apenas respostas e soluções de prazo curto, porque vivemos em prazos imediatos, dos quais tiramos o essencial do nosso poder. Os administradores mantêm a continuidade, a mídia a cotidianidade, a ciência é o único projeto de futuro que nos resta” (Serres, 1991:42).

Sendo assim, um dos pontos importantes que uma sociedade tecnologicamente avançada encara com maior veemência nos últimos anos está ligado à integração do cidadão na proposta de uma espiral de progresso (Cazelli, 1992). Para isso, alguns aspectos são essenciais; a chamada alfabetização científica, que cada vez está mais claro tratar-se da própria alfabetização de um indivíduo inserido socialmente, assim como a não discriminação de nenhum dos indivíduos socialmente ativos tornam-se essenciais para a proposta de uma sociedade democrática com a participação de todos os cidadãos no processo de construção social. Nesse processo é importante inserir a todos no quadro de conhecimento considerado mínimo para a sua inclusão no desenvolvimento social. É igualmente importante ter em mente que não se pode esperar uma plena informação dos

avanços científicos em todos os níveis, pois o caminho seguido exige especialização cada vez maior e, conseqüentemente, menor abrangência. A visão humanista do Renascimento, ou o universalismo romântico, simplesmente não têm espaço na cultura atual. A vida nos centros urbanos, associada à utilização cada vez maior de bases virtuais, faz com que o homem urbano tenha cada vez menos contato com o mundo natural e possa, sem consciência das implicações existentes, pensar que poderá ter domínio da natureza. Esta corrente de pensamento, que tem sua origem quando da primeira utilização de um instrumento científico para observar o céu (Arendt, 1993), não leva em consideração os diferentes tempos de resposta envolvidos (Serres, 1991): a ilusão do progresso trabalha com tempos curtos quando comparados com o tempo de resposta da natureza.

A popularização científica, por ocorrer em espaços não formais de ensino, deve sempre estar preocupada com a abrangência de sua linguagem, uma vez que está dirigida a um público geral. Nos museus, centros culturais, exposições ou nos programas de televisão ou rádio, ou ainda, nas páginas eletrônicas, é usual a visitação de grupos. Essa prática introduz a necessidade de uma nova abordagem para se evitar um dos graves problemas, nos quais os programas muitas vezes esbarram: o nível da informação deve satisfazer a todos, sem, contudo, criar constrangimentos. Este aspecto parece ser um dos pontos de dificuldade que as novas tecnologias de informação introduzem: é comum a produção elaborada de programas (seja vídeos ou *softwares*) voltados para o ensino e que colocam o professor ou os pais em situação incômoda, pois eles não são capazes de traduzir a informação.

Uma vez que os pesquisadores estão sendo avaliados por sua produção em revistas especializadas, a produção de material em nível elevado e específico é a única situação que atrai a sua atenção. Ou seja, cada vez existe um maior número de produtos que, por sua vez, pressupõe um conhecimento prévio que não está sendo sanado pelas escolas ou por qualquer outro programa de formação profissionalizante. Um dos problemas que se detecta hoje, no âmbito da integração de um indivíduo em seu grupo social, está relacionado com o grau de conhecimento de questões científicas que ele possui. Pode parecer uma afirmação forte, pois se pode sempre argumentar que o conhecimento de noções científicas de nada serve para a vida cotidiana. Ocorre, entretanto, que cada vez mais as noções geradas no seio da ciência extravasam e ganham outros espaços, tornando-



do-se elementos essenciais para a compreensão do mundo exterior. Alguns exemplos poderiam ser lembrados; as idéias de ordem e caos, que surgiram a partir do estudo de sistemas dinâmicos, logo foram apropriadas por outras áreas. A termodinâmica forneceu a noção de entropia. Da biologia poderíamos lembrar o conceito de competição, com sua tortuosa história, partindo de idéias sociais, ganhando extensão nos estudos de uma teoria evolutiva, e retornando ao plano social de forma vulgarizada. Aparentemente não se pode compreender nada sem se recorrer ao conceito de competição, ignorando-se, de forma sistemática, outras noções que a biologia introduz e que são extremamente úteis nas estratégias de indivíduos ou de espécies, como são os casos de cooperação, simbiose ou adaptação. As idéias de meio ambiente e biodiversidade são outros dois exemplos que emergem da biologia, estruturam-se nos estudos multidisciplinares da ecologia e se popularizam.

A ciência, por estar cada vez mais distanciada de um conhecimento do senso comum, é de difícil compreensão. A tecnologia, ou melhor, o produto da tecnologia, por sua vez, tenta ser o mais amigável para o usuário, de forma a não ser aparentemente necessário conhecer os princípios fundamentais que possibilitam o funcionamento do artefato tecnológico para saber utilizá-lo. A tendência que se pode observar hoje é a de uma valorização da técnica e da tecnologia em detrimento da ciência, embora todo o discurso tenha na ciência a sua base. Neste início de milênio, as previsões futuristas atingem tal sofisticação cientificista que tudo pode parecer possível, dependendo tão-somente dos recursos disponíveis e que se encontram cada vez mais concentrados nos poucos países detentores dos principais avanços científicos e tecnológicos. A ciência, agora tão atrelada à tecnologia que se torna quase impossível encontrar uma fronteira, não tem limites para as suas especulações que, por sua vez, apresentam-se de forma extremamente ingênua. Mas é a ciência que, em nossa sociedade, está falando do futuro e buscando soluções para a crise existencial do homem imerso num mundo que ele próprio fabricou. Um exemplo desse quadro pode ser visto nos artigos escritos por importantes pesquisadores de diversas áreas e que tratam do que no futuro nós, humanos, poderemos fazer (TIME, 2000: 26 a 76): Viveremos em Marte? Descobriremos outros Universos? Controlaremos o clima? Viajaremos no tempo? Será possível clonar um dinossauro? Continuaremos evoluindo? Ainda descobriremos algo?

Idéias que refletem as dúvidas de uma cultura que não consegue ver, nos limites impostos por nossa condição de animais habitantes de um pla-

neta especial e singular, perspectivas de um futuro sem a idéia de progresso e de domínio da Natureza e dos seus processos. Não estaremos nós caindo nos mesmos erros que os habitantes da Suméria, que há mais de 40 séculos não perceberam que o uso excessivo da irrigação dos solos iria condená-los ao desaparecimento?

## BIBLIOGRAFIA

- ARENDR, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro; Ed. Forense. 1993.
- BÉGUET, Bruno. "La vulgarisation scientifique en France de 1850 a 1914: contexte, conceptions et procédés". Pg. 6. In *La science pour tous*. Ed. B. Bréguet. Bibliothèque du CNAM. 1990.
- CAZELLI, Sibebe. "Alfabetização científica e processos educativos". *Perspicillum*, v. 6, n. 1. Pp. 75-104.
- FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. *Milênio*. Rio de Janeiro, Record. 1999.
- GRANGER, Giles-Gaston. *A Ciência e as Ciências*, São Paulo: Ed. UNESP. 1994.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- JACOB, François. *O Jogo dos Possíveis*. Lisboa, Ed. Gradiva. 1985.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.
- SENNET, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record. 1999.
- SERRES, Michel. *O Contrato Natural*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira. 1991.
- SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.
- TIME. April 10, Vol. 155 no 14. *Visions 21: Science & Space. Beyond 2000: Our Minds, our Universe*. Pags. 26-76. 2000.



# DA DIVERSIDADE ÀS DESIGUALDADES: A QUESTÃO ÉTNICA E OS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DO BRASIL DO XIX

Profa. Maria Helena Pereira Toledo Machado  
Depto de História /USP

Ao tentar mapear o território das discussões sobre a diversidade étnica e suas desigualdades que se traduzem em vivências sociais e acesso à cidadania num país como o Brasil, constituído a partir da conquista e escravização de uma infinidade de povos indígenas, e, logo em seguida, viabilizado economicamente e estruturado socialmente a partir da escravidão, sobretudo negra, pensamos na variedade e riqueza de temas pelos quais se poderia enveredar. Refletindo como historicamente esta diversidade se traduziu em vivências desiguais em termos do gozo de direitos sociais, pensamos como no Brasil o estado se estruturou e procurou disciplinar o acesso à cidadania, baseado numa classificação racial que se reportava às teorias científicas do século XIX.

Com relação à população negra, a diversidade étnica foi, e ainda é, motivo de resistência e recriação cultural, sobretudo quando consideramos o ambiente hostil da escravidão e a dominação explícita ou paternalista que a acompanhava e que permaneceu, mesmo quando esta instituição desapareceu de nossa vida social. Este é um dos temas fundamentais para o qual, hoje, os historiadores, assim como a sociedade em geral, encontram-se bastante sensibilizados. No âmbito da história social e da

cultura afrobrasileira, os estudos atualmente mais desafiadores são aqueles que se voltam para a reconstituição da cultura afrodescendente numa moldura teórica que privilegia a recriação cultural das raízes africanas e a construção de um pacto simbólico consensual entre as populações escravizadas, entendidas como africanas ou afrodescendentes, sobre uma interpretação que privilegia a vivência da escravidão como fator determinante das balizas a partir das quais se erigiu uma cultura de resistência à dominação escravista. Em outras palavras, muitos estudos têm privilegiado o enfoque de uma cultura afrobrasileira, entendendo o processo de formulação de uma cultura escrava como fator que, embora importante, não determinou a construção das instituições sociais da família, dos laços de parentesco e solidariedade estabelecidos entre escravos e libertos, rituais religiosos e crenças, além das mentalidades, desejos e ideais que alimentaram a resistência da população escrava.

Um dos aspectos mais importantes para a análise da resistência se refere à luta dos escravos tanto com relação à imposição de limites à exploração do seu trabalho enquanto escravos, como da resistência dos ex-escravos a uma proletarização tangencial, colocada em curso no momento da transição da escravidão para o trabalho livre, que não os beneficiava. Neste aspecto a vivência da escravidão e a conformação de uma memória de lutas dos grupos de escravos, organizados em torno de ofícios, ocupações ou de grupos de trabalhadores rurais, nos eitos, e submetidos a uma disciplina comum, estabelece as bases a partir das quais os grupos de escravos puderam lutar e resistir às imposições dos seus senhores e da sociedade escravista. Isto se deu mesmo nos casos em que estes ofícios e ocupações se encontravam organizados segundo laços étnicos, como os descritos por João Reis<sup>1</sup> a respeito dos “cantos”, espécie de grêmio ou grupos de trabalhadores escravos urbanos de Salvador, hierarquizados segundo uma linhagem étnica já recriada no ambiente do novo mundo. Ainda aí, é importante salientar a experiência destes homens e mulheres – no caso dos cantos, apenas homens – nas condições impostas pela escravidão, mesmo no caso específico de Salvador ainda nas primeiras décadas do século XIX. Pois era esta uma Salvador na qual o escravo quase podia ser entendido como sinônimo de africano, dada a presença majoritária destes (em 1835, 67% dos escravos de Salvador eram africanos) sobretudo provenientes da África Ocidental – fon-jejê e haussás – que se tornaram predominantemente nagôs à medida em que corria o século. João Reis chega a sugerir a existência de pan-africanismo, assimilado aos nagôs, como a



principal força de resistência dos escravos e libertos à sociedade escravista baiana.<sup>2</sup>

Situação similar descreveu Mary Karasch<sup>3</sup> para o Rio de Janeiro nas primeiras décadas do XIX, que se caracterizava por possuir uma escravidão urbana predominantemente composta de africanos da África Ocidental e Central, recebendo porém uma quantidade de grupos étnicos muito maior do que aqueles que eram dirigidos para o NE, provenientes de diferentes lugares como Congo Norte, Angola e Benguela. Se no início do XIX até 90% dos africanos desembarcados no Rio eram da África Ocidental, no correr das décadas seguintes a presença de africanos da África Oriental (centro-leste africano, sul da Tanzânia, norte de Moçambique e norte da Zâmbia) aumentou progressivamente.

Já na no eixo do Vale do Paraíba e São Paulo dos inícios do XIX, no contexto da expansão das plantações de açúcar e café, a população de africanos escravizados foi também muito importante. Segundo Robert Slenes,<sup>4</sup> em 1829, em 13 localidades paulistas de economia variada, 54% dos escravos eram africanos. Já em Campinas e Bananal, produtores importantes de café e açúcar, respectivamente 78% e 69% dos escravos eram africanos. Além disso, nestas 13 localidades 65% dos escravos eram africanos e em Campinas, importante área produtora de café, 80% dos escravos eram de origem africana. Assim, conclui Slenes que até meados do XIX nos municípios de grande lavoura de açúcar e café existia uma escravidão africana literalmente falando. Slenes afirma que se a escravidão era africana no sudeste, ela era bantu, pois até meados do XIX os escravos trazidos para esta região do país, provinham de diferentes grupos étnicos da África Central (Angola) e Oriental, porém aparentados lingüisticamente. Neste sentido, Slenes também sugeriu a formação de uma identidade africana, pan-bantu, construída por estes homens e mulheres escravizados que, no contexto da escravidão, e como forma de resistência a ela, superaram antigos conflitos étnicos e divisões políticas existentes em sua terra natal, construindo uma identidade africana inclusiva. De fato, já na

travessia do calunga, do mar, surgia uma primeira nova identidade, que forjava novos laços de pertencimento e de família, era o de ser malungo. Aqueles que atravessavam a grande prova do desenraizamento, eram obrigados a renascer no novo mundo, reconstruindo laços, inventando e valorizando novos códigos de pertencimento.<sup>5</sup>

Tais dados e hipóteses colaboram no sentido de pensarmos em processos históricos de reconstrução e recriação de identidades étnicas e de novos consensos simbólicos no contexto da dominação escravista e em presença destas forças sociais que trabalhavam, sem dúvida, na direção contrária, *i. e.*, no sentido de desfazer os laços de solidariedade e resistência forjados entre os escravos, restringindo ao máximo a autonomia de vida social e cultural dos cativos como melhor forma de dominá-los.

De fato, a sociedade escravista brasileira trabalhou sempre no sentido de manter o domínio da população cativa por meio de estratégias bem conhecidas dos historiadores: a alforria e mestiçagem. Ambos estes mecanismos procuravam estabelecer a dominação escravista por meio do fortalecimento de mecanismos sociais dito acomodativos e que agiam no sentido de cooptar os escravos, libertos, forros e homens livres afrodescendentes a uma ideologia paternalista de acomodação, subserviência e branqueamento. Neste sentido, se em suas primeiras etapas de desenvolvimento a escravidão negra é africana, em etapas posteriores, devido à reprodução natural desta população que tende a se tornar positiva à medida que atravessamos o século XIX, a mestiçagem e, sobretudo, a partir da data de 1850, devido à proibição efetiva do tráfico atlântico, a escravidão passa a ser alimentada prioritariamente pelo tráfico interno, a população escrava tende a se nacionalizar ou, como se dizia, crioular. Assim, se mesmo o africano bem adaptado ou ladino, demorava décadas para poder ganhar a confiança do senhor, aprender um ofício, amealhar um pecúlio e se alforriar, o escravo crioulo, desde o início, aparecia mais bem adaptado à vivência dos mecanismos escravistas, sabendo melhor manipulá-los, tornando-se mais aceitável para a sociedade branca, tendo acesso mais facilmente à alforria<sup>6</sup>, e por isso apresentando-se, segundo alguns autores, de

<sup>1</sup> . Reis, João José, "A Greve Negra de 1857 na Bahia", *Revista da USP*, no. 18, junho/agosto 1993, pp. 6-29.

<sup>2</sup> . Reis, J. J. - *Ibidem*, pp. 8-17.

<sup>3</sup> . Mary Karasch, *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp.35-66.

<sup>4</sup> . Slenes, Robert, "A África Coberta e Descoberta do Brasil", *Revista da USP*, no. 12, dez/fev 1991-1992, p. 55.

<sup>5</sup> . Slenes, R., *Ibidem*, pp. 48-67.

<sup>6</sup> . Como comprovam os estudos sobre alforrias como, por exemplo: para Minas Gerais, Paiva, Eduardo França, *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII*. São Paulo: Annablume,



maneira mais acomodada à escravidão. Afirmção que, por sinal, precisa ser contextualizada aos diferentes cenários escravistas brasileiros. Pois as diferenças de comportamento, de maior resistência ou acomodação à escravidão foram antes fruto do processo histórico e da sociedade na qual o indivíduo estava inserido, do que às características intrínsecas à identidade étnica ou identidade do sujeito. Assim, se numa realidade como a da Bahia de 1835 os escravos africanos e islamizados puderam se organizar para a consecução da famosa Rebelião dos Malês,<sup>7</sup> em torno de seus líderes religiosos, deixando de fora e mesmo hostilizando os crioulos, negros ou mulatos, por os considerar como agentes dos brancos, no contexto da década de 1880, nas plantações de café de SP e Vale do Paraíba paulista e fluminense, os escravos crioulos, que eram então a maioria, se revoltou muitas vezes, de maneira bem organizada e pertinente, exigindo por todos os meios a liberdade e o estabelecimento de condições de trabalho livre dignas.<sup>8</sup>

Um mecanismo muito óbvio que colaborou para a acomodação das relações escravistas que, por sinal, marcou definitivamente a feição das relações étnicas no Brasil se refere à miscigenação e à mestiçagem, e foi a partir dela que se construiu um dos principais mitos explicativos da realidade brasileira, que foi o da democracia racial, conforme a formulação clássica de *Casa Grande e Senzala*.<sup>9</sup> Termo hoje bastante superado, a idéia da existência de uma sociedade harmônica, baseada nas três raças fundadoras do povo brasileiro, que se harmonizavam devido tanto à ausência do racismo como em decorrência da suposta existência de mecanismos flexibilizadores das linhas raciais e de cor, que se concretizavam social-

1995, para Bahia, Mattoso, Kátia; Klein, Hebert; Engerman, Stanley, "Notas Sobre as Tendências e Padrões de Preços de Alforrias na Bahia", in: Reis, João José, *Escravidão e Invenção da Liberdade*, São Paulo: Brasiliense, 1988, para São Paulo, Eisenberg, Peter, "Ficando Livre: As Alforrias em Campinas do século XIX", *Estudos Econômicos*, 17 (2), maio/agosto 1987, pp. 175-216 e Bertin, Enidelce, *As Alforrias em São Paulo do Século XIX: Entre a Conquista Escrava e o Paternalismo Senhorial*, Departamento de História/USP, 2001, inédito.

<sup>7</sup> Reis, João José, *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês, 1835*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>8</sup> Machado, Maria Helena Pereira Toledo, *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*, Rio Janeiro: EDUF RJ; São Paulo: EDUSP, 1994.

<sup>9</sup> Freyre, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, 32ª edição, Rio de Janeiro, Record, 1997.

mente por meio de uma interação improvisada entre negros e brancos, entre senhores de escravos e seus escravos. A bem dizer, lembrando de Gilberto Freyre, entre senhores e suas escravas, contato íntimo, de cunho sexual, que se eternizou na concepção estereotipada da mulata sensual, sempre disposta a seduzir o senhor e fazê-lo, muitas vezes, obediente aos anseios de liberdade, ascensão e aceitação social numa sociedade misógina, machista e escravista. No entanto, este estereótipo não resiste a uma análise mais crítica. A constatação de que a tão decantada miscigenação brasileira ocorrida nas condições do cativo e das relações sociais e raciais escravistas-paternalistas foi fruto, na maior parte das vezes, de estupros, consentidos ou não, de mulheres escravas, forras ou livres pobres, impossibilitadas de recusar os relacionamentos com homens brancos livres e socialmente dominantes, é uma idéia bastante dolorosa para todos os envolvidos. Mas é importante considerar que estes encontros, mesmo quando aparentemente descritos em termos menos crus, cifram relações de dominação e soluções de subserviência social dos negros aos brancos, dos "bárbaros" aos civilizados e das mulheres aos homens. No entanto, se o argumento da democracia racial caiu por terra já faz tempo, e hoje todos nós nos encontramos muito mais cientes da falácia desta suposição, ainda temos dificuldade de entender o processo de miscigenação em termos de parâmetros menos idealizados. Isto porque a construção da idéia de um povo brasileiro miscigenado, que foi a base sob a qual se construiu a partir da Independência mesmo, mas sobretudo durante o II Reinado, os fundamentos do estado no Brasil, foi e ainda é uma das nossas certezas nacionais. As conseqüências da revisão crítica do processo de miscigenação e de suas bases de atuação no Brasil será sem dúvida motivo de grandes transformações na maneira como os brasileiros, brancos, negros ou mulatos vêem e concebem o "ser brasileiro".

Outra questão que não dá para fugir quando se pensa em desigualdades étnicas é o processo de formação do estado, os projetos das elites políticas e intelectuais do período, projetos estes que oscilaram da proposta de integração nacional aos de exclusão das populações não-brancas do gozo da cidadania. Embora a problemática da integração nacional, o discurso da democracia racial e o nacionalismo mais barulhento remontem à década de 30 do século XX, as bases sob as quais foram assentadas as possibilidades de constituição de um povo e de uma nação brasileiras encontram suas raízes no XIX, sobretudo nos debates em torno da Abolição e da formação de exército de mão-de-obra livre e de um povo brasileiro. Esta dis-



cussão embora estivesse vindo à tona desde a Independência, apenas encontrou um espaço maior de formulação a partir dos movimentos sociais e discussões políticas que acompanharam a abolição da escravidão no Brasil. Pois, se antes da superação da escravidão as elites políticas do Império tinham que fazer uma série de operações complicadas para justificar a existência de um estado e de um corpo político num país que não tinha povo (pois parte de sua população era despossuída de qualquer direito, além de ser ela própria estrangeira – lembre-se, escravo não tem nacionalidade), no movimento político e social que redundou na abolição muito se teve que refletir sobre as bases de uma nova incorporação/exclusão dos não-brancos. Desaparecidas as distinções entre escravos e livres, que por si só definiam quem possuía direitos e quem não os tinha, seria preciso estabelecer novas bases de dominação paternalista e estatal das populações não-brancas, absorvendo-as tangencialmente e de maneira controlada, de forma a garantir a opção pela europeização do Brasil, ou de simplesmente excluí-las em nome de uma política imigratória branqueadora.

Discussão estratégica, a questão dos braços, limitava-se apenas na aparência às possibilidades de incorporação do escravo propriamente dito às lides cafeeiras enquanto trabalhador livre. De fato, porém, a campanha abolicionista, os debates parlamentares e os textos da época indicam que se tratava de delimitar, principalmente, as possibilidades de integração do chamado elemento nacional – aqui inclusos os desclassificados sociais em geral – na construção de uma nação que buscava desvencilhar sua imagem das feridas da instituição servil.<sup>10</sup>

Não se trata, é claro, de menosprezar a extensão do problema escravo na segunda metade do século XIX. Vale lembrar que a rebeldia escrava aumentou gradativamente ao longo do período, culminando na década de 80 em uma série de revoltas bem articuladas, muitas delas estimuladas por abolicionistas que claramente colocaram em cheque a ordem social, desafiando fortemente as elites políticas a encontrarem um caminho conservador para a superação da escravidão. O que eu quero ressaltar é que a discussão do problema escravo supunha igualmente a consideração sobre

<sup>10</sup>. A discussão a seguir baseia-se no artigo de minha autoria: Um País em Busca de Moldura. O Pensamento de Couto de Magalhães, O Selvagem e os Sertões”, Azevedo, Francisca N. e Monteiro, John (coords.), *Confronto de Culturas: Conquista, Resistência, Transformação*, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1997, (América: raízes e trajetórias), pp. 369-382.

toda uma população que gerada e marginalizada pelo sistema, nem por isso deixava de imprimir sua marca no perfil populacional do Brasil do Império. Deserdados todos, não havia como fechar os olhos para a existência dos libertos, do homem livre pobre, dos caipiras, dos caboclos, dos curibocas, dos tapuios, enfim de toda uma população subsidiária, a qual, de roldão com a questão escrava, cabia classificar racial e socialmente, delimitar espaços econômicos e políticos, integrar ou expelir. Assim, as elites políticas do período ao colocarem o dedo na ferida da instituição servil, encontravam muitos outros problemas. E, embora os debates político-parlamentares, no qual a questão do abastecimento de braços, andava de mãos dadas com a do branqueamento, ditassem uma política emancipacionista e imigrantista na condução de uma transição conservadora, outras vezes também se fizeram ouvir.

Gostaria apenas de ressaltar que no processo aparentemente monolítico da superação da escravidão, as reflexões sobre a necessidade de integração do elemento nacional e as reformas profundas na estrutura do país que tal processo acarretaria não estiveram ausente do debate político do período. Lembro aqui rapidamente apenas os mais óbvios como o livro de André Rebouças em *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos, Propaganda Abolicionista e Democrática* de 1883,<sup>11</sup> os pronunciamentos de Joaquim Nabuco em seus discursos abolicionistas de 1884,<sup>12</sup> a militância de José do Patrocínio na imprensa dos anos de 1880, a atuação dos caifazes e de outros grupos abolicionistas, que trouxeram à discussão temas como o da reforma agrária, da integração econômica, do assalariamento, enfim, do território político, econômico e social que a nação destinava às populações não-proprietárias que, não por acaso, podiam, igualmente, ser aproximadas das diversas gradações do mestiçamento que compunham o elemento humano do país.<sup>13</sup>

Assim, por exemplo, notava Rebouças em seu livro no qual expunha suas idéias acerca da superação da escravidão através da implementação de uma democracia rural. Neste, afirmava o autor que a propriedade da terra “é uma circunstância que quase modifica favoravelmente as condições morais do homem! Sobre o emancipado a ação benéfica da propriedade territorial é

<sup>11</sup>. Rebouças, André, *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos, Propaganda Abolicionista e Democrática*, 2ª edição facsimilar, Recife: Massangana, 1988.

<sup>12</sup>. Nabuco, Joaquim, *Campanha Abolicionista no Recife*, Recife, Massangana, 1988.

<sup>13</sup>. Sobre o assunto ver Machado, *O Plano e o Pânico*, caps. 1 e 4.



*ainda maior do que sobre o proletário!*<sup>14</sup> Ora, através do acesso à pequena propriedade rural, o que buscava Rebouças era o caminho para não apenas exterminar o regime escravista mas, sobretudo, para erradicá-lo da mentalidade dominante. A radical reformulação da concepção de trabalho, base para toda a transformação, seria alcançada através da introdução da pequena propriedade, do direito à educação básica e técnica, que contemplaria a todos os pequenos proprietários e da proteção do direito à propriedade da gleba àqueles que nela permanecessem. A transformação do liberto em colono proprietário, educado para o trabalho mais rudimentar, porém racional e produtivo, tutelado por uma elite esclarecida e recebendo tratamento igual aos homens livres e imigrantes serviria, desta forma, para eliminar os traços remanescentes da escravidão. Oferecendo ao colono liberto as condições de superar sua condição de inferioridade social e econômica, a via reformista-paternalista proposta por Rebouças, colocava-se contra toda a corrente de pensamento a qual preocupada em eliminar do país a instituição nefanda, via na exclusão de suas vítimas a única saída. Destruir a obra da escravidão significava enfrentar o nó da questão nacional, franqueando o acesso à propriedade e à cidadania às populações não-brancas, numericamente majoritária no país.

O debate em torno do elemento nacional, no entanto, não se restringia ao parlamento, nem às campanhas políticas. Pelo contrário, a questão da feição particular da população nacional esteve subjacente a toda reflexão sobre a constituição de uma literatura e historiografia nacional, que se referia à imagem que o país desejava ou podia construir de si próprio e, por meio do qual este se colocava no contexto internacional, das formas e regimes políticos mais adequados para expressar as particularidades da alma nacional e das formas e estratégias mais convenientes para a consecução da pretendida unidade e personalidade nacional. Conforme nota Maria Odília da Silva Dias, em seu livro *O Fardo do Homem Branco*,<sup>15</sup> valores tais como o conservadorismo paternalista, a fé na superioridade da cultura européia e a oposição à aceitação da herança étnica da escravidão, fundamentais no ideário dos pensadores e políticos brasileiros, aproximava, paradoxalmente, a ideologia imperialista dos ingleses daquela profes-

<sup>14</sup> . Rebouças, *Agricultura Nacional*, p. 126.

<sup>15</sup> . Dias, Maria Odília Leite da Silva, *O Fardo do Homem Branco*. Southey, historiador do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.

sada pelos construtores do Império. Já o pensamento conservador de Robert Southey,<sup>16</sup> nas primeiras décadas do XIX, lançava as bases de uma visão autoritária-filantrópica, que enraizaria valores europeizantes na história do Brasil. Tal visão, ao se deter sobre temas tais como o da mestiçagem, da expansão geográfica e interação do homem com o meio ambiente, tocava em pontos nodais dos debates nacionais de todo o século. Assim, a historiografia do Império, embora voltada para a afirmação dos valores nacionais, nascia já sob a influência do pensamento conservador britânico, delimitada pela esfera da cultura européia e imperialista dos inícios do século XIX.

Uma das grandes questões do período refere-se à construção de uma paisagem nacional. Ausente nas feições da população, nas quais se encontram as marcas e as cores de muitas raças e muitas coerções, a nação acabava reduzida a sua projeção territorial. Nesta paisagem que é, em princípio, própria de uma viagem e na qual os naturalistas imprimem fundas impressões, trafegam os seres que, mal ou bem, devem compor o perfil humano do homem americano. Assim, aliada à questão da constituição de uma paisagem brasileira, impunha-se a definição de uma identidade nacional, a delimitação de um povo.<sup>17</sup> Positivismo, racismo, evolucionismo e muitos outros ismos, em diversas modalidades e orientações, buscavam deslindar o nó do problema racial no qual se fundava a possibilidade de existência de uma nação mestiça. Raça e natureza tornaram-se, deste modo, pólos definidores da história e da literatura nacional até já bem adentradas décadas do século XX.

Ora, tão incomodamente presente no dia-a-dia do século, o homem negro encontrava-se pouco representado tanto nos projetos de construção de uma historiografia nacional, que tinham seu epicentro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado na Corte, a partir de 1838, quanto na literatura romântica. Ausência bastante significativa neste contexto, uma vez que se considere que era no âmbito do Instituto que se colocava a questão da construção de uma historiografia nacional, capaz de sintetizar nação, civilização e unidade imperial. Baseado na concepção iluminista de uma história que caminhava, em linha evolutiva, na senda do progresso, uma das mais difíceis tarefas a ser articulada e resolvida pelo

<sup>16</sup> . Souhey, Robert, *História do Brasil*, 3 vols., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

<sup>17</sup> . Para esta discussão ver, Sussekind, Flora, *O Brasil não É Longe Daqui. O Narrador, a Viagem*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



Instituto era a do papel da civilização branca e das culturas bárbaras na fundação da nacionalidade. De forma que, quando se considera que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se tornara fórum privilegiado na construção de uma história nacional, entendida esta enquanto meio indispensável na delimitação da nacionalidade, a história que aí foi forjada expressa uma concepção de nação delimitada pela sucessiva exclusão de todos aqueles que não se amoldavam aos padrões da cultura europeizante. Neste sentido, a exclusão mais significativa ficava, realmente, por conta do homem negro. Assunto desagradável, o negro com o qual se topa no vai-vém das ruas, que se entranha na vida diária das famílias e que marca cada etapa da vida cotidiana, encontra nas páginas da literatura e da história uma exclusão bastante significativa.

Tratamento radicalmente diferente, porém, parece, à primeira vista, terem recebido as populações indígenas. A valorização do índio como fonte da personalidade americana, a idealização do selvagem, o indianismo, foram temas de larga aceitação, redundando em todo um movimento de valorização das coisas da terra. A divulgação dos textos dos cronistas coloniais, a elaboração dos primeiros estudos antropológicos e linguísticos de caráter “científico” sobre o assunto, as pesquisas sobre o significado dos nomes e lugares de origem indígena, nas quais se notabilizou Teodoro Sampaio que, por sinal, além de ter sido baiano, era mulato, confirmam esta hipótese.

Lembro aqui como exemplo das tendências acima descritas, a famosa dissertação de Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*,<sup>18</sup> oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em resposta ao apelo do mesmo em receber projetos a respeito da composição de uma História do Brasil. Publicada em 1845, a dissertação de Martius, este primor de projeto historiográfico do século XIX, afirma, já em sua primeira seção de idéias gerais que “... brancos haverá, que a uma tal ou qual concorrência dessas raças inferiores [negros e índios] taxem de menoscabo à sua prosápia; mas também estou certo que eles não serão encontrados onde se elevam vozes para uma *historiografia filosófica do Brasil* [grifo no original]”.<sup>19</sup> Assim, se

<sup>18</sup> C. F. P. von Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil” [1843], reproduzido em *O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil*, São Paulo e Belo Horizonte, Edusp e Itatiaia, pp. 85-107, 1982.

<sup>19</sup> Martius, *Ibidem*, pp. 87-88.

é preciso desde logo admitir a concorrência de índios e negros na formação da nação brasileira, deve-se refletir com cuidado o lugar destinado a cada um deles na formação nacional. Pois, se ao historiador, adotando logo um ponto de vista sereno e imparcial – acima das vistas parciais ou odiosas –, não cabe desconfiar da perfectibilidade de uma parte do gênero humano, isto é, da capacidade de qualquer raça em contribuir para a evolução da sociedade, urge que esta participação seja claramente delimitada e filtrada pela superioridade da civilização da raça branca. Neste sentido, o historiador-naturalista propõe uma narrativa bem organizada, na qual a manutenção da raça branca na sala de visitas da história, depende da exclusão pessimista dos negros para os cantos mais sombrios da construção senhorial. Os índios, aos quais fica sugerido o significativo lugar de símbolo da nacionalidade, deveriam ficar expostos em magníficas vitrines na sala de biblioteca.

Assim, uma análise mais aguçada do tratamento recebido pelo índio neste e em muitos outros textos da época, parece indicar que aqui também sua própria valorização se faz a partir antes de sua exclusão do que integração. Mantido fora das fronteiras da civilização, longe das vistas das populações mais ou menos urbanizadas e pretensamente europeizadas, o índio proposto é aquele congelado na paisagem tropical e luxuriante, da qual ele é coadjuvante na tarefa de delimitar um perfil brasileiro, um caráter americano. Em síntese, o índio do qual se falava é aquele que permanecia exterior, num passado idealizado no qual este, embora bárbaro, apresentava qualidades indiscutíveis – robusto, valente, inimigo da carne humana, amigo dos brancos – ou ainda, daquele que embora vivente se encontrava fora das fronteiras – nos sertões, nos desertos imensos que ocupam ainda no século XIX a maior parte do território nacional. Do índio palpável, presente nas feições das populações, aldeado, mestiçado ou contatado na marcha colonizadora, este se supõe necessariamente um ser fadado ao desaparecimento.

Baseado em muitas exclusões, a cidadania surgiu no Brasil do século XIX como um privilégio vinculado aos brancos ou aos negros e mulatos bem-sucedidos socialmente por meio da manipulação da ideologia do branqueamento, e não um direito social. Tudo isso, embalado pela ideologia encobridora da democracia racial. Hoje, o movimento negro, os intelectuais e povo em geral se encontram pelo menos de pleno acordo com relação à necessidade de nos livrarmos até as últimas conseqüências desta balela.